

FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA

ENSINO DE ECONOMIA NA ESCOLA DE CAMPINAS

MEMÓRIAS



ie instituto de economia 50 ANOS

FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA

**ENSINO DE
ECONOMIA NA
ESCOLA DE
CAMPINAS**

MEMÓRIAS

© Instituto de Economia da Unicamp – 2018

UNICAMP

Reitor

Marcelo Knobel

Vice-Reitor

Teresa Atvars

INSTITUTO DE ECONOMIA

Diretor

Paulo Sérgio Fracalanza

Diretor Associado

André Martins Biancarelli

COSTA, Fernando Nogueira

Ensino de Economia na Escola de Campinas – Memórias. –
Campinas, SP: Unicamp. IE, 2018.
238p.

ISBN 978-85-86215-95-7

1 Economia – Ensino - Brasil. 2. Economia -- Estudo e ensino.
3. Campinas, SP – Escola de Economia. I. Título.

330
C837e



Apresentação

“O Memorial tem importante utilidade na vida acadêmica, tanto em termos de uso institucional – para fins de promoção na carreira universitária – como em termos de retomada e avaliação da trajetória pessoal no ambiente acadêmico-profissional. Representa uma retomada articulada e analítica dos dados do *Curriculum Vitae* do candidato, no qual sua trajetória acadêmico-profissional foi estruturada e documentada, com base em informações objetivamente elencadas. O Memorial é muito mais relevante quando se trata de se ter *uma percepção mais qualitativa do significado dessa vida universitária*, não só por terceiros, responsáveis por alguma avaliação e/ou julgamento, mas, sobretudo pelo próprio autor” (Santos, 2005).

Estas memórias constituem *uma autobiografia intelectual*, configurando-se como uma narrativa simultaneamente reflexiva, didática e pessoal. Adotarei a forma de *um relato analítico e crítico*, dando conta do meu desenvolvimento como aluno e professor nos aspectos didático e científico, tendo como base os estudos e as pesquisas realizados em Economia. Evidenciarei os acontecimentos mais marcantes da minha trajetória acadêmico-profissional para o leitor ter uma informação completa e precisa do itinerário percorrido.

A história particular de cada um de nós se entretetece em uma história mais envolvente da nossa coletividade. Assim, ressaltarei as fontes e as marcas das influências sofridas, das trocas de ideias realizadas com outras pessoas, especialmente, com os professores da Escola de Campinas. Salientarei os mentores mais influentes e as situações culturais e políticas vivenciadas. Frisarei, brevemente, meus posicionamentos teóricos e/ou práticos, sendo assumidos a cada momento. Deste ponto de vista, estas memórias destacam a evolução recente do meu método de Ensino em Economia Interdisciplinar.

Percebi meus artigos e Textos para Discussão do IE-UNICAMP comporem uma trajetória capaz de me propiciar a organização deste livro, intitulado *“Ensino de Economia na Escola de Campinas”*. Aqui, eu apresentarei o fio-condutor de meu pensamento referente ao aprendizado e posterior ensino de Economia. Compartilharei minha experiência com interdisciplinaridade.

O diferente neste livro, em forma, é a estrutura de apresentação sob forma de crônicas pessoais ou autobiográficas. Em conteúdo, é a busca de Ensino da integração entre a Microeconomia e a Macroeconomia por meio de uma visão holística e multidisciplinar com o uso de leitura, cinema e música – meus hobbies – como recursos didáticos.

Reunirei as reflexões escritas em publicações eletrônicas disponíveis para um público maior. Para unificá-las, mantereí o mesmo estilo pessoal de crônicas narrativas referentes a minha experiência no *Ensino de Economia*.

O arco desta narrativa é uma jornada, e o roteiro é seu mapa. O protagonista sou eu: apresento minha viagem intelectual ao sabor de desafios do pensamento. Idealmente, o protagonista deve chegar ao final da jornada/carreira o mais transformado possível. Em outras palavras, a narrativa leva-o, existencialmente, a um distante lugar – físico, metafísico, emocional e intelectual – em relação a onde começou.

Quero narrar essa trajetória sob forma cronológica e não na ordem original da escrita dos textos, evitando o risco de fragmentar a leitura. Segundo a *Poética* de Aristóteles, o mestre supremo dos roteiristas, o drama – ou a tragédia – é a forma mais perfeita e exaltada da arte dramática, a única capaz de nos proporcionar lições duradouras e catarses poderosas.

As tramas dramáticas precisam incluir os seguintes elementos essenciais:

1. Um *grande obstáculo* deve ser enfrentado por um personagem com o qual o leitor se identifique, porque o drama exemplar deve afligir indivíduos destacados por sua envergadura moral e intelectual.
2. A *reversão da fortuna* deve ser fruto de um erro do protagonista, desencadeando a tragédia.
3. Uma *lição* deve ser extraída da provação do protagonista; no drama, a dor pode ser convertida em sabedoria.

Então, a narrativa deste Memorial seguirá um arco descrito assim:

1. Na *Exposição*, a trama e o personagem (eu) são apresentados.
2. Na *Ação Crescente* (ou *Complicação*), conflitos se anunciam.
3. *Ponto de ruptura*: conflitos chegam a seu ápice.
4. *Ação torna-se decrescente*, com a dissolução ou resolução dos conflitos.
5. Até que se chega à *Conclusão Final*.

“Todas as estórias da humanidade são uma única, um monomito, o mito universal. O herói vive em mundo da inocência, recebe um chamado, enfrenta uma jornada de provações, conquista o troféu, volta para casa, compartilhando as conquistas” (Bahiana; 2012). No caso, o triunfo será alcançado caso eu consiga a defesa de minha(s) tese(s) a respeito de aprendizagem e ensino de Economia Interdisciplinar, voltando então renovado para minha rotina docente, compartilhando as minhas descobertas com meus colegas e alunos.

Sumário

<i>Introdução: Minha Tese sobre Ensino de Economia</i>	8
Capítulo 1: Era Uma Vez	15
Minha Escolha de Trabalho Não Alienante	15
Partição da Realidade entre Ciência Econômica e Ciências Afins: Política, Sociologia e Psicologia	21
Política	26
Sociologia	29
Psicologia	33
Economia	36
Conclusão	39
Capítulo 2: Todos os Dias	41
Formação Doutrinária de Economistas	41
<i>Formação Ortodoxa</i>	43
<i>O que é a Abordagem Ortodoxa na Graduação em Economia</i>	48
<i>Formação Heterodoxa</i>	51
Macro e Micro: o difícil reencontro depois da separação	60
<i>Mecanismos de Defesa Psicológica</i>	61
<i>Causas da Crise</i>	65
<i>Epílogo</i>	66
Conclusão do Curso de Graduação	67
Capítulo 3: Até Que Em Certo Dia	70
Da Escola de Campinas ao Capitalismo Financeiro	70
Testemunho Ocular do Nascimento da Escola de Campinas	73
<i>Grande Mestre: Antônio Barros de Castro (1938-2011)</i>	74
<i>Grande Mestre: Maria da Conceição Tavares</i>	78
<i>Grande Mestre: Carlos Lessa, Intérprete do Brasil</i>	92
Escola de Campinas	97
Anexo: Manifesto da Tropicalização Antropofágica Miscigenada	111
Capítulo 4: Por Causa Disso	117
Desenvolvimento do Desenvolvimentismo: Social-Desenvolvimentismo	117
Geração Fundadora da Escola de Campinas (G1)	119
Breve História do Pensamento Econômico Brasileiro	124

Crítica à Escola de Campinas	133
Da Visão Generalista à Visão de Especialista.....	136
Segunda Geração da Escola de Campinas (G2).....	139
Conclusão.....	144
Capítulo 5: Finalmente	148
Ensino de Economia Comportamental, Institucionalista, Evolucionista e Complexa.....	148
Economia no Cinema: Experiência Interdisciplinar	155
Aprendizagem Proativa.....	158
Programação	162
Mulheres como Protagonistas	179
Do Country ao Caipira: Percorso de Conhecimento e Empatia.....	182
Resultados Observados	186
Adendo - Outra Experiência Interdisciplinar: Documentários.....	188
<i>Manifesto Pós-Autista: Carta Aberta dos Estudantes aos Responsáveis pelo Ensino de Economia.....</i>	201
<i>Diagnóstico dos Cursos de Economia e da Profissão no Brasil.....</i>	203
<i>Bibliografia</i>	216

Introdução:

Minha Tese sobre Ensino de Economia

Uma *tese* não é um relatório de pesquisa, mas sim uma reunião de argumentos em defesa de algum posicionamento pessoal. O candidato levanta determinada *hipótese*, sujeita à *antítese*, virará *tese*. Até ser novamente falseada por outro candidato a doutor/livre-docente/titular com uma *síntese*.

Desde logo, anuncio minha **tese**: o Ensino de Economia hoje, necessita reconstituir-se e transitar da formação de profissionais *especialistas* para a de *generalistas*, retomando a metodologia interdisciplinar inicial. A Ciência Econômica, depois de sua depuração, ocorrida ao longo do século XX, afastando-se das Ciências Humanas e Sociais Afins, na vã tentativa de ganhar status científico com o uso da linguagem matemática das Ciências Exatas, separou-se em Microeconomia e Macroeconomia. A primeira trata das decisões dos agentes econômicos, a segunda, da resultante sistêmica dessas diversas decisões. Os economistas, de maneira geral, especializaram-se em um ou outro setor de atividade e perderam a visão do conjunto com seus micros fundamentos.

Meus argumentos em defesa dessa tese são de duas ordens. Da maneira binária como eu, enquanto economista, aprendi a organizar meu pensamento, um tipo de argumento se coloca pelo lado da “oferta”, isto é, da capacitação profissional, outro, pelo lado da “demanda”, no caso, do mercado de trabalho contemporâneo, exigente de profissionais polivalentes e criativos, capazes de assumirem múltiplas tarefas.

No primeiro caso, depois de investigar 250 anos da história do pensamento econômico, através do exame das obras de autores representativos das correntes Clássica, Neoclássica, Monetarista, Novo-clássica, Keynesiana e afins, e comparar com os Comportamentalistas, Institucionalistas, Evolucionistas e da Complexidade, deduzo estar sendo retomado *o caráter multidisciplinar do conhecimento dos primórdios da Economia Política*.

Os cientistas, recentemente, estão empenhados em conhecer o comportamento humano na tomada de decisões econômicas de comprar, vender ou investir. Áreas distintas da Ciência estão somando esforços e recursos para estruturar a área de pesquisa destinada a cumprir essa tarefa: a *Neuroeconomia*. Ela é resultado da união de ferramentas de investigação e conhecimentos não só de Filosofia, Política, Sociologia, e Economia, como também de Psicologia, Biologia e Neurologia. Tudo isso amplia o leque de conhecimentos do graduando.

No segundo tipo de argumentação, cada vez mais observo a necessidade de flexibilidade na capacitação, adaptação e adequação a quaisquer oportunidades surgidas, eventualmente, para os jovens conseguirem alguma ocupação. O avanço na capacidade computacional, inclusive do cérebro humano, e a maior disponibilidade de informações *online* em diversas áreas de conhecimento permitem o aumento da produtividade com poucos profissionais atendendo a muitas demandas.

Sem deixar de tirar a importância da formação especializada na pós-graduação, na educação massiva oferecida no ensino superior necessita-se de acrescentar o uso de novos instrumentos didáticos para angariar a atenção de estudantes da geração nativa-digital. Caso não ocorra também uma atualização curricular, no sentido interdisciplinar, correr-se-á o risco fatal de cair a demanda pelos cursos de Ciência Econômica, seja por falta de perspectiva de colocação futura, seja por falta de interesse dos estudantes em especialização precoce em modelagem econométrica ou *esotérica*.

Esse último adjetivo qualifica o ensino em certas escolas da Grécia antiga, destinado a discípulos particularmente qualificados, para completar e aprofundar a doutrina. Estendendo-o, hoje, diz respeito a todo ensinamento ministrado a círculo restrito e fechado de ouvintes adeptos de uma ciência, doutrina ou prática fundamentada em conhecimentos de ordem sobrenatural. É aquele compreensível apenas por poucos iniciados, dado ser muito hermético.

Os estudantes de Economia, desejando tornar-se líderes e/ou estrategistas em suas atividades, demandam maiores informações e análises sobre a vida socioeconômica, política e cultural contemporânea. A Economia, no molde

ortodoxo ensinado na maioria das faculdades, observa uma tendência de queda de matrículas em seus cursos de graduação. Restará, no futuro, caso não mude seu rumo, ser apenas responsável pelo oferecimento de algumas “disciplinas de serviço” em outros cursos.

Para expor esse conteúdo, é necessário aprimorar a forma de apresentação. Evitar ser “academicista”, ou seja, acreditar em acúmulo ser aprofundamento e chatice ser precisão.

Minha experiência nos últimos quatro anos como “blogueiro”, divulgando conhecimentos para um público amplo, deixou mais clarividente a necessidade de um professor universitário se comunicar de maneira acessível. Passei a publicar diariamente, acumulando mais de 7.500 posts em meu blog *Cidadania & Cultura* (<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>). Nele se encontram minhas ideias, meus artigos, minhas aulas. Em oito anos, recebeu cerca de sete milhões visitas, atingindo abrangência geográfica e interesse muito além do campus universitário. Em período letivo, atinge patamar acima de 4.000 visitas / dia útil. Nunca fui tão lido. Compartilho através da internet meu conhecimento adquirido em Universidades públicas. É a forma de trabalho voluntário de responsabilidade social encontrada para eu retribuir à sociedade o ensino gratuito desfrutado por mim.

Antes de tudo, a paixão pelo assunto é indispensável para se escrever bem. Mas não basta. Aprende-se a escrever, escrevendo – e verificando se é lido. A exposição deve ser feita em todo o seu valor emocional e intelectual a público amplo, através da difícil arte da literatura. Destaco: “amplo público”! A ênfase deve sempre ser dada à escrita para o leitor comum, em contraposição à escrita apenas para os colegas eruditos. Quando escrevemos para público amplo, temos de ser claros e interessantes. Esses são os critérios determinantes da qualidade de um bom texto.

O leitor é a pessoa necessária estar sempre presente na mente do escritor. Escrevo meus textos como houvesse um cartaz pregado na minha mente, perguntando-me:

“Irá o leitor virar a página?” O objetivo do autor é, ou deveria ser, manter a atenção do leitor. Ambiciona o leitor virar a página e continuar a leitura até o fim do texto.

Quando escrevo, estou compartilhando parte de minha experiência de vida e de meus sentimentos com pessoas desconhecidas. Para isto, devo prezar meu estilo. Próprio. Único. Exclusivo. Minha impressão digital literária. Através dele, eu me apresento em palavras escritas.

Nesse caso, necessito ser exibicionista, atraente pelo estilo literário. Usar uma linguagem clara e concisa. O vocabulário precisa ser artisticamente escolhido. Isto torna o texto original, caracterizando minha personalidade em cada frase escolhida, mesmo ao abordar algum conteúdo já bastante tratado. Mas é melhor explorar assuntos com os quais tenho afinidade: escrever sobre algo do meu conhecimento mais profundo. Isto me interessa a ponto de eu desejar o compartilhamento com outras pessoas, para também pensarem a respeito. Este é o elemento sedutor justificador de apelar para *crônicas narrativas*. Uma série de pequenas crônicas encadeadas podem ser escritas sob o ponto de vista do autor – e serem atraentes para outras pessoas.

Uma crônica é uma narrativa, seja *realista*, seja *fictícia*. Uma crônica narrativa pode ser uma *estória* – narrativa em prosa ou verso, fictícia ou não, com o objetivo de divertir e/ou instruir o ouvinte ou o leitor. Nela há personagens, cenários e um conflito. Assim, possui *introdução, clímax e conclusão*. É um texto experimental e pessoal, permitindo ao escritor expressar sua criatividade. A necessidade de um *conflito* ou *enredo* é essencial para um texto ser definido dessa forma.

Nesse sentido, apresentarei um enredo claramente identificado. Não posso deixar o leitor na dúvida quanto ao propósito de minhas narrativas de *histórias reais do meu pensamento econômico*. Eu coloco-me no controle do texto ao contar histórias e, portanto, posso direcioná-lo para onde bem entender. Apenas necessito me certificar se eventuais leitores seguirão minha orientação...

Observando livros ou filmes de sucesso, o comum entre eles é possuírem enredos com altos e baixos, levando o protagonista de momentos de extremo êxtase a de profunda miséria – e de reviravolta. Os leitores e os espectadores procuram

justamente essa catarse. Buscam na literatura e/ou no cinema aquilo encontrado (ou não) em suas vidas cotidianas. Identificam-se, ou então distinguem-se, aliviando-se racional e emocionalmente.

Vou identificar **os elementos essenciais da minha narrativa**, distribuindo-os em sequência característica de roteiros cinematográficos.

Dessa forma, além desta **Introdução**, o leitor acompanhará os seguintes capítulos tal como a sequência de uma novela, no caso, a das minhas memórias escolares. Alerto, desde já, se tratar de um duplo percurso. De um lado, *a perseguição da evolução científica*, ou seja, como as teorias econômicas se desdobraram a partir de uma metodologia abstrato-dedutiva e, questionadas sempre pela rival metodologia histórico-indutiva, alcançam hoje uma fronteira de reconhecimento da complexidade interdisciplinar de seu objeto. De outro lado, eu, com trinta e três anos de carreira docente, não posso deixar de pensar enquanto professor: *como ensinar tal complexidade?* Qual é o método didático propício a galvanizar a atenção, o interesse e a aprendizagem de uma geração nativa digital?

No primeiro capítulo, **Era uma vez**, analiso os critérios de partição da realidade – O Todo – em alguns conceitos e teorias básicos, pela ordem, da Política, da Sociologia e da Psicologia. O objetivo é conhecer as metodologias Ciências Afins à Ciência Econômica com a verificação da possibilidade de reincorporá-las (ou não), ao final, em uma análise multidisciplinar, macrossocial, sistêmica e estruturalmente complexa, com fundamentos em Psicologia Econômico-Comportamental.

Todos os dias... somos bombardeados pelo pensamento ortodoxo dominante! No segundo capítulo, recupero, brevemente, seu caminho histórico-ideológico para se tornar hegemônico, ou seja, a *via crucis* da formação doutrinária de economistas ortodoxos. “Pra não dizer que não falei das flores”, relembro também a formação doutrinária de economistas heterodoxos de esquerda. Além disso, na minha graduação, sofri os efeitos de uma outra ruptura: a separação entre a Micro e o Macro. No entanto, a realidade da crise sistêmica falseou todos os modelos teóricos fracionados. CGC! Crise Geral do Capitalismo! Salve-se quem puder!

O objetivo do terceiro capítulo, **Até que em certo dia**, é apresentar o ponto-de-ruptura com minha formação ortodoxa, na graduação, ao fazer a pós-graduação na Escola de Campinas. Trata-se de minha busca de mentores inspiradores. É a história da relação de aprendizagem de um discípulo – eu sou o protagonista destas memórias pessoais – com seus mestres, em destaque, os da Escola de Campinas. Neste capítulo, apresento a formação intelectual característica dessa escola de pensamento econômico e minhas primeiras experiências profissionais e políticas.

No capítulo quarto, **Por causa disso**, envolvi-me com a RedeD, isto é, com a rede social de economistas social-desenvolvimentistas. Este debate acadêmico levou-me a refletir a respeito do *desenvolvimento do desenvolvimentismo no Brasil e, especialmente, na Escola de Campinas*. O ponto-de-ruptura foi provocado por uma crítica a respeito da suposta carência de uma visão sistêmica da geração de professores contratada após a fundação do IE-UNICAMP, há 30 anos. Encarei, então, o desafio de sistematizar minhas ideias dispersas (e desconhecidas pelo colega crítico) a respeito de *uma visão holística da economia como Sistema Complexo*.

Minha reação no capítulo anterior, leva-me a outro desafio intelectual que exige uma nova reação para tentar restabelecer a ordem mental. O *pensamento sistêmico* não nega o racionalismo, mas acredita nem todas as decisões dos seres humanos serem racionais. Compreender a resultante dos comportamentos individuais heterogêneos exige *conhecimento interdisciplinar* tanto para entender essa individualização quanto para perceber sua sistematização. O objetivo é alcançar uma *visão sistemática*, isto é, uma capacidade de identificar as ligações entre comportamentos particulares e fatos sociais do sistema como um todo complexo.

Finalmente, no quinto capítulo, depois de estudar Economia Comportamental, Nova Economia Institucionalista, Economia Evolucionista, Economia da Complexidade, e Economia da Felicidade, cheguei à experiência didática com interdisciplinaridade, narrando o percurso do meu Curso “Economia no Cinema”. A geração atual dos alunos aprende melhor através da audição, visão e ação (*ouvir-ver-fazer*), exigindo a adoção de métodos não tradicionais de ensino. A primeira

programação do curso, focalizando as Grandes Eras da Evolução Humana por meio de filmes, vistos e discutidos com base em leituras prévias, representam o acúmulo da experiência humana realizado em Literatura, História, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Sociologia, Política ou Economia. Ultrapassam as fronteiras dessas disciplinas, superando a repartição da realidade. O segundo Programa e Bibliografia foi para debater o Brasil através do cinema brasileiro, sua historiografia, seu povo e sua cultura musical. O principal resultado almejado é formar, culturalmente, bons cidadãos.

Ainda poucos explorados pelos acadêmicos de Economia, os filmes constituem fontes de informações legítimas e não menos importantes em relação às outras fontes como a literatura, os relatórios de pesquisas, as estatísticas, etc. A maioria das pessoas leigas em Economia irá se deparar com análises econômicas da realidade através de opiniões formadas a partir de filmes, sejam documentários, sejam dramas. Para a confecção e a compreensão de seus roteiros (e personagens) exige-se conhecimentos multidisciplinares, inclusive os de economistas comportamentais, institucionalistas, evolucionistas e complexos, *como quero demonstrar (C.Q.D.)*.

Capítulo 1: Era Uma Vez

Minha Escolha de Trabalho Não Alienante

Era uma vez, uma criança caçula de três irmãos da geração *baby-boom*, nascidos em série, eu um ano e dois meses depois do meu irmão ainda bebê. Eu era muito tímido diante da reação dos outros à minha ocupação de lugar.

De modo geral, minha infância foi feliz, cercado de proteção materna e com um pai médico provedor. Nossos avós maternos levavam-nos nos fins de semana para uma fazenda, onde desfrutávamos a liberdade de viver em harmonia com a natureza. Passávamos férias nas praias cariocas com os avós paternos.

Até um dia acontecer meu primeiro “ponto de ruptura”: acompanhar meu irmão mais velho no Jardim de Infância. Vi a “escola maternal” como um mundo hostil, cercado de crianças competitivas. Todas desejavam os “bens da moda”, queriam se apossar o tido pelos outros.

Chorei, esperneeiei, berrei. Agarrava-me à mão de minha mãe, ficava no canto sofrendo até ela vir me salvar daquele ambiente confuso de disputa e rivalidade. Essa batalha se prolongou até um armistício. O acordo entre mãe e filho, para a suspensão temporária da vivência com aquelas hostilidades de crianças envolvidas em disputa, exigiu eu assumir um dever. Eu estudaria com ela, diariamente, até me alfabetizar. Depois, quando tivesse sete anos, entraria no primeiro ano da Escola Fundamental ABC – hoje, o ensino primário.

Aproveitei feliz a trégua. No meu “recreio”, subia o pé-de-caqui, no quintal de minha casa, vizinha ao do Jardim de Infância. Lá eu tinha um bom posto de observação do “território inimigo”: o pátio de recreação dos meus ex-colegas. Observava acuradamente seus comportamentos, suas táticas, as lideranças e os subordinados. Esboçava minha estratégia para o futuro retorno.

Fui alfabetizado com a letra redonda da caligrafia de minha mãe e o hábito de leitura das histórias-em-quadrinhos e os clássicos infanto-juvenis adquiridos por meu pai. Entre outros heróis de capa-e-espada, Robin Hood – roubar dos ricos suas extorsões dos pobres – se tornou meu guia-espiritual em defesa da justiça social.

Por causa disso, quando voltei à vida coletiva, estava mais preparado para o enfrentamento da competição. Aprendi logo as regras do jogo. A partir do segundo lugar, no primeiro boletim escolar, entendi o significado de tirar notas boas. Do mês seguinte até a formatura no Primário, passei a ter uma medalhinha dourada no peito. Com esse reconhecimento, não tive mais dificuldade de convivência respeitosa e fraterna com os colegas. Fui escolhido como paraninfo da turma de jardim-de-infância e tive de fazer discurso na formatura com dez anos!

Finalmente, enquanto meus colegas foram fazer o ginásio (Ensino Médio) em colégio religioso, eu fui o único a fazer concurso direto para seleção em colégio público laico, considerado na época o melhor de Belo Horizonte: o Colégio Estadual de Minas Gerais. Eu era vizinho dele, cuja criativa arquitetura em forma de régua, giz, borracha, e mata-borrão, foi criação de Oscar Niemeyer. Ele tinha também arquitetado a Pampulha.

Na minha infância, como observador crítico do mundo exterior, eu desenhava tudo. Era capaz de desenhar uma história-em-quadrinhos. Nos intervalos entre aulas, colegas pediam para eu desenhar no quadro-negro com giz, por exemplo, mergulhadores ou astronautas. Os adultos prognosticavam: certamente, eu seria arquiteto.

Colocaram isso na minha cabeça. Segui com as melhores notas em direção ao Científico para Engenharia. Não tinha dificuldade com nenhuma matéria de Ciências Exatas: Matemática, Física, Química. Na véspera do primeiro vestibular único nas Universidades Federais, o da UFMG, realizado em conjunto com os milhares de candidatos sentados nas arquibancadas do Estádio Mineirão, colocaram Biologia no currículo. Não me dei bem, talvez pela carga emocional negativa criada pelo desestímulo de meu pai aos filhos seguirem sua profissão. Medicina é a profissão universitária com maior renda per capita.

Intuitivamente, eu percebia não ter o mesmo potencial em todas as múltiplas inteligências existentes. Esse potencial é determinado geneticamente. Podemos ter todo o potencial, mas se não tivermos oportunidades de aprendizagem, motivação, bons professores, não vamos desenvolvê-lo.

Os diversos tipos de inteligência dos seres humanos sugerem as escolhas de certas profissões. Eu não teria dificuldade com as relacionadas à *lógico-matemática* – na época supervalorizada como símbolo de QI: capacidade de raciocínio lógico e compreensão de modelos matemáticos. Tinha habilidade em lidar com conceitos científicos. Mesmo a *inteligência espacial* não era de todo ausente, dada minha percepção do sentido de movimento, localização e direção.

Porém, com minha timidez em falar com desconhecidos, notava já uma menor *habilidade linguística*: domínio da expressão com a linguagem verbal. Pertencço à última geração obrigada a aprender língua estrangeira na Cultura Francesa. A partir dos anos 70, a obrigação passou a ser o domínio do inglês no ICBEU (Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos). Minha resistência ao Império bloqueou minha fluência verbal.

Também minha *inteligência musical*, quanto ao domínio da expressão com sons, ficou restrita. Sempre fui apenas um bom ouvinte, apreciador dos diversos gêneros musicais: de música africana à música do Oriente Médio, passando pela Ocidental. Convidado por amigos para ser DJ em festas dançantes, hoje, esta talvez fosse uma opção profissional.

Deixei para meu irmão-atleta desenvolver sua *inteligência corporal-cinestésica*. Não cultivei grande percepção de movimento, peso, resistência e posição do corpo, provocada por estímulos do próprio organismo. Meu domínio dos movimentos do corpo foi dedicado apenas ao futebol e à natação sem competição. Uma ruptura dos ligamentos do joelho, durante uma pelada, encerrou sem glória minha carreira esportiva. Mas amo o futebol. Possibilita a análise do conjunto, da tática, da estratégia, de iniciativas das individualidades.

Quanto à *inteligência intrapessoal* – a capacidade de auto compreensão, automotivação e conhecimento de mim mesmo –, só durante minha crise de meia-

idade (40-44 anos), quando fiz uma terapia *Gestalt*, aprendi a “tornar-me presente”, esquecer em dada situação o passado e o futuro. É uma doutrina da psicologia baseada na ideia da compreensão da totalidade para haver a percepção das partes. Possibilita a habilidade de administrar os sentimentos a seu favor.

Pelo fato de ter sido tímido, observador crítico dos costumes e comportamentos, estrategista em defesa de minha sobrevivência social, adquiri certa *inteligência interpessoal*: a capacidade de se relacionar com o outro, entender reações e ter a empatia de se colocar sob o ponto de vista do outro. Não está entre meus pontos-fortes a *inteligência naturalista*, isto é, a facilidade de apreender os processos da natureza.

A intrapessoal e a interpessoal compõem a chamada *Inteligência Emocional*. Todos nós devemos a desenvolver para alcançar um bem-estar pessoal e social.

Quando uma pessoa é nova, é importante ter experiências amplas, para perceber e evoluir as múltiplas inteligências. Quando envelhece, ela já pode favorecer suas inteligências mais expoentes. É relevante estabelecer as metas para sua educação, em determinada área de conhecimento, e treinar as inteligências relevantes para ela.

Afinal, como foi realizada minha *escolha profissional*? De maneira quase *casual*. Na véspera do vestibular, quando iria me inscrever como candidato à Arquitetura – o único a escolher na minha turma de futuros engenheiros –, minha irmã dois anos mais velha me alertou sobre o mercado de trabalho desse ofício, baseada em um único caso de um conhecido de seu namorado. Acrescentou ainda eu não ser tão criativo como um artista. Detalhe: ela casaria com um fotógrafo e se tornaria uma excelente fotógrafa.

Seu diagnóstico foi fulminante. Desisti de imediato de me tornar arquiteto. E lhe perguntei sua sugestão para meu destino profissional. Disse-me: analista de sistema. O que?! Trabalha com computador, conhece isso? Já ouvi falar. Essa é uma especialização de pós-graduação. Antes, você tem de fazer qualquer graduação. Qual?! Está na moda uma tal de Economia, você não vê a propaganda do Milagre

Econômico Brasileiro? Vê a bolsa de valores! No final de 1970, resolvi fazer o vestibular para Economia sem ter a menor ideia a respeito desse ofício.

Memória do contexto: em 1969 existiam apenas 425.478 estudantes universitários no Brasil. Os concluintes foram 44.709. O Ensino Superior ainda não tinha sido massificado.

Passei direto em segundo lugar no curso (e em 13º. em toda a UFMG), uma questão de múltipla escolha a menos (180 X 181) do primeiro colocado. Talvez porque tive uma crise de *stress* (deu um “branco” na minha memória) na véspera do vestibular. Um professor, depois, “cobrou-me” a primeira colocação para a glória do colégio. Mas vi a bobagem disso de tirar sempre 10.

Antes de realizar as provas, na arquibancada do Estádio Mineirão, tocava o “hino” do regime militar brasileiro em 1970 – “*Prá Frente, Brasil*”. Eu o odiava. Talvez isso tenha me prejudicado a concentração. Em contrapartida, minha atitude rebelde foi dar cola para meus colegas sentados atrás de mim. Depois, para minha surpresa, um deles me presenteou com um uísque.

À noite, durante o primeiro ano de curso, estudei Programação Assembler para IBM 360. Nas férias de verão, fui estagiar no SPD da UFMG. Odiei trabalhar com a máquina – e os valores dos engenheiros da computação. Eles a louvavam. Diziam-me: ela nunca erra, quem erra é você! Eu os burlava e recolocava os milhares de cartões perfurados sem mudá-los e, na nova vez, por circunstâncias inteiramente desconhecidas por mim, a máquina processava!

Abandonei-a assim como aquele pessoal crente em sua infalibilidade, onisciência, onipotência e futura onipresença. Porém, logo após o surgimento dos PCs (Computadores Pessoais), eu os adotei. Domino os aplicativos básicos necessários.

Lição de vida profissional vivenciada: *o acaso de estudar Economia me levou a tomar gosto pela Ciência Econômica*, principalmente pelo tratamento multidisciplinar da Economia como Sistema Complexo. Desde logo, advirto: isso não significa apreciar a convivência com todos os economistas. Aliás, os ortodoxos não me amam... *Snif, snif*, por que, hein?

Essa escolha profissional dá dinheiro? Sim, não posso me queixar em termos relativos à sociedade brasileira. Estou no top 1% mais rico em renda e riqueza. Mas muito mais importante é *o sentido da vida*: pertencer e servir algo além de mim mesmo ao desenvolver o melhor de mim como divulgador de conhecimento ou “explicador”.

Aprendi, recentemente, haver *quatro pilares de uma vida com sentido*:

1. *Pertencimento*: ter relacionamentos afetivos cultivados nos quais nosso valor (nosso melhor “eu”) é reconhecido *por ser quem somos* (e não por quem amamos ou odiamos em rede social) e também valorizamos os outros (sem ficarmos indiferentes às suas presenças a consultar o *smartphone*);
2. *Propósito (meta, objetivo)*: não é simplesmente descobrir um emprego no qual nos sentimos “felizes”. Tem mais a ver com *o que oferecemos* se comparado a *o que desejamos*. Devemos usar nossos pontos fortes para servir os outros, seja através do *trabalho não alienado*, onde se sentimos criando algo significativo – e ao contrário do *trabalho alienado* no qual a desmotivação se torna um problema existencial –, seja na vida em geral, onde a descoberta dos conhecimentos nos impulsiona.
3. *Transcendência*: *ir além de nós mesmo*, pairar acima da rotina cotidiana e nos sentirmos conectados a uma realidade maior, onde perdemos a noção de tempo e lugar, como através da apreciação de todo o tipo de arte, no meu caso, a escrita para divulgação voluntária e gratuita de conhecimento, quando me sinto menos egoísta e mais altruísta;
4. *Contar / compartilhar histórias pessoais*: a nós mesmos, sobre nós mesmos, com a criação de uma narrativa a partir dos eventos da nossa vida para trazer luz e entender *como nos tornamos quem somos* – e controlar nosso ego.

Esta é uma descoberta muito recente na minha terceira-idade. É um conhecimento universal há milênios. Os anciãos têm o dever de *compartilhar experiências vivenciadas* com os mais novos. Somos autores de nossa história. Podemos mudar a forma como a contamos. Não é simplesmente uma listagem de eventos, não analítica. Podemos editar, interpretar e recontar nossas histórias. Mesmo limitados

pelos fatos experimentados, a edição da nossa história muda a nossa vida. A “história redentora”, quando o mal é redimido pelo bem, serve de incentivo aos outros. Este é o sentido para este resgate de minhas memórias pessoais quanto à aprendizagem e ao ensino de Economia.

Partição da Realidade entre Ciência Econômica e Ciências Afins: Política, Sociologia e Psicologia

Era uma vez a Economia Política. Ela convivia familiarmente com outras Ciências Afins: Política, Sociologia e Psicologia. Todas dividiam o trabalho de investigação da realidade, aumentando a produtividade em descobertas sobre leis de movimento social. Até a Economia se tornar cada vez racionalista, individualista e liberal, afastando-se dessa convivência fraternal de enriquecimento mútuo. Seduzida pelas Ciências Exatas, ambiciosa de maior status científico, passou a ignorar as Ciências Afins, simplesmente, abstraindo suas existências. Foi se depurando, especializando-se em construir modelos cada vez mais esotéricos, compreensíveis apenas por poucos pares. Ao se tornar muito hermética, deixou de interessar à formação de cidadãos completos.

Na transição do século XVIII para o XIX, a Economia Política começou a se desligar da Filosofia para ganhar existência própria. Sua definição clássica se encontra nos primeiros parágrafos do Prefácio dos *Princípios de Economia Política e Tributação*, publicado por David Ricardo em 1817. Vale lembrar essa passagem.

“O produto da terra – tudo que se obtém de sua superfície pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital – se divide entre três classes da sociedade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo. Em diferentes estágios da sociedade, no entanto, as proporções do produto total da terra destinadas a cada uma dessas classes, sob os nomes de renda, lucro e salário, serão essencialmente diferentes, o que dependerá principalmente da fertilidade do solo, da acumulação de capital e de população, e da habilidade, a engenhosidade e dos instrumentos empregados na agricultura. Determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia Política” (1982: 39).

Nada tão distante do interesse dos esnobes membros de Departamentos de Economia universitários contemporâneos. Hoje, qualquer visitante e/ou calouro interessado em “conflitos sociais por distribuição de renda e riqueza” será devidamente encaminhado aos Departamentos de Ciências Sociais, onde se estuda “aquela coisa” (marxista?!) de Antropologia, Sociologia, Políítica (credo...), ou então ao Departamento de Psicologia. Insistência impertinente levará o candidato ao Departamento de Psiquiatria...

Corporativamente, essa vã tentativa de “cientificização” da Economia Política ocorreu nas mãos de “puros” professores universitários.

“A maioria dos grandes autores que desenvolveram a Economia Política, tantos os predecessores de Ricardo como seus contemporâneos e sucessores, foram acadêmicos e políticos, isto é, intelectuais que procuraram interpretar a realidade econômica a partir de conceitos abstratos. Os chamados ‘práticos’, que se aventuraram a teorizar a Economia tendiam a se mostrar incapazes de superar os dados de sua experiência imediata, revelando estreiteza de visão e carência de profundidade. Este certamente não foi o caso de Ricardo, o qual primava pela capacidade analítica e pela consistência lógica, em momento algum se deixando iludir pelas aparências dos fenômenos, atrás dos quais sempre procurava descobrir o nexos causal que os interligava, fazendo da economia um todo submetido a leis que à ciência cabia revelar” (Singer; 1982: VIII).

A abordagem clássica da Economia Política dá ênfase às relações sociais estabelecidas entre os homens em suas atividades econômicas. A abordagem neoclássica da Economia Pura enfatiza a capacidade humana de fazer escolhas perante múltiplos fins e diversos meios para alcançá-los.

Nesta última concepção de Economia, qualquer escolha feita por um agente econômico quanto à alocação de recursos (escassos se considerados todos fins almejados) implica uma relação entre custos (os meios empregados) e benefícios (os fins a serem alcançados). Considera-se também, nessa decisão, a ocorrência de custos de oportunidade – outros objetivos, com os mesmos recursos, possíveis de serem obtidos.

Naquela primeira concepção, os modos como as sociedades, em diversas etapas históricas, se organizaram ou se coordenaram, para resolver os problemas da produção, da distribuição, do consumo, do investimento, do financiamento, etc., é o objeto de reflexão da linha de pensamento classificada como Economia Política. As leis de movimento social são seu foco.

Há distintos níveis de abstração. Como a escassez sempre se manifestou, ocorreu em todas as épocas e as economias, ela pode ser tratada como um conceito atemporal. Sendo assim, a Ciência Econômica pura pretende ser universal e permanente, pois, a partir dos fenômenos de escassez e de opção, elabora um sistema de proposições teóricas e procedimentos científicos aplicáveis a qualquer tempo e em qualquer lugar. Nesse alto nível de abstração, é possível a generalização.

Em Economia Política, refere-se sempre a um tempo histórico definido com determinada formação social. As leis da Economia Política têm vigência restrita no espaço e no tempo. Dentro dessa perspectiva histórico-institucionalista, a Economia não pode pretender construir teorias universais, isto é, abrangentes de todos os períodos e os lugares.

Joseph A. Schumpeter, em sua monumental *História da Análise Econômica*, trata no Capítulo 3 de *Alguns Progressos nas Ciências Afins*. Sob esta expressão “Ciências Afins” reúne fatos, forçosamente, fragmentários. Eles exprimem pinceladas impressionistas. Não só embelezam a reconstituição da história do pensamento econômico como também inspiram o resgate da multidisciplinaridade de seus primórdios, nos séculos XVIII e XIX, antes da depuração da Economia Política a transformar em apenas uma Economia Pura com a pretensão de se constituir em Ciência Econômica.

Essa ambição científica racionalista também envolveu todas as Ciências Afins. A repartição da realidade em disciplinas isoladas foi realizada como um loteamento do território científico entre corporações profissionais. Estas almejavam imperar de modo absolutista mesmo sendo sobre um pedaço reduzido. Instalou-se, no século XX, o reinado das especializações profissionais.

No entanto, minha *hipótese-chave* é, agora, haver a disponibilidade de diversos conhecimentos, bancos de dados e informações facilmente acessíveis por TIC (Tecnologia de Informações e Comunicações), para atender à demanda do mercado de trabalho contemporâneo. Almeja profissionais com formações generalistas e flexíveis, dotados de criatividade, e capazes de adaptação a quaisquer nichos de mercado. Requisita, igualmente, uma visão abrangente, sistêmica e multicultural para formular estratégias de conquista de espaços mais amplos no mercado global. Em poucas palavras, a exigência atual é por profissionais com *visão interdisciplinar*.

Neste tema, é impossível não lembrar de uma aula de um de meus mentores intelectuais, Carlos Lessa, ministrada nos anos 70. Ele usou um exemplo inusitado para ilustrar uma operação analítica de repartição: uma vaca!

“Reparem bem, nos não vamos analisar a vaca em geral, nos vamos tomar uma determinada vaca, nascida em data e lugar específico. Tomem esta vaca, por exemplo, a Madalena, e vamos analisá-la. Agora vamos colocá-la em mãos de dois analistas: o primeiro analista é um açougueiro. O que ele vai fazer com a vaca? Vai matá-la. Retira a carne de 1ª, a de 2ª e a de 3ª, retira as vísceras, o couro, a cabeça com os chifres para emoldurar, etc., ou seja, desmembra aquele todo em uma coleção de partes. Agora, se essa mesma vaca tivesse de ser dissecada por um outro analista, um professor da escola de Veterinária, o que ele faria? Ele vai utilizar a vaca para uma lição de anatomia. Logo, mata a vaca da mesma maneira. Mas, a partir daí, vai desmembrá-la com critérios distintos: primeiro, o sistema neurovegetativo; depois, o sistema circulatório, etc. No final, teria uma outra coleção de partes. Em primeiro lugar, qual é o denominador comum dos dois analistas? Ambos assassinaram o todo. Segundo dado comum às duas situações: é impossível reconstruir Madalena, a partir das duas coleções de partes. O que aconteceu? O primeiro analista, o açougueiro, e o segundo, o professor de anatomia, ao desmembrarem a vaca obtiveram, não elementos, mas partes sem as conexões com as demais e com o todo. Mas o que, realmente, diferencia um analista do outro é que o primeiro tem critérios de partição que são diferentes do critério de partição do segundo. Generalizando mais, poderíamos dizer que existem inúmeras coleções de partes obtidas a partir de um todo, Madalena”.

Toda análise econômica é uma *operação de partição*, só feita em termos de ideias. A operação analítica se dá com um objeto idealizado. A coleção de partes obtidas pelo analista são *conceitos*. Mas esse objeto colocado sob análise admite, da mesma maneira no caso da vaca Madalena, *inúmeros modos de partição*. No entanto, existem critérios implícitos ou explícitos por trás do conjunto de conceitos econômicos. Dependendo dos critérios escolhidos, teremos uma determinada coleção de conceitos. Dependendo dos conceitos tomados, podemos demonstrar qualquer coisa, mas não ressuscitaremos a Madalena, isto é, O Todo.

O professor Carlos Lessa encerrou seu argumento da seguinte maneira.

“Houve um grego que disse o seguinte: – *Deem-me uma alavanca e um ponto de apoio que eu desloco o mundo*. Com a teoria econômica acontece o seguinte: – *Deem-me a possibilidade de manter oculto meu critério de partição que eu demonstro qualquer coisa...*”

Sob o meu ponto de vista, disciplinas tais como a Política, a Sociologia e a Psicologia são vizinhas complementares, cujos conhecimentos são essenciais para o desenvolvimento da própria Economia. A Historiografia, da mesma forma importante, necessita menos comentários, porque tem sido acompanhada de forma satisfatória por economistas heterodoxos. Como a Matemática e a Estatística tornaram-se as disciplinas mais cultuadas por economistas ortodoxos dentre as vizinhas da Economia, seu conhecimento é obrigatório aos estudantes. Por isso, Schumpeter não se dá ao trabalho de expô-las em seu capítulo de reconstituição da História da Análise Econômica.

Antes de iniciar minha argumentação em defesa da anunciada tese, através da investigação (“teste”) da hipótese apresentada, cabe lembrar a advertência dos autores da obra *“Como Ler Livros: O Guia Clássico Para A Leitura Inteligente”*.

“Os livros de Ciências Sociais não se limitam à não ficção. Há uma importante e vasta categoria de textos contemporâneos que pode ser chamada de ‘ficção científica social’. Nela o objetivo é criar modelos artificiais de sociedades que nos permitam, por exemplo, explorar as consequências sociais da inovação tecnológica. A organização do poder social, as espécies de propriedades e de

posse, e a distribuição de riqueza são descritas, condenadas ou elogiadas de várias maneiras em romances, peças, contos, filmes e séries de televisão. Na medida em que fazem isso, pode-se dizer que têm importância social ou que contêm ‘mensagens relevantes’. Ao mesmo tempo, tais obras usam e disseminam elementos de Ciências Sociais” (Adler & Doren; original de 1940; 2010: 301).

Esses autores sugerem é essa área literária ser composta de textos não puramente expositivos, mas mistos. É preciso ler livros de História tendo em mente eles serem uma mistura de ficção e ciência. Por sua vez, boa parte da literatura de Ciências Sociais é uma mistura de Ciência, Filosofia e História, mas sempre se adiciona um pouco de ficção como tempero. A própria mistura muda de livro para livro. O leitor analítico depara com a tarefa de identificar a composição relativa dos itens formadores daquilo sob sua leitura. Essa ressalva é importante na nossa experiência interdisciplinar. Ela toma como válido o material didático composto por obras cinematográficas, tanto em ficção (dramas), quanto documentários, como fontes de (in)formações audiovisuais.

“A história é sempre a mesma; porém, os historiadores são diferentes”.

Neste primeiro capítulo, analiso a partir deste ponto, muito brevemente, os critérios de partição da realidade – O Todo – e alguns conceitos básicos da Política, da Sociologia e da Psicologia, nessa respectiva ordem expositiva. O objetivo é, depois, reincorporá-las em uma análise multidisciplinar, macrossocial, sistêmica e estruturalmente complexa com fundamentos em Psicologia Econômico-Comportamental. Repito: minha hipótese é essa reintegração se fazer agora necessária para o conhecimento da realidade contemporânea. Vivemos uma Economia de Bolhas, onde euforia e pânico, sentimentos emocionais coletivos se sucedem. Em análise de ações coletivas, além da Psicologia de Massa, a Sociologia Política é tão necessária quanto a Economia Política.

Política

A primeira Ciência Afim aqui examinada é a Política. Busco algum conhecimento básico de história do pensamento político com a finalidade de entender a doutrina

predominante na formação ortodoxa de economistas. Minha pergunta-chave é: qual é a ideologia condicionante das teorias econômicas convencionais?

A Economia é uma ciência restrita à análise das leis sociais da produção e da distribuição de bens e serviços. Dentro dessa camisa-de-força, o próprio ato de consumo já ficaria fora do domínio da Economia Política, pertencendo a outros setores do conhecimento teórico e prático tais como a Biologia, a Cultura e a Psicologia.

O termo *Economia* vem do grego οικονομία, isto é, de οἶκος ou *oikos*, “casa” + νόμος ou *nomos*, “costume ou lei”, ou também “gerir, administrar”. Daí alguns acham ela se referir às “regras da casa” ou “administração doméstica”. Outros interpretam, desde então, sua amplitude ser maior: a administração pública. Tratava tanto das Finanças Pessoais ou Familiares quanto das Finanças Públicas.

Política, por sua vez, denomina a arte ou a ciência da organização, direção e administração de Nações ou Estados. O termo *Política* é derivado do grego antigo πολιτεία (*politeía*). Este é o título original do livro de Platão traduzido como “*A República*”. Indicava todos os procedimentos relativos à *pólis* ou cidade-Estado. Por extensão, poderia significar tanto cidade-Estado quanto sociedade, comunidade, coletividade e outras definições referentes à vida urbana.

Nessa concepção original, a questão central na Teoria Política dizia respeito ao papel do governo, ou seja, às funções desempenhadas por ele. Investigava como se adquire o direito de governar, bem como os limites de sua autoridade. Nesse caso, Ciência Política seria “a ciência do governo dos Estados”.

Entretanto, pensadores passaram a refletir, desde o século XVII com a Revolução Inglesa, sobre o equilíbrio de Poder entre o governo, as comunidades e os indivíduos. Até então, a ideia dominante ainda era a de um Estado centralizado com o poder no soberano absolutista. Não se tinha ainda conquistado os direitos civis expressos em Constituição votada por parlamentares escolhidos como representantes do povo, isto é, a Monarquia Constitucionalista ou Parlamentarista. Desde as “revoluções burguesas” (com “massas-de-manobra” populares), redefine-

se a *Política* como a ação coletiva para conquistar direitos e/ou poder de impor deveres.

Alguns eruditos medievais argumentavam os reis terem o *direito de governar dado por Deus (Igreja)*, enquanto outros proclamavam a nobreza ter um *direito de nasença* para governar. O avanço da racionalidade moderna, no decorrer do século XVII, na Inglaterra, pode ser percebido pela superação das teorias defensoras da ideia do Direito Divino dos Reis pelas quais o próprio Absolutismo Monárquico era legitimado. O racionalismo lutou contra o paradoxo lógico da Doutrina de Predestinação Divina: se deus é onisciente e presciente, ele sabe com antecipação se vai mudar o curso da história, mas isso significa ele não poder mudar de ideia sobre essa reorientação. Daí implica ele não ser onipotente...

Se o poder de governar não foi dado pela “vontade divina” ou por nascimento, então, eram necessárias outras fontes de legitimidade. Por que não a razão liberal? Ela apontava para uma percepção moderna da relação Estado-indivíduos, no qual o Estado seria o fruto da vontade racional dos indivíduos. No Iluminismo, “a descoberta das verdades” depende do esforço criativo do Homem.

Nessa nova concepção não apenas se coloca no indivíduo o início de tudo, mas também define-se a prevalência das relações contratuais, protegendo-o das próprias ações despóticas do Estado. Torna-se uma tradição pautada pela defesa da liberdade do indivíduo, limitando politicamente os poderes estatais. Abriu a possibilidade histórica da conquista de um Estado de Direito, um Estado dos Cidadãos, regido não mais por um poder absoluto, mas sim por uma Carta de Direitos. Nessa Era dos Direitos, surge a Economia Política defensora da ideologia da ordem espontânea.

O filósofo inglês John Locke (1632-1704), tendo convivido com a Revolução Inglesa (Puritana-Restauração Monárquica-Gloriosa), entre 1640 e 1688, foi o primeiro a articular os *Princípios Liberais de Governo*. Pela *luta contra o Estado absolutista*, Locke foi favorável a um papel limitado para o governo, a saber:

1. preservar os direitos dos cidadãos à vida, à liberdade, e à propriedade,
2. buscar o bem público, e
3. punir quem violasse os direitos dos outros.

Os principais pensadores do rotulado Iluminismo norte-americano foram inspirados por escritores iluministas europeus, como John Locke, Edmund Burke, Jean-Jacques Rousseau, Voltaire e Montesquieu. O sistema de governo do federalismo, denominado Estados Unidos da América, nasceu dos Princípios Liberais e Republicanos.

O termo “República” remonta à antiguidade grega romana. Mas a moderna ideologia republicana tomou formas diferentes, dependendo se foi desenvolvida nos Estados Unidos, França ou outro país. Na versão francesa, desenvolvida especialmente a partir dos escritos de Rousseau, defendeu-se o princípio da soberania do povo e da participação popular.

Nos países anglo-saxões, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, ganha corpo uma perspectiva individualista. Assume-se, entre os economistas puros, que os indivíduos procuram a sua felicidade em si mesmo ao invés de uma participação política. Nasce o individualismo metodológico.

Enquanto os liberais clássicos tendem a focar nos *direitos individuais*, por exemplo, à vida, à liberdade e à propriedade, os republicanos clássicos dão mais ênfase aos *deveres dos indivíduos com a comunidade*, como cidadãos. Destacam as virtudes que precisam ter para cumprir este papel.

Sociologia

A segunda Ciência Afim estudada no meu Curso Básico na graduação em Economia é a Sociologia. Trata-se do estudo científico da organização e do funcionamento das sociedades humanas. Busca entender as leis fundamentais estabelecidas pelas relações sociais, instituições, etc.

Enquanto o indivíduo na sua singularidade é estudado pela Psicologia, a Sociologia tem uma base teórico-metodológica voltada para o estudo dos fenômenos sociais, tentando explicá-los. Analisa os seres humanos em suas relações de

interdependência. Compreender as diferentes sociedades e culturas é um dos seus objetivos. A Sociologia é a parte das Ciências Humanas dedicada a estudar o comportamento humano em função do meio-ambiente institucional e os processos de interconexão entre os indivíduos via associações, grupos e instituições.

Ela surgiu como uma disciplina, a partir de fins do século XVIII, na forma de resposta acadêmica para uma questão-chave: se a experiência de pessoas no mundo é crescentemente atomizada e cada vez mais dispersa, por que não há a desintegração social? Por causa da divisão de trabalho? Em função de O Mercado? O Estado? É a coerção violenta ou o consenso social a causa da união das pessoas em sociedade? Qual é o papel dos aparelhos ideológicos para essa convivência?

A Sociologia tem três matrizes explicativas originadas pelos seus três principais autores clássicos. De seus estudos originaram quase todos os posteriores desenvolvimentos da sociologia, levando à sua consolidação como disciplina acadêmica, distinta da Economia Política, já no início do século XX:

1. a positivista-funcionalista, tendo como fundador Auguste Comte (1798-1857), mas a principal fundamentação analítica em Émile Durkheim (1858-1917);
2. a linha de explicação sociológica dialética, iniciada por Karl Marx (1818-1883), segundo a qual as sociedades humanas progridem através da luta de classes: um conflito entre a classe burguesa ao controlar a produção e o proletariado ao fornecer a mão de obra para a produção;
3. a matriz teórico-metodológica de Max Weber (1864-1920) salientou a importância de algumas características específicas do protestantismo ascético ter levado ao nascimento do capitalismo, daí à burocracia do Estado racional e legal, nos países ocidentais, e ao Estado como uma entidade detentora do monopólio do uso legítimo da força física.

Uma das ideias centrais de Émile Durkheim é a do *fato social*. Ele constitui-se em qualquer forma de indução sobre os indivíduos, tida como uma coisa exterior a eles. Tem uma existência independente e estabelecida em toda a sociedade. Esta é caracterizada, então, pelo conjunto de fatos sociais estabelecidos.

Para Durkheim, *fato social* consiste em maneiras de agir, pensar e sentir exteriores ao indivíduo. São dotados de um poder coercitivo em virtude do qual se lhe impõem uma norma coletiva. Só há fatos sociais onde houver organização definida. Por exemplo, certas correntes de opinião levam, com intensidades desiguais, segundo as épocas e os lugares, ao casamento, à procriação, ao suicídio. Estes fenômenos são, evidentemente, fatos sociais.

Os fatos sociais existem não para um indivíduo específico, mas para toda a coletividade. A característica de generalidade surge porque os indivíduos se relacionam ao meio ambiente social no qual se inserem.

Interessa, para meu exame das fronteiras dos domínios disciplinares, a sua hipótese de as leis reguladoras da vida social serem irredutíveis às de outros domínios, sobretudo às da Psicologia. A partir dela, Durkheim resolveu dedicar-se às Ciências Sociais, concebendo o projeto de transformar a Sociologia em *ciência autônoma*. Toda sua carreira foi dedicada a essa meta.

Partindo da exterioridade dos fatos sociais, Durkheim desemboca na compreensão da sociedade como um conjunto de ideais, constantemente alimentados por seus componentes humanos. Chegou à conceituação de *Consciência Coletiva*, entendida como o sistema de representações coletivas em determinada sociedade. Tais representações coletivas constituiriam fatos de natureza específica e diferentes dos fenômenos psicológicos individuais. Para Durkheim, elas se desdobram nos aspectos intelectual e emocional. É possível determiná-las de maneira direta e não apenas através dos pensamentos e emoções individuais.

Tal como os espiritualistas separam o *reino psicológico* do *reino biológico*, Durkheim também separa o primeiro do *reino social*. Se ele se recusa a explicar o mais complexo pelo mais simples, não adota um *holismo* – o sistema como um todo circunstancia como se comportam as partes e suas propriedades não podem ser explicadas pela simples soma dos seus componentes – *avant la lettre*?

Nem a denominação de *materialista* nem a de *espiritualista* convêm, exatamente, a Durkheim. A única aceita por ele é a de *racionalista*. Seu principal objetivo, com efeito, é estender ao comportamento humano o *racionalismo científico*.

Considerado no passado, o comportamento é, equivocadamente a meu ver, redutível a relações de causa-e-efeito. Uma operação suposta não menos racional pode a transformar, depois, em regras de ação para o futuro. A partir deste racionalismo, ou seja, sua fé no futuro da razão, “só se pode ser tentado a ultrapassar os fatos, quer para os explicar, quer para dirigir-lhes o curso, quando os supomos irracionais”. Seu *método sociológico* se resume a uma aplicação desse princípio racional aos fatos sociais.

Por sua vez, o entendimento de Max Weber é distinto: o papel do sociólogo seria construir e analisar *os tipos ideais*, baseado na observação da realidade. Isso contrasta com o método de Karl Marx. Este tentava deduzir o funcionamento da sociedade capitalista em sua *lógica interna*, ou seja, “*lei de movimento*”, em vez da observação direta ou superficial.

A sociedade, argumentava Weber, somente poderia ser entendida baseando-se em suas partes constitutivas, em primeira instância, os indivíduos. Estes agem de maneira interativa ou complexa. Mas Weber achava o comportamento coletivo passível de ser entendido pelo sociólogo.

Os indivíduos possuem certa capacidade de agir de maneira predeterminada. As *lógicas de ação* são definidas pelas visões de mundo. Tais visões emergem de um entendimento coletivo, tal como o religioso ou o político. Como mostrarei adiante, influenciada por essa visão weberiana, a Nova Economia Institucionalista destaca as lógicas de ação familiar, cívica e de mercado.

Em *Economia e Sociedade*, Weber desenvolveu a ideia do “espírito capitalista do protestantismo individualista”, lançada em sua obra anterior – *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Distingue os tipos de crença religiosa e analisa as maneiras como os indivíduos conseguem desempenhar ações sociais. Eles usam uma ampla variedade de crenças.

As estruturas de crenças criadas por pessoas também restringem suas ações. Produzem outros efeitos, por exemplo, os protestantes eram induzidos a trabalhar, mas também a cultivar a parcimônia ou evitar o consumo. Trata-se da criticada hipótese de “a poupança financiar o capitalismo”.

Contrastando com Durkheim, segundo Weber, não há uma personalidade coletiva agindo de maneira uniforme. Os indivíduos agem, coletivamente, de maneira complexa, mas inteligível. Suas lógicas de ações são moldadas por suas visões de mundo. Pontos de vistas individuais se juntam e formam entendimentos coletivos, como no caso da religião. Mas as estruturas sociais, criadas por esses entendimentos coletivos, podem limitar as liberdades individuais. Em conclusão, o indivíduo é uma simples engrenagem em um mecanismo social em movimento.

Os sociólogos econômicos se recusam a entender a vida econômica como relacionada apenas com a lógica de ação mercantil, concebido de forma abstrata, separado de suas condições históricas, culturais e sociais. Em outras palavras, eles o compreendem como um conjunto de instituições. Então, eles têm a mesma postura dos economistas institucionalistas.

Psicologia

A terceira Ciência Afim, cujo método estudei para o comparar com a metodologia econômica, foi a Psicologia. A palavra refere-se à “Ciência da Mente e do Comportamento”.

Em meados do século XX, houve o retorno do estudo científico dos processos da mente. Isto marcou um movimento dos psicólogos adeptos da *Gestalt* com raiz na *abordagem holística* – doutrina psicológica para a qual os fenômenos biológicos e psicológicos são vistos como totalidades irredutíveis à simples soma de suas partes. Eles se interessavam pelo estudo da percepção, isto é, do “tornar-se presente”. *Gestalt* – “forma” ou “formato” em alemão – é a teoria dos fenômenos psicológicos analisados como totalidades organizadas, indivisíveis, articuladas, isto é, como *configurações*.

A abordagem do *Holismo*, no campo das Ciências Humanas e Naturais, prioriza o entendimento integral dos fenômenos, em oposição ao procedimento analítico de seus componentes serem tomados isoladamente. Por exemplo, é holística a abordagem sociológica cujo ponto-de-partida é a sociedade global e não o indivíduo.

O *Gestaltismo* desenvolve-se a partir de um fato básico: nenhum elemento de qualquer conjunto pode ser percebido, ou avaliado, ou interpretado individualmente. Eles nunca são “experimentados” isoladamente. *Gestalt*, palavra de origem alemã sem tradução exata em português, refere-se a um processo de dar forma ou de configurar. De acordo com a Teoria Gestáltica, não se pode ter conhecimento do todo por meio de suas partes, pois o todo é maior se comparado à soma de suas partes: “A+B não é simplesmente (A+B), mas sim um terceiro elemento C com características próprias”.

No final da década de 1950, a Psicologia Cognitiva, focada no estudo da *cognição*, isto é, dos processos mentais por detrás do comportamento, tornou-se a corrente predominante. O modelo computacional de processamento de informações serviu à construção de teorias para resolução de problemas e tomada de decisões.

Apesar de, em sua fase inicial, a Psicologia ter se concentrado mais na mente e no comportamento dos indivíduos, ela começou a se interessar cada vez mais em observar a forma como interagimos com o ambiente e com outras pessoas. Surgiu daí a *Psicologia Social*. Ela ganhou fôlego, na segunda metade do século XX, ao revelar fatos sobre nossas atitudes e nossos preconceitos, nossa tendência a obedecer e se adequar, e nossas justificativas para ter comportamentos agressivos ou altruístas.

As numerosas linhas da Psicologia em vigor abarcam, praticamente, todo o espectro da vida mental e do comportamento humano e animal. O alcance da Psicologia expandiu-se e sobrepõe-se a muitas outras disciplinas, entre elas a Neurociência, a Sociologia, a Política e até mesmo a Economia. Focalizarei mais adiante a *Psicologia Econômica* ou *Economia Comportamental*.

A Psicologia continua a influenciar e ser influenciada por outras disciplinas. Todas são repartições da realidade. A verdade é O Todo. Então, para se aproximar da verdade, é necessária a reintegração de todas as disciplinas, cujos conhecimentos foram aprofundados por estudos e pesquisas de especialistas.

Quanto ao ramo da Psicologia Social, interessa aos economistas quando trata dos fenômenos de interação entre indivíduos ou grupos. Além disso, é relevante

conhecer a influência formativa de uma *mente grupal*. Uma vez formada, ela exerce influência sobre os indivíduos nela incorporados.

Durante a primeira metade do século XX, a ênfase da disciplina ficou no estudo da mente e do comportamento individual e suas respostas ao ambiente. Não obstante, ficou cada vez mais claro, para alguns psicólogos, o “ambiente” incluir outras pessoas, configurando um ambiente socioeconômico e político através de relações interpessoais.

A Psicologia Social surgiu, na década de 1930, quando os psicólogos começaram a investigar as interações entre indivíduos dentro de grupos e da sociedade como um todo. Eles examinaram o efeito das organizações sociais sobre o indivíduo e, em contrapartida, a maneira pela qual as estruturas sociais são influenciadas pela psicologia dos indivíduos.

Em 1968, julgando ser preciso observar a interação dinâmica entre os indivíduos e a situação na qual estão inseridos, Walter Mischel (1930-) chamou a atenção para o papel desempenhado por fatores externos, tais como *o contexto*, para determinar o comportamento.

Como se pode prever o comportamento? Não é suficiente a análise de traços de personalidade pura e simples dos indivíduos, é necessário considerar também o contexto e os fatores externos. Observar a interação dinâmica entre o indivíduo e a situação circunstancial, indicadora das condições de sua ação (lugar, tempo, modo, companhia, etc.), é o melhor caminho para se prever esse comportamento individual. O comportamento grupal e/ou social seria totalmente *caótico* para o analista se ele não considerasse os dados do ambiente socioeconômico.

Há *dependência da trajetória* (*path dependence*) quando o resultado de um processo depende de toda a sequência de decisões tomadas pelos agentes e não apenas das condições iniciais ou atuais. Um conceito similar é *a histerese*, a tendência de um sistema de conservar suas propriedades mesmo na ausência do estímulo original ou da causa primária geradora. Esses princípios referem-se à importância do passado imediato para a compreensão das Ciências Sociais.

Os mecanismos de retroalimentação (*feedback* positivo), como “efeito do movimento inercial de vencedor”, originam *path dependence*. Contribuem para o fortalecimento de um padrão existente, espécie de normalização espontânea. Quando as convenções sociais aparecem, tornam-se permanentes, em parte por causa dos altos custos de transação envolvidos em qualquer mudança.

A Teoria da Dependência da Trajetória, isto é, *path dependence*, em Economia é usado, especialmente, por economistas atuantes no campo da Economia Evolucionária. Verificaram os processos econômicos não progredirem para um único ponto de equilíbrio pré-determinado. Logo, a natureza de eventual equilíbrio transitório depende em parte da forma para chegar a ele.

Esta visão dinâmica da evolução econômica é muito diferente da concepção assumida a priori de haver apenas um ponto de equilíbrio. Pressupõe poder este ser alcançado independentemente das condições iniciais ou de eventos transitórios. Na realidade, tanto o ponto de partida como os eventos acidentais têm efeitos significativos sobre o resultado.

Economia

Finalmente, chego à Ciência Econômica: é Micro ou Macroeconomia? Teoria dos Indivíduos ou Teoria da Economia como Sistema Complexo?

John Davis, em *The Theory of the Individual in Economics: Identity and Value (2003)*, destaca as diferentes concepções da *persona* e os diferentes pontos de vista da ortodoxia e da heterodoxia sobre a importância dos *indivíduos* na economia. A Economia ortodoxa, aparentemente, coloca um peso determinante sobre os indivíduos. Geralmente, ela trata os indivíduos como seres relativamente autônomos ou mesmo de forma atomística. A Economia heterodoxa, por sua vez, coloca consideravelmente menos peso determinístico sobre os indivíduos. Em geral, considera os indivíduos como seres incorporados na vida social e nas relações econômicas.

Para aguçar essa distinção, Davis diferencia entre dois tipos de definição do indivíduo:

1. *definição internalista do indivíduo*: em termos de seus estados internos de consciência, tais como as preferências subjetivas.
2. *definição externalista dos indivíduos*: socialmente integrados e explicados em termos das relações externas estabelecidas entre si.

As diferenças entre as duas abordagens principais refletem a oposição entre duas tradições metodológicas em Economia, quais sejam:

1. o *individualismo* metodológico e
2. o *holismo* metodológico.

Estas duas metodologias podem ser caracterizadas, epistemologicamente, como estratégias de explicação e, ontologicamente, como pontos de vista diversos sobre a natureza dos agentes na vida econômica. A *ontologia* é o modo do estudo das propriedades mais gerais do ser apartado da infinidade de suas determinações. Ao qualificá-lo em particular, oculta sua natureza plena e integral. É possível a unificação de ambas maneiras de pensar em um paradigma explicativo central?

Quanto aos diferentes pontos de vista sobre a natureza dos agentes na vida econômica, cabe levantar os fatores causais existentes no mundo. Eles especificam os mecanismos resultantes em eventos. Nesse caso, tanto o *individualismo metodológico* quanto o *holismo metodológico* também podem ser entendidos como formas de contabilização de *relações de causa-e-efeito*.

A Economia ortodoxa tem representado a si mesmo como “individualista”, tanto em termos teóricos, como normativos. Sua posição a este respeito – a defesa da liberdade comportamental dos indivíduos como fosse uma racionalidade socialmente equilibradora – tem sido sempre a chave para o seu amplo suporte ideológico na sociedade. Davis defende, no entanto, a Economia ortodoxa ser, de fato, individualista apenas em reputação.

A percepção dominante entre os economistas ortodoxos é que a Economia heterodoxa tem pouco a oferecer de forma científica ou normativa. No entanto, os argumentos de Davis sugerem ela poder sim ter um futuro mais promissor desse imaginado pela maioria desses economistas ortodoxos.

Os elementos de uma concepção alternativa de indivíduo aglutinam em torno de preocupações sobre a vida individual no mundo socialmente complexo de hoje. Então, as melhores intuições dos economistas heterodoxos sobre *as instituições* e *as estruturas sociais* podem colocá-los em posição de falar com mais autoridade sobre essa inquietação da sociedade em relação ao aumento da vulnerabilidade social dos indivíduos.

O caminho para tornar viável o quadro teórico da relação estrutura-agente é reforçar a consideração implícita de ação individual com um *tratamento reflexivo ou comportamento autorreferente*. Isso poderia envolver a importação de mais pensamento psicológico-social, para as teorias sobre a sociedade e a economia, a fim de completar o existente no pensamento da Economia heterodoxa sobre o assunto.

Há conexões implícitas entre reflexão individual e análise de intencionalidade coletiva. Elas jogam luz sobre *a concepção de indivíduo incorporado*. A forma como nos relacionamos uns com os outros (como objetos *externos*) está ligada à forma como cada qual de nós relaciona consigo mesmo (como objetos *internos*).

Logo, a forma como usamos a linguagem “nós” em grupos sociais está ligada à forma como cada qual vê a si mesmo como indivíduo-membro de grupos sociais. Essas ligações são suficientes para definir uma ampla e desafiante agenda para a explicação do comportamento individual. Se, de fato, *a reflexão* é a chave para autonomia individual em circunstâncias de indivíduos socialmente integrados, os economistas podem não ter outra escolha senão a de enfrentar essa agenda.

A análise da intencionalidade coletiva é *individualista*, ontologicamente falando, mas também é *holista* ao ser capaz de explicar a influência dos grupos sobre os indivíduos. Ela fornece uma maneira de compreender os indivíduos integrados especificamente como indivíduos. O comportamento padrão é *proposital* ou *intencional*. A interação entre os agentes se dá em termos de conjuntos de expectativas recíprocas de umas das outras. São interagentes.

A abordagem deve ser *pluralista*. Diferentes tipos de circunstâncias sociais parecem envolver diferentes tipos de comportamento. O comportamento

econômico deve ser visto como *complexo*, combinando, qualitativamente, diferentes tipos de comportamento, instrumentais e deontológicos.

Estes últimos, rejeitando a importância de qualquer apelo ao dever (obediência) e à consciência (conformidade ou responsabilidade social), coloca na tendência humana individualista de *perseguir o prazer e fugir da dor* o fundamento da ação eticamente correta. Social e economicamente seria correta? Esta dúvida me atormentava como estudante de Economia.

Conclusão

A crise existencial é a defesa do sujeito contra seu próprio desejo. Qual é o meu desejo enquanto economista hoje ocupado como professor universitário? Entender (e explicar) o mundo!

Como isso, de maneira integrada, era inalcançável no estado então vigente da repartição do mundo entre as Ciências Sociais, entrei em crise de identidade profissional. *Quem sou eu como economista? Se sou, quantos sou?*

Essa crise existencial nada mais é senão um diálogo interno, isto é, a autocrítica em relação a si próprio e sem atribuição de responsabilidade a outro. Quem é o outro? Cada qual é o único responsável por suas escolhas na vida. O peso da responsabilidade pela escolha da profissão tem de se arcar sozinho, sem ter outra opção para onde escapar e, muito menos, em quem botar a culpa do fracasso, por exemplo, do projeto megalomaniaco não realizado de compreender e ensinar tudo, por exemplo, sobre a crise global e sistêmica contemporânea.

Ao chegar à determinada idade, é natural parar para refletir sobre todas as realizações e quais foram as escolhas pessoais. Nessa retomada, encontram-se muitos desejos antes reprimidos. A crise de identidade pode vir por consequência. Essas desilusões devem ser compreendidas e tratadas para se evitar – ou combater – a crise, seja pessoal, seja socioeconômica.

Não há felicidade constante. Esta é um estado de espírito momentâneo. A vida é cíclica, cheia de altos e baixos, regida pelo confronto entre o princípio do prazer e o princípio da realidade. Passa-se por processos de angústia e momentos de

felicidade. Quando se percebe o momento feliz ter passado, busca-se repetir aquela sensação. Como nem sempre é possível, a angústia se instaura e, quando não é superada, a crise existencial aparece.

A todo momento me chegam milhares de informações nem sempre possíveis de serem processadas e... Parece só os outros terem sucesso! Todos os colegas midiáticos se comportam como sempre acertassem suas interpretações, seus cenários, seus prognósticos! Jamais presenciei o reconhecimento de um erro sequer... Daí, é natural sentir-me incapaz de sempre acertar como eles.

Essa humilde constatação, na verdade, pode ser muito positiva. Posso repensar as coisas, amadurecer e buscar novas alternativas para a felicidade. Porém isso se eu estiver disposto a enfrentar as mudanças decorrentes desses questionamentos.

Contornar a crise de identidade e sair dela exige refletir, procurar a racionalização e compreender pelo menos um aspecto positivo de cada escolha. É uma forma de relativizar as coisas e enxergar a crise sem exagero. Aprender a dar valor a pequenos detalhes contribuem na tarefa de humanizar cada economista – ou “projeto-de-economista”. Por exemplo, reconhecer o valor do indivíduo na Ciência Econômica, mesmo assumindo-a como Ciência Social (e parte das Ciências Humanas), é um avanço considerável! Assim como é a percepção de o Homem não estar isolado no mundo! A economia como Sistema Complexo emerge das interações entre seus diversos componentes!

Capítulo 2: Todos os Dias

Formação Doutrinária de Economistas

Neste capítulo, apresento a rotina de formação doutrinária dos profissionais colegas do protagonista desta trama, no caso, eu. Apresento-me, então, como um infeliz representante de uma série de economistas formada da mesma maneira especializada, evidenciando uma situação prestes a levar a uma ruptura. Hábito e rotina têm o poder de desperdiçar talentos e destruir reputações.

Rotina é o caminho utilizado normalmente, isto é, o itinerário habitual. Necessitamos de muita reflexão e esforço para quebrar o hábito de fazer algo sempre do mesmo modo, mecanicamente, por exemplo, dar só aulas expositivas para os alunos de Economia. A repetição monótona das mesmas coisas, a prática constante, o velho costume, tudo isso demonstra uma aversão ao progresso e às inovações didáticas, ou seja, um conservadorismo predominante entre os professores.

É necessária a inovação do processo de ensino com a adoção de métodos didáticos significativamente melhorados. O desenvolvimento da inteligência resulta de ações mútuas entre cada aluno em particular e o grupo de seus colegas, sob orientação e supervisão do professor. Desse modo, um indivíduo pode experimentar e construir seu conhecimento em contato com o meio educacional e, nessa relação ativa, interferir diretamente nele.

Métodos inovadores podem envolver mudanças no equipamento expositivo e/ou na organização da sala-de-aula no sentido de gerar novo conhecimento. Novos métodos têm por objetivo final a formação de profissionais dotados de aprimoradas capacidades mentais. Elas não conseguem ser obtidas com os métodos convencionais de aulas.

Os economistas, formados doutrinariamente, muitas vezes se formam sem consciência de sua ideologia. Sem percepções sensoriais da totalidade do mundo

externo, o estudante obtém, passivamente, um sistema de ideias (crenças, tradições, princípios ou mitos) interdependentes, sustentadas pela linha de pensamento econômico dominante entre seus professores. Esta reflete, racionaliza e defende os próprios interesses corporativos e compromissos institucionais, sejam morais, religiosos, políticos ou econômicos.

No meu curso de graduação na FACE-UFMG, durante a ditadura militar (1971-1974), escapei dessa “camisa-de-força” mental graças à participação no Movimento Estudantil (ME), inspirado inclusive na consciência da irmã de minha namorada ser uma presa política. O ME era liderado por trotskistas, colegas no sistema de bolsa de estudos e inspiradores de estudo do marxismo por conta própria.

Para recuperar o percurso metodológico habitual de formação doutrinária dos economistas, parto de minhas (vagas) memórias de primeira aprendizagem de Economia.

Em seguida, analiso o condicionamento histórico-ideológico do *individualismo libertário*, isto é, a ideia-chave para revoluções e conquistas sociais nos séculos XVII e XVIII. Então politicamente progressista, o individualismo necessitava da Economia Política da Ordem Espontânea para lhe dar uma legitimidade dedutivo-racionalista. A idealização dos indivíduos autônomos é abarcada pela ideologia do liberalismo, desde o princípio do “*laissez-faire*” (ou da não-interferência governamental) até o ultra liberalismo da Escola Austríaca, renovado através do *neoliberalismo*, isto é, liberalismo apenas econômico.

Por sua vez, para apresentar o trajeto metodológico histórico-indutivo parto da análise do método marxista *concreto-abstrato-concreto pensado*. Caracterizo, brevemente, a formação doutrinária de “economista de esquerda”.

Depois, apresento o desafio atual de teorizar a respeito dos comportamentos de *individualismo irracional e loucura coletiva*. A consequência da precoce formação de especialistas em cursos de graduação é desintegrar a visão de O Todo, inclusive com a separação entre a Micro e o Macro. Depois de sua separação, é difícil a reconciliação desse casal.

Formação Ortodoxa

Depois de me graduar em Ciência Econômica, tive oportunidade de comparar minha formação com as dos meus colegas do Mestrado. Eles tinham se formado em outros Estados e Escolas: USP, UFRJ, PUC-RJ, UFRGS, UFPE, UFPR, etc. Pude verificar ter tido duas sortes.

Primeira, ser aluno bolsista de tempo integral do 2º. ao 4º. ano na FACE-UFMG, quando ganhava uma bolsa (menos de um salário mínimo) e uma sala para ficar estudando lá, todos as tardes, depois das aulas matutinas. A contrapartida era não poder ter média inferior a 7 (sete) em todas as disciplinas.

Segunda, ser aluno, logo em Introdução à Economia, de um professor keynesiano, ex-cepalino, frustrado pela experiência interrompida pelo golpe militar de 1964 de Darcy Ribeiro na UnB. Por este motivo, como vim a saber depois, se justificava o alcoolismo intermitente e o absenteísmo do professor. Ele adotou o livro do Castro & Lessa de *Introdução à Economia: Uma Abordagem Estruturalista*, lançado em 1967 e em 1979 já tendo atingido a 5ª. edição. Muitos colegas achavam Castro e Lessa ser um autor e não os coautores Antônio Barros de Castro e Carlos Francisco Lessa, futuros mentores, ou seja, mestres inspiradores.

Esse livro enfatizava o sistema econômico no tocante à produção e os destinos dos fluxos através da abordagem da circulação. Abstraídos nos primeiros capítulos, quando a economia era apresentada “fechada”, depois incorporava as relações com o exterior com noções sobre o balanço de pagamentos, o setor público, o sistema monetário-financeiro e a unidade produtora no sistema econômico, isto é, a empresa não-financeira. Finalmente, discutia a repartição funcional do produto real no sistema econômico e a distribuição pessoal da renda. Apresentava, portanto, uma visão sistêmica ou macroeconômica.

Outro livro-texto era o do Paul Samuelson. Ele foi responsável pela propagação das ideias de Keynes compreendidas na síntese neoclássica. Engajou-se em um projeto de pesquisa onde buscou fundamentar a análise econômica unindo o novo ao velho conhecimento. Buscava unicidade e coerência.

Ele ficou conhecido principalmente por seu livro *de Introdução à Economia — Economia: uma Análise Introdutória*, com inúmeras edições em português. Samuelson se considerava um economista matemático na linha neo-keynesiana. Na verdade, foi um dos maiores contribuintes para a “síntese neoclássica”.

O que significa ter sido formado na tradição ortodoxa? O método empregado no Ensino de Economia não problematiza, ou seja, não confere um caráter histórico às relações econômicas. Estas são entendidas como fenômenos semelhantes aos naturais. A evolução do modo capitalista de produção com a decorrente especialização e divisão do trabalho, obrigando a interdependência entre os agentes econômicos através de o mercado, era visto como natural e inquestionável.

A aceção do termo “neoclássico”, nesse sentido, se vincula à presença de três elementos. Primeiro, adotar o então inquestionável *axioma da racionalidade*. Segundo, utilizar o reducionismo no sentido de focar as explicações para os fenômenos econômicos a partir da ação dos agentes individuais, o chamado *atomismo*. Terceiro, acreditar em *informações perfeitas* serem requisitos para a noção de equilíbrio, requerida para o entendimento da Economia como Ciência. Teria importância similar ao equilíbrio no método mecanicista da Física de Isaac Newton. Neste sentido metodológico, Samuelson é um neoclássico.

Não era neoclássico porque acreditava no livre-mercado enquanto mecanismo de cooperação econômica para levar, sem dúvida, a economia à otimização da alocação de recursos escassos. Para ele, ser neoclássico implicava uma opção metodológica e não ideológica, ou seja, não implicava necessariamente em ser liberal. Portanto, não havia incompatibilidade em ser neoclássico e keynesiano.

Basicamente, as diferentes leituras ideológicas dividem os economistas entre os crentes nos benefícios de um mercado livre e os fieis à necessidade da ação reguladora e interventora do governo. Samuelson, ao ler a obra de Keynes, achou suas formulações teóricas consistentes com “a corrente principal”: a chamada “síntese keynesiano-neoclássica”, comumente abreviada pela última qualificação.

Para ele, a *Teoria Geral* de Keynes ofereceu um modelo relativamente mais realístico por permitir a análise macroeconômica do nível da demanda efetiva e

suas flutuações ao explicitar as relações entre a poupança e o consumo com o investimento e daí o multiplicador de renda. Para Samuelson, a *Teoria Geral* representava uma adição e não uma sucessão de paradigmas. Não teria, então, representado uma revolução no pensamento econômico.

Memorizei *A Teoria Econômica de John Maynard Keynes* através da leitura de Dudley Dillard, cujo original de 1948 foi publicado no Brasil em 1964. Sorte a minha de seu conteúdo explícito no subtítulo era *Teoria de uma Economia Monetária*. Estudei *Análise Macroeconômica* através do manual de Edward Shapiro.

Decorei Keynes partir das seguintes proposições:

1. O volume de emprego (N) e da renda (Y) é determinado pelo ponto de interseção da função da oferta agregada (OA) e da função da demanda agregada (DA), em que as expectativas de lucro dos empresários serão maximizadas.

2. Keynes chama de demanda efetiva (DE) o valor do produto D que os empresários esperam receber do emprego de N trabalhadores – $D = f(N)$ – nesse ponto de interseção da função da oferta agregada (OA) e da função da demanda agregada (DA).

3. A demanda efetiva (DE) é determinada pela propensão média a consumir (C / Y) e pelo volume do investimento (I).

4. A propensão a consumir é relativamente estável: o consumo aumenta menos que proporcionalmente à renda, ou seja, a propensão marginal a consumir (c) é sempre menor que a unidade: $+C / +Y < 1$.

5. Um aumento no investimento ocasiona um aumento múltiplo na renda, pois o multiplicador de investimento K é sempre maior que a unidade:

$$K = 1 / (1 - +C / +Y) = 1 / (1 - c).$$

6. O emprego (N) depende do volume do investimento (I), se a propensão a consumir (C / Y) permanece inalterada.

7. O investimento (I) depende da taxa de juros (i) e da eficiência marginal do capital (r_m).

8. A taxa de juros (i) depende da quantidade da oferta de moeda ($+M^s$) e da preferência pela liquidez (M^2 : saldo da moeda retida fora da circulação ativa por motivo de precaução e/ou especulação).

9. A eficiência marginal do capital (r_m) depende das instáveis expectativas de lucro (renda esperada do investimento) e do preço de oferta de um ativo de capital (preço para induzir a fabricação de uma nova unidade suplementar desse capital ou custo de reposição), flutuante em ciclos.

10. Quando a propensão a consumir não varia, o emprego (N) não pode aumentar sem, simultaneamente, o volume de investimento (I) crescer, de modo a preencher a crescente lacuna entre o total da oferta agregada (OA) e os gastos dos consumidores (C). Diante disso, o sistema econômico pode encontrar um equilíbrio estável com N em um nível inferior ao pleno emprego, ficando no nível dado pela interseção da função da oferta agregada (OA) e da função da demanda agregada (DA), isto é, pela demanda efetiva (DE).

Por sorte recebi a dica de colega veterano para comprar e ler, paralelamente, a *Moderna Economia Política: Problemas Gerais* de Oskar Lange, cuja primeira edição brasileira, traduzida do polonês, foi publicada pela Editora Fundo de Cultura em maio de 1963. Oskar Ryszard Lange (1904-1965) foi um economista e diplomata polonês. Suas ideias marxistas – e prática, infelizmente, estalinista –, opostas às de Ludwig von Mises, provocaram sua crítica à Escola Austríaca.

O economista austríaco Ludwig von Mises, tendo como referências as dificuldades econômicas (e o totalitarismo) da Revolução Russa, defendeu posições ultraliberais. Crucial para ele era “o equilíbrio entre a oferta e a procura ser impossível em um mercado controlado, onde o sistema de preços relativos não funciona livremente”. Impediria a alocação eficaz dos recursos disponíveis. No sistema liberal, a medição dos custos dos recursos e os preços de bens e serviços funcionariam como “índices de escassez”, sinalizando adequadamente a realidade. Na visão de Mises, isso não aconteceria no socialismo.

A crítica de Lange baseou-se em dois pontos fundamentais: a possibilidade de cálculo dos preços e a racionalidade do sistema. A planificação socialista poderia levar em conta preços históricos e seria mais eficiente, pois não sofreria das “falhas do mercado”. A visão global das alternativas de consumo, poupança, investimento e produção, dada pela planificação socialista, garantiria a racionalidade. Para ele, a racionalidade da empresa capitalista tem um caráter apenas privado e não social. Isso leva “a um desperdício de meios e de recursos econômicos na escala do conjunto da sociedade”.

Então, em seu livro, aprendi o objeto e o método da Economia Política, a concepção materialista da história sobre o modo de produção e as formações sociais. Entendi as leis econômicas, o princípio da racionalidade econômica, os fundamentos matemáticos da programação. Consegui distinguir as correntes subjetivista e a histórica, aceitando a determinação social dos conhecimentos científicos em Economia e seu papel social.

Talvez, na minha graduação, esse livro só tenha me influenciado menos em relação ao meu preferido: *Tratado de Economia Marxista*, de autoria de Ernest Mandel, dois volumes em capas duras publicados pelas *Ediciones Era* do México. Esse tipo de literatura eu só conseguia comprar em uma livraria camuflada em um alto andar de um prédio no centro de Belo Horizonte. Usava minha bolsa de estudos principalmente para comprar discos de rock e livros marxistas. Era uma rebeldia naqueles tempos de censura e obscurantismo.

Ernest Ezra Mandel (Frankfurt, 1923-Bruxelas, 1995) foi um economista e político naturalizado belga, considerado um dos mais importantes dirigentes trotskistas da segunda metade do século XX. Além disso, foi significativa a sua contribuição teórica ao marxismo anti-estalinista. O ME seguia a doutrina da IV Internacional de orientação trotskista. Na verdade, nunca me filiei à nenhuma organização clandestina. Quando me sondaram, respondi de bate-e-pronto: sou muito “pequeno-burguês” para isso. Preferia ser um elo comunicador entre “a vanguarda descolada e a massa alienada”. Sempre prezei minha independência intelectual. Até hoje sou um mero “explicador” ...

O que é a Abordagem Ortodoxa na Graduação em Economia

As Diretrizes Curriculares Nacionais, através da Resolução N° 4, de 13 de julho de 2007, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, em bacharelado. Em seu Art. 5º rege eles deverem contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos reveladores da inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada dos diferentes fenômenos relacionados com a economia, utilizando tecnologias inovadoras.

É requisito eles atendarem aos seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos de Formação Geral: têm por objetivo introduzir o aluno ao conhecimento de Ciência Econômica e outras Ciências Sociais, abrangendo também aspectos Filosofia e Ética (geral e profissional), Sociologia, Ciência Política, Administração, Direito, Contabilidade, Matemática e Estatística Econômica;

II - Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa: se direcionam à formação profissional propriamente dita, englobando tópicos de estudos mais avançados de Matemática, Estatística, Econometria, Contabilidade Social, Macroeconomia, Microeconomia, Economia Internacional, Economia Política, Economia do Setor Público, Economia Monetária e Desenvolvimento Socioeconômico;

III - Conteúdos de Formação Histórica: possibilitam ao aluno construir uma base cultural indispensável à expressão de um posicionamento reflexivo, crítico e comparativo, englobando História do Pensamento Econômico, História Econômica Geral, Formação Econômica do Brasil e Economia Brasileira Contemporânea; e

IV - Conteúdos Teórico-Práticos: abordam questões práticas necessárias à preparação do graduando, compatíveis com o perfil desejado do formando, incluindo Atividades Complementares, Monografia, Técnicas de Pesquisa em Economia e, se for o caso, Estágio Curricular Supervisionado.

Considerando essas Diretrizes, uma grade curricular padrão está no Quadro abaixo. Este é um curso compacto no qual só há as disciplinas essenciais. A partir dele se forma um *economista essencialista*. Adota o ponto de vista metodológico de

a descoberta da essência dos fenômenos serem a tarefa central da Ciência Econômica. Nesse sentido, designa como essa “essência da coisa” aquele elemento ou conjunto de elementos sem o(s) qual(ais) a coisa deixaria de existir. Nos termos metodológicos apresentados antes, aprende-se a levantar hipóteses testáveis.

Percebe-se: o núcleo-duro (*hard-core*) do Programa de Pesquisa Científica (PPC), implícito nesse curso, está nas doze disciplinas correspondentes à teoria microeconômica, macroeconômica, economia política, do desenvolvimento econômico, economia internacional e economia monetária.

GRADE CURRICULAR EM CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS PADRÃO

<p>1º. SEMESTRE:</p> <p>EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO</p> <p>PROJETOS EMPRESARIAIS</p>	<p>2º. SEMESTRE:</p> <p>PRINCÍPIOS DE ECONOMIA I</p> <p>HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL</p> <p>CONTABILIDADE: ANÁLISE DE BALANÇOS</p>
<p>3º. SEMESTRE:</p> <p>PRINCÍPIOS DE ECONOMIA II</p> <p>TEORIA MICROECONÔMICA: CONSUMIDOR E FIRMA</p> <p>TEORIA MACROECONÔMICA: PRINCIPAIS MODELOS</p>	<p>4º. SEMESTRE:</p> <p>ECONOMIA MARXISTA</p> <p>FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL</p> <p>ESTATÍSTICA ECONÔMICA</p> <p>TEORIA MICROECONÔMICA: MERCADOS</p> <p>TEORIA MACROECONÔMICA: OFERTA, DEMANDA E CRESCIMENTO</p>
<p>5º. SEMESTRE:</p> <p>ECONOMIA BRASILEIRA I</p> <p>ECONOMETRIA</p> <p>TÉCNICAS DE PESQUISA EM ECONOMIA</p> <p>ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO</p> <p>TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</p>	<p>6º. SEMESTRE:</p> <p>ECONOMIA BRASILEIRA II</p> <p>AVALIAÇÃO E MITIGAÇÃO DE RISCO</p> <p>ECONOMIA DO AGRONEGÓCIO</p> <p>CONTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL</p>
<p>7º. SEMESTRE:</p> <p>ECONOMIA INTERNACIONAL</p> <p>ECONOMIA INDUSTRIAL</p>	<p>8º. SEMESTRE:</p> <p>ECONOMIA MONETÁRIA</p> <p>ECONOMIA AMBIENTAL</p> <p>VIDA PROFISSIONAL E FINANÇAS PESSOAIS</p>

Formação Heterodoxa

Se os estudantes de Economia forem motivados, mesmo em Faculdade de Ciências Econômicas com cursos ortodoxos, como eu padeci de 1971 a 1974, descobre-se *brechas para outra formação, também doutrinária, mas de esquerda*. O autodidatismo eclético é formado pela justaposição de teses e argumentos oriundos de doutrinas filosóficas diversas, formando uma visão de mundo pluralista e multifacetada.

Deve-se evitar *o sincretismo ingênuo*. O estudante imbuído de boa fé, ou tendo escutado aconselhamento conservador de o ideal ser a moderação de “ficar-em-cima-do-muro”, de início busca em seu ato voluntário de estudar por conta própria o propósito inalcançável de se coligarem partes conflitivas. O espírito de conciliação busca a fusão de diferentes cultos ou doutrinas ideológicas, com reinterpretação de seus elementos. É de se duvidar ele conseguir obter uma *síntese*, razoavelmente equilibrada, de elementos díspares, originários de diferentes visões do mundo ou de doutrinas filosóficas distintas. Será vã qualquer teoria, prática ou disposição de espírito caracterizada pela escolha do melhor entre várias doutrinas, métodos ou estilos antagônicos.

Eu, mesmo assumindo claro posicionamento ideológico, defendo (e ensino) *o pluralismo teórico*. Minha hipótese parte de o universo ser composto de uma pluralidade de elementos fundamentais. Embora heterogêneos, mantêm concatenação entre si. Discordo do *monismo*, seja *filosófico* – segundo o qual a realidade é constituída por um princípio único, um fundamento elementar, sendo os múltiplos seres redutíveis em última instância a essa unidade –, seja *metodológico* – segundo o qual existe apenas uma metodologia tanto para as Ciências Sociais quanto para as Ciências Naturais.

Meu pensamento, minha doutrina ou meu conjunto de ideias estão mais próximos do raciocínio segundo o qual os sistemas políticos, sociais e culturais podem ser interpretados como o resultado de uma multiplicidade de fatores ou concebidos como integrados por uma pluralidade de grupos autônomos, porém interdependentes. O *sistema plural* admite a existência, no seio de um grupo

organizado, de opiniões políticas e religiosas e de comportamentos culturais e sociais diversos. Defendo a coexistência destas correntes e luto por uma sociedade tolerante com esse *sistema pluralista*. Adoto a doutrina democrática em defesa da pluralidade de partidos políticos com direitos à alternância do poder público, se forem eleitos democraticamente.

Cada passo da análise e da abstração deve ter em conta, desde o início, O Todo. Este ultrapassa a intuição e a representação. No caso da Macroeconomia Comportamental, *O Todo* seria uma realidade complexa e caótica, cujo percurso dinâmico levaria a inflar e estourar bolhas de ativos, isto é, elevação de preços das distintas formas de manutenção de riqueza. Então, não seria uma situação idílica de permanente equilíbrio estável. Um pensamento sistêmico complexo necessita interpretar as interações sinérgicas entre “átomos” (indivíduos) dotados de “alma” (e mentes) plena de vieses heurísticos, incapazes de interpretar e antecipar esse Todo complexo e caótico. Esses comportamentos os levam a cometer erros, recorrentemente, produzindo ilusórios (e eufóricos) “efeitos-riqueza” seguidos de dramáticos (em seus pânicos) “efeitos-pobreza”.

Na minha formação doutrinária de esquerda, percebi logo haver certo *determinismo histórico* na obra de Karl Marx (1818-1883) ao atribuir ao proletariado um *ser* e uma *missão*, ambos revolucionários. De fato, ele chega a usar a expressão “se impõem de maneira necessária”. O determinismo aparecia por um *argumento de tipo negativo* – no proletariado se concentrava a máxima alienação, miséria e degradação até então ocorrida ao homem e, portanto, fazer a revolução era a única saída possível para quem não tinha nada a perder. Mas aparecia também por um *argumento de tipo positivo* – apenas o proletariado era inteiramente ligado à organização da produção moderna e, portanto, dada a sua organização sindical e partidária, o único iniciador possível da sociedade futura. Na realidade, o caráter revolucionário de um sujeito histórico não se define a priori, mas sim a posteriori: *sujeito revolucionário foi quem liderou a revolução!*

Embora tenha criado conceitos de enorme importância, Marx e Engels defenderam a ideia de a unidade da classe operária ocorrer em torno de um Programa Político – e não em torno de princípios doutrinários. Com essa proposta, isolaram os

seguidores dos socialistas utópicos e contribuíram para imprimir ao movimento operário europeu a orientação realista e/ou pragmática preponderante nele no fim do século XIX.

Os trabalhadores deveriam unir-se em torno de ações práticas, de reivindicações concretas, evitando dedicar atenção excessiva às divergências filosóficas. O compromisso com o objetivo estratégico – *a revolução socialista* – não excluía, mas até aproveitava da conquista de determinadas reformas, capazes de fortalecer o movimento social.

Na obra de Marx e Engels, há interpretação inovadora – e de conhecimento fundamental para qualquer cidadão esclarecido – a respeito do capitalismo industrial até o seu tempo histórico. No entanto, é incoerente desdobrar dela uma *visão determinista do futuro*, seja do capitalismo financeiro dos séculos XX e XXI, seja de eventual modo de produção socialista. Como resultante do debate político entre os socialistas no século XIX, talvez na esperança de maior convencimento ideológico de operários a respeito do seu papel revolucionário, eles esboçaram um *devir otimista*.

As longas e heterogêneas experiências históricas de transição entre modos de produção escravista, feudalista e capitalista indicam alguma razão científica para a dedução de a transição para um futuro modo de produção socialista e, posteriormente, comunista, se dar por uma ruptura súbita, um “golpe de sorte” ou, pior, um “golpe de Estado”?! Não, seria pura ficção científica.

Pouco Marx e Engels escreveram a respeito de *socialismo*. Mas tinham uma forte convicção ideológica de, após a tomada do poder, a classe operária transformar rapidamente a sociedade e promover a extinção do Estado. Nada mais contrastante com a realidade da Revolução Soviética – e outras revoluções “socialistas” posteriores – onde partidos auto definidos como marxistas, após se apossarem do poder estatal, eliminaram todos os demais partidos concorrentes e configuraram como partido único de um Estado totalitário. Na verdade, Marx e Engels relegaram a segundo plano o exame aprofundado das possíveis transformações políticas do Estado em um modo de produção socialista. E a esquerda até hoje tem dificuldade em enfrentar o problema da democracia radical.

Em contraponto à doutrina marxista e à experiência totalitária dos Socialismos Realmente Existentes, os Estados de Bem-Estar Social desenvolveram-se principalmente na Europa. Seus princípios foram defendidos pela socialdemocracia, linha partidária trabalhista, ou seja, ligada a sindicatos de trabalhadores. Foi implementado com maior intensidade nos Estados escandinavos ou países nórdicos. Por isso mesmo, possuem os mais altos IDHs (Índices de Desenvolvimento Humano) do mundo.

Estado de Bem-Estar Social é um tipo de organização política e econômica onde o Estado atua como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. Nesta orientação dá continuidade às históricas lutas pela cidadania. O Estado, *latu sensu*, é um agente regulamentador de todos os direitos e deveres sociais, políticos e econômicos da cidadania no país. Atua em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, de acordo com o país em questão. Cabe ao Estado do Bem-Estar Social garantir serviços públicos e proteção à população.

Esta doutrina tem como base a concepção de existirem *direitos sociais* indissociáveis à existência de qualquer cidadão. Pelos princípios do Estado de bem-estar social, todo o indivíduo teria o direito, desde seu nascimento até sua morte, a um conjunto de bens e serviços. Deveriam ter seu fornecimento garantido, seja diretamente, através do Estado, ou indiretamente, mediante seu poder de regulamentação sobre a sociedade civil. Esses direitos incluiriam a educação em todos os níveis, a assistência médica gratuita, o auxílio ao desempregado, a garantia de uma renda mínima, recursos adicionais para a criação dos filhos, etc.

Como mostrarei mais adiante, a ideia de usar, ativamente, Políticas Sociais Produtivas, como um meio para se obter a eficiência econômica, foi adotada pelo Social-Desenvolvimentismo brasileiro. Este significa reunir políticas sociais ativas com crescimento e redistribuição de renda.

Materialismo dialético é uma concepção filosófica em defesa da ideia de o ambiente, o organismo e fenômenos físicos tanto modelarem os animais e os seres humanos, sua sociedade e sua cultura, quanto serem modelados por eles. A matéria está em uma relação dialética com o psicológico e social. Opõe-se ao *idealismo*. Este

acredita o ambiente e a sociedade serem configurados com base no mundo das ideias, como criações divinas, seguindo as vontades das divindades sobrenaturais.

O *materialismo histórico* procura as causas de desenvolvimentos e mudanças na sociedade humana nos meios pelos quais os seres humanos atendem coletivamente às necessidades da vida. As classes sociais e a relação entre elas, além das estruturas políticas e formas de pensar de uma dada sociedade, seriam fundamentadas em sua atividade econômica. A evolução histórica, desde as sociedades mais remotas até à atual, se daria pelos confrontos entre diferentes classes sociais decorrentes da “exploração do homem pelo homem”. A ironia é, no socialismo, ser o contrário...

No final do meu curso de graduação em Economia, tendo no último semestre de 1974 já passado no concurso da ANPEC, para fazer a pós-graduação, recebi colocar em prática dica de ex-colega, e então professor. Matriculei-me em disciplina eletiva no curso de Filosofia sobre Hegel dado pelo Padre Vaz. Ele foi fundador da Ação Popular (AP), quando a organização política era apenas cristã, antes de se assumir marxista-leninista. Vários políticos brasileiros, hoje bastante conhecidos, militaram nela. Para minha surpresa, em sua origem, a AP cumpria o ativismo teórico do idealismo alemão.

A filosofia idealista alemã é filosofia da atividade, entendida esta como atividade da consciência ou do espírito. Assume com Hegel uma forma de *filosofia do fazer (ou saber) absoluto*. Com isso, abriu caminho, ao ser radicalmente invertido o conteúdo dessa atividade, para a *filosofia marxista da práxis*.

Padre Vaz foi o professor mais brilhante no meu curso de graduação. Deliciava-me suas aulas à noite na FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Ele fazia “leitura hegeliana” da realidade política brasileira em 1974.

Seu curso seguia a leitura do livro de G. W. Hegel com o resumo de toda sua obra, “*Fenomenologia del Espiritu*”, do qual tirei cópia xerox. Tinha iniciado o curso, para grupo de alunos fieis, há quase três anos, quando eu me matriculei, “pegando o bonde andando”. Então, embasbacava-me com as aulas e não conseguia entender

nada do livro! Formado com o pragmatismo de economista, leitor do materialismo histórico, como obter o nível de abstração idealista?!

Chegou o fim do semestre e eu tinha o dever de entregar um trabalho escrito, para avaliação e conseguir os créditos dessa disciplina eletiva. Só assim poderia me formar. *O que fazer?*

Eu tinha lido, também por dica de colegas do ME (Movimento Estudantil), alunos em tempo integral do Sistema de Bolsa de Estudos da FACE-UFMG, o “*Filosofia da Práxis*” (Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1968, 464p.) de autoria de Adolfo Sánchez Vázquez. Ele era filósofo de convicção libertária. Em 1961, apresentou esse livro como tese de doutorado, a qual considera sua obra maior.

Desde então, uma de suas ambições foi superar “o dogmatismo e a esclerose que durante longos anos havia suavizado o viés crítico e revolucionário do marxismo” (1985: 11). Editou a *Filosofia da Práxis* em 1967.

Na leitura desse livro, eu tinha entendido a “Dialética do Senhor-Escravo”, elaborada por Hegel. Parti dela e cheguei a *Paulo Freire*, autor brasileiro genial do livro *Pedagogia do Oprimido*. Para resumir: Padre Vaz deu 10 na minha resenha! Foi o 10 mais inesquecível na minha vida escolar!

Até hoje acho esclarecedora a dialética senhor-escravo, formulada por Hegel. Desejar significa desejar ser reconhecido. Mas se cada consciência individual quiser obter esse reconhecimento, o resultado será o conflito entre as diversas consciências, pois haverá exclusão mútua. Entretanto, se essa luta terminasse com a supressão das consciências de todos aqueles com recusa em aceitar o reconhecimento da vitoriosa, a morte delas privaria essa vitória de sentido. O vencedor não teria ninguém para reconhecê-lo. A imposição do vencedor deixa com vida o vencido em troca deste reconhecê-lo e de renunciar a ser reconhecido. Essa relação de dominação e de servidão é a relação entre o senhor e o escravo.

Hegel não apresenta essa luta mortal entre o senhor e o escravo, entre opressores e oprimidos, como o fato real verificado ao longo da história, cuja origem se dá em contradições reais, concretas. Idealista, ele a apresenta sob a forma intertemporal

e abstrata. Corresponde ao movimento do espírito para alcançar seu pleno reconhecimento. Desse modo, justifica, ideologicamente, a servidão.

O senhor, segundo Hegel, é o homem capaz de levar até o fim, arriscando sua vida, a luta pelo reconhecimento. O escravo é o homem medroso em relação à morte. Recua na luta e renuncia a ser reconhecido. Assim, o senhor fica em plano propriamente humano, verdadeiramente espiritual. O escravo, não, somente salva seu ser natural, biológico.

O senhor mantém superioridade não apenas espiritual, mas também real, material. Uma vez reconhecido, põe o escravo a seu serviço, obriga-o a trabalhar e faz dele uso material, efetivo. O trabalho é servidão, dependência em relação ao senhor. Essa dependência acarreta – como atividade prática, real – a transformação da natureza e a criação de algum produto. O subjetivo se torna objetivo no produto. Desse modo, cria um mundo próprio. É possível reconhecer-se nos produtos criados por si. Transformando a natureza, o escravo reconhece a sua própria natureza.

Esse reconhecimento de si em seus produtos é consciência de si como ser humano. Enquanto isso, o senhor, por não criar, por não transformar coisas, não se transforma a si mesmo e não se eleva, portanto, como ser humano. O escravo se eleva como tal e adquire consciência de sua liberdade no processo de trabalho. Ele apenas se liberta idealmente, isto é, a realização da liberdade só ocorre no plano do Espírito.

Portanto, o trabalho é a melhor e a pior das coisas: a melhor, se é livre; a pior, se é escravo. O trabalho útil é, em si mesmo, prazer, independentemente das vantagens dele tiradas. A maioria dos homens consome a maior parte do tempo no trabalho para viver. O pouco de liberdade sobrando os angustia de forma tal a procurarem todos os meios de se livrarem dela, através do tédio ou do vício. Um poeta russo já disse: “é melhor morrer de vodca em vez de tédio”!

O trabalho, a atividade prática material produtiva, se apresenta, portanto, em processo através do qual o sujeito vai se elevando até atingir sua plena consciência. A superioridade do escravo sobre o senhor reside no fato dele se haver inserido

nesse movimento, enquanto o senhor fica à margem do mesmo, não desenvolvendo seu Espírito. Não há homem completo à margem do trabalho criativo, seja no ócio (cessação do trabalho), seja em trabalho alienante, onde não há interesse pelo produto criado. O fato de ele existir, objetivamente, não significa por si existir para o sujeito trabalhador.

Essa consciência é adquirida através de longo processo teórico e prático de luta contra sua alienação e exploração. A concepção hegeliana do trabalho, embora tenha seu mérito obscurecido por concepção espiritualista, significa descoberta profunda: a do papel da práxis criativa na formação e libertação do homem.

Em poucas palavras, descobri um segredo da vida com significado: um trabalho criativo e não alienante traz momentos de intensa felicidade!

Outro filósofo importante tive oportunidade em conhecer em outro curso no mesmo semestre na FAFICH-UFMG, Immanuel Kant (1724-1804). De acordo com seu pensamento, o *pensar*, o *querer* e o *julgar* são três atividades mentais básicas, cuja análise permitiria a compreensão da existência racional. Relacionei as três críticas de Kant – a da *razão pura*, a da *razão prática* e a do *juízo* – ao designado, em metodologia, como os três níveis de abstração, respectivamente, de *Ciência Pura*, *Ciência Aplicada* e *Decisões Práticas*.

Kant operou, na Epistemologia, uma síntese entre o racionalismo continental europeu, onde imperava o *raciocínio dedutivo*, e a tradição empírica inglesa valorizadora da *indução*. Ele elaborou o denominado *idealismo transcendental*: trazemos formas e conceitos concebidos *a priori* para a experiência concreta do mundo. Ideias inatas são aquelas ideias racionais intronmetidas na nossa mente sem serem vindas da experiência, por exemplo, a Matemática.

Kant define a palavra *esclarecimento* como a saída do homem de sua menoridade, responsabilidade a ser assumida por ele próprio. A permanência do homem com essa incapacidade de fazer uso do seu próprio entendimento se deve ao fato de ele não ousar pensar. A covardia ou a preguiça mental são duas causas de levar os homens a essa recusa. Um outro motivo é o comodismo. É bastante cômodo

permanecer na área de conforto. É cômodo existirem pessoas e objetos capazes de pensar e fazer tudo, tomando decisões em nosso lugar.

É mais fácil “deixar alguém fazer por mim”, em vez de fazer esse próprio esforço. Os homens, quando permanecem na menoridade, são incapazes de tomar as próprias decisões e fazer suas escolhas. Deduzi da leitura de Kant a educação não ser um direito, mas sim um dever do cidadão. Inclusive por conta própria, este é obrigado a estudar e deixar de ser imaturo e inculto.

Na filosofia desenvolvida por Kant, *a autonomia* é usada como base para determinar a responsabilidade moral da ação de alguém. *Autônomo*, etimologicamente, refere-se a “aquele capaz de estabelecer suas próprias leis”.

Mais adiante descobri Cornelius Castoriádis (1922-1997), considerado o principal elaborador do conceito de *autonomia política*. Disse: “falar de uma sociedade autônoma ou da autonomia da sociedade, não somente em relação a tal camada dominante particular, mas em relação a sua própria instituição, necessidades, técnicas, etc., pressupõe ao mesmo tempo a capacidade e a vontade dos humanos de se autogovernar”.

Ele questionava a possibilidade de uma transformação radical, revolucionária, da sociedade. Duvidava de os humanos terem a capacidade e, principalmente, a vontade de se autogovernar. Perguntava-se: os homens querem, verdadeiramente, ser senhores de si mesmos?

Uma outra sociedade, uma *sociedade autônoma*, não implica somente a autogestão, o autogoverno, a auto instituição. Ela implica uma outra cultura. Implica um outro modo de vida, outras orientações para a vida humana.

Como se pode conceber (*o Pensar*) uma sociedade estar fundada sobre regras universais substantivas e ao mesmo tempo ser compatível com a maior diversidade possível de criação cultural (*o Querer*) e também de modos de vida para atender suas necessidades (*o Julgar*)? Esta síntese não podemos tirar apenas da nossa cabeça e impô-la aos outros de maneira totalitária! Ou ela sai da sociedade democrática ou é melhor não sair!

Reconhecer esse limite para o pensamento e para as ações políticas é proibir-se de repetir os filósofos políticos do passado. Eles deduziam diretamente do *Pensar* a prática de *Julgar*, não respeitando o *Querer* da sociedade. Isso não implica nem a renúncia do nosso próprio pensamento (*Pensar*), do nosso ponto de vista ou interesse (*Querer*), da nossa própria ação (*Julgar*), nem aceitarmos, acriticamente, tudo predominante na sociedade e produzido pela história.

Macro e Micro: o difícil reencontro depois da separação

Todos os dias, há mais de quarenta anos, estudo Economia... Em síntese, o que ficou na minha memória a respeito da minha aprendizagem na graduação? Muitas teorias focalizam as decisões microeconômicas. O fenômeno macroeconômico torna-se dependente dos fundamentos microeconômicos. Devido ao machismo deste, não aceitando essa posição de inferioridade, a Micro e o Macro se separaram irremediavelmente!

A análise de qualquer fenômeno econômico deve apontar causas macroeconômicas e microeconômicas. A análise macroeconômica da crise, por exemplo, deve salientar também seus aspectos microeconômicos. A análise microeconômica não deveria ter se esquecido da possível crise sistêmica resultante da interação da pluralidade de decisões ser risco não-diversificável.

As teorias de decisões financeiras pressupõem a racionalidade dos agentes econômicos, dentro desse contexto incerto. Elas foram questionadas pelas experiências das Finanças Comportamentais. Estas provaram haver influências emocionais e erros sistemáticos nas decisões. Embora reconhecendo os comportamentos dos agentes poderem ser irracionais, os racionalistas insistiram na validade da interpretação do comportamento dos mercados através dos modelos racionalistas. Entretanto, a realidade da crise sistêmica falseia todos seus modelos teóricos.

Busquei reinterpretar a análise da crise financeira contemporânea através de uma metáfora narrativa. Conte a triste história do sonho fracassado de reencontro do Macro e da Micro depois de separação conflituosa. Aliás, se não tivessem conflito, qual seria a razão de se separarem?!

Narrei essa novela através de episódios. O primeiro é sobre a fase pré-separação: quais eram as motivações sociais e individuais da separação entre o Macro e a Micro. Decidir não é fácil, quais modelos de avaliação de risco ajudaram a tomada de decisões? Depois dessa decisão, há possibilidade de eventual reconciliação? Como encaminhar-se na nova realidade: por que se comete erros sistemáticos? O risco de repetir a própria trajetória é nova crise? O que o futuro próximo aguarda? Será possível a escolha de outro estilo de análise econômica, após a repartição da realidade efetivada entre o Macro e a Micro? Essas partes poderão se reencontrar e reconstituir a verdade, isto é, O Todo?

À maneira da literatura de cordel, falo de dramas, separação de amantes, conflitos e acusações recíprocas. O Macro acusa o Spread de ser o verdadeiro amor da Micro. Esta retruca: se não fossem os abusos da Selic, sua amante, ele não teria motivos para queixa... No início, reconhecem não conseguirem abraçar “tudo sob o sol”. No final, chegam à conclusão: “o Sol não pode viver perto da Lua”.

Mecanismos de Defesa Psicológica

Em uma separação, o primeiro mecanismo de defesa psicológica é *a agressividade*. Em Economia, há divisão artificial de seu objeto de estudo, a própria realidade. Isso pode ser fonte de erro na aproximação da “verdade econômica”. Esta “verdade” estaria mais próxima através do exame de O Todo. Para fins didáticos, são aceitáveis as sucessivas aproximações. Seria possível romper a rígida linha divisória entre a Micro e o Macro?

O segundo mecanismo de defesa é *a indiferença*. Se tinha algo na Micro irritante em especial ao Macro era sua curva de indiferença. Ela achava haver a possibilidade de construir teoria econômica baseada somente em escalas de preferências individuais. Representaria todas as combinações possíveis de vários produtos com a mesma escala de preferência para o consumidor. Resmungava ele: – “Se ela tivesse de escolher entre eu ou outro, ela não saberia qual preferir, pois para ela não haveria diferença entre as combinações oferecidas”.

A Micro resolveu radicalizar esse mecanismo de defesa, nessa fase da separação: postou-se com indiferença, tipo “estou pouco me importando”. Foi perdendo a

identificação de outrora com o Macro, compensando com proporcional aumento do narcisismo. Abandonou completamente *o holismo*. Daí em diante, seguiria só seu *individualismo metodológico*. As explicações sobre os fenômenos sociais, políticos ou econômicos somente seriam consideradas adequadas se colocadas em termos de crenças, atitudes e decisões dos indivíduos.

Do lado do holismo, como as ações humanas eram delimitadas e impulsionadas por normas, estas formavam o campo de estudo da investigação social para o Macro. A explicação na Ciência Social deveria ocorrer em termos das motivações e intenções de indivíduos, mas moldadas por lógicas de ações. Nesse caso, o tipo de conhecimento apropriado a cada domínio social somente seria obtido colocando foco sobre essas regras e instituições.

O pretense racionalismo da Micro, por meio das Finanças Racionais, ocorreu até haver seu questionamento pelas Finanças Comportamentais. Com o reexame de certas premissas básicas, deu origem a novas perspectivas para essas ideias originais. A Micro teria de se encaminhar para o novo *status quo*, reorganizando sua vida teórica, captando novas dimensões de vida. Senão, correria o risco de repetir a própria trajetória. O passado tão rejeitado com o Macro se manifestaria novamente. Ela partiu, então, para a auto subversão de suas ideias. Ah, se o Macro tivesse a sabedoria para fazer o mesmo...

O terceiro mecanismo de defesa psicológica em separações é *a fuga para adiante*.

Quando se verifica o “não me importo” não funcionar, inteiramente, os descasados acionam novo mecanismo de defesa psicológica para suportar a separação: a fuga para adiante. A Micro arquitetou fuga na atividade, sendo ela conformista e obcecada pelo dever. Outra alternativa assumiu o Macro: a fuga em busca de prazeres. Sua libido procurava novos objetos de desejo. Nesse caso, tornava-se importante o mecanismo de substituição: mata-se melhor quando já se tem substituto para o outro, embora a escolha seja feita de maneira equivocada. Do flerte com a Econometria, houve a geração quase natural de rebentos. Nasceram muitos modelinhos...

Micro passou a ser auto subversiva ao se concentrar em questionar, modificar, qualificar e, de modo geral, complicar algumas de suas proposições anteriores a respeito das teorias das escolhas racionais. Considerou-as, na melhor hipótese, aproximadas e incompletas, pois a escolha é processo construtivo e contingente. Reconheceu: quando estão diante de problema complexo, as pessoas usam atalhos e operações de edição. Descobriu haver repetidos padrões de irracionalidade, inconsistência e incompetência nas formas como os seres humanos chegam às decisões e escolhas diante da incerteza.

Os modelos teóricos baseados no *homo economicus* pressupunham, quase como dogma, a racionalidade humana. Caso o comportamento dos agentes econômicos não fosse racional, ele seria aleatório. Então, tornaria impossível a repetição e a regularidade. Estas permitiam aprendizagem e teorização. Mas novas experiências deduziram não haver razão para concluir, dada a frequente ausência de racionalidade, presença originalmente obrigatória, um mundo caótico ser inelutável.

A Micro descobriu a pesquisa mais influente sobre como as pessoas administram o risco e a incerteza foi conduzida por dois psicólogos israelenses, Daniel Kahneman e Amos Tversky. Após servirem nas Forças Armadas israelenses, na década de 1950, colaboraram entre si e conquistaram adeptos entre acadêmicos e profissionais no ramo das finanças e investimentos, onde a incerteza influencia todas as decisões. Eles articularam seus conceitos na chamada Teoria da Perspectiva ou do Prospecto, no sentido de “o que é provável”.

Kahneman e Tversky discordavam do pressuposto: “somente o comportamento racional consegue sobreviver em ambiente competitivo, caso contrário, ele seria caótico e incontrolável”. As evidências indicavam as escolhas humanas serem ordeiras, embora nem sempre racionais de acordo com os padrões das Ideias Capitais. Como as decisões emocionais ordeiras eram previsíveis, não havia base para o argumento de o comportamento ser aleatório e inconstante, meramente por não se ajustar, perfeitamente, a pressupostos teóricos rígidos.

Existia nítido contraste entre as generalizações baseadas nas teorias racionalistas e aquelas baseadas em experiências nos laboratórios de psicologia. Os

pesquisadores psicólogos absorveram a crítica destas ocorrerem em situações hipotéticas, onde as penalidades pelos erros foram mínimas. Mas houve notável persistência manifestada na ampla variedade de experiências de teste da hipótese da escolha racional. Estudos do comportamento dos investidores nos próprios mercados de capitais confirmaram grande parte das hipóteses de Kahneman e Tversky formuladas em laboratório.

As Finanças Comportamentais passaram a ser o novo campo de interesse da Micro. Ela se dedica, especialmente, ao exame do comportamento de O Mercado divinizado. Por que não? Talvez ele seja um possível substituto do “amor não correspondido” do Macro...

Ocorrem, enfim, no epílogo, *a resignação e a racionalização*, tipo “foi melhor assim”...

Esses mecanismos de defesa psicológica, para suportar a separação, não aparecem, necessariamente, nessa ordem, nem são estanques. Entrelaçam-se e são, mais ou menos, conscientes. Muitas vezes, há “vai e volta”. Não se resiste a qualquer encontro casual. Se o ex ou a ex estiver desacompanhado(a), parte-se logo para o ataque. No dia seguinte, voltam os dois à rotina individual.

Depois de muito tempo, apesar das turbulências, podem se fingir de “grandes amigos” – ou virar de fato. Conversam sobre tudo. Só não rolam papos íntimos sobre o atual amor. O mais difícil nesse tipo de resolução pela separação é aceitar a morte do outro em si mesmo e, sobretudo, sua própria morte na consciência do ser amado. É um dolorido processo de luto sem *causa mortis... in corpore sano*.

Levada a cabo a separação entre o Macro e a Micro, após solução aparentemente definitiva, surge às vezes súbita necessidade de reconciliar-se. Diante do fato consumado, voltam à mente todas as razões do vínculo de apego antes vivido e ainda não totalmente rompido. De repente, com a explosão da crise sistêmica, eles se lembram de não terem concluído, na separação de bens, quem ficaria responsável por ela!

Causas da Crise

As causas da crise, como em todo o fenômeno de dimensão social, Macro e Micro acabam reconhecendo, são múltiplas. Para ordenar as explicações, resolvem englobá-las em três dimensões. Os determinantes das cotações de ativos, isto é, dos preços das distintas formas de manutenção de riqueza, são agrupados em “fundamentos”, “regulação” e “autorregulação” das forças de mercado.

Macro e Micro tentam então *o difícil reencontro depois da separação*. Ambos reconhecem: os fundamentos macroeconômicos da economia hegemônica no mundo não eram adequados. A impotência tinha se tornado visível. O déficit fiscal extraordinário teve impacto sobre a dívida pública.

O Tesouro, em geral, sem dificuldade de vender títulos da dívida pública no mercado, inclusive a instituições estrangeiras, teve problema quando muitos países diminuíram sua exposição a esses *treasuries*, mesmo sendo considerados os papéis mais seguros no mercado global. Os déficits registrados nas relações comerciais com seus principais parceiros levaram ao imenso déficit no balanço de transações correntes. O fluxo de financiamento das contas correntes derivava dos superávits externos de quase todo o resto do mundo. A dívida externa se elevava. Na verdade, os rebentos do Macro gostavam muito de pregar austeridade e cumprimento do “dever de casa” para economias estrangeiras, mas não seguiram a cartilha “em casa”...

Como resultado dessa análise dos maus fundamentos, a moeda da potência impotente foi sendo depreciada. Com a depreciação da moeda nacional e a elevação dos preços das *commodities*, encareceram as importações “baratas”. Antes, permitiam certo controle da taxa de inflação. A Autoridade Monetária, já assustada com a “inflação de ativos” (ou o efeito riqueza derivado da “bolha imobiliária”), precipitou-se elevando a taxa de juros. Resultado: explodiu a “bolha imobiliária”, pois os preços dos imóveis começaram a declinar. Surpreendido pelas graves consequências do *crash*, voltou a recolocar a taxa de juros básica abaixo mesmo do patamar anterior, quase-zero!

A tentativa canhestra de regulação de O Mercado, “o novo parceiro da Micro”, via política de juros, promovida pela Autoridade Monetária, “a nova queridinha do Macro”, depois da explosão da “bolha de ações”, tinha conseguido evitar desastre maior no mercado acionário e no endividamento das famílias, naquele momento. Mas provocou, posteriormente, a formação e a explosão da “bolha imobiliária”. A nova amante engravida e “dá a luz”. Desarranja a nova vida de descasado do Macro!

A redução dos juros no mercado imobiliário estimulou a renegociação dos contratos hipotecários, provocando o “efeito riqueza”. Gerou sobra de renda e sensação de enriquecimento patrimonial. Funcionou como estímulo ao consumo. O consumo das famílias representava a maior parte do PIB.

Quanto ao mito da autorregulação de O Mercado, o que ocorreu? O *crash* foi detonado pela queda dos preços dos imóveis e também redução do valor de outros ativos como ações, mas também alguns ativos de crédito securitizados. A tendência de alta pode ser sustentada por inércia de O Mercado, aquele vagabundo “comprado”. Quando deixou de ser autossustentada pela crença ilusória em bons fundamentos, começou seu questionamento e a inflexão. A tendência oposta, isto é, de baixa, gerou então viés na outra direção, tornando O Mercado “vendido”. Isto causou a aceleração catastrófica qualificada como *crash*.

A Micro ficou surpreendida pela traição, no fundo, o autoengano. A crise sistêmica levou os seus Modelos de Avaliação de Risco ao fracasso generalizado. Reconheceu a superestimação de seu poder de mitigação dos riscos. Todas as Ideias Capitais perderam valor. A Teoria da Seleção de Carteira baseava-se na hipótese de os diferentes mercados e os movimentos dos preços dos diversos ativos financeiros não terem excessiva correlação. Porém, isso não se verificou com a ocorrência do “efeito contágio (ou dominó)”. Contaminou em geral.

Epílogo

Depois da longa separação, Macro e Micro voltam-se, então, forçosamente, a reunir-se, superando na crise o visto antes como obstáculo. Todavia, essa possibilidade de reencontro não constitui algo seguro no qual se pode confiar

eternamente. Cada um dos cônjuges buscou ser capaz de realizar sozinho o trabalho fatigante de redefinição da própria personalidade.

Notavelmente, o Macro deixou de ter sua disciplina extremamente dependente da Micro. Sua autonomia, porém, era relativa. Sentia necessidade do amparo, em especial da Micro bancária, anteriormente desprezada. Ele insistia ainda com o velho dogma de “preferência pela liquidez dos bancos”. Não percebia isso ser um autoengano por pura questão de fé. Essa crença dogmática embaçava suas lentes sobre as Finanças e, particularmente, sobre os diversos comportamentos psicológicos e/ou lógicas de ações dos investidores. Tinha necessidade de uma nova Teoria das Decisões Financeiras!

Tomar a decisão de separar-se não significa vedar para sempre qualquer possibilidade de voltar atrás e reconciliar-se. No entanto, viver na esperança e na expectativa disso acontecer é destrutivo. Para os crédulos, o segundo casamento é reconhecido como a possível vitória da esperança sobre a experiência. Os céticos o consideram a prova definitiva da irracionalidade humana, pois seria mera repetição de erro já experimentado...

Conclusão do Curso de Graduação

Há 44 anos eu me graduei. Aí ocorreu outro ponto de ruptura na minha história pessoal. Largar a vida metropolitana em uma cidade com boa qualidade de vida cultural para a imersão em uma cidade do interior de São Paulo inteiramente desconhecida por mim: Campinas. Fui o terceiro colocado no concurso da ANPEC (Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia) e poderia escolher uma das três opções inscritas.

Tinha a priori descartado a FGV-RJ e a FIPE-USP, pois em ambas dominavam economistas apoiadores da ditadura militar. Podia ficar no CEDEPLAR em Belo Horizonte, onde minha família morava, ou ir para a UnB, em Brasília, onde meu pai morava. Lá, na UnB, antes de ir para PUC-RJ, imperava o Edmar Bacha. Sua esposa na época, a Eliane Cardoso, foi à bolsa da FACE-UFMG (sistema de alunos em tempo integral) me convidar pessoalmente para escolher a UnB. Declinei o convite.

Fui atrás da minha mentora, Professora Maria da Conceição Tavares, recém-chegada do Chile, após o golpe militar. Não a conhecia pessoalmente, mas admirava sua obra e sua combatividade.

Outra lição de vida: a gente tem de ir atrás de bons professores para o desenvolvimento intelectual. Mentor é aquele indivíduo experiente capaz de guiar (ou dar conselhos a) uma outra pessoa. Minha mestra nunca me deu conselhos, mas deu-me o mais importante para qualquer educador: *bons exemplos de postura*. A mentora intelectual é a pessoa responsável pelo desenvolvimento e/ou idealização de algo cuja prática influencia os comportamentos de uma outra pessoa mesmo sendo de maneira virtual, não presencial ou inconsciente de sua parte.

O terceiro ponto de ruptura na minha história de escolha profissional foi mudar do Rio de Janeiro, onde talvez tenha vivido os sete anos mais intensos (1978-1985) em termos de relacionamentos interpessoais, militância política, e amizades, para Campinas. Ocorreu com a decisão de largar o emprego no IBGE, onde muito aprendi, mas sentia um progressivo “emburrecimento” por não desenvolver todo meu potencial intelectual. Cheguei a ser chefe do Departamento de Contas Nacionais, porém, decidi fazer o doutoramento no IE-UNICAMP.

Logo chegando, meu orientador – Professor Wilson Cano – tomou conhecimento do meu desejo de seguir a vida acadêmica e me tornar um intelectual público. Disse-me isso ter sido surpreendente para muitos colegas, dada minha militância no Rio de Janeiro, onde criei o Núcleo de Economistas do PT. Convidou-me a ser professor do IE-UNICAMP. Completei toda a carreira até Professor Titular. Só me licenciiei durante o primeiro governo Lula (2003-2007) para ser vice-presidente da Caixa Econômica Federal. E, em todo esse período, fui Diretor Executivo da FEBRABAN.

Os pontos de ruptura, as viradas, as reviravoltas, os momentos decisivos como “*turning point*”, muitas vezes, são dolorosos, levam a perdas antes de ter os ganhos esperados. Por exemplo, quando troquei o IBGE pela UNICAMP, larguei o Rio de Janeiro por Campinas e troquei o dobro do salário pela metade. Tudo isso em curto prazo. Depois, houve a reviravolta por ter feito essas opções.

A mudança de vida exige uma reflexão profunda sobre nossa vida, como as experiências marcantes nos moldaram, o perdido e o ganhado. A mudança não é rápida, pode levar anos. Todos nós sofremos, todos nós batalhamos, mas as memórias dolorosas, tanto quanto as alegres, podem levar a *insights* e sabedoria para nos sustentar, emocional e racionalmente, pelo resto da vida. Isto dinheiro nenhum paga.

Capítulo 3: Até Que Em Certo Dia

Da Escola de Campinas ao Capitalismo Financeiro

Eu me graduei na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1974. Fiz minhas pós-graduações na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no Estado de São Paulo: Mestrado em 1975-78, Doutorado em 1985-88, Livre-docência em 1995, Concurso de Títulos para Professor-Associado em 1999. Finalmente, alcancei o topo da carreira docente no concurso para Professor-Titular em 2015.

Essa foi uma data inesquecível para mim. Minha mentora, a Professora Maria da Conceição, participou da banca julgadora. À noite, recebeu homenagem, devido à sua visita ao IE-UNICAMP, onde foi tão influente na formação do quadro de docentes e pesquisadores.

Como contei, depois de escolher o curso de graduação em Ciências Econômicas por acaso, no segundo ano fiz concurso para ganhar Bolsa de Estudos ao me tornar “aluno de tempo integral”, programa existente na FACE-UFMG. Passava todos os dias, durante os dias todos, na Faculdade. Frequentava a biblioteca, assiduamente, tinha contato com alunos dos anos anteriores (e pegava com eles as provas das disciplinas cujos professores costumavam repetir), fazia ME – Movimento Estudantil. *Aprendi a aprender*, isto é, estudar por conta própria. Fui autodidata em Economia Marxista. Quando chegou a hora de fazer a prova da ANPEC, “tirei de letra”... Se minha memória não me trai, passei em 3º. lugar.

Não tive dúvidas em escolher o curso de Mestrado da Universidade Estadual de Campinas. Lá estavam meus mentores Maria da Conceição Tavares, Antônio Barros de Castro e Carlos Lessa. Mentor é a pessoa inspiradora, estimulante, criativa ou orientadora, não necessariamente em termos presenciais, mas através de ideias, ações, projetos, realizações, etc. Mentor dá bons exemplos.

As outras alternativas renomadas (Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro e Universidade de São Paulo), na época, eram ligadas a economistas sem pudor em prestar serviços ao regime militar ditatorial. Rejeitei-as porque eu já me colocava, ideologicamente, à esquerda.

Depois do Mestrado, comecei minha carreira profissional trabalhando no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Rio de Janeiro, onde aprendi muito sobre elaboração de estatísticas – e perdi o receio de usá-las. Quando fui fazer o doutorado no IE-UNICAMP, convidaram-me para me tornar professor. Como sempre apreciei mais os valores culturais (e humanistas) em relação aos pecuniários, aceitei. Desde 1985, com muita honra, sou Professor.

Dez anos depois de ter defendido, em 1978, minha dissertação de mestrado sobre os *Bancos em Minas Gerais*, defendi, em 1988, minha tese de doutorado. Minha hipótese – bancos do Estado não deveriam ser privatizados, devido à imprescindível atuação desenvolvimentista para o País tirar o atraso histórico –, foi falseada pela história posterior com a privatização dos bancos estaduais na Era Neoliberal dos anos 90.

Quando o Lula perdeu a eleição em 1989, meu pressentimento era o Brasil ir passar por mau pedaço em sua história econômica. Planejei preparar-me teoricamente, durante os anos 90, para ser um quadro do Partido dos Trabalhadores preparado em termos técnicos para assumir responsabilidade de governo nos anos 2000 depois do desastre neoliberal. Foi quando publiquei meus três livros teóricos – *Ensaio de Economia Monetária* (1992), *Economia Monetária e Financeira* (1999) e *Economia em 10 Lições* (2000).

Logo no início do debate público sobre as possíveis privatizações dos bancos públicos federais, passei a publicar, em quase todos os meses, artigos na Gazeta Mercantil e na Folha de S. Paulo em defesa desses bancos, contra o chamado Relatório FIPE-USP/Booz-Allen. Esta era uma consultoria destinada a embasar as privatizações. Quase todas as Associações e Federações de bancários servidores desses bancos me convidaram para palestras ou consultorias.

Não passou nem uma semana após a eleição do Lula em 2002, às nove horas da noite, recebi um telefonema da Professora Maria da Conceição Tavares. Ela tinha assistido a uma palestra minha sobre a Caixa e ao saber de minha rede de relacionamentos me solicitou a indicação de um nome dessa instituição financeira para participar da equipe de transição. Vinte minutos depois, enquanto eu pensava a respeito, recebi outro telefonema por parte da presidente da Associação dos Gerentes da Caixa de São Paulo. Consultou-me se eu aceitaria o cargo de vice-presidente da Caixa Econômica Federal, caso convidado fosse. Os sindicatos de bancários estavam apoiando minha indicação. Respondi-lhe: “Quem ajoelha tem de rezar...”

Com os desdobramentos políticos, logo no início de 2003, o convite acabou vindo do meu colega do IE-UNICAMP, Jorge Mattoso, especialista em Economia do Trabalho. Ele tinha sido assessor de Relações Internacionais do Lula e foi nomeado presidente da Caixa.

Foram inúmeras experiências marcantes, boas ou más. Simbolicamente, relembro a cerimônia no Palácio do Planalto, em 2003, de lançamento do apoio da FEBRABAN ao Projeto Cisternas no Semiárido do Nordeste brasileiro. Antes, houve almoço na Casa do Unibanco, na Península dos Ministros, no Lago Sul de Brasília. De um lado da mesa, estavam os líderes do movimento popular. Do outro, os banqueiros. Eu era Diretor-Executivo da FEBRABAN como representante da Caixa. Na ocasião, eu me senti como “a mortadela do sanduíche”. Era o único cara da classe média na mesa! Mas, como sabia dialogar com os dois lados, servi como espécie de tradutor ou explicador...

Depois, fomos para o Palácio do Planalto. Por acaso, acabei sentando-me ao lado do Joseph Safra, um dos maiores bilionários brasileiros – e presenciei sua emoção diante dos discursos de uma pobre mulher nordestina. Ela explicou como sua vida tinha melhorado quando conseguiu ter um reservatório de água limpa em sua casa, diante de Lula, ainda no início de seu governo. Olhei para a Praça dos Três Poderes e pensei: “Eu nunca imaginei contemplar isso: um banqueiro emocionado com líderes populares... Este país vai dar certo!” Doce ilusão.

A volta à Universidade não foi planejada. O trabalho de administração de banco já estava repetitivo, em 2007, e não compensava mais o sacrifício de morar longe da minha família. Mas a presidenta da Caixa, no início do segundo mandato de Lula, tinha me solicitado continuar como Diretor Executivo da FEBRABAN, ser eleito como presidente do Conselho de Administração (CA) da CIBRASEC, e, possivelmente, assumir o cargo de presidente do CA da FUNCEF – fundo de pensão patrocinado pela Caixa.

Até que um dia, para surpresa dela, segundo ela me disse, “o Ministro da Fazenda solicitou seu cargo por razão de coalizão político-partidária”. Maior foi a minha surpresa ao descobrir a verdade. Meu cargo acabou sendo pleiteado por colega, antes Diretor do IE-UNICAMP, colega-amigo de ministro influente, também ex-colega. Ele nada entendia de banco e causou grandes prejuízos. Disseram-me ele ter armado isso, nos bastidores, sem nenhuma ética profissional. Sabia eu não usar apadrinhamento político para me proteger, embora tivesse sido professor no doutoramento da Dilma Rousseff. *Ex-post*, como diz economista, acabou sendo melhor para minha vida pessoal-familiar e minha reputação profissional.

Testemunho Ocular do Nascimento da Escola de Campinas

Dou, aqui, um depoimento pessoal, em linguagem coloquial, sobre alguns dos meus professores no Mestrado da Unicamp em 1975-76. Eles se tornaram referências intelectuais e políticas para meu comportamento na minha carreira profissional. Cito apenas três ícones, pessoas emblemáticas do modo de agir ou pensar da Escola de Campinas, por razões de espaço. Não posso deixar de nomear meus ex-professores Wilson Cano – meu orientador predileto inclusive me ensinando a “jamais usar adjetivos em texto técnico” –, Luiz Gonzaga Belluzzo, João Manuel Cardoso de Mello, Luciano Coutinho, José Carlos Braga, Paulo Baltar, Mário Possas, entre outros.

Lembro-me sempre da sabedoria antiga: “o mestre não é o repetidor de uma Verdade prontinha. Ele mesmo abre uma perspectiva para a Verdade, o exemplo de um caminho rumo a ela que ele indica, pois, a Verdade é sobretudo o caminho da Verdade”. Essa rota deve ser experimentada, testada, e desviada se necessário for.

Grande Mestre: Antônio Barros de Castro (1938-2011)

Antônio Barros de Castro, meu professor em três disciplinas no Mestrado na Universidade Estadual de Campinas, foi um Mestre. Era uma pessoa dotada de excepcional saber em todas as áreas pelas quais se interessava, colocando-se sempre na vanguarda do debate. Formou discípulos intelectuais inclusive em atividades extras fora de salas de aula.

Já contei sobre minha sorte de meu professor de Introdução à Economia, na FACE-UFMG, ter sido formado na tradição cepalina. Ele adotou como livro-texto o “Castro e Lessa”. Daí conheci o manual com abordagem estruturalista de Antônio Barros de Castro e Carlos Lessa.

Durante o curso, li também os dois volumes dos *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira*. Na verdade, foram seis ensaios: o sétimo o Professor Castro não publicou. A primeira edição foi publicada em 1969, comprei a segunda de 1972. Com base em suas ideias e nas do Chico de Oliveira (*Crítica à Razão Dualista*), muito influente no ME (Movimento Estudantil) da minha época, fiz a prova de Economia Brasileira da ANPEC. Eu tinha escrito meu trabalho de graduação sobre Agricultura Brasileira. Avaliei, corretamente, ser esse um tema com grande chance de cair na prova para a pós-graduação. Tirei a nota máxima.

Tendo já sido aprovado para a pós, assisti palestra do Professor Castro na FACE-UFMG, no final de 1974. Anotei tudo dito por ele. Fiquei boquiaberto com tanta sabedoria e didatismo. Na hora de escolher o paraninfo das turmas de formandos em Administração, Ciências Contábeis e Ciência Econômica, manobramos no sentido de dividir os outros formandos e descarregar todos os poucos votos dos futuros economistas no nome de Antônio Barros de Castro. Ganhamos a escolha.

Fiquei então com a missão de convidá-lo, pessoalmente, em Campinas. Eu era muito tímido, porém, ao ele me provocar dizendo na Inglaterra o ME ser organizado por “estudantes de direita”, retruquei. Minha missão fracassou. Ao contrário das turmas anteriores, cujos convites foram para Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino, bispos da Teologia da Libertação sem medo de denunciar a ditadura militar, minha turma ficou sem a presença do paraninfo na cerimônia.

Comecei o Mestrado com o maior entusiasmo, devido à alocação do Professor Castro para dar o curso de Economia Política com a leitura de *O Capital* de Karl Marx. Era tudo o desejado por mim. Mas não era o almejado por ele. Estava focado em sua tese de doutoramento sobre as relações de produção na região canavieira brasileira em tempos coloniais. Quando meus colegas e eu percebemos não adiantar força-lo a preparar aulas em matéria fora de seu objeto de interesse, no momento, desistimos.

O curso passou para o professor Yoshiaki Nakano, recém-chegado do doutorado em Cornell. Ele formalizou a leitura de Marx através de equações de Morishima. Foi inesquecível quando um colega formado no ITA e Livre-Docente na Engenharia Elétrica lhe perguntou: “aquela coisa de comunista, mais-valia, está escondidinha ali atrás daquela equaçõzinha?”. Caímos na gargalhada... e até hoje o atual diretor da FGV-SP parece não gostar da gente da UNICAMP.

Mas Castro assumiu compromisso de dar o curso de leitura de *O Capital* no semestre seguinte – e o cumpriu. Foi a nossa sorte, porque assistimos então excelente curso de leitura dos “capítulos históricos” com ele e, em paralelo, curso sobre a Teoria do Valor-Trabalho com o Professor Luiz Gonzaga Belluzzo, também baseado em sua tese de doutoramento.

Foi quando entendemos o debate entre o Professor Antônio Barros de Castro e o Professor Fernando Novais, também excelente professor e historiador, sobre a “lei de movimento do capital” na colônia brasileira. Este, como todos os marxistas ortodoxos, na tradição do grupo de leitura de *O Capital* na USP (FHC e outros fundadores do CEBRAP) colocava o País como dependente de determinação externa. O Professor Castro era um iconoclasta: ia contra a corrente principal da esquerda e questionava, de maneira intelectual corajosa, seu determinismo exógeno. Era classificado como endogenista ao defender que as relações de produção internas e as inovações tecnológicas davam dinamismo próprio à acumulação primitiva brasileira. Assisti esse debate “ao vivo”, em Seminário Internacional, realizado em Campinas, onde o Eric Hobsbawn, famoso historiador marxista inglês, estava presente.

Aprendi com ele a colocar, diretamente, desafios intelectuais para os alunos. Subitamente, ele virava para a gente e perguntava: “Fernando, qual é sua opinião sobre o tema da aula de hoje?” Tinha que estar preparado para responder, senão “daria um branco na aula”...

Quando preparava a aula, era de didatismo ímpar. Não foi o caso de outro curso demandado por nós, porque era assunto em moda, “Controvérsia de Cambridge”. Aliás, com toda a razão: aquele debate era uma chatice infinita!

Para a avaliação final do excelente curso em que ele refez a leitura marxista sobre a “acumulação primitiva na colônia”, ele convidou toda a turma para ir na sua casa no Bairro Guanabara em Campinas. Deixou-a na sala de estar e ia chamando, um a um, os alunos para sua biblioteca. Na minha hora, perguntou-me: “O que você mais gostou do curso e deseja escrever a respeito?”. Respondi-lhe que era sua controvérsia com o historiador Fernando Novais. Levantou-se, dirigiu-se diretamente a uma estante, pegou um livro e disse-me: “Resenhe este debate sobre Modo de Produção Colonial”. O organizador do livro dos *Cuadernos de Pasado Y Presente* (PyP), da editora mexicana Siglo XXI, era Ciro Cardoso.

Em seguida, ensinou-me o método para escrever resenhas. Eu o transmito para meus alunos até hoje. Primeiro, contextualize o livro dentro de algum debate, mostrando qual é o “estado-da-arte”. Segundo, resuma o que diz o(s) autor(es) em suas próprias palavras, sem nenhum adjetivo. Terceiro, confronte a segunda parte com a primeira, isto é, mostre se o autor avançou em relação ao debate ou não. Na quarta e última parte, conclua dizendo o que ele poderia ter avançado e não o fez, ou seja, apresente sua contribuição original ao debate. Só!

Quando me mudei para o Rio de Janeiro, em maio de 1978, para trabalhar no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, reencontrei-me com o Professor Castro. Estive no lançamento do seu livro “*O Capitalismo Ainda É Aquele*”, inclusive meu exemplar de 1979 tem sua dedicatória. Como ele escreveu em sua Apresentação, “relendo o todo percebo uma crescente luta e, por fim, um verdadeiro acerto de contas, com Keynes, Kalecki, Sweezy e seus seguidores atuais. Observo, também, uma redescoberta de Marx e um encontro com Schumpeter. (...)”. Este livro nasceu como notas de aulas para o Mestrado em Economia da

Universidade Estadual de Campinas. Cresceu na polêmica surda com outras posições”.

Era um intelectual de estirpe. Adorava enfrentar novos desafios. Um colega de trabalho comentava: “Quem quiser ficar na vanguarda, tem de acompanhar o Professor Castro”. Falseava teses aceitas por uma maioria sem maiores questionamentos. Ia contra o senso comum inclusive da própria esquerda, por exemplo, em “*A Economia Brasileira em Marcha Forçada*”, publicado em 1985, em coautoria com meu colega e amigo, Francisco Eduardo Pires de Souza. Nem sempre acertava, por exemplo, segundo as ideias aí defendidas, a evolução econômica do País de 1974 até o 1985 propiciaria à economia brasileira encontrar-se reestruturada e apta a retomar o crescimento de longo prazo. Na realidade, o desmanche do Estado desenvolvimentista, após 1980, levou às “duas décadas perdidas” na “era do neoliberalismo”.

Apesar de certas discordâncias políticas, minha lembrança do Professor Castro é a do verdadeiro Mestre no relacionamento com seus discípulos. Almejava formá-los como intelectuais sólidos, capazes de enfrentar as controvérsias da Ciência e da Política. Por exemplo, foi fundamental na minha formação política a liberdade e a motivação intelectual propiciado por ele durante quase dois anos – 1979 e 1980 – em seminários quinzenais na sua casa na Rua Icatú, no Bairro Humaitá, no Rio de Janeiro.

Ex-alunos da Unicamp, como Caio Cesar Prates, Fernando Abrantes, Fernando Cardim Carvalho, Francisco Eduardo Pires de Souza, George Kornis, José Carlos Miranda, entre outros, e novos agregados, como Leonardo Burlamarqui, nós reuníamos para discutir textos recentes de intelectuais militantes europeus. Lemos, por exemplo, Jorge Semprun, Fernando Claudin, Claude Leffort, Michel Foucault, Cornelius Castoriadis, Lucio Colletti, Rudolf Bahro, etc. Debates sobre a Solidariedade polonês, o Eurocomunismo italiano, o Socialismo francês, o questionamento ao estalinismo do PCE (Partido Comunista Espanhol), a crítica ao SOREX (Socialismo Realmente Existente), a ultrapassagem do marxismo, etc., ou seja, a vanguarda política da intelectualidade europeia.

Lá também o Professor Castro nos apresentou outros mestres: Celso Furtado e Mário Pedrosa, quando eles voltaram do exílio. Aprendi não poder ser mestre sem antes ser aluno, tanto na escola, como na vida. O ensino maior não está no dito pelo mestre, mas no não dito para você dizer. “O mestre não é o repetidor de uma verdade inquestionável. Ele abre uma perspectiva sobre a verdade, o exemplo de um caminho rumo ao verdadeiro é apontado. A verdade é sobretudo o caminho da verdade”.

Grande Mestre: Maria da Conceição Tavares

No dia 24 de abril de 2010, Maria da Conceição Tavares completou 80 anos de vida. Eu escrevi depoimento pessoal a respeito do nascimento de nossa amizade, desde a honra de eu me tornar seu aluno em 1975. Postei-o em meu blog. Este *post* tornou-se um dos mais visitados à época. Meu filho, então estudante de Ciências Sociais, me disse: “Poxa, pai, eu não conhecia essa história de sua geração... Vou compartilhar na minha rede social, para meus colegas lerem!”

Depois, o Centro Celso Furtado solicitou-me republicá-lo sob forma de um capítulo de livro em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição. Tentarei manter aqui a narrativa coloquial para relatar minha vivência, inclusive intelectual, com a Professora. Chamo-a assim, pois, com plena lucidez, inteligência e energia peculiar, ela continua me ensinando em todas as vezes quando eu tenho o prazer de lhe ouvir ou ler. É sempre uma alegria saber do desejo da Professora me encontrar, quando eu visito o Rio de Janeiro.

Em fase difícil de sua vida política, na qual teve a coragem de criticar a postura cínica de muitos colegas, quando diziam “da boca para-fora” serem seus “discípulos”, mas praticavam o neoliberalismo, inclusive vendendo o patrimônio público, ela reencontrou o prazer da militância política. Rompeu com antigas “amizades” e encontrou amigos entre os novos companheiros. Era outra geração: a de seus ex-alunos.

“A última coisa que um amigo pode desejar, escreve Aristóteles, é separar-se do amigo. Não apenas a separação irremediável da morte, nem aquela que a

distância dos lugares impõe (ainda que um longo silêncio tenha posto fim a muitas amizades), mas a separação ativamente produzida quando os amigos se esforçam para elevar um dos seus acima deles, quebrando os laços da amizade, o viver junto, a partilha dos pensamentos e a igualdade das vontades. Fundada na semelhança entre os amigos e na relação virtuosa entre os naturalmente bons, a amizade é destruída quando a semelhança entre pares é substituída pela hierarquia que separa superiores e inferiores". Marilena Chauí sintetiza esse pensamento em "*Amizade, Recusa do Servir*" (comentário do *Discurso da Servidão Voluntária*, texto de autoria de Etienne La Boétie em 1574) da seguinte forma: "*amizade é igualdade*".

Em suas pegadas...

Como nos tornamos amigos? Depois de ser seu aluno, em fase de militância pelo fim do regime ditatorial, discutíamos muito em público sobre as várias estratégias. Nas eleições para o IERJ – Instituto de Economistas do Rio de Janeiro, reduto dos economistas de oposição ao regime militar, organizado em 1977, Conceição era a candidata à presidência da chapa A na sucessão do Pedro Malan. Acompanhado de parte dos economistas militantes de esquerda e de todos os colegas do Mestrado da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP moradores no Rio de Janeiro, no início dos anos 80, rompemos com a situação e partimos para organizar a chapa B. Rebeldia sem causa?

Primeiro, devo confessar, foi sim um grito de independência política, mas com ainda baixa autonomia intelectual. Na verdade, eu era, e continuo a ser, "fã de carteirinha" da Conceição!

Seu artigo "*Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente*", apresentado em 1971, durante os "anos de chumbo" e de euforia do "Milagre Econômico Brasileiro", dominou minha "mente e coração", inclusive me levou a escolher a especialização profissional. Revelava, destemidamente, o que a propaganda oficial do regime militar desejava ocultar: seus "pés-de-barro". Contrariava a opinião midiática ao demonstrar o *boom* da Bolsa de Valores, em 1971, ser uma bolha a estourar logo. Ela remetia o leitor à teorização sobre capital

financeiro feita por Hilferding, autor marxista do qual eu nunca tinha escutado falar, em meu curso de Economia, iniciado naquele ano na FACE-UFMG.

Ela tinha coragem de denunciar a estratégia do todo-poderoso ministro da Fazenda, Delfim Netto: “este processo de centralização do capital financeiro estaria confirmando o alto grau de concentração da atividade econômico urbana nos principais centros industriais e financeiros do país e conduzindo a uma mudança acentuada na estrutura oligopolista da economia, mediante associação e fusão de grupos empresariais e financeiros, nacionais e estrangeiros. As novas formas de associação do capital tendem a conduzir a um tipo de estrutura oligopolista que supõe um grau muito maior de abertura externa das empresas e uma internacionalização progressiva dos principais setores da economia” (1971: 217). No entanto, ela cobrava. Desse seu vislumbre do futuro restavam vários problemas para esclarecer. O mais importante deles se referia a “qual seria a base real de sustentação dessa rearticulação empresarial”.

Quando li isso, quis logo saber com meus colegas mais antigos quem era aquela autora tão corajosa. Contaram-me: “É uma portuguesa com sotaque super-enrolado. Ela xinga muitos palavrões! Ela, quando chegou atrasada em debate com Mario Henrique Simonsen, foi debochada por este, reclamando ter de repetir o já dito. Ela respondeu: – Não é necessário. Eu sei o que você sempre diz: é *‘isto, isso e aquilo’*, repetindo exatamente aquilo dito por Simonsen, para perplexidade (e risada) da plateia”. Estava criada a lenda para mim!

Para saber se não era um mito, não hesitei quando soube ela ser professora em Campinas, junto com colegas da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, exilados do golpe militar no Chile do Allende, em 1973. Eu me joguei naquela aventura, em cidade no interior de São Paulo, onde nunca tinha estado. Com isto, recusei convite pessoal da Eliana Cardoso, na ocasião professora (e casada com o Edmar Bacha) da Universidade de Brasília, e também para fazer o Mestrado do CEDEPLAR na minha cidade natal, Belo Horizonte. Fundação Getúlio Vargas do Simonsen e Universidade de São Paulo do Delfim, nem morto! Não havia hipótese de eu estudar com professores apoiadores da ditadura militar!

Por que essa “postura radical”? Eu não era “organizado”, isto é, não pertencia à nenhuma organização política clandestina. Na verdade, eu tinha abominado, quando ainda no Colégio Estadual de Minas Gerais, ver estudantes serem espancados pela polícia. Não tinha gostado nada de também ver a vitória da seleção brasileira de futebol, esporte amado, ser apresentada como símbolo do regime militar e de seu “milagre econômico” em 1970. Depois, quando comecei a namorar, ao saber a jovem irmã de minha namorada estar em uma cadeia como presa-política, foi a gota d’água!

Embora fosse ganhando consciência política aos poucos, sabendo, de fato, o que estava ocorrendo no país, não tinha ainda consciência intelectual. Fui realizando, então, dois cursos: um oficial, do qual era aluno bolsista, e outro paralelo, onde lia literatura “clandestina” marxista e imprensa alternativa, tipo “Opinião”, “Argumento”, “Movimento”, “Pasquim”, etc.

Comprei a segunda edição *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, a de 1973. A primeira tinha sido lançada no segundo semestre de 1972 e, logo, se esgotado. Tudo aquilo era muito difícil de ser lido com instrumentos ortodoxos do ensino do meu curso de graduação. Com todo o esforço, porém, eu me lembro ter lido toda sua obra – mas teria entendido?

Em seus ensaios na área financeira, suas maiores referências teóricas eram ainda autores estrangeiros dos anos 50 como Michal Kalecki e Gurley & Shaw. Conversando com ela, anos depois, chamou-me a atenção para o pioneirismo tanto de Ignácio Rangel, quanto dela, na esquerda brasileira. Foram eles os primeiros a atentar para o “lado financeiro” do capitalismo. Até então, seja nacional-desenvolvimentistas, seja marxistas, todos os militantes destacavam apenas a exploração dos trabalhadores na “órbita produtiva”. Achavam falar de moeda uma coisa de monetarista. Curiosamente, o próprio Milton Friedman alertou aos (futuros) pós-keynesianos: para Keynes, “a moeda importa”, isto é, não é neutra. Foi realizada, então, a releitura de sua obra de maneira diferente da antes feita por fiscalistas da síntese neoclássica.

Conceição, em seu ensaio escrito quatro anos após *A Inflação Brasileira* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1963), chegava à mesma conclusão de Rangel: se a

esquerda quisesse entender o que se passava com o capitalismo brasileiro, teria de estudar o capital financeiro! Estava traçado meu destino!

Escrevi, em 1993, depois da desastrosa experiência do governo Collor, Texto para Discussão no CECON-IE-UNICAMP. Eu o intitulei “*Além da Hiper-estagflação*”. Era uma despreziosa homenagem à comemoração dos vinte anos de publicação do clássico *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro* de Maria da Conceição Tavares, livro fundamental na minha formação. O ensaio “*Além da Estagnação*”, escrito em 1970 com coautoria de José Serra, contém crítica à tese da estagnação secular, defendida então por Celso Furtado. Prejudicava a compreensão do dinamismo do capitalismo no Brasil, em período de crise. A crise era vista pelos autores como situação de transição para novo esquema de desenvolvimento capitalista.

Imagino como deve ter sido duro, para ela, filha intelectual do mestre cepalino, Celso Furtado, romper com essa filiação, “saindo de casa para ganhar o mundo”! Ela e o Serra criticam-no, explicitamente: “Furtado parece ter vestido a ‘camisa de força’ de um modelo neoclássico de equilíbrio geral, elegante, mas ineficaz para explicar a dinâmica de uma economia capitalista” [1970: 167].

O artigo *Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente*, apresentado pela Conceição em 1971, ano do início do meu curso de graduação em Economia, talvez tenha sido o mais inspirador de minha especialização profissional. Desde minha primeira leitura, entre as potencialidades do capital sob a forma financeira, salientava “possibilitar a acumulação financeira mediante a criação de capital fictício”. Fiquei fascinado com isto: *capital fictício*! O capitalismo era um “tigre de papel”! Como domá-lo? Era sistema indomável onde as figuras do capital atuavam como marionetes? Como essa ilusão de autodeterminação cegava a todos? Como os capitalistas acreditavam (e usufruíam) de “bolhas”? Ao especular? Espetacular!

Era muitas minhas perguntas a fazer para a autora. E eu encontrava desafios intelectuais a destrinchar em cada página! Aliás, depois, descobri essa ser uma grande virtude da Conceição como professora: suas aulas eram verdadeiras *brainstorm*! Eram instigantes, difíceis de anotar, tantas eram as ideias originais

brotadas de seu cérebro aos borbotões, improvisadamente, ao vivo! Só conseguia isso pessoa muito preparada. Ela vibrava emocionalmente com o que dizia, conseguia ouvir com atenção todos os especialistas, apreender e aprender tudo. Demonstrava a possibilidade de transformar os conhecimentos dispersos e parciais em síntese sistêmica maravilhosa.

Ela sumariava as características do capital financeiro relacionadas com sua finalidade no processo geral de acumulação:

1. Possibilitar a acumulação financeira mediante a criação de capital “fictício”, ou seja, a emissão de títulos de propriedade com direito à renda, cuja valorização depende de operações especulativas no lançamento ou na circulação dos títulos em mercados secundários de valores.
2. Separar as funções de empresário das de capitalistas.
3. Permitir a associação do capital industrial, comercial e bancário sob a hegemonia do capital financeiro, conferindo, assim, a este a possibilidade de promover maior centralização do capital em sua forma mais geral, do direito de propriedade, e, portanto, o controle em última instância do processo global da acumulação.

Esta última potencialidade do capital financeiro era a mais discutida naquela etapa do desenvolvimento financeiro brasileiro, em 1971, ao propor-se a formação de *holdings*, corporações ou conglomerados, como formas de reorganização empresarial. Deduzi logo: se eu me especializasse no conhecimento do capitalismo financeiro, eu poderia gritar como o Leonardo di Caprio na proa do Titanic: “*Eu sou o rei do mundo!*”

Maravilhoso autoengano. Logo, na página seguinte, a autora quebrava meu encantamento, colocando dúvidas sobre o destino dos possíveis avanços do “capitalismo financeiro”.

- Trata-se, realmente, de processo encaminhado no sentido da articulação orgânica das formas de acumulação financeira e as de ampliação da taxa de investimento real? Em outras palavras, aquelas fusões de grupos e as aberturas de capital das empresas continuariam a processar-se sob

inspiração estritamente financeira ou se articulariam com a expansão da capacidade produtiva, o aumento da escala de produção, visando ao aumento da competitividade e à conquista de novos mercados?

- Essa rearticulação se daria mediante o estabelecimento de duas órbitas empresariais separadas, a produtiva e a financeira, ou se tenderia à formação de verdadeiros conglomerados sob o controle hegemônico de quais grupos?
- Seria o Estado brasileiro, além de mediador entre os interesses dos grupos nacionais e internacionais, o verdadeiro articulador, promotor e controlador de maior entrosamento entre as órbitas real e financeira?

O desafio ia muito além do meu conhecimento na época. Naquele ensaio, Conceição tentou seguir várias pistas exploratórias para discutir essas hipóteses. Humildemente, não pretendia alcançar explicações definitivas. Aliás, até hoje, há mais de quarenta anos, a história não chegou a seu final... A cada passo nos surpreende ou falseia nossas velhas hipóteses, forçando-nos a elaborar novas hipóteses substitutas. Assim caminha a humanidade... e a ciência!

Mas, naquele momento, em plena euforia do “Milagre Econômico Brasileiro”, com a economia crescendo mais de 10% ao ano e a Bolsa de Valores em *boom*, Conceição Tavares teve a lucidez de alertar, quase como estivesse remetendo “*Carta a Jovem Economista*” com o conselho de ser humilde. Aprendi: quanto mais a gente estudar, mais teremos a dimensão de nossa ignorância. O idiota não tem consciência do mal feito a si e aos outros.

Assim, da compreensão e da resposta efetiva daquelas difíceis questões dependeria a confirmação do otimismo vigente em relação à duração da expansão acelerada do “Milagre Econômico”, bem como o esclarecimento do verdadeiro caráter do novo “modelo de desenvolvimento” então em curso. Obtive dela, então, minha primeira lição: o descolamento total do capital financeiro em relação ao capital produtivo acaba sempre com a euforia e a transforma em pânico ao se descobrir toda a riqueza ser fictícia. Caí na real! Afundei-me na realidade tal como o Titanic no oceano...

Para ser bom analista do todo é necessário ler todos os especialistas das partes. Para se tornar bom economista não se pode ser apenas economista. Para ser

heterodoxo tem de se saber tudo da ortodoxia. A melhor formação intelectual e profissional é a pluralista. De economista inculto o mundo não precisa mais.

Outra penosa lição aprendi mais adiante, no primeiro seminário com a Professora no Mestrado na Universidade Estadual de Campinas. O grupo responsável por apresentá-lo lhe entregou um calhamaço de papel mimeografado sob o mesmo título de sua tese de livre-docência defendida em 1974: *“Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil”*. Ela deu brevíssima folheada, rasgou-o e jogou-o no lixo!

Passou as quatro horas programadas para o seminário dando bronca em toda a turma. Em resumo, dizia não querer saber daquele “marxismo de m****”! Queria sim, na manhã seguinte, aquela lousa (“quadro-negro”) toda preenchida com números! Passamos toda a noite em mutirão para preparar toda a estatística imaginável. Desde então, antes de qualquer aula ou palestra, sempre me lembro dela gritando: “nunca diga nada sem evidência empírica”!

E eu gostava tanto de saltar as páginas com estatísticas porque assim apressava a leitura... Nunca mais! Acho minha penitência ter sido trabalhar sete anos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, logo no meu primeiro emprego, após o Mestrado.

Era o suficiente para me decidir por essa especialização! Eu tinha começado meu curso de graduação em Economia sob a euforia do “Milagre Econômico”. Tinha entrado em pânico com o conhecimento das prisões políticas e torturas sob o regime ditatorial-militar. Vislumbrava, através do ensinamento daquelas páginas escritas pela Professora Conceição, a ficção ilusória da opinião pública era apenas uma “bolha” a explodir logo. De fato, se desfez em 1973, quando a inflação reprimida não conseguiu ser mascarada nem no índice officioso nem na vida real.

Em 1974, ano de minha graduação, o ME (Movimento Estudantil) resolveu abandonar a pregação do voto nulo e descarregar sua força na propaganda do voto na oposição, no caso, o MDB. A vitória na eleição parlamentar obrigou ao regime militar iniciar “abertura lenta, gradual e segura”. Mas outros fatos atropelaram esse ritmo e levou-nos à manifestação de rua em São Paulo no ano de 1977. Minha turma de Mestrado, todos alunos da Conceição, lá estava. Dois anos depois, já no Rio de Janeiro, trabalhando no IBGE, reuni alguns colegas e criamos o Núcleo de Economistas do PT (Partido dos Trabalhadores).

Mesmo como militante político, até o fim da ditadura militar no Brasil, continuei fascinado acompanhando a circulação dos títulos de dívida pública. Ela criava um mercado de “*dinheiro endógeno*” ao sistema financeiro, ou seja, um *dinheiro propriamente financeiro*, com o qual se podia especular à vontade, valorizando-se a si mesmo. Essa valorização se dava nas operações sucessivas de repasse dos títulos, graças ao compromisso de recompra, mas sobretudo graças à confiança em última instância nas operações de cobertura do Banco Central. Era a divisão entre o “dinheiro de rico” (moeda-indexada) e o “dinheiro de pobre” (papel-moeda daquele sem acesso a bancos). Tinha de se acabar com isso!

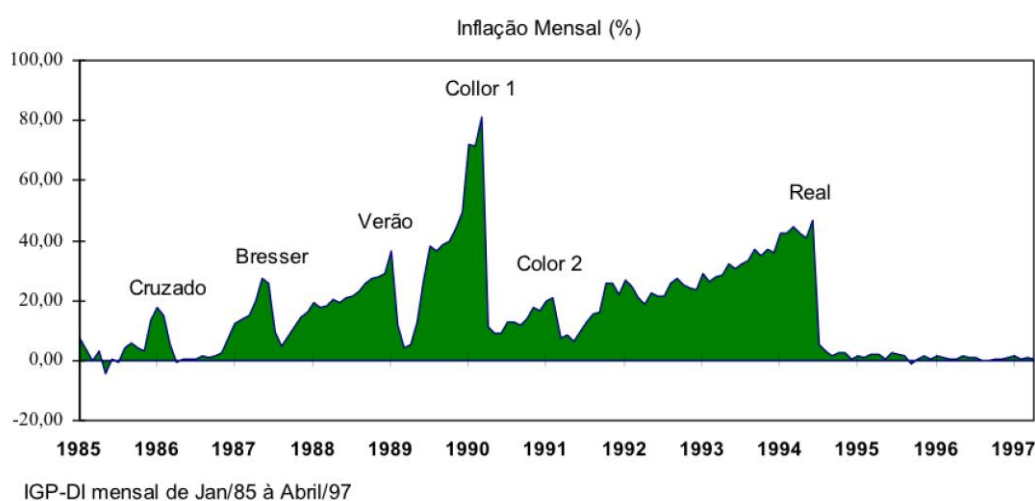
Bem mais adiante, na minha carreira profissional, quando me tornei Vice-Presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal, responsável pela elaboração da estratégia de sua Tesouraria, eu lembrei-me, em vários momentos, desses ensinamentos da Professora. Foram úteis quando eu, ex-aluno da Conceição, imergi no capitalismo financeiro... A carteira própria da Caixa com títulos da dívida pública se tornou a maior entre as de todos os bancos de 2003 ao primeiro semestre de 2007. O lucro médio anual de sua Tesouraria foi de nove bilhões de reais. Por outro lado, participei diretamente de todas as inovações financeiras do período – conta simplificada para trabalhadores informais, crédito consignado para trabalhadores assalariados e aposentados, micropenhor, microcrédito, etc. Elas deram acesso popular a bancos e crédito.

Voltei para fazer meu Doutorado no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, no início da redemocratização, em 1985. Era a oportunidade de me reencontrar com a Professora. Cursei com ela Economia Internacional, focalizando as Finanças Internacionais. Mas, naquela conjuntura dos primeiros “choques heterodoxos” aplicados ao regime de alta inflação vigente na economia brasileira, sua *Reflexão sobre a Natureza da Inflação Contemporânea*, título de artigo escrito em coautoria com o Professor Belluzzo, publicado em 1986, parece-me, foi a maior contribuição analítica ao debate.

A interpretação da inflação brasileira como predominantemente *inercial* tinha bastante evidência empírica na manutenção de patamares inflacionários, em média durante três anos, desde 1974 até o Plano Cruzado em 1986. Em 1974 e 1975, foi de 30%; de 1976 a 1978, 40%; transitou em 1979 por taxa de inflação anual de 77%; de 1980 a 1982 girou em torno de 100%; e, depois da maxidesvalorização

cambial em fevereiro de 1983, dobrou para 220%, anualmente, entre aquele ano e 1985.

Mas o problema maior se tornou explicar os *choques inflacionários*, com alterações de preços relativos, nesse período, e as *acelerações inflacionárias*, após os choques heterodoxos, na segunda metade da década dos 80 e primeira dos 90 (ver quadro abaixo). Nesse caso, ganharam evidência, no campo heterodoxo, as interpretações pós-keynesianas, entre as quais as fundamentadas teoricamente no modelo de *fix price* e *flex price*, elaborado por John Hicks.



O pensamento pós-keynesiano supunha os *mark-up* serem estáveis em curto prazo e insensíveis aos movimentos da demanda. Mas essa hipótese de constância dos *mark-up* reduzia o mercado de preços administrados ao papel de transmissor passivo de impulsos inflacionários gerados em outras partes do sistema econômico, como exemplo, a variação do custo do trabalho.

Em oposição a essa visão do fenômeno inflacionário, o artigo mencionado de Tavares & Belluzzo mostrava o modelo keynesiano de preços normais de oferta, com salários exógenos e *mark-up* fixo, não se manter como modelo explicativo em condições sem sustentação da hipótese da estabilidade dos contratos de oferta, por exemplo, no suprimento de matérias-primas estratégicas. Essa “quebra dos contratos” ocorria em função de flexibilização cambial e devido à repactuação periódica dos contratos de dívida em circunstâncias de volatilidade das taxas de juros. Tudo isso obrigava a sucessivas reavaliações de estoques ou saldos.

A incerteza sobre o *custo de uso* dos estoques de matérias-primas e sobre o valor atualizado da dívida passada convertia o modelo de *fix-price* em modelo de *flex-price*. A flexibilidade de preços e da margem desejada de lucro, uma margem incerta de cálculo, era, predominantemente, para cima, porque embutia certa margem de segurança.

Era inspiradora essa reflexão. Ela se contrapunha à teoria da inflação inercial, elaborada por professores da PUC-RJ e da FGV-SP, onde a formação de preços era realizada com *mark-up* desejado estável, baseado na margem histórica de lucro. Nela, depois de algum choque, ou seja, variação de preços relativos, a inflação corrente voltaria a ter como referência custos devidos à inflação passada.

De acordo com a teoria da aceleração inflacionária (ou da “profecia auto-confirmada”), elaborada por Conceição & Belluzzo, as empresas líderes na formação de preços ampliavam o *mark-up* desejado como forma de prevenção contra inflação futura. Entretanto, alertavam as margens de lucro efetivas (*ex-post*) poderem ser declinantes, devido a não validação das crescentes margens de segurança de lucro desejadas.

Com base nessa reflexão dos Mestres, publiquei artigo com a hipótese de “a inflação brasileira responder também à lógica estritamente financeira” (*Estado de Confiança e Hiperinflação* in REGO, J. M. (org.). *Inflação e Hiperinflação: Interpretações e Retórica*. SP, Bional, 1990). Posteriormente, esta generalização da referência à taxa nominal esperada de juros de curtíssimo prazo como critério para os ajustes de preços foi denominada, no IE-UNICAMP, de “financeirização dos preços”.

A taxa de juros funcionaria como o rendimento alternativo do capital não-imobilizado, no caso de arbitragem entre o mercado de bens e serviços, de um lado, e o mercado de ativos financeiros, de outro. Quanto mais alta a taxa de juros, mais se estimularia a elevação das margens de lucro. Paralelamente, com a obtenção de riqueza financeira, as empresas não-endividadas, capitalizadas e líquidas teriam melhores condições de sustentar estoques não colocados no mercado àqueles preços elevados. Em outras palavras, a política de altas taxas de juros teria resultado contraditório no combate à inflação.

Os juros esperados da “quase-moeda indexada” cumpriria função semelhante à da “dolarização”, em contextos hiperinflacionários, sem referência direta à moeda estrangeira, mas indireta via relação juros-câmbio. As expectativas inflacionárias influenciariam não só o custo de reposição do estoque, mas também o juro mercantil, cobrado na venda a prazo. Na formação do preço a prazo, o empresário levaria em conta a alternativa de vender à vista e aplicar os recursos derivados da realização dessa venda no mercado financeiro. Não seria racional, na busca de maximização de lucro, cobrar menos juro mercantil e obter receita operacional menor em relação à receita financeira.

Relação entre Mestre e Discípulo

Será meu entrevero com minha Mestre, em 1980, durante as eleições no IERJ, não ter despertado em mim sentimento similar ao tido por ela em relação ao seu mestre Celso Furtado, quando ela escreveu *Além da Estagnação?* Seria muita pretensão minha a comparação. Mas nossa interpretação daquele momento histórico, em encruzilhada política, era distinta em relação a qual caminho trilhar: mais à esquerda ou, moderadamente, de centro. Minha geração e eu enxergávamos o longo prazo: apoiar o nascimento do Partido dos Trabalhadores, para nós, era mais importante em relação a se aliar com o MDB autêntico de Ulysses Guimarães para pactuar socialmente a transição para a democracia. Desconfiávamos de tudo aquilo ir desembocar em “transição por cima”, onde, mais uma vez, os trabalhadores da base estariam aliados da conciliação de elites e contra-elites.

Curiosamente, essa discussão histórica estava escondida por trás de motivo aparentemente prosaico. Eu me reuni com ex-colegas do Mestrado da UNICAMP, para oferecer, no final dos anos 70, os primeiros cursos de leitura de *O Capital* de Karl Marx, no Rio de Janeiro, desde o endurecimento do regime militar nos anos 60. Era a maneira de arrecadar fundos para sustentar o IERJ. O problema foi organizar a fila de alunos pretendentes a fazer a leitura. Foram várias turmas. Trabalhamos duro, porém, na hora de montar a chapa de sucessão do Pedro Malan, encabeçada pela Conceição, sequer fomos consultados!

Talvez tenham achado todos nós discípulos irmos automaticamente a reboque da nossa líder. Ledo engano. Tínhamos sido educados para sair da menoridade e ter autonomia.

Chamaram o velho “pessoal do Partidão”, ausente do dia-a-dia do IERJ, e deram um “passa-fora, moleque” na nova geração da esquerda. Nós ajudávamos muito a sustentar a instituição. Porém, não éramos “rebeldes sem causa”. As greves sindicalistas no ABC, em 1979, já tinham recebido nosso apoio e militávamos para retomar o Sindicato e o CORECON das mãos da direita. Quase todos passamos a nos organizar no Núcleo de Base dos Economistas do PT no Rio de Janeiro.

A categoria profissional se empolgou com a eleição. Até mesmo algumas pessoas da Fundação Getúlio Vargas entraram para o lado de lá. A disputa era apresentada por colunistas dos grandes jornais, O Globo e Jornal do Brasil, como fosse apenas “conflito de gerações”. Nós da Chapa B, surpreendentemente, perdermos por muito pouco!

Eu, muito inexperiente e ainda nervoso para falar em público, tentava esconder a insegurança provocando e agredindo ideologicamente os adversários. Tomava coragem para dizer tudo vindo à cabeça, inclusive para meus ex-professores da UNICAMP, em altos brados.

Passaram-se alguns poucos anos, afastamo-nos do IERJ para ganhar o Sindicato e o CORECON. Na verdade, o IERJ submergiu um pouco sem a movimentação que fazíamos. Até acontecer algo de grande significado pessoal para mim.

Convidado para o coquetel de inauguração da nova sede do IERJ, em frente ao lugar onde eu trabalhava, no IBGE, fui lá. No final do evento, esperando sozinho para tomar o elevador e ir embora, Conceição Tavares se aproximou e disse-me: – “Fernando Mineiro, agressivo feito a porra, mas você pelo menos é humilde, gosto disso!” Respondi-lhe de imediato: – “Professora, se a senhora está dizendo isso, deve ter razão, porque é a pessoa mais agressiva conhecida por mim!” Dei-lhe carona até seu apartamento e ficamos amigos para sempre. Deixei de ser agressivo pessoalmente.

Tive a sorte de ser aluno da Conceição em Economia Brasileira no Mestrado. Foi o primeiro curso compartilhado por ela e o Professor Carlos Lessa, depois da experiência no Chile. Ela era responsável pela análise dos ciclos; ele, pela política econômica. Cada qual, na presença do outro, demonstrava mais brilhantismo.

No Doutorado, fui também seu aluno, mas em Economia Internacional. No final do seu curso, fui lhe entregar o trabalho para avaliação em seu apartamento. Estava lá o Fernando Fanzylber, ótimo economista e orador chileno. Ela me perguntou: – Está feliz com a mudança de vida, agora convidado para ser professor em Campinas? Respondi-lhe: – Estou um pouco assustado, pois irei receber a metade do meu salário no IBGE... Meu xará comentou: – Mas terá o dobro de felicidade!

Dito e feito. Não posso me queixar, pois tive momentos muito prazerosos com o ofício de professor, tentando seguir sempre o exemplo da Professora em termos de dedicação e combatividade. Lembro-me de quando, ansioso, antes da defesa de minha tese de doutorado, com ela na banca, eu me aproximei e Conceição me mostrou minha tese (609 páginas) toda marcadinha e disse: – Puro realismo fantástico! Isto é puro Gabriel Garcia Márquez! A história bancária brasileira contada por você é fantástica!

Pronto, acalmei-me, pois tomei aquilo como elogio. Eu tinha lido tudo do Gabriel Garcia e ela tinha lido tudo de minha tese! Também fez questão de ser a primeira arguidora. Eu me senti à vontade, na defesa, o suficiente para falar dos meus sonhos (reais), alternativas (possíveis) e utopia (necessária). Eu defendia a autogestão para os bancos públicos subordinada ao planejamento estatal, no sentido de evitar o corporativismo – coisa infelizmente ocorrida no segundo governo Lula. À noite, com muita gente, houve festa boa em minha casa. Conceição dançou à vontade. Estava a Laurinha, sua filha, minha ex-aluna. Meu filho, Ivo, ainda garoto lourinho, também entrou na farra.

Depois de sua eleição para o Congresso Nacional, como deputada do PT, em almoço em sua casa, em Laranjeiras, estava a Glorinha, Sandra, Isabel, Carmem Garcia, Zé Carlos e eu. Todos nós da Chapa B ríamos muito e a provocávamos: – “Nós, Conceição, estamos onde sempre estivemos. Você, na chapa A, estava junto

com Pedro Malan, Marcílio Marques Moreira e César Maia! Agora, você se chegou a nós! Parabéns, avançou para a posição consequente!" Ela só ria...

Como eu posso descrevê-la, para meus alunos, se eles não a conhecem pessoalmente? Sem dúvida, está entre uma das (poucas) pessoas cuja presença me deixa, inteiramente, fascinado. Outro é o Lula. A Dilma também é figura de grande personalidade. João Manuel é outro dominante em qualquer ambiente. Mas com ela tenho uma história pessoal não tida com os demais. Conversar com ela é muito excitante. É desafio intelectual acompanhar a rapidez de seu pensamento, tipo *brainstorming*. Culta, não é verdade ela falar apenas sobre Economia. Conversamos mais até sobre política, costumes do povo brasileiro, cinema, histórias pessoais, tudo enfim conversado por dois amigos.

Lembro-me do interesse demonstrado por ela a respeito de minha trajetória no governo Lula. Dizia, no início: "você está mais feliz do que pinto no lixo"! Seus olhos brilhavam quando eu lhe contava sobre tudo feito por nós lá na Caixa. Imagino: Conceição estava vendo meu sonho se realizar, fazer a alternativa possível, mantendo a utopia necessária.

Depois, quando caí de mal jeito, sendo substituído por colega cuja reputação profissional eu não admirava, ela esteve entre os poucos amigos a me prestar solidariedade. Ela e o Jorge Mattoso foram as pessoas a quem recorri para entender o passado naquele instante.

Busquei sempre guiar-me pelos ensinamentos econômicos e exemplos pessoais de combatividade da Professora Maria da Conceição Tavares. Não só eu, o Brasil teve a sorte de conviver com pessoa como ela. O País não tem como fazer "a substituição dessa importação de Portugal". Ela é insubstituível!

Grande Mestre: Carlos Lessa, Intérprete do Brasil

Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa é professor emérito de economia brasileira e ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2003. Lessa foi professor do Instituto Rio Branco, ministrou cursos na

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e no Instituto Latino-americano de Pesquisas (Ilpes), da ONU, da Universidade do Chile e da Unicamp. Foi ainda consultor da Fundação para o Desenvolvimento da Administração Pública (Fundap). É autor dos livros *“Quinze anos de Política Econômica”*, *“O Conceito de Política Econômica: Ciência ou Ideologia?”*, e *“O Rio de todos os Brasis”*, entre outros.

Foi meu professor de “Economia Brasileira”, dividindo a docência com a professora Maria da Conceição Tavares, ela ensinando a evolução cíclica, ele dando aulas sobre a política econômica, no primeiro curso oferecido em conjunto por eles no Mestrado da UNICAMP, em 1976. Era um espetáculo, cada qual dando o melhor de si. Considero o Lessa o melhor orador entre todos os economistas. Ninguém o consegue superar em metáforas humorísticas!

Sempre o admirei por sua imensa cultura e prazeroso humor. Assisti-lo ou conversar com ele é divertidíssimo. Mesmo quando tínhamos nossas diferenças políticas, ambos sendo militantes no início dos anos 80, reencontrávamos em reuniões político-sindicais, provocávamos um ao outro, e ríamos! No início dos anos 80, ele era então militante (e candidato a deputado) do PMDB, eu era um entusiasta organizador do Núcleo de Economistas do Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro. Ele provocava: – “Fernando Mineiro, o último radical!” Eu retrucava: – “Professor Lessa, o único campineiro chaguista!” Chaguista era referência ao Governador Chagas Freitas, governador da Guanabara (1971 a 1975) e do Rio de Janeiro (1979 a 1983) pelo PMDB. Seu nome deu origem ao termo “chaguismo”, designando sua forma particular de utilizar a máquina pública estatal para vencer as eleições. Ele dominou a política carioca e fluminense de 1970 a 1982. A gozação era porque seus colegas professores da Universidade Estadual de Campinas, em São Paulo, davam assessoria ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães.

De 21 a 23 de agosto de 1981 foi realizado o maior encontro sindical na época da ditadura militar. A importância foi histórica, dada reorganização das forças sindicais. Mais de 5 mil delegados de mil entidades participaram em Praia Grande, litoral sul paulista, da 1ª Conclat (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora).

Foram três dias de discussões envolvendo, pela primeira e única vez, todas as correntes de pensamento atuantes no sindicalismo. Ali foi aprovada a decisão de se criar uma Central Única. Isso aconteceria apenas dois anos depois com a formação da CUT.

O movimento de economistas de oposição ao regime ditatorial, no Rio de Janeiro, era organizado na época via IERJ-CORECON-Sindicato. A categoria profissional tinha direito a escolher um pequeno número de delegados para participar da 1ª Conclat. Carlos Lessa, naturalmente, foi o mais votado, mas eu fiquei em seguida com diferença muito pequena de votos. Contaram-me a Professora Conceição ter ficado espantada. Ela teria comentado: – “Que absurdo! Aquele desconhecido, o Fernando Mineiro, quase venceu o Professor Lessa!” O PT já comparecia...

Os anos se passaram e nos reencontramos no primeiro Governo Lula. Em vez em quando eu tinha o prazer de trocar ideias com ele a respeito do cenário. Ele teve a coragem de dar um verdadeiro “cavalo-de-pau” no “transatlântico BNDES”, transformando-o de “banco de negócios”, focado em privatizações, em um verdadeiro Banco de Desenvolvimento. Graças ao Carlos Lessa houve a reestatização da Vale. Mas ele não tinha nenhuma tolerância com os neoliberais ainda instalados no Banco Central do Brasil. Curiosamente, aí invertemos os papéis, eu atuava como “bombeiro”, sugerindo-o moderação. Mas ele não tinha “papas na língua”, falava tudo de impulso. Cheguei a avisá-lo, quando o Henrique Meirelles soltou uma nota impressa com críticas ao crédito direcionado do BNDES e da Caixa, em reunião do Conselhão (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES), no Palácio do Planalto. Eu pude presenciar, mas ele não viu o recolhimento da nota. Porém, quando a imprensa foi entrevistar o Lessa a respeito, ele “descascou” o Meirelles. Infelizmente, este ficou, Lessa saiu...

Depois de muitos anos sem revê-lo, tive o prazer de reencontrá-lo, no saguão do Aeroporto Santos Dumont, esperando o voo para Campinas, onde iríamos participar do Seminário da Rede dos Desenvolvimentistas. Perante os colegas Ernani Torres e Ricardo Bielschowsky, generosamente, ele me brindou com um dos maiores elogios possíveis de um discípulo receber de seu mestre: *o reconhecimento de mérito profissional*. Emocionei-me até às lágrimas, inclusive pelo inesperado da situação.

Desfrutei de prazer imenso, no dia seguinte, presenciando sua participação ativa no Seminário, sem nenhuma autocensura. Foi divertidíssimo escutar tudo o que lhe vinha à cabeça. Ele disse: – “Depois de velho [nasceu em 1939], falo tudo que penso”. Logo depois, se corrigiu: – “Na verdade, sempre disse...” É verdade, sou testemunho; mesmo quando isso tenha lhe custado certos dissabores.

Anotei muito dito por ele, em aulas e palestras, mas não consegui guardar todas suas inesperadas intervenções bem humoradas, chamando atenção para alguns aspectos inusitados. Arrependi-me de não ter memorizado todas as suas metáforas. Guardei a famosa “para se apresentar o Brasil a um estrangeiro, leve-o a um restaurante a quilo; será o único lugar do mundo onde verá a mistura brasileira: *sushi e sashimi com arroz e feijão!*” Ele acrescentou outra profunda reflexão a respeito da preocupação dos brasileiros com sua imagem pública: “verá também *alface cobrindo nhoque*”.

Já citei, na primeira parte deste livro, o professor Carlos Lessa, em uma aula famosa, dada nos anos 70. Usou um exemplo para ilustrar uma operação analítica, cujo objeto era: uma vaca! Dessa metáfora ele deduzia toda análise econômica ser uma operação de partição de ideias. A operação analítica se dá com um objeto idealizado. A coleção de partes obtidas pelo analista é composta de conceitos. Mas esse objeto colocado sob análise admite, da mesma maneira feita com a vaca Madalena, inúmeros modos de partição. Por trás de cada conjunto de conceitos econômicos, existem critérios implícitos ou explícitos. Dependendo dos conceitos tomados, mantendo oculto o critério de partição, podemos demonstrar qualquer coisa, mas não ressuscitaremos a Madalena, isto é, O Todo antes destrinchado, seja por um açougueiro, seja por um veterinário.

Mas quem é o Lessa? Como ele mesmo se apresenta, é filho da aristocracia carioca. No entanto, sua mãe lhe ensinou a gostar do povo brasileiro. Ela foi uma das primeiras mulheres da alta sociedade carioca a fazer assistência social nos morros. Negros frequentavam sua casa.

Carlos Lessa não é único. Ele se desdobra em múltiplos interesses. É capaz de discorrer com profundidade desde cerâmica chinesa (e os contextos por ela ilustrada) até sobre a Barra da Tijuca como o laboratório de uma futura

“carioquização”. Passa seu olhar por todos os países, com foco incomum sobre o nosso País.

Ele é intérprete do Brasil. Ler o Lessa é ler o carioca, o nacionalista, o popular, o contra-oneomania, o crescentista, o estadista, o protecionista, o desenvolvimentista, o estrategista.

Para entender o fio-condutor do pensamento econômico, social e político de Carlos Lessa, creio a ideia-chave ser a da Nação. A etimologia coloca a origem dessa palavra no latim *natio*, de *natus* (nascido). Seu elemento fundamental é a reunião de pessoas, geralmente do mesmo grupo étnico, falando o mesmo idioma e tendo os mesmos costumes, formando assim, um Povo. Seus componentes trazem consigo as mesmas características étnicas e se mantêm unidos pelos hábitos, tradições, religião, língua e consciência nacional.

A rigor, os elementos território, língua, religião, costumes e tradição, por si sós, não constituem o caráter da Nação. São requisitos secundários integrantes de sua formação. O elemento dominante se mostra na condição subjetiva de seus habitantes para a evidência de uma nação. Assenta-se no vínculo capaz de unir esses indivíduos, determinando entre eles a convicção de um querer viver coletivo. Fundamental é a consciência de sua nacionalidade, em virtude da qual se sentem constituindo um País, distinto de qualquer outro, com vida própria, interesses especiais e necessidades peculiares.

O Estado é uma forma política, adotada por um Povo com vontade política ou por vários povos de nacionalidades distintas. Só constitui uma Nação caso se submetam a um poder público soberano, emanado da sua própria vontade. Estes lhes vem dar unidade política. Nesse caso, a Nação preexiste ainda sem qualquer espécie de organização legal. Habitualmente, é utilizada em sinonímia de Estado. Na realidade, significa sua substância humana. Atua aquele em seu nome e no seu próprio interesse, isto é, pelo seu bem-estar, por sua honra, por sua independência e por sua prosperidade.

Como posso expressar tudo aprendido com meu Mestre Carlos Lessa? Seu pensamento nacionalista e humor me inspiraram a escrever o *Manifesto da Tropicalização Antropofágica Miscigenada* (leia no fim deste capítulo como Adendo).

Escola de Campinas

Em reconhecimento da importância histórica do Instituto de Economia da UNICAMP no cenário nacional, o Centro Acadêmico da Economia (CAECO) tomou a iniciativa de estimular o debate a respeito da Escola de Campinas. Concedi a entrevista no dia 7 de junho de 2010, publicada no *Jornal do CAECO online* e em sua versão impressa, para exprimir minha percepção pessoal a respeito das características e dos desafios de nossa Escola.

Perguntado quanto à importância, para o Brasil, da Ciência Econômica ensinada nas universidades, eu respondi referindo-me ao caso específico da Escola de Campinas. Falei como professor desta Escola de Pensamento, a do Instituto de Economia da UNICAMP. Este tipo de pergunta já induz a resposta: a formação de qualquer economista para a sociedade, ou seja, de profissional para o mercado de trabalho, seja no nível da graduação, seja no da pós, deve ser voltada para o desenvolvimento do Brasil!

Isso dá a essa Escola postura bem distinta da predominante em outros cursos, porque professores de outras escolas acham a formação do economista universal, isto é, sempre a mesma, baseada em “currículo mínimo” obrigatório. Partem do princípio de haver apenas uma “Ciência Econômica”. Portanto, no plano abstrato, sua dedução para outros países deve servir também para o Brasil... e em qualquer época! Nesse nível de abstração, a teoria econômica seria adequada a qualquer lugar e em qualquer tempo.

Nossa Escola de Pensamento começa com o rechaço essa tese, classificada como monoeconômica. Os autores mais conhecidos abstraíram a partir da realidade dos países avançados. Nossos antecedentes da Cepal tentavam, justamente, conceber teoria do desenvolvimento com a contemplação da especificidade da economia da América Latina.

A Escola de Campinas, por sua vez, nasceu para pensar qual é a especificidade da economia brasileira dentro da América Latina e do mundo. Para tanto, as teorias criadas em países do chamado Primeiro Mundo, os desenvolvidos, eram

requalificadas, adequadas e questionadas, antes de serem aplicadas à realidade brasileira.

A Cepal também necessitava ser criticada por criar um modelo único para a América Latina, aliás, porque era essa interpretação alternativa a cobrança crítica recebida por parte dos formados em sua tradição. Entre outros exemplos, há o da teoria cepalina da inflação. Ela foi baseada na experiência chilena, onde se tinha problema de oferta agrícola. No Brasil, no entanto, a realidade era outra. O país, nessa década, se tornou o maior exportador de alimentos do mundo. Então, era necessário adequar aquela teoria estruturalista ao espaço e ao tempo.

Com esse propósito, a Escola de Campinas nasceu com a criação de sua pós-graduação, em 1974, a partir do retorno de professores refugiados no Chile. Em setembro de 1973, foi dado o golpe militar contra o governo socialista de Salvador Allende. Eu sou da segunda turma do Mestrado, a de 1975.

A ideia era obter a chamada “visão endógena” ou “de dentro para fora”, quando toda a visão da esquerda até então, influenciada pela ótica marxista, era “de fora para dentro”. Vinha da visão da colonização, quando a exploração vinha de fora, ou seja, da metrópole. Deveríamos partir da especificidade de como se criaram as relações de produção capitalista aqui, no último país independente a extinguir a escravidão.

Na época, havia viés bem marxista por parte dos alunos. Queríamos entender a luta de classes brasileira, verificar como se associavam, por exemplo, a nossa classe dominante e a classe dominante internacional. Primeiro, tínhamos de entender “que país é este” para, depois, verificar sua inserção internacional.

Fomos criticados inclusive dentro da esquerda, em debate não muito conhecido pelos atuais alunos, por um grupo de trotskistas franceses. Eles publicavam suas críticas na revista chamada “*Critiques de l’Economie Politique*”. Era “semi-clandestina”. Porém, ela era encontrada na livraria Leonardo da Vinci, no Rio de Janeiro. Lá também o General Golbery, o homem-forte do governo Geisel, costumava frequentar...

Os trotskistas tinham a visão exógena da esquerda, isto é, “de fora”, baseada na exploração ou no “intercâmbio desigual”. Era vista como a característica essencial, permanente, das relações existentes entre a “periferia” subdesenvolvida e o “centro” capitalista. Marx descreve o processo da exploração, cuja periferia do sistema capitalista esteve sujeita durante o período da acumulação primitiva no centro. Dizia o futuro desses países periféricos estar espelhado no presente das economias mais avançadas: *de te fabula narratur*, isto é, “de ti fala a história”.

Nossa visão, pelo contrário, vinda de nossa tradição cepalina, era a necessidade de construir a nação por conta própria, dada nossa especificidade, buscar a autonomia nacional no relacionamento com o resto do mundo. Até hoje, a tradição nacional-desenvolvimentista tem esse propósito: *inserção internacional autônoma*.

No tempo de “política externa ativa e altiva” (2003-2014), isso estava muito claro. Essa política externa era muito diferente da anterior, porque buscava relacionamento diplomático independente – negociava com o Irã, com os outros BRIC, a África, o Oriente Médio, o Sudeste Asiático –, ou seja, buscava autonomia na inserção internacional.

No governo anterior ao de Lula, o de Fernando Henrique Cardoso, aliás, o autor mais conhecido da Teoria da Dependência, ele achava a globalização muito positiva. Assim, não tinha jeito, era inelutável, a inserção seria subordinada mesmo. Não havia a busca da autonomia nacional, bandeira de luta da ideologia nacional-desenvolvimentista desde os anos 50, no segundo governo Vargas, com a campanha popular “O Petróleo é Nosso”.

Então, a importância da Ciência Econômica para o Brasil, aqui, para nós da Escola de Campinas, é sob ponto de vista diferente do predominante nas outras Universidades. A nossa é buscar a inserção soberana do Brasil no mundo e analisar a especificidade econômica brasileira. Para isso, necessitamos adequar as teorias abstratas para aplicar à nossa realidade e tentar transformá-la em “o que deveria ser” de maneira democrática. Não podemos ficar só no plano abstrato, nossa missão é construir a Nação, de maneira civilizada e autônoma!

Qualquer Escola de Pensamento Econômico é definida em torno do desenvolvimento inter-relacionado de certo tema comum entre os seus membros em determinada instituição ou local. Esta Escola deve ter a capacidade de se comunicar e influenciar outros membros da profissão, no caso, a de economista, porque se ela se fecha em si ela não é reconhecida pela comunidade profissional como fonte de conhecimentos. Ela deve ser capaz de influenciar não só os economistas, formando opinião especializada, mas também a opinião pública.

Isto eu acho ser uma característica da nossa Escola de Campinas: a capacidade de dialogar com empresários, sindicalistas, políticos, governantes. É muito importante a capacidade de conversar “extramuros”, não ficar restrito aos debates teóricos com outras comunidades acadêmicas, apenas em Congressos da ANPEC (Associação Nacional de Pós-graduação em Economia), mas participar do debate público. Por isso, ela está fortemente ligada ao seu local e tempo.

Como exemplo, cito uma das mais admiradas entre todas as Escolas de Pensamento Econômico: a *Escola de Estocolmo*. Sobre ela publiquei artigo (Método Dinâmico da Escola de Estocolmo. *Revista de Economia Política*. São Paulo; Volume 30, n. 4 (120), outubro-dezembro/2010; pp. 625-644). Ela durou apenas dez anos: de 1929 a 1939. A partir deste ano, seus membros se dispersaram. Eles eram brilhantes, pois elaboraram teoria macroeconômica dinâmica, antes do Keynes apresentar, em 1936, sua macroeconomia estático-comparativa. Sua discussão metodológica era muito mais avançada em relação à de Keynes. Não se tornou tão conhecida, porque eles escreviam, inicialmente, apenas em sueco, traduzido no máximo para o alemão. Então, apenas alguns economistas ingleses tomavam conhecimento de suas teses. John Hicks tomou, e isso o influenciou muito. O Keynes só a conheceu depois de publicada a *Teoria Geral*. Em função desse novo conhecimento, ele se propunha reescrever essa sua obra principal com base na metodologia *ex-ante* e *ex-post* da Escola de Estocolmo. Entretanto, depois de prometer isso, teve problema cardíaco e não pôde fazê-lo. Depois, veio a Segunda Grande Guerra e aí, definitivamente, não pode mais cumprir a promessa. Ele apenas escreveu um artigo sobre isso.

Por que a Escola de Estocolmo acabou em 1939? Não só porque começou a guerra, mas também porque seus membros se tornaram políticos, deputados, até houve secretário-geral da Unesco. Eles passaram a estudar o desenvolvimento econômico em outros países, inclusive o racismo. Foram reconhecidas suas contribuições através de Prêmio Nobel de Economia e da Paz. Suas ideias ultrapassaram as fronteiras suecas (e da teoria abstrata), não ficando restritas a Estocolmo.

Não é necessário, igualmente, reconhecer a importância da formação com excelência de quadros profissionais atuantes em todo o território nacional? Essa postura nacionalista leva ao questionamento dessa denominação localmente restrita de “Escola de Campinas”. Na verdade, é uma Escola de Pensamento Econômico Brasileiro.

Qual foi o tema comum nos primórdios da nossa Escola? Reinterpretar o capitalismo brasileiro do ponto de vista endógeno, não apenas focalizando sua relação de subordinação. Utilizou, para isso, novas teorias, abandonando a síntese keynesiano-neoclássica, adotada pela Escola da CEPAL.

Nossa geração estudou o marxismo nos cursos de Economia Política. A tese de doutorado do Belluzzo, por exemplo, é sobre a teoria do valor em Marx. Estudamos também Kalecki, muito mais se comparado a Keynes, por aquele ter elaborado Teoria da Dinâmica Econômica. Conhecemos a Teoria do Oligopólio, quando nenhuma outra escola a estudava, de autores como Steindl, Labini, Bain. O Luciano Coutinho foi meu professor dessa matéria. Depois, outro grande autor, Schumpeter, veio ganhando mais importância para nós. Com esses autores e suas teorias, construídas no plano abstrato, a gente as aplicava, reinterpretando o capitalismo brasileiro e a história econômica brasileira sob novo ponto de vista.

A pergunta-chave era: “o Brasil fez a industrialização completa ou teria de investir em nova etapa de industrialização pesada?” Este tema da tese do João Manuel Cardoso de Mello foi muito influente na análise do PND II. Estávamos vivendo exatamente na época do governo Geisel quando surgiu o debate sobre se o governo deveria dar incentivos, subsídios para completar a industrialização. O debate era se haveria industrialização pesada para ganhar maior autonomia nacional.

Essa busca de autonomia, ou seja, de inserção soberana, mantinha como base do pensamento nacional-desenvolvimentista da Escola de Campinas. Todas as teses da época, cujas defesas quase todas eu assisti, em 1975 e 1976, eram reinterpretções da história econômica brasileira.

Por exemplo, o objetivo da minha dissertação de mestrado (*Bancos em Minas Gerais: 1889-1964*, defendida em 1978) era buscar uma explicação na história bancária brasileira de algo desconhecido. A pergunta-chave era a seguinte: por que os maiores bancos privados do Brasil eram de origem mineira? Ninguém sabia antes responder. Então, essa pergunta era feita para mim, o único mineiro da turma. Com pesquisa inédita defendi um “ovo-de-colombo”: os bancos mineiros eram os maiores do Brasil porque deixaram de ser mineiros ao espalhar sua rede em escala nacional. A dissertação ganhou menção honrosa no Prêmio BNDES, como a primeira tese de história econômica reconhecida naquele concurso.

A questão fundamental era essa: entender o capitalismo brasileiro. Ou a CEPAL se preocupou com a história bancária daqui do Brasil?!

Vim para Campinas principalmente em função da professora Maria da Conceição Tavares. Tomei a decisão quando fiquei sabendo: ela iria dar aulas na UNICAMP. Na graduação, eu já tinha sido influenciado pelo estudo dela de capitalismo financeiro para escolher minha especialização. Mais tarde, quando me tornei ex-aluno e seu amigo, ela me disse: na sua época, havia apenas um intelectual da esquerda com estudo em finanças, o Ignácio Rangel. A segunda pessoa de esquerda foi ela, quatro anos depois do livro *“Inflação Brasileira”*, clássico do Ignácio Rangel, publicado em 1963, onde ele defende tese seminal: se não houvesse reforma financeira o capitalismo brasileiro não iria avançar. Então, fazia sentido eu pesquisar bastante a história bancária brasileira, defendendo tese de doutoramento (*Banco do Estado: O Caso Banespa*; 1988), e até chegando a publicar dois livros (*Brasil dos Bancos*; Edusp, 2012; e *Bancos Públicos no Brasil*; FPA-FENAE; 2017) a respeito.

Qual é a particularidade da Escola de Campinas? Do ponto de vista de Ciência Abstrata, usar novos autores com abordagens heterodoxas. Sem dúvida, alguns tem maior importância: Marx, Keynes e Schumpeter são os mais citados. Eu, talvez

diferentemente de alguns colegas, não acho suficiente indicar apenas esses três autores como os pilares do nosso pensamento.

Minha tese de Livre-Docência, defendida em 1994, origem teórica do livro *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista* (Makron Books; 1999), é a seguinte: é possível elaborar postulados de uma Teoria Alternativa da Moeda, lógica e consistente, a partir das críticas às premissas da Teoria Quantitativa da Moeda, realizadas ao longo de determinado percurso conceitual da história do pensamento econômico ao longo dos últimos 200 anos. Este percurso sai da Escola Bancária, da qual estudei autores como Henry Thornton, Thomas Tooke, e John Stuart Mill, passa pela Escola Sueca (Knut Wicksell, Gunnar Myrdal, Eric Lindahl, etc.) e alcança a Escola Pós Keynesiana (John Hicks, Nicholas Kaldor, Paul Davidson, Hyman Minsky, Basil Moore, etc.). Organizei uma série de postulados de uma teoria alternativa à Teoria Quantitativa da Moeda a partir do meu estudo desses autores heterodoxos.

Em nível de menor abstração, o de Ciência Aplicada, conhecimentos de outras ciências afins, antes abstraídos, são reincorporados para analisar a realidade. É característica dessa Escola, por exemplo, agrupar muitos profissionais historiadores, sociólogos, cientistas políticos. Nós sempre tivemos relacionamento com as outras áreas das Ciências Humanas. Isto é importante para a formação interdisciplinar de todos nossos alunos.

É fundamental não ficar apenas no conhecimento da Ciência Pura. O terceiro plano, característica muito particular da Escola de Campinas – e também do IE-UFRJ, cuja formação de muitos professores por afinidade está em Campinas –, é chamada a Arte da Economia. Não estudamos Economia por razões puramente acadêmicas, para fazer “pontinho” no *Qualis*. Eu pelo menos vim para cá por razão política.

No regime autoritário, existia determinada questão política unindo todos da oposição: a conquista da democracia. Então, era fundamental fazer proposições alternativas de política econômica para o debate nacional. Fazer primeiro a chamada Economia Positiva (não “positivista”). Significa analisar “o que é”, “como funciona”, como é o relacionamento com empresários, com sindicatos, com o

governo. Mas também propúnhamos Economia Normativa, ou seja, “o que deveria ser” construído por política econômica.

Ter diálogo com a opinião pública e ter posição democrática nos debates era fundamental. Por participação política de seus alunos e professores, a Economia de Campinas se tornou reconhecida publicamente. Muitos professores meus eram assessores de Ulisses Guimarães, presidente do MDB. Minha geração foi mais para o PT.

Toda esta experiência estou recordando (e registrando por escrito) é para as novas gerações conhecerem e não esquecerem. Às vezes, esquece-se: nós constituímos uma Escola de Pensamento, talvez a única do país com tantas especializações. Isto significa, principalmente, o compromisso assumido com a sociedade brasileira em formar ótimos quadros profissionais e líderes. Não conheço outra escola de Economia no mundo com dois egressos (José Serra e Dilma Rousseff) polarizando-se como candidatos à presidência da República, especialmente de país com a importância do Brasil, como ocorreu nas eleições de 2010. A ex-Presidenta do Brasil fez seus créditos de pós-graduação na UNICAMP. É minha ex-aluna.

Formar quadros profissionais não significa formar só quadros acadêmicos. É incoerente ficar voltado apenas para o campus, para atender o critério de avaliação de publicações academicistas da Capes, ou só considerar importante o ranking da ANPEC, esse tipo de coisa dos “pontinhos Qualis”. Isso para mim tem importância secundária. O mais importante é dialogar com a opinião pública e com a opinião especializada, embora esta última tenha muito ciúme, muita crítica, muita rivalidade. Olha, não é fácil lidar com ela, tem de ter paciência...

Opinião de colega não é critério de auto avaliação, o verdadeiro critério é a contribuição dada por você para a sociedade brasileira. Em última análise, ela paga seu salário. O que importa é a opinião pública, e não a opinião de colegas emitida através de pareceres anônimos. Eles – os “pareceristas cegos” –, percebendo a linha de pensamento, fora do *mainstream*, acabam se comportando como rivais a disputar o mesmo espaço em poucas publicações.

Para ser bem sintético, destaco apenas mais dois pontos característicos da Escola de Campinas. Primeiro, em Docência: formação com excelência de líderes profissionais. Esta missão social relaciona-se também com os objetivos do segundo ponto, em Pesquisa: deve ser realizada, principalmente, para defender alguma tese ou ideia-chave original. Pesquisa feita sob encomenda, tipo “análise de elevador” de determinada variável, se subiu, se desceu, esse tipo de pesquisa não precisa de centro de excelência para fazer, em qualquer lugar se faz.

Agora, é bem mais difícil defender teses baseadas em pesquisas primárias sobre temas originais, em vez de se basear em modelos teóricos importados. Isso marcou a nossa Escola. Citei como exemplo a minha dissertação de mestrado, mas poderia citar inúmeras originais. Elas trataram de assuntos não conhecidos e/ou defenderam alguma posição original. O aluno da pós-graduação buscava pesquisar sob esse critério de contribuir para o debate sobre a reinterpretação da história do capitalismo no Brasil, não escrevia *papers* apenas para publicar e ganhar pontinho. A exigência era defender sempre alguma hipótese relevante para o debate nacional, de maneira a opinião pública buscar ler esta pesquisa para entender o país. É necessário explicar o país, não ficar apenas fazendo resenha de debate teórico de autores estrangeiros, para participar de Congressos e publicar em alguma revista academicista depois de três anos de espera.

As pessoas formadas nos moldes da Escola de Campinas ambicionam formação de excelência, ser pluralistas em teoria econômica, conhecer tudo, tanto a ortodoxia, quanto a heterodoxia. Saber das contribuições de outras ciências e saber propor política econômica. E ter ainda capacidade de liderança.

Quando eu falo em ex-alunos ou professores candidatos à presidência da República, candidatos a governador, candidatos a cargos em todos os governos, é porque tivemos a capacidade de formar líderes, inclusive para empresa privada. Nunca foi feito estudo para ver como tem gente formada pelo Instituto de Economia da Unicamp dirigindo e/ou assessorando dirigentes de empresas privadas, estatais e órgãos públicos. Quando eu estava no mercado financeiro, eu conheci vários, inclusive no Banco Central do Brasil. Poucas universidades no País tem excelência na área de Economia Política para formar tantos quadros, em

diferentes campos. Assim, a Escola de Campinas tem de manter esse compromisso social. Se é para ficar parecida com as outras, não vai mais formar lideranças. Vai formar apenas quadro acadêmico, um pontinho ali, algum destaque individual aqui. Mas, como Escola, acabará. E aí a gente chega na questão chave: isso será muito ruim para o Brasil.

Quanto à reforma curricular é algo periódico, para atualização, mas não tem significado estrutural se não ameaçar acabar com nossa tradição nacional-desenvolvimentista. Ela não é a questão mais importante. Eu defendi, em reuniões com os professores, e continuo defendendo: a palavra-chave é *flexibilização* (falar nisso parece até coisa de neoliberal, né? [risos]), se quiser, troque por *liberdade de escolha*...

O aluno deve ter liberdade na escolha de disciplinas eletivas e/ou bons professores. Como se forma bons professores? Vou dar outro exemplo pessoal. Quando vim fazer o mestrado, disse ter vindo por causa da Conceição Tavares e outros professores vindos da Cepal (o Castro e o Lessa), cujos livros eu tinha lido. Tive a sorte de ser aluno de praticamente todos os grandes professores daqui. Qualquer ser humano tem sempre de buscar bons professores ou mentores. Inteligência, cada um tem a sua, seu código genético a determina de certa forma. Agora, o estimulante para o desenvolvimento intelectual é ter bons professores. Eles criam desafios para você se desenvolver mentalmente. Muitas vezes eu pegava alguma disciplina da pós, e percebia o professor não ser tão bom em termos didáticos. Então, estudava a ementa da disciplina por conta própria.

Fui, por exemplo, autodidata em muitos temas, inclusive em Economia Monetária e Financeira, tema sobre o qual publiquei dois livros (*Ensaio de Economia Monetária*; 1992; e *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*; 1999). No doutoramento, eu tive só a primeira aula com o professor Belluzzo, uma semana antes dele ir para o governo federal na equipe do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, em agosto de 1985. Então, o coordenador do curso veio me convidar para eu ser meu próprio professor! Como já tinha a dissertação no assunto financeiro, eu me tornei o professor do doutorado dos meus colegas. Convidei meu ex-colega e amigo, o Fernando Cardim Carvalho (1954-2018), que

estava acabando de voltar do doutorado com o Paul Davidson, para fazer três palestras sobre o pós-keynesianos, e fui estudando por conta própria. Depois, defendi a tese de Livre-Docência (*Por Uma Teoria Alternativa da Moeda: A Outra Face (da Teoria da) Moeda*; 1995) sobre esse tema.

Os bons professores estimulam, facilitam a aprendizagem, são fundamentais. Aqui houve problema muito grave, a meu ver. Não houve o estímulo necessário para a primeira geração dos alunos da pós ganhar o destaque público e acadêmico da primeira geração dos professores fundadores. Em termos relativos, com muito mais profissionais formados nessa linha de pensamento, poucos eram convidados para participar de mesas-redondas, debates, dar palestras, inclusive no auditório do IE-UNICAMP.

Antes, até o início da primeira década do novo milênio, não se estimulava os ex-alunos fazerem concursos para titulares. Posso dizer isso pelo meu caso: eu tinha excesso de pontos acumulados em relação à exigência, após a livre-docência, mas não se abria concurso sob alegação de ser “exclusivo”. Isso causou um interregno, com grave vazio de lideranças acadêmicas, inclusive candidatos com titulação para disputar a eleição para reitoria na Universidade.

O IE-UNICAMP praticamente não tinha professores titulares depois dos fundadores se aposentarem. Isso significa também a ausência, não de bons professores, mas de professores conhecidos pelos alunos pelo renome ou reputação profissional pública, porque não houve muito espaço para nova geração aparecer. Na minha, houve ex-alunos com carreiras de destaque em Universidades Federais de outros Estados, porque lá eles se tornaram professores titulares com maior facilidade. Saíram e não pensaram em fazer carreira aqui, porque sabiam não ter muito espaço. De fato, fizeram o correto nesse sentido, sob o ponto de vista individual, e mesmo nacional, ao se espalharem pelo país.

O fundamental para se oferecer bom curso é ter bons professores, não grade ou ementas de disciplinas, meras consequências da qualidade docente. Escrever novos programas não é fazer reestruturação. No fundo, é falsa polêmica essa de escolher se três, quatro, cinco ou seis disciplinas devem ser obrigatórias ou não. O critério básico deveria ser: se existem três obrigatórias, pela exigência da Capes

(Macro, Micro e Quantitativa), o resto a oferecer deveria ter por critério a oportunidade de os alunos da pós-graduação escolherem bons professores. Apresentá-los aos alunos. Não são muitos.

Formar bom professor leva muito tempo. Tem toda uma geração nova, ainda “em treinamento” para se tornar, futuramente, ótimos professores de pós-graduação. Uma geração de bons professores está na véspera da aposentadoria. Eu vejo a solução para o problema da seguinte maneira: oferecer disciplinas eletivas para os professores da nova geração participarem do debate em sala-de-aula ao acompanharem bons professores antes deles se aposentarem. Por exemplo, desde novembro de 2011, eu já poderia me aposentar, mas enquanto tiver motivação intelectual e saúde, prosseguirei minha carreira docente.

Tenho consciência e indicações de ser bom professor, especialmente, desde o concurso da Livre-Docência, em 1994, quando me preparei muito para receber ótima avaliação por parte da banca julgadora. Fiz meus melhores esforços para alcançar isso, considerando minhas limitações intelectuais. Creio ser bem avaliado e, pelo menos, em vez em quando, escuto algum reconhecimento. Antes, até a época do concurso, eu dava aula só na pós, mas depois eu vi que aprendia muito mais didática, e tinha até mais prazer, ao dar aula para a graduação. Macroeconomia Aberta (Macro III), por exemplo, ofereci desde 1995. O Coordenador de Graduação, me convidou para organizar esse curso que era novidade teórica na época. Já dei muito mais de 200 palestras pelo Brasil. Em algumas fui aplaudido de pé. Eu dou, frequentemente, cursos de extensão à noite, para profissionais. Terminei um sobre Finanças Comportamentais também com o pessoal me aplaudindo de pé, o que me emocionou muito...

Agora, vou dar exemplo de porque acho importante a flexibilização das disciplinas eletivas. Eu comecei a estudar esse novo tema – Finanças Comportamentais –, quando voltei da licença para a Universidade. Era algo que nunca havia visto. Simplesmente, não conhecia nada, apenas sabia um de seus autores, Daniel Kahneman, ser um psicólogo, e mesmo assim ter sido premiado com o Nobel de Economia em 2002. Trata-se da Neuroeconomia, as descobertas das neurociências aplicadas à Economia a partir de um conhecimento interdisciplinar. Isso não era

incluído entre as disciplinas obrigatórias. Aí, ofereci um curso eletivo na Graduação. Houve certa repercussão e me convidaram para oferecer na pós. Foi muito bem-sucedido. Os alunos me disseram ter gostado muito do curso. As disciplinas eletivas surgem assim.

Outro exemplo, ofereci disciplina de Economia Bancária, um tema de pesquisa desde quando escrevi a dissertação de Mestrado. Tenho inclusive muita experiência prática, pois estive presente na discussão de quase todas as inovações financeiras implementadas no período 2003-2007. Meu livro *Brasil dos Bancos* ganhou o Prêmio COFECON como o melhor livro de Economia em 2012. Chegou a finalista do Prêmio Jabuti em 2013. O mercado de capitais antes não tinha grande importância no Brasil, agora passou a ter. Esse é exemplo de curso muito demandado pelos alunos com a finalidade de achar oportunidades no mercado de trabalho. Caso se tenha professor bem preparado, deve se oferecer, como eu faço no Curso de Extensão em Finanças à noite.

Temos de aproveitar a oportunidade e a experiência dos professores, seja no plano teórico, como no debate entre as Finanças Comportamentais e as Finanças Racionais, seja no plano prático, como nos cursos de Economia Bancária e Mercado de Capitais. O curso de graduação, para ser algo vivo e formar lideranças com excelência, tem de ter muita flexibilidade. Porque o mercado de trabalho hoje pede formação generalista, não ultra-especialista, ao contrário do ocorrido antes. Nossos ex-alunos tem de ser profissionais extremamente flexíveis com conhecimentos multiculturais. O curso necessita ser bem atualizado, e não ficar rígido no currículo. Antes, havia certa “reserva de mercado” para determinados professores. Havia disciplinas dadas sempre pelos mesmos professores, e o curso não era renovado. Isso não permitiu formar novos quadros intelectuais conhecidos pelos alunos.

Para ser bem didático, em primeiro lugar, é necessário reconhecer o avanço da tecnologia propícia a modificar aquele método de ensino expositivo tradicional, cuja única evolução tecnológica foi passar de “giz-e-cuspe” para leituras enfadonhas de PowerPoint feito por “amadores”. A disponibilidade de grande acervo de DVDs e filmes na internet, seja para baixar via *torrents*, seja para ver diretamente no YouTube, facilitam esta tentativa de implementar novos métodos

de aula adequados a uma “Geração Y” capaz de dividir o cérebro em tarefas simultâneas, que já nasceu durante a era dos PCs, da web e dos smartphones. Ela sempre teve acesso a uma profusão de dados e informações, muito delas visuais.

Mas essa jovem geração necessita de orientação de onde buscar as informações relevantes, como processá-las, intelectualmente, e apresenta-las de modo interessante para qualquer plateia. A definição sintética de Ensino Superior preferida por mim é: *“aquele lugar onde leremos livros que nunca pensaríamos ler”*. Hoje, face à profusão de informações, o tempo está curto para dar prioridade à leitura de livros. Passou a ser necessário receber muita motivação por parte do professor.

Finalmente, quando os alunos me perguntam a respeito da linha epistemológica do IE-UNICAMP e quanto ao perfil desejado para seu graduando e pós-graduando, respondo rapidamente. Linha epistemológica: *a verdade é sobretudo o caminho da verdade*. Se o conhecimento é a crença na verdade justificada, é necessário testar todos os caminhos possíveis para a justificar. Perfil: *social-desenvolvimentista*. Resgatar essa longa tradição ideológica vinda do socialismo utópico, adotada pela abordagem estruturalista e o pensamento nacional-desenvolvimentista. Ela é renovada com a ênfase socioeconômica e política, a característica principal da nova geração da Escola de Campinas. A missão social desta Universidade pública é continuar a formação de excelentes quadros profissionais para a sociedade brasileira. Eles colaborarão na busca de autonomia relativa na inserção internacional, seja financeira, seja tecnológica, e no desenvolvimento voltado para a redução da desigualdade social.

Anexo: Manifesto da Tropicalização Antropofágica Miscigenada

Posted on 22/12/2011 by Fernando Nogueira da Costa

Só a Antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente.

Jacaré come garça. Caiu na rede, tucano é peixe.

Única lei do mundo. Sem uma única lei econômica. Desenvolvido é uma coisa. Subdesenvolvido é outra coisa.

Abstração: teoremas de validade universal. Hipótese racionalista: todos se beneficiam dos atos voluntários de intercâmbio econômico. Caso contrário, não os executariam.

Falseamento da hipótese de “nem louco rasgar dinheiro”. Atos involuntários no livre mercado. Compulsórios. Necessidade, não oportunidade. Sem liberdade de escolha.

Comportamentos erráticos. Direito à repetição de erros. E a cometer novos erros. Futuro imprevisível.

Quem proibiu comer manga com leite?!

Contra o “dever de casa”! A favor da jabuticaba! Rechaço da monoeconomia.

Afirmção do benefício mútuo. Não à autarquia. Sim à soberania.

A imagem do nosso futuro não está espelhada no presente dos outros. Autoimagem é poder, se quiser.

Por ódio ao passado o Brasil ganhou o presente e não comprometeu o futuro.

O país da gente é superior a todos os demais. Simplesmente, porque aqui nascemos.

Patriota não é idiota. Idiota acha superior o país dos outros.

A burrice no Brasil tem um passado glorioso, mas não tem um futuro promissor.

Não há limite para a inteligência. Há limite para a burrice.

Estrutura política e econômica da periferia: diferente da implantada pelo centro. Aqui explorado por lá. Desenvolvimento aqui não é o experimentado lá.

Economia impura. Outras ciências. História. Instituições. Poder. Variáveis econômicas dependentes de parâmetros não-econômicos.

Sem automatismos das livres forças do mercado. Caracterização das estruturas e das instituições. Identificação dos agentes significativos. Interações entre decisões destes limitadas por aquelas estruturas e instituições. Futuro incerto, embora planejado.

Diferenças persistentes entre instituições, sistemas, regimes, modelos. Subversão de qualquer visão homogeneizante. Capitalismo competitivo submetido à competição entre capitalismo. Pluralidade sistêmica. Variedade de capitalismo. Coexistência permanente.

Nacionalismo metodológico. Nível nacional de agregação territorial. Cada Nação, um estilo. Cada Povo, uma cultura. Configuração de autoridade e de poder. Criação e operação de instituições próprias, mesmo não sendo apropriadas.

Configuração particular de mercado, Estado e outras instituições. Coordenação e governança distintas. Particularizar (não privatizar) cada capitalismo. Nacional e/ou étnico.

Capitalismo mundial. Combinado e desigual. Diferenças nacionais, territoriais, temporais e institucionais. Comparáveis. Mais abstrato: capitalismo mundial. Menos abstrato: capitalismo financeiros datados e localizados.

Distintos mercados de capitais. Mercado de ações, bancos privados e bancos públicos: diferentes instituições financeiras das Nações-Estados. Missão: dar saltos de etapas na história já vivida por outros. Tirar a defasagem. Tirar vantagem do atraso histórico.

“Renunciam os selvagens ao arco e à flecha e tomam imediatamente o fuzil”. Sem necessidade de reinventar a pólvora.

Nem fim, nem reinício da História.

Distintas forças produtivas em cada momento. Diferentes bases técnicas. Necessidade de alcançar a fronteira tecnológica. Para depois ultrapassar. Enfrentamento da descontinuidade tecnológica: problemas de escala, dimensão, mobilização e concentração de capital.

Brasil dos bancos, dos brancos e dos negros, de toda a raça humana. Raça de animais autodenominados racionais, porém muito emocionais. E emotivos. Sociedade democrática multiétnica: *Tropicalização Antropofágica Miscigenada*.

Crédito público insuficiente. Crédito privado incipiente. Mercado de capitais raquítico. Caracteres não plenamente desenvolvidos dos três modelos de financiamento. Desafio: miscigenação entre mercado de crédito e mercado de capitais.

Privatização paraestatal *à la* brasileira: Capitalismo de Estado Neocorporativista no Brasil. República Federalista Sindicalista, Patronal e Patrimonialista.

Não é Estados Unidos do Brasil. Brasil põe e repõe ideias de fora do lugar. Sempre em sentido impróprio à ortodoxia. *Tropicalização Antropofágica Miscigenada*: adequação de políticas e instituições ao ambiente nacional.

Primeira das Leis da Tropicalização Antropofágica Miscigenada: “independentemente dos homens e de suas intenções, quando o Banco Central se entrega à austeridade financeira, os Bancos Federais escancaram os cofres, com a inevitabilidade quase de uma lei natural”.

Ocorrência infalível na história econômica brasileira. Para cada presidente monetarista do Banco Central do Brasil existem iguais e opostos presidentes desenvolvimentistas dos Bancos Públicos.

Não interpretar essa lei no sentido negativo: “os bancos públicos inviabilizam a política monetária”. Muito antes pelo contrário. Primeira sabedoria: dosagem de operações de política monetária contra o credo monetarista. Segunda: direcionamento setorial do crédito contra os pontos de estrangulamento. No final das contas, controlar com uma mão o consumo, liberar com outra o investimento, assim aqui funciona.

Crédito direcionado a setores prioritários: “amortecedor” de recessão provocada pela ânsia de controle monetário geral por parte da autoridade monetária. Calmante para paranoia anti-inflacionária.

Segunda Lei da Tropicalização Antropofágica Miscigenada: “o comportamento dos bancos públicos é, por definição, o desejado pelo Governo da ocasião, seja ele monetarista, seja desenvolvimentista, ou, quase sempre, apenas pragmático”. Absurdo imaginar os bancos públicos com orientação divergente do Governo, sendo dele peças integrantes.

Contra a fobia à intervenção direta do Estado. Dizer *não* ao Estado interventor, para dizer *sim* apenas ao Estado indutor e regulador?! Não à retórica contemporizadora em substituição do Estado produtor pelo Estado restrito à concessão de incentivos ao setor privado. Iniciativa privada aqui não inicia nada.

Reversão do predomínio de O Mercado sobre O Estado. Planejamento indicativo. Incentivo e regulação dos competidores estratégicos dentro de determinado Projeto Nacional: o sonho e a utopia de todo desenvolvimentista. Estabelecimento de direitos civilizatórios. Fim do silêncio a respeito das palavrinhas *Povo* e *Nação*. Não à pretensa coesão social baseada apenas em pacto entre elites. Pacto nacional-popular: composição múltipla de classes sociais e coalizão política. Conciliação contra intolerância mútua.

Coalizão partidária junta gente incapaz com gente capaz de tudo!

Sem medo da política. Ação coletiva com determinado propósito estratégico nacional. Estado gerador de externalidades para investimento privado. Estratégia para fronteiras de expansão. Projeto nacional em longo prazo distinto de política econômica baseada em instrumentos de curto prazo.

Coordenação da capacidade de investir das empresas controladas pelos poderes públicos. Formação de nova cultura de governo. Planejamento da realocação de capital. Superação do debate restrito aos ajustes macroeconômicos anti-inflacionários e da pregação monocórdia de reformas microeconômicas. Conciliação entre a retomada do dinamismo econômico e a redução das desigualdades sociais.

Brasil: décadas de acumulação de capacitação tecnológica. *TerraMareAr*: a conquista do cerrado, a exploração de petróleo em águas profundas, e o pleno voo no mercado aeronáutico mundial.

Revolução socialista sino-brasileira na sociedade de consumo massivo: barateamento dos bens de luxo transformados em bens-salário. Aumento do poder aquisitivo real. Elevação do poder de consumo dos pobres em todo o mundo. Melhor ainda, aumento do poder dos pobres de eleger – e de serem eleitos.

Atraso de direitos mais longo se comparado ao atraso econômico. Direitos civis à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante à lei: um século de atraso. Direitos políticos: eleger o destino da sociedade, votar, ser votado, associar-se em sindicatos e partidos: mais um século. Depois, *direitos sociais* à educação, à saúde, à aposentadoria, à segurança pública.

Aqui e agora, a hora e a vez de *direitos econômicos*: ao trabalho, ao salário justo, a uma renda mínima, acesso aos bancos, a crédito e produtos financeiros. Direito de *todos os trabalhadores também serem “rentistas”... e bem se aposentarem!*

Brasil: estratégia face à condição de superdotado em recursos naturais. Aceitar Nova Divisão Internacional do Trabalho?! China: o eixo industrial. Índia: a principal fonte fornecedora de serviços. Rússia: a produtora de energia (petróleo e gás). Brasil: o grande provedor de alimentos.

Contraposição “a fazenda do mundo” (Brasil) contra “a fábrica do mundo” (China): sem sentido nas condições brasileiras de diversificação

Brasil. Acentuar a sua condição de potência agrícola. Candidatar-se a elevar peso no conjunto inter-relacionado de atividades industriais e de serviços. Buscar o nível de sofisticação tecnológica já alcançado na própria agricultura. Vocaçãõ agrícola?! Coisa do passado. Voltar-se ao futuro.

Diversidade industrial brasileira só tem paralelo sino-indiano entre emergentes. Investimento prioritário em infraestrutura no País: petróleo e gás, energia elétrica e bioenergia, transporte e logística, telecomunicações e saneamento, moradia popular e mobilidade urbana. Efeito multiplicador sobre indústria. Extrai, transforma e utiliza. Presta serviço de utilidade pública.

Petrobras é nossa, Petrobrax seria deles!

Ai, que preguiça...

Fernando Nogueira da Costa

A partir de OSWALD DE ANDRADE. *Manifesto Antropófago*.

Em Pindorama, Ano 463 da Deglutição do Bispo Sardinha.

Capítulo 4: Por Causa Disso

Desenvolvimento do Desenvolvimentismo: Social-Desenvolvimentismo

Até que um dia eu me coloquei a pergunta existencial, cuja resposta é crucial, alterando a rotina intelectual de maneira irreversível: “*Quem sou eu? E, se sou, quantos sou?*”. Richard David Prechet tomou tais questões como fio condutor para escrever um livro com este título, publicado no Brasil em 2009, sobre a relação da Filosofia Moderna com a Neurociência nesta época de dúvida fundamental sobre o “eu” e a continuidade da vida.

Embora os alunos achem seus professores aborrecidos senhores de mais idade, vestidos de maneira “careta”, ainda assim, eles lhes ensinam a pensar, isto é, a perguntar “por que” e a não se satisfazer com as respostas rápidas. Além disso, ensinam as sequências de pensamentos e seus argumentos não terem lacunas entre si.

Quem sou eu? Na história da Filosofia Ocidental, a contenda ocorre entre dois polos: o dos *materialistas* e o dos *idealistas* ou, usando termos de origem inglesa, entre os *empiristas* e os *racionalistas*. Entre esses dois polos, onde eu me coloco?

Na juventude, resolutamente, eu simpatizava com o *materialismo*, isto é, a crença de não haver nada fora da natureza a ser apreendido pelos sentidos. Nesse caso, não há Deus nem ideais. Entrou em moda pela primeira vez no século XVIII com o Iluminismo francês. Reapareceu como reflexo do sucesso da biologia e da teoria da evolução de Darwin na segunda metade do século XIX. Hoje, volta pela terceira vez ao auge com os conhecimentos da moderna Neurociência. Entre essas predominâncias, houve fases nas quais o *idealismo* reinava absoluto. Ao contrário do materialismo, ele confia pouco no conhecimento sensorial do mundo e se apoia na força basicamente independente da razão e de suas ideias. Na minha Terceira-Idade, entendo já o *método racional-dedutivo* e coloco-o como uma alternativa tão legítima como o *método histórico-indutivo*.

“Esquerda” e “direita” indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence, habitualmente, à ação política. Possuem contrastes não só de ideias, mas também de interesses econômicos e de prioridades a respeito da direção a ser seguida pela sociedade. Esses conflitos existem em todas sociedades. Aliás, o máximo ideológico é dizer o lugar comum: as ideologias estão em crise e/ou a distinção entre direita e esquerda desapareceu.

Eu me coloco à esquerda junto com as pessoas interessadas pela eliminação das desigualdades sociais. A direita insiste na sua convicção: as desigualdades são naturais e, enquanto tal, não são elimináveis. É óbvia a constatação de os homens, por um lado, serem todos iguais entre si, e, por outro, cada indivíduo ser diferente dos demais. Os igualitários, na margem esquerda, consideram mais importante, para a boa convivência humana, aquilo comum capaz de os unir, em uma coletividade. Os meritocratas, na margem direita, acham relevante, para a melhor convivência, a diversidade e/ou a competitividades. Esses são os critérios para se apontar alguém posicionado à direita ou à esquerda, de acordo com Bobbio (1995). Servem como pontos de referência ideológica indispensáveis.

Aprecei o marxismo, durante minha juventude, na Graduação. Gostei da Teoria do Valor Trabalho de Isaac Rubin, da Teoria do Capital Financeiro de Rudolf Hilferding, da Teoria da Dinâmica Econômica de Michal Kalecki e da Teoria do Oligopólio de Steindl, Labin e Bain no Mestrado. Curti os pós-keynesianos, em particular Hyman Minsky, no Doutorado. Estudei, especialmente, a *Banking School*, Knut Wicksell e os pós-wicksellianos da Escola de Estocolmo na Livre-Docência. Depois, tentei preencher as lacunas no meu pensamento econômico tais como o conhecimento da obra de Joseph Schumpeter e das novidades apresentadas por Economia Comportamental, Institucionalista, Evolucionista e Complexa.

No entanto, essa evolução se deu no plano teórico da Ciência Econômica. No nível menos abstrato da Economia Aplicada, tento ampliar meus conhecimentos interdisciplinares de Ciências Afins: Política, Sociologia, Psicologia, etc. Quanto ao conhecimento de decisões práticas, tomadas no passado, nunca deixei de ler História, e acompanhar a Arte da Política Econômica em diversas conjunturas da minha vida profissional.

Neste capítulo, busco minhas raízes ideológicas incrustadas nas vertentes formadoras do Pensamento Cepalino e, por decorrência, Desenvolvimentista. Focalizo, inicialmente, as ideias-chave da Geração Fundadora da Escola de Campinas (G1). Depois, apresento as diferenças de sua contribuição em relação às demais correntes do pensamento econômico brasileiro.

O ponto de ruptura, caracterizada pela expressão “*Até Que Um Dia*”, ocorreu quando houve o questionamento da existência de um pensamento sistêmico originado das gerações dos economistas formados e/ou influenciados pela “Escola de Campinas”. Em resposta (“*Por Causa Disso*”), resumo a visão sistêmica do “Desenvolvimentismo de Esquerda” ou “Segunda Geração da UNICAMP” (G2). Na conclusão deste capítulo exponho, brevemente, os assuntos estratégicos para o social-desenvolvimentismo brasileiro contemporâneo.

Geração Fundadora da Escola de Campinas (G1)

Como aluno da segunda turma do Mestrado em Economia (1974-1975), presenciei quase todas as defesas de tese, no DEPE-IFCH-UNICAMP, representativas de uma reinterpretação da história do capitalismo no Brasil. Sob o ponto de vista da esquerda, isto era necessário após os anos (1968-1973) do inesperado “milagre econômico brasileiro”.

Com nosso professor Antônio Barros de Castro, por exemplo, aprendemos fazer questionamento científico de teses hegemônicas. Ele lembraria em depoimento pessoal mais adiante (*Conversas com Economistas Brasileiros II*, 1999: 172).

“O pensamento latino-americano começou muito bem (...). Mas, a partir do início dos anos 60, vai crescendo uma tendência de acordo com a qual a função do intelectual, especialmente quando politicamente de esquerda, é *explicar o fracasso* [do capitalismo]. Nessa perspectiva, mesmo os períodos de crescimento rápido são apenas interregnos, suspensões momentâneas do destino. Os desequilíbrios estruturais de natureza social, regional e setorial bloqueiam o avanço. O desenvolvimento começa a ser referido como um mito, e esta percepção, aliás, virar título com Celso Furtado. Em vez de explicações do desenvolvimento, teremos *teorias da estagnação, e, sobretudo, do ‘esgotamento’*. (...) Esta é a trajetória

do texto *'Além da Estagnação'* [Tavares & Serra, 1970], que toma aquela ideia de que a reconcentração dos anos 60, ao invés de impedir, dava um novo fôlego ao crescimento. O texto encontra-se embebido da ideia de que o crescimento tende a se esgotar, em meio ao agravamento dos problemas de estrutura. (...) Este tipo de argumento, seria, supostamente, apenas uma tentativa de racionalização do fracasso”.

Classificávamos alguns professores como “os catastrofistas”. Sempre, ao final de suas palestras ou aulas, alertavam estarmos em pleno “*Apocalypse Now*”.

Havia pluralidade teórica entre os nossos professores, “os economistas de Campinas”, embora se observasse grande influência de Kalecki, Keynes, Schumpeter e, sobretudo, de Marx. Reconhecidamente, fizeram uma reinterpretação marxista do desenvolvimento capitalista no Brasil. Acertaram suas diferenças com a Economia Política da CEPAL da qual somos orgulhosos descendentes. Além disso, todos nós debatemos a política econômica em vigor e propusemos reformas econômicas e sociais. Isto tudo, evidentemente, sem esquecer de nossa luta política pela democracia contra o regime militar.

Em sua entrevista no livro *Conversas com Economistas Brasileiros II*, João Manuel Cardoso de Mello narra como foi fundada a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 1966, e dentro dela o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), em 1968, nucleado inicialmente pelo Departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE). O curso de Mestrado, onde fui aluno da segunda turma, foi implantado em 1974. Dez anos após, em 1984, o DEPE resolveu se separar do IFCH, tornando-se Instituto de Economia. Houve divergências com respeito à natureza a assumir o recém-fundado Instituto. Alguns professores teriam preferido a continuidade do vínculo multidisciplinar com o IFCH e corpo docente de dimensão menor. Outros, ao contrário, achavam ser a oportunidade de crescer e cobrir todos os campos principais de atividade de Ensino e Pesquisa. Assumiu-se o risco do gigantismo e da fragmentação da unidade de propósitos. O Instituto de Economia passou logo de pouco mais de 40 para cerca de 110 professores. Nas contratações, a preferência foi para jovens professores formados na Escola de Campinas.

A UNICAMP se diferenciou das outras faculdades de Economia pela abrangência (e excelência) de áreas de pesquisa especializadas, mas também pela definição de um interesse comum: levar adiante a crítica do capitalismo no Brasil. Segundo a tese de doutoramento de João Manuel Cardoso de Mello, o capitalismo periférico tinha uma especificidade a ser compreendida em modelo de capitalismo retardatário.

No Brasil, era um modelo endógeno de acumulação elucidativo das relações entre os vários departamentos de produção, ou seja, entre as várias frações do capital. Na tradição marxista, Cardoso de Mello via ainda o capitalismo internacional como determinante, em última instância, do movimento da economia brasileira. Em seu trabalho, “o verdadeiro sujeito é o capital em desenvolvimento; contraditoriamente, ele vai constituindo um sistema capitalista específico, um sistema com características particulares” (CEB II, 1999: 203).

Os diferentes caracteres das industrializações se devem às forças produtivas de cada momento do capitalismo serem distintas. Há, então, diferentes bases técnicas das quais deve partir a industrialização de cada país. A historicidade das forças produtivas capitalistas leva à necessidade do país em busca da industrialização pesada dar salto tecnológico. Envolve problemas de escala, de dimensão, de mobilização e concentração de capital suficiente para enfrentar a descontinuidade tecnológica.

Assim, no “*Capitalismo Tardio*”, Cardoso de Mello desenvolveu modelo analítico ao focalizar as determinações endógenas das mudanças nas relações de produção, estabelecendo nova periodização para a história econômica brasileira em lugar da periodização de ciclos de produção seculares por parte de Celso Furtado em seu clássico livro “*Formação Econômica do Brasil*”. A nova periodização era: Economia Colonial – Economia Mercantil-Escravista Nacional – Economia Exportadora Capitalista – Industrialização Restringida – Industrialização Pesada. Cada uma dessas estruturas complexas articulava as determinações externas e internas. Reconhecia o capitalismo brasileiro fazer parte, de maneira subordinada, do desenvolvimento do capitalismo mundial.

O Estado se encarrega de estimular a industrialização, seja diretamente via empresas estatais, seja indiretamente via financiamentos e incentivos fiscais e

cambiais. Eram grandes os riscos do investimento e insuficiente a mobilização e a concentração de capitais pelos empreendedores brasileiros em face da envergadura dos empreendimentos.

O problema econômico fundamental do capitalismo brasileiro, portanto, era a dependência financeira e tecnológica. Era mínima a capacidade autônoma de investimento e inovação. Cardoso de Mello equacionou dessa maneira o tema da dependência, indo além de Caio Prado e Celso Furtado. Neste, “a questão aparece secundariamente e ainda assim formulada em termos inadequados, de capacidade de poupança interna bloqueada pelo consumo de bens duráveis. E não como um problema de estruturação de formas avançadas de organização capitalista – para usar uma velha categoria de Hilferding – formas dinâmicas de articulação entre empresa produtiva, sistema financeiro privado e Estado” (CEB II; 1999: 206).

Conceição Tavares, por sua vez, sempre nos disse não existir Economia de Mercado sem instituições financeiras. O Mercado é um conjunto de instituições. Tivemos de estudar como é o Poder, como ele está estruturado, como opera. Incentivou-nos a pesquisar como se estruturou o tripé entre o Estado, o capital privado nacional e o estrangeiro. Como se alteraram os padrões monetários e as normas jurídicas ao longo da história para satisfazer os distintos interesses conflitivos ainda era algo desconhecido na historiografia brasileira.

A economia brasileira nunca foi estabilizada ou estruturada, inclusive com estrutura de mercado oligopolista estabelecida, como era o Japão, Alemanha ou Estados Unidos, países do Capitalismo Retardatário. O Brasil não obteve nem moeda conversível, nem tecnologia própria. Era economia periférica sem homogeneidade social.

Conceição Tavares (CEB I; 1996: 139) esclarece seu posicionamento sobre distribuição de renda e consumo.

“Como economista, não estou preocupada com a distribuição da renda apenas por razões éticas. Estou preocupada porque isso não dá um funcionamento regular, o ciclo é curto. Gera consumo, depois cai, endivida”. Referia-se à hipótese de esgotamento da capacidade de endividamento.

Paralelamente, líamos Antônio Barros de Castro. Também em *Conversas com Economistas Brasileiros* (CEB II, 1999: 163), ele relembra sua trajetória intelectual nesta fase. “A ideia de que o Brasil sem as famosas reformas de estrutura voltaria a crescer, de que o capitalismo voltaria a funcionar em plena ditadura, era insuportável para a esquerda”. O sétimo ensaio do seu livro *Sete Ensaios sobre Economia Brasileira*, publicado em 1969, “*Reflexões sobre o Modelo Brasileiro*”, jamais foi publicado. Neste artigo, ele desenvolveria a ideia de que o aumento da concentração da renda, ao invés de bloquear o processo de crescimento, teria um impacto dinamizador.

No século XIX, um elevado grau de concentração de renda era visto como capaz de impedir o avanço da industrialização. Como as despesas das classes abastadas eram feitas, essencialmente, com serviços domésticos e artesanatos de luxo, a concentração da renda na cúpula da sociedade não criava mercado para a indústria. A contribuição norte-americana à revolução industrial foi a introdução dos bens de consumo duráveis industrializados no lugar do consumo de luxo, destacadamente, a “civilização do automóvel”. A revolução dos bens de consumo duráveis, ocorrida após a II Guerra Mundial nos Estados Unidos, passou a levar o consumo de manufaturas a todas as classes de renda.

No caso do país, onde as classes de renda baixa eram tão pobres e não conseguiam consumir bens duráveis, desviar renda dos trabalhadores para as classes média e abastadas, ao invés de significar redução no mercado de manufaturas, significava seu reforço. No Brasil, a concentração adicional da renda, alavancada pelo crédito ao consumo, longe de inviabilizar, estaria propiciando a retomada dinâmica do crescimento liderado pela indústria, especialmente, da automobilística.

Nos Estados Unidos, os bens de consumo duráveis faziam parte da cesta básica popular, tendo por trás uma cadeia industrial com extensa demanda intermediária. A interdependência setorial era mecanismo decisivo na orientação do processo de acumulação.

Quanto à questão dos bens de consumo duráveis, Castro reconhece que “havia um importante erro no meu raciocínio, erro aliás compartilhado por todos à época. Não nos dávamos conta de que os bens de consumo duráveis já estavam

penetrando na cesta de consumo dos trabalhadores. O operariado industrial, muito particularmente, já estava entrando firme no consumo do que ainda chamávamos de 'bens de luxo' (CEB II, 1999: 164)".

Os economistas da Segunda Geração da Escola da UNICAMP (G2) aprenderam com todos os seus mestres. Tornaram-se discípulos, tanto por suas concordâncias, quanto pelas discordâncias, inclusive pelas avaliações dos erros, para não os repetir – e ter o direito de cometer os próprios erros... Porém, antes de apresentar esse processo, vou no próximo tópico resumir muito brevemente as ideias de outras correntes contemporâneas da história do pensamento econômico brasileiro.

Breve História do Pensamento Econômico Brasileiro

A história do pensamento econômico brasileiro, no período 1964/1988, segundo Ganem (2011: 54), foi sistematizada por Ricardo Bielschowsky e Carlos Mussi (2005), Guido Mantega (1997) e Bresser Pereira (1997). O trabalho de maior fôlego é o de Ricardo Bielschowsky e Carlos Mussi. Ele a organiza por ciclos ideológicos, dentro da linha do clássico de Bielschowsky (1988), *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, focado no período entre 1945 e 1964. Já Guido Mantega a sistematiza por *correntes ideológicas*, e Bresser Pereira, por *pactos e interpretações*. A proposta metodológica de Malta et al. (2011) vem se somar às demais leituras sistematizadoras dessa História do Pensamento Econômico brasileiro, mas em outro plano: o de explorar as principais *controvérsias* do período sob análise, como a discussão sobre a tendência à estagnação, a distribuição de renda, os padrões de acumulação, a “revolução brasileira” e a retomada do desenvolvimento.

Bielschowsky (1988), com o método do livro clássico *História da Análise Econômica* de autoria de Joseph Schumpeter, organiza a História do Pensamento Econômico brasileiro, por *ciclos ideológicos*, dessa forma caracterizando os princípios normativos unificadores de políticas econômicas tais como o do liberalismo econômico e o do socialismo. No período 1945-1964, teria sido hegemônico o *desenvolvimentismo*, definido como o “projeto de superação do

subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento, e decidido apoio do Estado”.

No debate ideológico dessa época, à esquerda se colocavam os *socialistas*. Para eles, a superação do subdesenvolvimento só se viabilizaria por meio da revolução socialista após a etapa de uma revolução burguesa nacionalista. Os *neoliberais* à direita consideravam o equilíbrio monetário e o equilíbrio financeiro serem necessários e suficientes para garantir a eficiência econômica da economia de mercado e levar o país ao desenvolvimento. Segundo Bielschowsky, os neoliberais e os socialistas estavam a reboque da *corrente principal desenvolvimentista*, seja a de centro-direita (desenvolvimentistas do setor público não nacionalista favorável ao capital estrangeiro), a de centro (desenvolvimentistas do setor privado defensores do protecionismo) ou a de centro-esquerda (desenvolvimentistas do setor público nacionalista propositores de planejamento e empreendimentos estatais), sendo pautados por ela.

Mantega (1984) partindo de uma tradição marxista, esboça uma “árvore genealógica da economia política brasileira” com base na construção de *modelos teórico-políticos*. Na sua concepção, o pensamento econômico brasileiro torna-se Economia Política a partir da publicação, em 1959, do livro de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*. Depois deste primeiro esforço mais sistemático, outras contribuições teóricas vão se produzindo. Poderiam ser agrupadas em modelos representativos das três principais correntes de pensamento brasileiro:

1. *Modelo Democrático-Burguês*: conciliação da burguesia industrial com a oligarquia exportadora sob Estado de compromisso em favor da proteção tarifária e da construção da infraestrutura, ao propiciar divisas para importação e matérias-primas e alimentos agrícolas requeridos pela expansão urbano-industrial;
2. *Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista*: desigual e combinado, resultante da superexploração imperialista dos trabalhadores locais e da imposição do papel de fornecimento de excedentes e produtos primários baratos;
3. *Modelo de Substituição de Importações*: industrialização tardia sob o capitalismo monopolizador da fronteira tecnológica e definidor da divisão

internacional do trabalho, com demanda limitada pela concentração de renda.

Luiz Carlos Bresser-Pereira, no livro organizado por Maria Rita Loureiro em 1997, intitulado “50 anos de Ciência Econômica no Brasil”, publicou um capítulo, denominado “Interpretações sobre o Brasil”. Em todo o 1º mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995–1999) ainda estava como ministro de Reforma do Estado. Depois, tornou-se ministro da Ciência e Tecnologia nos seis meses iniciais do 2º mandato, permanecendo nesse cargo até 19 de julho de 1999. Sua ruptura com o PSDB ocorreu após uma reflexão mais profunda sobre a Era Neoliberal (1990-2002).

Ele vê, nos sessenta anos anteriores a 1997, nove interpretações conflituosas se sucederem no cenário intelectual brasileiro. São elas:

(1) *a interpretação da vocação agrária*: interpreta o Brasil, no plano econômico, como um país rico e cheio de futuro por suas riquezas naturais e cordialidade interpessoal, com uma vocação agrícola definitiva, e, no plano social, como uma sociedade mestiça sem aparentes conflitos sociais e raciais, devido à necessária repressão.

(2) *a interpretação nacional-burguesa*: a partir da crítica à cultura oligárquica e marcada pelo complexo de inferioridade de ex-colonizados, dominante no país, os novos intérpretes propõem-se buscar uma identidade cultural autenticamente nacionalista e a formular um projeto de industrialização propício à verdadeira independência para o Brasil;

(3) *a interpretação autoritário-modernizante*, própria do novo sistema de dominação, após “a Revolução de 1964” (isto é, o golpe militar), viabilizador do pacto autoritário tecnoburocrático-capitalista, enquanto os intelectuais de esquerda se dividiam nas três correntes seguintes;

(4) *a interpretação funcional capitalista ressentida*, em busca de culpados pela derrota de 1964, passa à negação radical de toda a interpretação nacional-burguesa, tornando-se incapaz de compreender corretamente sua superação por fatos novos – investimentos diretos estrangeiros realizados pelas corporações

industriais multinacionais –, postula “o Brasil sempre ter sido um país capitalista” ou então “o eventual pré-capitalismo aqui existente sempre ter sido funcional para a acumulação capitalista”;

(5) *a interpretação da superexploração imperialista*: não existe divisão na burguesia interna entre uma burguesia agrário-mercantil aliada ao imperialismo e uma burguesia industrial, pois toda a burguesia está solidamente unida e subordinada ao imperialismo, não sendo viável nenhuma proposta nacionalista atuante como amortecedor da luta de classes, não restando outra alternativa à burguesia local, para poder se apropriar também ela do excedente, senão recorrer à violência autoritária ou fascista, para super-explorar os trabalhadores, sendo a única alternativa para os povos latino-americanos a escolha entre o socialismo ou o fascismo;

(6) *a interpretação da nova dependência*: consiste em demonstrar os determinantes *externos* (imperialismo) da situação de dependência relacionados aos determinantes *internos* (estrutura de classes), caracterizando-se, segundo afirmam Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto, em 1970, pela associação da burguesia local com as empresas multinacionais industriais e com uma tecnoburocracia estatal, civil e militar;

(7) *a interpretação social-desenvolvimentista*: uma retomada da estratégia de substituição de importações e intervenção estatal do nacional-desenvolvimentismo, com a diferença de, após 1985, com a restauração da democracia, e dada a grande denúncia realizada pelos democratas sobre a concentração de renda agravada no regime militar, o aspecto social passar a ser fundamental;

(8) *a interpretação neoliberal*, cujos princípios são simples:

(a) *o indivíduo é intrinsecamente egoísta*, logo, a ação coletiva em grandes grupos (o Estado) é inviável;

(b) *o Estado deve ser mínimo*, tendo como únicas funções econômicas a garantia do direito da propriedade e dos contratos;

(c) *a coordenação da economia deve caber exclusivamente ao mercado*, porque, embora os mercados não estejam isentos de falhas, as falhas dos governos são maiores;

(d) *a intervenção do Estado na área social*, além de permitir sua captura por interesses privados (*rent-seeking*), provoca efeitos não desejados pois desestimula o trabalho árduo e estimula a preguiça.

(9) *a interpretação social-liberal da crise do Estado*, nasce do seu diagnóstico da Grande Crise Fiscal, para propor uma alternativa pragmática para a afirmação social-democrática dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho e a um sistema previdenciário básico garantido pelo Estado se somando à afirmação liberal na crença no mercado e na competição.

No plano internacional, o *social-liberalismo* reconhece a crescente interdependência dos países. Então, o interesse nacional deve ser examinado caso a caso, em contraposição à *visão entreguista-cosmopolita* (aceitação passiva da liderança estrangeira) e à *visão nacionalista-burguesa*. Esta pressupõe o Brasil não ter condições de negociar com as grandes potências. Deve, portanto, tratar de proteger seu mercado interno ao invés de competir com o aumento da produtividade.

Era uma interpretação *social*, para Bresser-Pereira, porque afirmava claramente o papel do Estado nesta área. Era *liberal* porque privilegiava a coordenação da economia pelo Mercado, só admitindo a intervenção do Estado para corrigir suas falhas, jamais para substituí-lo.

Bresser-Pereira reconhecia a existência no Brasil de uma cidadania incompleta. Esta dificultava a governabilidade democrática. Chamou o problema de “a contradição da cidadania”: o Brasil contava com milhões de cidadãos-eleitores, mas, dados seu baixo nível econômico e cultural e sua baixa capacidade de organizar-se no nível da sociedade civil, em uma sociedade radicalmente heterogênea, esse cidadão tinha condições limitadas de exercer os direitos e deveres da cidadania. O intelectual então tucano subestimava a capacidade de organização política do PT pelos movimentos sociais populares.

A crise de governabilidade podia:

1. ser atribuída ao excesso de demandas surgidas com a redemocratização do país,
2. ser a consequência da incapacidade das instituições de intermediar interesses,
3. finalmente, estar relacionada com a inexistência de um pacto político orientado para o desenvolvimento socioeconômico nacional.

Porém, no século XXI, surgiram novas interpretações do Brasil. Ambas correntes de pensamento econômico brasileiro progressista – *novo-desenvolvimentismo* e *social-desenvolvimentismo* – são uma tentativa de reprodução do Estado de Bem-Estar Social europeu em terras tropicais. Elas herdaram o reformismo da socialdemocracia europeia como referência de política possível dentro dos parâmetros de uma democracia ocidental. Os social-desenvolvimentistas aproximam-se mais do trabalhismo sindical.

Nesse sentido, afastam-se da extrema-esquerda quanto à possibilidade de uma revolução, dirigida por uma vanguarda descolada das massas populares, possibilitar o alcance imediato do socialismo. Um socialismo realmente existente (SOREX) contrapõe à essa democracia liberal-burguesa uma pressuposta “ditadura do proletariado”. Infelizmente, o marxismo-leninista levou à experiência histórica do totalitarismo estatal. Os socialistas democratas o abominam.

A direita usou (e abusou de) essa referência histórica do SOREX soviético para reprimir todos os simpatizantes do socialismo utópico críticos ao mercado deficiente existente (MERDEX), classificando-os como ameaçadores “comunistas”. Daí a postura democrática em favor dos direitos e deveres da cidadania tem de ser explicitada como o pacto de convivência em uma sociedade antagônica, onde a maximização dos lucros capitalistas ocorre através da minimização dos custos salariais e gastos sociais com trabalhadores formais e informais.

No início do século XXI, o grande desafio da cidadania é findar com a distinção entre a cidadania *formal* e a *real* (ou substantiva) e ampliar-se com a conquista de direitos econômicos referentes ao salário mínimo, à estabilidade no emprego, ao

acesso à bancos e crédito (cidadania financeira), à aposentadoria digna, à tributação progressiva, etc.

Nessa área, a direita neoliberal resiste mais em ceder, pois sua ideologia coloca, acima de tudo, “a liberdade das forças de O Mercado”. A esquerda contemporânea busca colocar travas institucionais na exploração dos mais poderosos sobre os menos poderosos. Isso sem impedir, pelo contrário, defendendo a concorrência.

Bastos (2012) aborda as propostas das duas correntes desenvolvimentistas identificadas no debate econômico atual brasileiro como o desenvolvimentismo exportador do setor privado e o desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado.

Em sua disputa por convencimento de seguidores para a interpretação do Brasil realizada pelo *novo-desenvolvimentismo*, Bresser-Pereira (2016) não vê como possa ser feito a busca de um meio termo entre essa sua corrente de pensamento e a corrente denominada *social-desenvolvimentismo*. Ele demonstra ressentimento pelo suposto não reconhecimento alheio.

“O *social-desenvolvimentismo* ignorou os modelos e as propostas políticas do *Novo Desenvolvimentismo*, mas não foi capaz de desenvolver novos modelos. Para ser uma alternativa ao Novo Desenvolvimentismo, o *social-desenvolvimentismo* também deveria ter um corpo de conhecimento teórico novo e relativamente sistemático, mas ficou prisioneiro de uma versão vulgar do keynesianismo ou de uma versão populista do Desenvolvimentismo Clássico, principalmente porque seus defensores foram incapazes de criticar o populismo cambial e o populismo fiscal que acabou por levar a experiência desenvolvimentista de 2003 a 2014 no Brasil a fracassar. Mostraram (...) forte viés em prol do consumo imediato”.

Este é o incômodo básico de Bresser-Pereira. Piamente, acredita: o purgatório do sacrifício do consumo imediato será benéfico aos lucros esperados, incentivadores do investimento, e levará ao paraíso no futuro. Ele se incomoda com a advertência dos *social-desenvolvimentistas* a respeito de sua proposta de choque cambial ser inflacionária e, portanto, deterioradora do poder aquisitivo geral no mercado interno. Imagina os lucros dos exportadores superarem essa agrura, mesmo eles

também sofrendo um choque de custos de insumos importados, salariais e de juros para combater o decorrente choque inflacionário. Apesar disso, o resultado será uma futura multiplicação de renda e emprego compensatória de todo o sacrifício no presente.

Para tanto, deveria demonstrar o saldo de exportação líquida brasileira ter um potencial de ser muito acima do máximo demonstrado em toda a série histórica entre 1989 e 2016: US\$ 46,5 bilhões em 2007. Provar ser possível transformar o superávit comercial em estrutural, resultante em superávit no balanço de transações correntes tal como ocorreu apenas entre 2003 e 2007. O máximo foi 1,8% do PIB, em 2004, ano inédito na história econômica, pois todas as economias no mundo cresceram concomitantemente. Nesse caso, o Novo Desenvolvimentismo poderia convencer a incautos sobre a real possibilidade de o modelo exportador asiático aqui ser adotado.

Analisando toda a composição do PIB pela ótica da demanda no período recente de exportação líquida positiva (2002-2008), o máximo atingido foi 3,9% em 2004. Neste único ano, então, o consumo das famílias ficou no patamar mínimo de 59,8% do PIB. Neste ano, a demanda doméstica contribuiu com 5,0% do PIB e a demanda externa líquida com 0,7%. Na realidade, além desse ano, após uma grande depreciação da moeda nacional em 2002 e início de um *boom* de commodities, apenas em 2002 com 2,5% e em 2003 com 1,7% a demanda externa líquida contribuiu acima da demanda interna, respectivamente, com 0,2% e -0,5%, na composição do PIB. Por *razão prática* – e não por *razão pura* – os social-desenvolvimentistas são céticos quanto à possibilidade da Ásia ser aqui...

O credo na panaceia da maxi depreciação da moeda nacional exige permanente profissão de fé para se continuar acreditando ser ela capaz de remediar vários ou mesmo todos os males. Cabe a pergunta óbvia: se é assim tão fácil, por que ninguém fez isso antes? Só o Delfim, em 1979 e 1983, conseguiu com choques cambiais inflacionários o efeito de derrubar a ditadura militar?! O novo desenvolvimentismo herda a velha interpretação autoritário-modernizante?!

Em princípio, há grande identificação dos *social-desenvolvimentistas* (G2 da Escola de Campinas) com a abordagem histórica e estratégica de Bresser-Pereira,

pioneiro da corrente auto denominada *Novo-Desenvolvimentismo*. Eles enxergam o nacionalismo também com uma ótica territorial de integração regional socioeconômica. Atualizam o intervencionismo de outrora com a concepção de coordenação reguladora. Apoiam a volta da política industrial à agenda nacional, distinguindo prioridades entre a Indústria de Transformação, dada sua necessidade de incentivos para superar o obsoletismo tecnológico e concorrer com a China, e a Indústria Extrativa, elevando sua capacidade de atender ao mercado chinês. Concordam a respeito da importância estratégica de observar a ecologia, por exemplo, a preservação da biodiversidade da Amazônia como um potencial de desenvolvimento da indústria brasileira de fármacos.

Quanto à estratégia internacional, os social-desenvolvimentistas entendem a política de internacionalização de empresas brasileiras não merecer a crítica neoliberal de “política de seleção dos campeões nacionais”. Enxergam a formação do bloco regional, seja pelo Mercosul, seja pela Unasul, como fundamental tanto para a ampliação do “mercado interno”, quanto para a extensão das cadeias produtivas e de infraestrutura logística pela América do Sul. Os acordos comerciais bilaterais se impõem, agora, como uma alternativa capaz de abrir alguns mercados face ao protecionismo vigente mundialmente.

No entanto, os social-desenvolvimentistas e os novos-desenvolvimentistas não convergem em tudo. Antes, dizia-se da esquerda brasileira se aliar na *tática conjuntural* (luta armada) e se dividir na *estratégia futura* (modelo de socialismo). Hoje, talvez se possa dizer: os economistas de esquerda divergem no curto prazo (política econômica) e convergem no longo prazo (estruturalismo).

Representante do novo-desenvolvimentismo propõe sacrificar os salários reais dos trabalhadores, base de apoio político de partido trabalhista, em nome de beneficiar os preços em dólares dos produtos dos industriais, base de apoio político do neoliberalismo. O social-desenvolvimentismo, ao contrário, prioriza o controle da inflação e o desenvolvimento sustentado pela ampliação do mercado interno, isto é, crescimento da renda real e do emprego com política social ativa. Isto quanto à prioridade tática em curto prazo.

Quanto ao modelo de desenvolvimento em longo prazo, os social-desenvolvimentistas acham ultrapassada a dicotomia *desarrollo hacia adentro* versus *desarrollo hacia afuera*. É muito baixa participação percentual das exportações e do fluxo corrente de comércio (exportação + importação) no PIB. O saldo líquido desse comércio exterior está muito distante de dar dinamismo e sustentar o crescimento da economia brasileira *a la* modelo exportador asiático.

Por todas essas razões econômicas, sociais e políticas, os social-desenvolvimentistas colocam a inclusão social no mercado interno como a prioridade estratégica brasileira. Soma-se aos investimentos em infraestrutura, logística e extração de petróleo em águas profundas, para o País se tornar superavitário no balanço de transações correntes e o Fundo Social de Riqueza Soberana transferir seus rendimentos para Educação, Ciência e Tecnologia.

Em suma, os desenvolvimentistas de todos os matizes concordam quanto à estratégia de desenvolvimento em longo prazo, mas discordam quanto à política econômica em curto prazo. Como o longo prazo é construído com uma sucessão de curtos prazos...

Crítica à Escola de Campinas

Esse era o debate entre economistas desenvolvimentistas “até que um dia”, fomos surpreendidos pela crítica de José Luís Fiori, no artigo “*O Desenvolvimentismo de Esquerda*”, publicada no jornal Valor Econômico, em 29/02/12. Para ele, “a verdade é que, com raras exceções, depois do Plano Cruzado, a ‘escola campineira’ perdeu sua capacidade de criação e inovação dos anos 70”. Então, sua crítica se refere à obra daquela contratada após a fundação em 1984 do IE-UNICAMP: a “Segunda Geração da UNICAMP” (G2).

Eliminei, sumariamente, a possibilidade de tal crítica do professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro ter sido mera “*querelle des écoles*”, ou seja, reação intempestiva diante de suposto receio de “retomada da hegemonia” por parte de “economistas menores” da UNICAMP. Examinei-a de maneira construtiva, achando que ela remetia a pauta de debate interessante:

1. O que é ser “desenvolvimentista”? Mudou sua caracterização ao longo da história brasileira?
2. O que é ser “de esquerda”? Adotar, simplesmente, o rótulo de marxista ou socialista, ou buscar a proteção social contra a competição baseada em exacerbação da desigualdade?
3. Cabe determinada Universidade ou Instituição de Ensino adotar algum critério seletivo ideológico de seu corpo docente?
4. Qual é o papel do intelectual hoje: é o mesmo do intelectual orgânico classista *a la* Gramsci?
5. Os professores universitários, assim como outros trabalhadores intelectuais, são intelectuais produtores de nova moral ou cultura?
6. É possível, fisicamente, além de fazer pesquisa inédita, dar conta de todas as tarefas dedicadas à docência em universidades massificadas: aulas em todos os dias, orientações, bancas julgadoras, pareceres, etc.?
7. Dada essa maior demanda social por Docência se comparada à Pesquisa, a formação de quadros profissionais qualificados, naturalmente, não ganhou maior peso na atividade acadêmica?
8. Ensaio marxista com visão sistêmica sobre o capitalismo não foi superado em importância por pesquisas teóricas ou setoriais especializadas em busca de conhecimento novo?
9. O debate entre “a esquerda” e “os desenvolvimentistas” não ficou prejudicado por ocorrer entre generalistas e especialistas?
10. A criação da RedeD, rede virtual entre desenvolvimentistas de diversas Escolas e Países, não possibilita, senão “mobilização social”, pelo menos acesso universal ao debate não-presencial?
11. Quanto à crítica de “nenhuma capacidade de mobilização social”, é de se desprezar, por exemplo, as milhares de visitas recebidas em sites e blogs?
12. Rede virtual não tem potencial de atingir público-alvo com maior abrangência geográfica e produzir maior reflexão comparada à ocorrida antes nas reuniões de poucos militantes de vanguarda?
13. Para reuniões e/ou seminários presenciais, seria melhor investir logo em instituição com estrutura permanente, em determinado local, espécie da “Casa das Garças” desenvolvimentista?

O *historicista* busca sempre contar histórias, adotando um método de teorizar juntando alguns fatos, generalizações de baixo nível de abstração e teorias de alto nível abstrato. Então, ele adiciona ainda algumas pitadas de julgamentos de valor em uma narrativa misturada e imaginada coerente.

O desafio para muitos cientistas sociais é explicar como se supera (ou superou-se) o atraso histórico de países de capitalismo tardio. Alguns já respondem à questão na própria definição deste: é aquele industrializado na fase monopolista do capitalismo dos países de industrialização originária (Inglaterra) e de industrialização retardatária (Estados Unidos, Alemanha e Japão). Então, o caminho único e inevitável, destino da humanidade, seria a industrialização!

Esta é uma visão parcial e determinista do futuro predominante na mente de muitos desenvolvimentistas ou marxistas. O antirentismo leva a não reconhecer a necessidade da plena implantação do capitalismo financeiro para se alcançar certa autonomia relativa. A nova geração especialista alerta para esse requisito.

A G2 é crítica à “razão iluminista” de (in)certos intelectuais brasileiros. Eles fazem uma análise histórica parcial dos problemas socioeconômicos e daí, sem nenhuma coerência lógica e viabilidade política, propõem uma total ruptura com o vindo do passado até o presente com algum “Plano Brasil” para o futuro. Este é apenas baseado na pretensa sabedoria teórico-técnica superior. Nunca convence a nenhum “sujeito revolucionário” (partido político, grupo ideológico, classe social) com inserção no sistema, força, influência, e capacidade de liderança de ação coletiva, isto é, de fazer política.

A história reversa incita a rever o passado à luz de o que acontece no presente. No entanto, a concepção marxista de historicistas questiona o presente em nome do futuro: o que está sendo feito em nome de o que “*ainda não é*” ou de “*o que deveria ser*”. Sendo assim, abandonam o Método Histórico-Indutivo.

Eles se esquecem de praticar a Economia Positiva e, primeiro, detectar “*o que é*”. As pesquisas dos dados e fatos, fornecidos pela experiência sensível, seriam os instrumentos adequados para seguir o caminho de busca da verdade. Infelizmente,

alguns historiadores marxistas criticam colegas em nome de “o que deveria ter acontecido”, rejeitando suas investigações de “o que de fato aconteceu”.

Quanto ao “horizonte utópico”, cobrado pelo professor José Luís Fiori dos “desenvolvimentistas de esquerda”, parece-me a melhor resposta está no humor, o caráter assistemático e o estilo telegráfico utilizados Oswald de Andrade para dar forma a seu ideário antropofágico. Em o psicografei no Manifesto da Tropicalização Antropofágica Miscigenada (veja Adendo no final do capítulo anterior). Ele contém *o Sonho (real), a Alternativa (possível) e a Utopia (necessária)*.

Da Visão Generalista à Visão de Especialista

Após o “milagre econômico brasileiro” (1968-1973), com as revoltas estudantis, inclusive expressa em luta armada, a ditadura militar teve de atender à demanda social, oferecendo uma lenta e gradual expansão do Ensino Superior no Brasil. Em 1963, eram 124.214 matriculados no ensino superior e 19.049 concluintes. No fim de 1984, eram, respectivamente, 1.399.539 e 227.824. No fim de 1998, 2.125.958 e 274.384.

Emergiu, então, uma nova classe média universitária, ainda muito minoritária, porém com fortes alianças com a casta dos sábios-tecnocratas. Ela se aproveitou da concentração de renda e riqueza financeira, em especial do *boom* da Bolsa de Valores em 1971, e imobiliária com o crescimento da urbanização com o SFH até a crise dos mutuários no final do regime militar. Dada a dicotomia entre *dinheiro-de-rico* (“moeda indexada”) e *dinheiro-de-pobre* (sem proteção contra o regime de alta inflação), buscou a proteção da correção monetária face à crescente inflação. E muitos se enriqueceram em relação àqueles profissionais com apenas Ensino Médio completo como demonstra a elevada correlação entre o número de investidores em fundos e títulos e valores mobiliários e o número de profissionais formados em Ensino Superior.

Nos anos 70, iniciou-se também a expansão dos cursos de pós-graduação, inicialmente só com Mestrados, posteriormente com Doutorados. Mais adiante foi implementada a exigência da escrita de uma monografia para conclusão do curso

de Ciência Econômica. A formação de uma massa crítica de graduandos e pós-graduandos em busca de uma tese original a ser defendida levou à busca de conhecimentos especializados mais aprofundados tanto sobre áreas de conhecimentos quanto sobre os diversos setores de atividades.

Alguns desinformados sobre esse processo institucional consideraram a primeira geração de professores da Escola de Campinas, ainda pertencentes ao Departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE), integrante do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP (1968-1984), constituir sua “Era de Ouro”. Suas teses reinterpretaram a história do capitalismo brasileiro sob um ponto-de-vista marxista não vulgar (ou estalinista), mesclado com teorias e conceitos keynesianos, kaleckianos e neoschumpeterianos. A segunda geração de professores, contratada para integrar o quadro docente do Instituto de Economia da UNICAMP criado em 1984, foi composta principalmente de mestres e doutores formados nesta Escola de maneira mais especializada, seja em assuntos, seja em setores de atividade.

Naturalmente, os discípulos superaram os mestres como especialistas. Porém, observadores críticos os cobravam por ainda não terem apresentado uma *visão sistêmica* – uma interpretação do Brasil – com a mesma reputação daquela da primeira geração. Como mostrarei mais adiante, ela existe, mas seus autores têm menos acesso à mídia e mesmo aos convites para bancas julgadoras e seminários em outras Universidades para a apresentar e debater. Seus mestres enfrentavam menor concorrência, quando o ensino ainda não era massificado.

Para quem desconhece, vale resgatar, brevemente, a história do curso de Economia na UNICAMP. Em 2018, completa cinquenta anos. No nascedouro, em 1968, a experiência adquirida com cursos de aperfeiçoamento em planejamento econômico possibilitou dar início, em 1970, ao Curso de Graduação (Bacharelado) em Ciências Econômicas. Em 1974, teve início o curso de Pós-Graduação em Economia em nível de Mestrado e, em 1977, começou o curso de Doutorado em Economia. A partir de 1991, foram introduzidas áreas de concentração no curso de Doutorado: História Econômica, Teoria Econômica, Política Econômica (com três sub-áreas: Política Macroeconômica, Política Industrial e Política Agrícola) e

Política Social. Além desses, o Instituto mantém um curso de Especialização em Economia do Trabalho e Sindicalismo e cursos de Extensão nas áreas de Economia e Administração.

Ao lado dos cursos regulares, o Instituto de Economia desenvolve linhas de pesquisas aplicadas, destacando-se agricultura e meio-ambiente, economia industrial e da tecnologia, estrutura industrial, pequenas e médias empresas, concentração e disparidades regionais, emprego e salários, financiamento do setor público, sistema financeiro e políticas sociais. Até o presente, realizou mais de uma centena de projetos de pesquisas em convênio com outras instituições, sem mencionar diversas pesquisas individuais ou em equipes, realizadas com recursos próprios. Muitas foram publicadas sob forma de livros e artigos, mas diversas são conhecidas apenas por colegas e não pela opinião especializada da profissão ou mesmo pela opinião pública via mídias. Vários prêmios de reconhecimento foram concedidos a muitas dessas publicações.

O IE-UNICAMP se dividiu, institucionalmente, em Centros e Núcleos de Pesquisa:

- 1 Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica – CECON: criado em 1985, tem como objetivo acompanhar sistematicamente a evolução da economia e da política econômica no Brasil, assim como em outros países e regiões.
- 2 Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico – CEDE: instalado em maio de 1990.
- 3 Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais – CERI: criado em 8 de maio de 1985.
- 4 Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT: criado em 1989 e constitui-se de um Conselho formado por representantes do Instituto de Economia e do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).
- 5 Núcleo de Economia Agrícola – NEA: um centro de referência nacional voltado à discussão, pesquisa e desenvolvimento de projetos nas áreas Agrícola, Agrária e Ambiental.
- 6 Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia – NEIT: congrega desde 1985, docentes, pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação e

colaboradores externos, cujas pesquisas individuais e coletivas focalizam esse tema.

7 Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional – NESUR: instituído em 22 de dezembro de 1988.

8 Núcleo de Finanças – NIF: cuja linha de pesquisa propõe-se a avançar no estudo da teoria monetária e financeira na vertente pós-keynesiana, com ênfase nos mecanismos de transmissão da política monetária e na interdependência das políticas macroeconômicas (fiscal, monetária e cambial).

9 Núcleo de História Econômica – NHE: estuda temáticas de modo a compreender a economia brasileira atual à luz de sua formação histórica, por exemplo, o passado colonial, a dinâmica e os efeitos do escravismo.

10 Núcleo de Métodos Quantitativos Aplicados à Economia – NIMQAE: desenvolve de métodos estatísticos e econométricos aplicados a problemas econômicos e sociais em apoio às atividades de pesquisa e ensino realizadas no Instituto de Economia.

Dessa forma, as atividades de ensino, inclusive cursos noturnos, e pesquisa do Instituto de Economia da UNICAMP estão hoje a cargo de um corpo docente composto por 72 professores. Alguns se encontram afastados exercendo mandato político ou cargo no setor público. Ele conta ainda com 4 professores colaboradores e 52 funcionários, entre estes, alguns pesquisadores vinculados aos centros de pesquisa.

Atualmente, é evidente a dispersão desse corpo docente em pelo menos dez áreas de pesquisas especializadas. Essas atendem à uma necessidade ou demanda real para dar conta do aprofundamento necessário na formação contemporânea dos economistas brasileiros.

Segunda Geração da Escola de Campinas (G2)

A questão realmente provocativa é: a “Segunda Geração da UNICAMP” renovou as ideias e as interpretações anteriores do desenvolvimento capitalista brasileiro? Em outras palavras, qual é a visão sistêmica do “Desenvolvimentismo de Esquerda”?

Sem aprofundar a pesquisa bibliográfica sobre a vasta produção de livros, artigos, textos para discussão, relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias,

produzidas nessa era do Instituto de Economia da UNICAMP (1984-2014), irei me restringir aqui apenas a citar a análise do desenvolvimento capitalista brasileiro contida em um trabalho-síntese elaborado por um representante da “G2”. Interessa-me apurar essa visão sistêmica para detectar uma das trajetórias possíveis de desenvolvimento para o capitalismo nacional: a do Capitalismo de Estado Neocorporativista, a ser brevemente apresentada adiante.

De acordo com a crítica novo desenvolvimentista, os social-desenvolvimentistas seriam “traidores da classe operária”: uma “vanguarda intelectual de coração-mole” por atender à reivindicação do próprio proletariado de salários elevados e consumo imediato. Seriam do mal, porque teriam de saber disso. Foram advertidos pelo bom modelo do Novo Desenvolvimentismo, enquanto os líderes sindicais, inconscientes dessa “boa” teoria, não conheciam nem seus próprios interesses!

Quanto à carência de status de sistema teórico, evidentemente, os social-desenvolvimentistas atualizados acompanham o debate na fronteira teórica expressa pelo tratamento da Economia como um Sistema Complexo, emergente das interações entre seus componentes comportamentais, institucionalistas e evolucionários. Preocupam-se com a dependência de trajetória caótica. Ela se afasta gradativamente de uma condição inicial sem rumo predeterminado. A futura auto-organização não pode ser prevista a priori. Logo, não se pautam pelo mecanicismo do modelo de equilíbrio geral ao qual se convergiria “em longo prazo” após um choque em preços relativos de maneira só favorável aos industriais exportadores. Para um teórico da inflação inercial, logo após o choque cambial todo o mundo aceitaria passivamente o seu novo lugar, estabelecendo-se uma compatibilidade distributiva.

Na verdade, o prócer do novo desenvolvimentismo demonstra desconhecimento da produção intelectual de quem critica. Assim, ignora seu “corpo de conhecimento teórico novo e relativamente sistemático”.

Os social-desenvolvimentistas com formação kaleckiana acham óbvia a ideia de os investimentos demonstrarem elasticidade em relação à taxa de lucro esperada. Porém, são desestimulados por elevação da capacidade produtiva ociosa. Em outras palavras, tanto *a expansão no mercado externo*, devido a uma elevação

sustentada em longo prazo da taxa de câmbio real, indicador da competitividade nacional, quanto *a expansão no mercado interno*, devido ao aumento do salário real e o do consumo das famílias, ambos fatores são determinantes do investimento. Expansão do mercado interno e da exportação para o mercado externo devem ser vistos como metas complementares e não excludentes entre si.

Muito sinteticamente esquematizo algumas ideias-chave dos social-desenvolvimentistas:

1. há combinação dos fatores internacionais e domésticos na determinação do dinamismo do capitalismo brasileiro;
2. são as conjunturas históricas específicas determinantes da hierarquia das articulações concretas entre fatores externos e internos como elementos de obstáculo ou estímulo do crescimento;
3. o grau de dependência reflexa ou autonomia relativa da economia brasileira se altera ao longo dos ciclos históricos de *commodities* e liquidez internacional, atuando como fator limitante ou estimulante do crescimento;
4. a economia brasileira é suficientemente grande e complexa para retirar parte de seu dinamismo de fatores puramente endógenos, sobretudo da dimensão do seu mercado interno e da diversificação setorial;
5. ao mesmo tempo, a economia brasileira não é ainda capaz de engendrar ciclos próprios de inovação tecnológica;
6. no entanto, já possui uma base financeira doméstica capaz de financiar com certa autonomia o investimento em longo prazo, caso a política de juros elevados não retire a competitividade de produtos financeiros propícios à captação do *funding* necessário.

Ao contrário do sugerido por crítico, os social-desenvolvimentistas não têm nenhuma dificuldade para compreender a conhecida lógica do desenvolvimento capitalista, embora não a aceitam passivamente. Segundo Bresser-Pereira, é “uma lógica frequentemente perversa, mas da qual o formulador de políticas não pode fugir”, pois “recaem sobre os trabalhadores, cujos salários são reduzidos, e sobre

os rentistas, cujas taxas de juros e preços dos ativos caem, e não sobre os lucros, porque o objetivo do ajuste é restaurar a taxa de lucro”.

Na realidade, todos os desenvolvimentistas deveriam reagir a isso e se aliar – e não os novos desenvolvimentistas atacarem os social-desenvolvimentistas – contra uma instituição econômica extrativista, implantada na Era Neoliberal: a maior taxa de juro do mundo fixada, arbitrariamente, pelo Banco Central. Contra a eutanásia dos rentistas, e para o enriquecimento financeiro dos capitalistas, essa taxa de juro arbitrária eleva o serviço da dívida pública. Daí todos os contribuintes se submetem à eterna busca do superávit primário na vã tentativa de cobrir o déficit nominal das finanças públicas.

Então, não haverá solução unilateral tanto na área fiscal quanto na tendência à apreciação da moeda nacional enquanto o juro for uma variável independente sob o livre arbítrio do COPOM-BCB (Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil), provocando disparidade entre a taxa interna e a externa e elevando o cupom cambial. Falta-lhe o mandato dual, ou seja, limitar seu arbítrio entre duas metas: controle da inflação e expansão do emprego. Na prática da Velha Matriz Neoliberal, criou-se esta instituição econômica extrativista. Espolia renda da maioria dos contribuintes em favor do rentismo de uma minoria.

Aceita-se isso como (con)sagrado! No entanto, instituições são construções humanas. Elas são criações culturais, não fenômenos naturais. Instituição é um conjunto de hábitos, costumes e modos de pensar cristalizados em práticas aceitas e incorporadas pela comunidade.

Formalmente, não existe independência do Banco Central no Brasil. Informalmente, os colonizados culturalmente tentam importar essa instituição dos Estados Unidos ou da Europa, porém sem o duplo mandato de lá. Não tem a obrigação de moderação nos seus impulsos, para deleite do enriquecimento de uma minoria rentista e extrativista de emprego e renda de uma maioria. Sob o argumento de alcançar o centro da meta de inflação, propicia uma brutal desigualdade na distribuição da renda e na acumulação de riqueza. O custo social do combate à inflação – perder o emprego – é muito superior ao benefício de não perder um pouco do poder aquisitivo.

Pior, quando o risco Brasil estressa os investidores, golpeia-se o governo de ocasião. O pacto democrático-eleitoral não se firmou no Brasil. A frágil democracia brasileira foi novamente golpeada.

Uma realista interpretação do Brasil rejeita qualquer determinismo histórico, seja o neoliberal, seja o marxista. Porém, reconhece a dependência de trajetória, ou seja, a história do passado importa, assim como as instituições formais ou informais. Através delas a Nação se institucionaliza, gradativamente, de forma democrática, embora possa sofrer retrocessos sob forma de ruptura de alianças entre as castas via golpes e contragolpes.

Na luta da CEPAL contra a ortodoxia, um grande objetivo era mostrar a existência de determinada temática própria ao subdesenvolvimento. A primeira geração da “Escola de Campinas” diferenciou as relações de produção do Brasil das existentes em outros países latino-americanos. O Novo-Desenvolvimentismo pressupõe “países de renda média” e não mais “países pobres”. A segunda geração da “Escola de Campinas” focaliza a economia brasileira dentro de um sistema internacional complexo com múltiplos componentes. Não pretende elaborar Teoria Geral do (sub)desenvolvimento, válida universalmente, seja em todos os lugares, seja em todos os tempos.

A crítica emblemática de embaixador norte-americano (Lincoln Gordon) no Brasil à CEPAL – “as diversas formas de arte e literatura latino-americana devem ser bem-vindas, mas não deve mais haver uma ‘Ciência [Econômica] latino-americana’, assim como não deve haver uma Física ou Matemática latino-americana” – revelava o adversário como adepto do monismo metodológico.

Ele ignorava a Ciência Aplicada. A CEPAL reincorporava a política, a sociologia e a história para explicar a América Latina e o Caribe. A G2 investiga quais são as decisões práticas (a ser) tomadas em cada conjuntura e em cada lugar, entre alternativas de trajetórias possíveis, contemplando o conflito, a negociação e a conciliação de interesses. Essa Economia tem Política – e também Sociedade.

A partir daquela cobrança de uma visão sistêmica e de um estudo-síntese da Segunda Geração do IE-UNICAMP (pós-1985), detectei um dos novos componentes

possíveis de pesquisa sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil: as finanças dos trabalhadores no Capitalismo de Estado Neocorporativista. Testei a seguinte hipótese: embora tenha ocorrido enorme redução do peso do Estado na economia brasileira, promovida pelas privatizações da primeira Era Neoliberal (1988-2002), ele ainda manteve sua capacidade de coordenação em investimentos estratégicos, deste então com o apoio de fundos de pensão patrocinados por empresas estatais.

O investimento do setor produtivo estatal, em conjunto com o gasto público orçamentário, pode operar como indutor do gasto privado, ou seja, como investimento autônomo diante das condições da demanda agregada. Minha visão, acreditando ser genuína, e configurada a partir do ambiente de debate com meus colegas da G2, especialmente dos participantes da RedeD, diferencia-se da ótica do Novo-Desenvolvimentismo naquilo suposta por essa a respeito do dinamismo da economia brasileira se pautar tão somente por critérios privados induzidos pela demanda externa.

Conclusão

Em sua intervenção durante a III Conferência Internacional Celso Furtado, em maio de 2004, o homenageado lançou pequeno texto intitulado *Os Desafios da Nova Geração*. Demonstrando sua capacidade de síntese de toda a sabedoria acumulada, ele distingue dois programas. “O *crescimento econômico*, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o *desenvolvimento* se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento.”

Dessa simples equação – *desenvolvimento = crescimento + política social* – partem os desafios da Nova Geração do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas e seus colegas desenvolvimentistas aliados de outras Universidades. Sua análise da estratégia para o desenvolvimento socioeconômico do País não se resume ao keynesianismo do Novo-Desenvolvimentismo, restrito às políticas

econômicas de curto prazo. Essencialmente, este faz pregação a favor de levar a taxa de câmbio para o nível de “equilíbrio industrial”, ou seja, a taxa de câmbio capaz de tornar competitivas as empresas industriais brasileiras com a utilização de tecnologia no estado da arte mundial.

A abordagem social-desenvolvimentista é típica da chamada “Geração PT”. Interpreta o apoio político do Partido dos Trabalhadores e seus aliados capaz e respaldar a luta sindical pela reposição salarial contra a corrosão inflacionária e pela conquista de maior participação nos lucros e resultados das empresas. A fiscalização vigilante, após 2003 até 2014, quando o PT tinha a hegemonia na coalização governamental, somada à reivindicação de direitos trabalhistas, como a “carteira assinada”, elevou o grau de formalidade do mercado de trabalho.

Em contexto de crescimento da renda e do emprego, conjuntamente com a política de elevação real do salário mínimo e o programa de transferência direta de renda com condicionalidades (Bolsa Família), toda essa política social ativa, inclusive educação, fomentou o mercado interno com a mobilidade social. Essa inclusão social transformou o mercado do País no quinto maior do mundo em número de consumidores, considerando ranking de Nações.

A estratégia observada (e defendida) pelo “Desenvolvimentismo de Esquerda” para a década corrente, era direcionada pelo investimento do setor produtivo estatal, incluindo os dos fundos de pensão patrocinados pelo setor público. Em conjunto com o gasto público orçamentário, operaria como indutor do gasto privado, ou seja, como investimento autônomo diante das condições da demanda agregada em contexto de crise internacional. Adotava o olhar estadista “para enxergar mais adiante, além da demanda corrente”. Não se restringiria ao debate da política econômica em curto prazo. Destacaria a importância de investimento em infraestrutura e logística, porém não se reduziria a esse o foco.

O Novo-Desenvolvimentismo defende o modelo exportador. Nele, os países emergentes de dimensão continental teriam a possibilidade de usar duas grandes vantagens: mão de obra barata e possibilidade de comprar ou copiar tecnologia disponível. Se o país adotasse essa estratégia de industrialização orientada para as

exportações, só as empresas eficientes o bastante para exportar seriam beneficiadas pela política industrial.

O Social-Desenvolvimentismo argumenta a diversidade setorial da economia brasileira só ter paralelo, entre as economias emergentes, na China e na Índia. Então, o Brasil não se restringe à indústria. Deve acentuar a sua condição de potência agrícola, candidatar-se a posição de peso no conjunto inter-relacionado de atividades industriais e de serviços, com o nível de investigação tecnológica similar à da própria agricultura de exportação praticada no País.

Evidentemente, o Social-Desenvolvimentismo discorda da ênfase unilateral do Novo-Desenvolvimentismo, baseado em visão keynesiana vulgar, no crescimento puxado apenas pela demanda agregada. Não acredita em “endogenidade em longo prazo da disponibilidade dos fatores de produção”, ou seja, em interdependência entre a demanda agregada e a oferta agregada. As decisões de investimento autônomo em longo prazo constituem-se de uma série de decisões de política econômica tomadas em curto prazo, muitas vezes contrariando as expectativas negativas reinantes a respeito da demanda agregada entre os participantes do mercado. A disponibilidade futura de maior oferta agregada é resultante delas e de políticas de crescimento em longo prazo em conjunto com políticas sociais ativas.

Devido a seus *efeitos de encadeamento para frente e para trás*, os seguintes investimentos seriam emblemáticos dessa diversidade de projetos de desenvolvimento, para benefício da sociedade e da economia brasileira:

- i. *Servindústria*: educação e saúde; PNBL (Plano Nacional de Banda Larga); trem-bala; ferrovia transnordestina; transposição do Rio São Francisco;
- ii. *Construção*: mobilidade urbana; urbanização de favelas; saneamento básico; financiamento para moradia popular;
- iii. *Extrativa*: mineração; petróleo extraído do pré-sal;
- iv. *Agroindústria*: complexo da soja, inclusive biodiesel; complexo sucroalcooleiro (etanol); complexo das carnes.
- v. *Indústria de Transformação*: encadeada aos setores destacados, seja pelo fornecimento de insumos, seja pelo atendimento da demanda por seus produtos finais.

A Nova Geração da UNICAMP destaca a autonomia relativa propiciada pela ampliação dos mercados (internos e externos) e pela maior independência do processo de reprodução do capital em relação à importação de meios de produção. Reconhece ser necessária a construção de indústria de componentes nacionais e de mecanismos internos de financiamento em longo prazo. Esse requisito pode retardar e até encarecer os empreendimentos. Embora tenha ocorrido enorme redução do peso do Estado na economia brasileira, promovida pelas privatizações neoliberais, ele ainda mantém sua capacidade de coordenação da negociação, agora, entre interesses trabalhistas, privados nacionais e estrangeiros, capaz de configurar um Capitalismo de Estado Neocorporativista. Cabe a resistência política contra o desmanche neoliberal do Estado desenvolvimentista brasileiro.

A G2 reconhece, porém, a proposta social-desenvolvimentista fundada, de um lado, na diversificação produtiva e fortalecimento dos setores empresariais nacionais e, de outro, no aumento do protagonismo do Estado, coordenando a associação entre capital privado nacional e estrangeiro e capital de origem trabalhista, seja em fundos de pensão, seja em fundos sociais emprestados por bancos públicos, não ter encontrado apoio suficiente na elite socioeconômica e política brasileira. Constata não haver mais uma classe empresarial nacionalista, cujos interesses estejam atrelados ao desenvolvimento relativamente autônomo do país. Os industriais optam pela elevação da *financeirização* e associação internacional subordinada. A classe de alta renda ambiciona um perfil de consumo globalizado. Ela define sua preferência política baseada em critérios de maximização do consumo ou *rentismo* em curto prazo.

A busca brasileira de autonomia financeira e tecnológica enfrenta desafios quiçá intransponíveis. Ela se confronta com o ciclo industrial e o ciclo de liquidez global como condicionantes do ciclo doméstico.

Capítulo 5: Finalmente

Ensino de Economia Comportamental, Institucionalista, Evolucionista e Complexa

Depois de estudar 250 anos da história do pensamento econômico, verifico, neste início de milênio/século, estar se retomando a característica multidisciplinar dos primórdios da ciência. Antes, havia apenas a Filosofia para tratar dos fenômenos sociais e do comportamento individual. Os primeiros economistas, por terem se formado no debate filosófico, acabaram sendo os psicólogos de seu tempo.

Hoje, os cientistas econômicos estão empenhados em saber o que nos leva a gastar, vender ou investir. Para chegar mais perto dessa resposta, áreas distintas da ciência estão somando recursos para estruturar o campo de estudo destinado a cumprir essa tarefa: a chamada *Neuroeconomia*. Ela é resultado da união de ferramentas de investigação e conhecimentos da Filosofia, Política, Sociologia, Economia, Psicologia Cognitiva, Biologia Evolucionista e Neurologia, com a ajuda de aparelhos de diagnóstico por imagem de ressonância magnética.

Com o conhecimento maior de como funciona a mente humana, diminui nossa ignorância a respeito de como outras pessoas se comportam. Antes, o *modelo racionalista* utilizava o recurso de extrapolar o pensamento racional para todas as pessoas. Agora, o *modelo comportamental* constata as decisões econômicas tomadas por impulso estarem, primordialmente, relacionadas à região do cérebro ligada à emoção. O processo cognitivo envolvido nas decisões racionais se encontra em outra região cerebral, cujo processamento sequencial de representações abstratas é defasado em relação ao ágil processamento paralelo de impressões e sentimentos daquelas decisões intuitivas.

Pesquisadores em Economia Comportamental (ou Psicologia Econômica) apontam a influência dos fatores individuais, abandonando a uniformidade comportamental, suposta pela “racionalidade genérica” do *homo economicus*, no momento de escolher. Reconhecem haver fatores variantes também entre grupos sociais no tocante à capacidade de suportar frustrações, ao tamanho das ambições, e à visão de curto ou de longo prazo. Por isso, os elementos psicológicos, assim como os

filosóficos e os sociológicos, fazem parte dos estudos contemporâneos de Economia.

Enfim, a provação por causa daquilo – a separação entre a Micro e o Macro – foi minha reação, isto é, do personagem-protagonista, estudar Finanças Comportamentais. Isto leva a outro acontecimento – esboçar e ensinar uma visão holística de Economia como um Sistema Complexo. Exige nova provação – estudar Economia Institucionalista, Economia Evolucionista e Economia da Complexidade – para tentar restabelecer a ordem, isto é, ensinar O Todo antes repartido.

As Finanças Comportamentais mostram os investidores individuais se esforçarem, durante toda a vida profissional, para acumular reservas destinadas à fase inativa da aposentadoria. Porém, em sua maioria, têm pouco ou nenhum conhecimento a respeito de investimentos financeiros. Seus erros em tomadas de decisões financeiras podem impor perdas graves às famílias em termos de bem-estar. Seus vieses heurísticos e sua dependência da forma de apresentação das decisões financeiras levam à ineficiência do mercado, isto é, aos preços dos ativos não se ajustarem, nem no curto nem no longo prazo, ao esperado pela análise fundamentalista.

É possível criar modelo teórico coerente, fundamentado firmemente em Psicologia e Economia, capaz de explicar o padrão complexo de resultados empíricos na área de Finanças. Quando as Finanças Pessoais se basearem em bons conhecimentos sobre as fontes dos erros em investimentos, os economistas terão contribuído para limitar os ônus familiares provocados por essas perdas.

A sabedoria convencional pressupõe, equivocadamente, a existência de livre-mercados. Na realidade, os governos possuem instrumentos de política econômica necessários para os estimular em direção a expandir a atividade comercial, a inovação e o investimento. Os economistas institucionalistas vão além ao investigar a origem e as transformações dos mercados através de mudanças institucionais. As restrições institucionais, sejam formais, sejam informais, são as “regras do jogo econômico”. As formais são as regras arraigadas na lei e na política de cada país. As informais são os códigos consuetudinários, os costumes e as tradições sociais. Em conjunto, estabelecem as regras amplas pelas quais os seres humanos interagem entre si como agentes econômicos seguindo diversas lógicas de ação.

As instituições criam a estrutura dentro da qual os agentes econômicos se movem. Depois de criadas, dificilmente perecem, pois criam interesses arraigados. Elas resistem à extinção, mesmo permanecendo como “mortos-vivos” ou “simples sombras de um passado glorioso”, isto é, sobreviventes-decadentes. Mas o estudo das instituições é fundamental para reconhecer “as restrições criadas pelo homem para dar forma às interações humanas”.

Ao contrário das situações hipotéticas assumidas por muitos axiomas de teoria econômica convencional, os agentes estão inseridos em um mundo complexo, dinâmico e essencialmente incerto. Eles não são independentes desse meio – físico e social – no qual estão inseridos. A Economia Evolucionista não busca reduzir o homem aos seus atributos meramente biológicos ou físicos nem o analisar isoladamente, no nível individual, abstraindo o resultante da agregação. Em outras palavras, ela não abstrai a seleção natural do animal-humano nem reparte a realidade em Microeconomia e Macroeconomia, pois os indivíduos estão imersos no meio-ambiente físico e socioeconômico de maneira inseparável.

A Ciência Econômica predominante, em sua ambição de status científico, baseia-se nas Leis da Física de Newton, particularmente na 3ª. Lei: “a toda ação há sempre uma reação oposta e de igual intensidade”. Todo acontecimento está ligado a uma cadeia causal, em um processo “linear” de causas-e-efeitos. O prometido equilíbrio geral e estável em longo prazo é visto como o efeito do comportamento de indivíduos racionais em reação a tateio de preços relativos.

Alguns dissidentes se perguntam: se o mundo real funciona assim, de maneira tão perfeita, por que há crises? Eles passam, então, a criticar o obsoletismo do *enfoque linear*, contrapondo-o com a 1ª. Lei de Newton: “Todo corpo continua em seu estado de repouso ou de movimento uniforme em uma linha reta, caso não seja forçado a mudar aquele estado por forças aplicadas sobre ele”. Aproximam-se da Teoria da Complexidade, surgida da obra de termodinâmica do químico Ilya Prigogine (1917-2003). Ao contrário do *mainstream* econômico, esse enfoque da complexidade reconhece as ações eventualmente previsíveis e regulares dos indivíduos não necessariamente implicarem em uma economia estável e previsível.

Em um sistema complexo como uma economia, os indivíduos interagem direta ou indiretamente entre si, usando as simples “regras práticas”, levantadas pela Economia Comportamental, em vez de cálculos racionais. Isso pode acarretar padrões de comportamento complexos na economia como um todo.

Mudanças ínfimas nos comportamentos ou nas instituições se multiplicam para criar alterações drásticas ao longo do tempo. Alterações no entrelaçamento dos vieses heurísticos individuais ou nas condições institucionais iniciais podem gerar um resultado muito diferente e inesperado. O processo parece *caótico* e não chega a nenhum dos equilíbrios previsíveis pela teoria econômica de tradição neoclássica.

Eventos inusitados e os valores extremos (não a média) importam para explicar as mudanças. Os mercados são muito mais voláteis em relação ao sugerido pela abordagem convencional. Os economistas se enganam ao tentar chegar a leis atuantes do mesmo modo similar às leis clássicas da Física newtoniana. Eles nem sempre podem prever o rumo caótico das interações dos agentes econômicos.

Então, articulei meus estudos sobre uma Economia Comportamental, Institucionalista, Evolucionista e Complexa. Como professor universitário, concluí: a formação generalista de novos economistas exige o ensino dessa nova perspectiva com um *enfoque multidisciplinar*. A visão multidisciplinar, graduando economistas como generalistas, e pós-graduando como especialistas, obtém melhores resultados teóricos (acadêmicos) e práticos (profissionais).

Como ensinar de maneira interdisciplinar? Tentei dirimir essa dúvida docente com novo método didático. Narro uma experiência exitosa neste último capítulo de minhas memórias da experiência de Ensino de Economia na Escola de Campinas.

Antes, apresentarei breves ideias a respeito de um armistício prático para a antes decantada difícil reconciliação entre a Micro e o Macro. Como fazer o difícil reencontro depois da separação?

Como contei, estudo Economia desde 1971, quando se iniciou a massificação dos cursos superiores e, em especial, a formação da sub-casta dos economistas como sábios-tecnocratas. Depois de todo esse tempo, cheguei à simplíssima conclusão: um bom curso depende, fundamentalmente, do domínio da matéria e do didatismo estimulante do professor, criando motivação para o aluno estudar sob sua orientação, em aprendizagem ativa com seus pares.

Esta área de conhecimento – Ciência Econômica – começou de maneira multidisciplinar no século XVIII como Economia Política (*período clássico*). Depois, na virada do século XIX para XX, dividiu o trabalho de pesquisa com Ciências Afins e se tornou Economia Pura (*período neoclássico*). Agora, no século XXI, está

resgatando seu caráter interdisciplinar.

A partir de minha longa experiência profissional como docente e pesquisador acho um bom economista aquele capaz de fazer uma abordagem pluralista e não sectária. Possui conhecimentos e habilidades para trabalhar nos três níveis de abstração: teoria pura, teoria aplicada e capacitação de tomar decisões práticas.

Decisões	Resultantes
Preços e Moeda	
Decisão de fixar a margem de lucro e/ou o preço: Decisão de carteira e financiamento. Estrutura de mercado. Teorias da firma.	Mercado de Ativos e Nível dos Preços: Conceito de dinheiro. Funcionamento do sistema bancário. Criação (e multiplicação) da moeda. Inflação. Crise financeira.
Produção e Emprego	
Decisão de produzir: Concepção clássica da divisão do trabalho e da produtividade. Teoria do valor-trabalho. Fundamentos neoclássicos para a lei da oferta e da demanda. Fundamentos teóricos das Contas Nacionais.	Nível de Emprego e Mercado de Trabalho Teorias da determinação do salário. Teorias do desemprego. Funcionamento do mercado de trabalho não-qualificado em uma economia atrasada. Reflexos das transformações tecnológicas e econômico-financeiras recentes no mundo do trabalho.
Gastos, Ciclo, Tendência do Crescimento e Desenvolvimento Econômico	
Decisão de gastar: Teoria do Consumidor. Determinantes do ciclo de investimentos. Intervenção governamental e superávit do comércio exterior para recuperação econômica. Determinantes da tendência de crescimento em longo prazo.	Crescimento e Desenvolvimento Econômico: Teorias do desenvolvimento. Pensamento estruturalista sobre o desenvolvimento. Nova teoria do crescimento endógeno. Abordagem amigável do mercado. Enfoque <u>neo-schumpeteriano</u> do desenvolvimento.
Relações internacionais	
Decisões de Políticas Macroeconômicas em Economia Aberta: Política monetária. Política fiscal. Combinação da política monetária, política fiscal e regimes cambiais em distintos graus de mobilidade de capital.	Mercado de Câmbio e Balanço de Pagamentos: Conceitos e definições da taxa de câmbio. Cobertura do risco do câmbio. Fatores determinantes da taxa de câmbio. Abordagens do balanço de pagamentos. Teoria do comércio internacional.

No Quadro acima, a partir de minha experiência docente, apresento uma listagem de temas fundamentais a serem contemplados por um curso de Economia atualizado. Coerente com a *abordagem pluralista*, basicamente, trata-se da inversão daquela matriz de dupla-entrada da grade curricular de um curso padrão

de Ciência Econômica: em vez do estudante focalizar-se na escolha de uma determinada corrente de pensamento, ele necessitar estudar os *temas essenciais* e, dentro de cada qual, aprender as *diversas alternativas teóricas*, seja ortodoxa, seja heterodoxa.

Os diferentes autores e/ou as linhas de pensamento econômico devem ter suas contribuições subordinadas à explicação de cada *tema*. Mas o domínio deste — *o assunto* — é o mais importante. O conhecimento das linhas deve ser prioritário face à escolha de uma coluna, por exemplo, no Quadro abaixo de dupla-entrada.

QUADRO 1.2: PRINCIPAIS CORRENTES DO PENSAMENTO ECONÔMICO CONTEMPORÂNEO

	Economia Política esquerda	Neo-keynesiana centro-esquerda	Pós-keynesiana centro	Síntese Neoclássica centro-direita	Monetarista / Novoclássica direita
Posição política					
Representantes	Mandel, Sweezy, Dobb, Aglietta, Brunhoff, Boyer	Joan Robinson, Kaldor, Kalecki, Sraffa, Garegnani	Shackle, Weintraub, Davidson, Minsky, Kregel, Moore	Hicks, Tobin, Samuelson, Solow, Blanchard, Dornbusch	Friedman, Schultz, Stigler, Becker, Lucas, Sargent, Barro, Hayek
Moeda	ênfase nas forças reais, moeda como instrumento de poder	ênfase nas forças reais, moeda acomodacionista	forças reais e monetárias inter-relacionadas	moeda importa para quase tudo	somente a moeda importa
Taxa de salário	base da extração do excedente	âncora do sistema de preços	âncora do sistema de preços	um entre os vários preços	um entre os vários preços
Distribuição de renda	questão mais importante	objeto prioritário de estudo	sem destaque	resultante do sistema de equilíbrio geral	não é objeto de exame científico
Teoria do capital	acumulação depende do exército industrial de reserva	acumulação depende do conflito distributivo	teoria da escassez (quase-rendas)	teoria da produtividade marginal	funções de produção bem comportadas
Teoria do emprego	possível qualquer nível de emprego; pleno-emprego gera crise	possível qualquer nível de emprego; ênfase no crescimento com pleno-emprego	possível qualquer nível de emprego; pleno-emprego é meta	assumido o pleno-emprego; desemprego é situação de desequilíbrio temporário	assumido o desemprego natural a longo prazo; a curto prazo, depende da ilusão monetária
Inflação	devido a choques de custos e/ou de margens de lucro	devido ao conflito distributivo	devido às expectativas incertas	a curto prazo, "trade-off" com desemprego; a longo prazo, inercial	fenômeno monetário devido ao déficit público causado pela política de pleno emprego
Papel do governo	regulação do mercado ou socialização dos meios de produção	políticas de controle de rendas	política de gastos públicos contra-ciclo	"laissez-faire" exceto para alguns macro-controles ocasionais	"laissez-faire" ou livre-mercado

Fonte: A partir de DAVIDSON, Paul. Money and the real world. New York-Toronto, John Wiley & Sons, 1972

Em cada tema, o professor deve ser capaz de apresentar as diferentes contribuições de todas as correntes de pensamento relevantes. Um bom economista necessita ser plural e não simplesmente se reduzir à autodenominação de ortodoxo ou heterodoxo.

Na coluna "Decisões", os temas podem ser vistos também como parte das Teorias das Escolhas para enfrentar os problemas "microeconômicos":

- 1 fixar preços e/ou margem de lucro,
- 2 produzir para mercado interno ou externo (importar/exportar),
- 3 gastar (consumo e/ou investimento),
- 4 regular economia de mercado via política econômica.

Na coluna “Resultantes”, com uma *visão sistêmica*, apresentam-se os costumeiros problemas “macroeconômicos”:

- 1 inflação,
- 2 desemprego,
- 3 estagnação, recessão ou depressão (ciclo e tendência), subdesenvolvimento,
- 4 crise cambial.

Há quatro temas fundamentais, tanto em Microeconomia, quanto em Macroeconomia. Mesmo essa divisão entre Micro e Macro é artificial. Na realidade seus conteúdos se interagem como todos os componentes de um Sistema Complexo, como é a Economia. Entendendo-se isso, pode-se passar à etapa de denominar as disciplinas referentes às partes do todo.

O Núcleo de Teoria Pura, de mais alto nível de abstração dos fenômenos econômicos puros, poderá ser oferecido em 4 semestres letivos, após a Introdução à Economia, do 2º ao 5º (inclusive). Este curso de Introdução deveria apresentar, de maneira panorâmica, como as diversas disciplinas se subordinam à essa metodologia dos três níveis de abstração.

Pode ser entremeado com o Núcleo de “Teoria Aplicada” ou “Outras Ciências”, onde se desce um degrau para o nível médio de abstração e há reincorporação do antes abstraído para extrair os fenômenos econômicos “puros”: Sociologia, Política, Filosofia, Ética, Direito, Cálculo, Estatística, Econometria, Matemática Financeira, Contabilidade (Empresarial e Nacional), Administração, etc.

O Núcleo “Arte da Economia” ou “Política Econômica”, tem como pressuposto o conhecimento teórico e conceitual antes apresentado e propicia datar e localizar as intervenções na realidade via decisões práticas: História Econômica Mundial (inclusive Economia Internacional) e Brasileira (inclusive Contemporânea), Finanças (Públicas, Corporativas e Pessoais / Comportamentais).

Finalmente, nos últimos semestres letivos de um curso de Economia atualizado, deve ser oferecido um Núcleo de Disciplinas Eletivas, destacadamente aquelas de especializações setoriais como Economia Agrícola e de Meio-Ambiente, Economia

Industrial, Economia de Serviços, Economia Monetária e Financeira, Avaliação e Mitigação de Riscos, Vida Profissional e Finanças Pessoais, etc. Elas permitirão atualização teórica e darão flexibilidade à formação generalista, dirigida ao mercado de trabalho contemporâneo, seja profissional (treinamento), seja acadêmico (pós-graduação). O estudante, pós-tudo, dominará a arte fundamental de “aprender a aprender”.

Este Ensino de Economia, onde se oferece e aprende-se a senha de onde acessar e como processar dados e informações de maneira lógico-conceitual e analítica, propiciará o autodidatismo necessário para continuidade da acumulação de Capital Intelectual no resto de nossas vidas...

Capital Humano é a capacidade pessoal (e intransferível) de ganho da vida. Em vez de ser pecuniário, o segredo da felicidade é você gostar de o que faz no dia-a-dia. No caso, o sentimento de você ser capaz de fazer de graça por prazer o que ainda te pagam para fazer!

Mas, para obter esse trabalho criativo ou não alienante, necessita-se de professores com grande domínio desses temas e não de apenas determinada corrente ou escola de pensamento econômico. E isto é um problema, pois a maioria dos economistas costuma “colar um rótulo em sua testa”, tipo “*eu sou neoclássico*”, “*eu sou keynesiano*”, fora achar uma inovação antepor “*novo*”, “*pós*”, “*neo*”, etc. Brinco dizendo: “pós-tudo, necessita-se de ex-tudo”...

Economia no Cinema: Experiência Interdisciplinar

Minha hipótese inicial, para propor um Curso de Economia no Cinema como disciplina eletiva na Graduação do IE-UNICAMP, foi uma simples constatação empírica: a geração atual dos alunos aprende melhor através da audição, visão e ação (*ouvir-ver-fazer*), exigindo a adoção de métodos não tradicionais de ensino.

O curso, focalizando as Grandes Eras da Evolução Humana, foi uma experiência com interdisciplinaridade. Os filmes vistos e discutidos representam o acúmulo da experiência humana realizado em Literatura, História, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Sociologia, Política ou Economia. Ultrapassam as fronteiras dessas

disciplinas, superando a repartição da realidade. O principal resultado a alcançar é formar, culturalmente, bons cidadãos. Como efeito colateral positivo, há esperança deles se tornarem profissionais adeptos do multiculturalismo e futuros líderes nas diversas áreas onde terão capacidade e flexibilidade para atuar.

É um desafio didático a formação cultural e da cidadania de um estudante ainda em plena “crise do desenvolvimento”, isto é, da passagem da adolescência para a fase de “jovem adulto(a)”. Esta é tão dolorosa em termos psicológicos quanto a crise da meia-idade aos quarenta anos. Talvez uma solução seja compartilhar algo de comum entre jovens e adultos: *a cinefilia*, isto é, a paixão pelo Cinema. Semana a semana, os alunos e o professor podem ler grandes obras, assistir filmes interessantes, e discuti-los sob uma perspectiva do conhecimento da evolução humana.

Essa experiência interdisciplinar evoca não apenas as dores da transição entre fases de vida pelas quais passam professores e estudantes, mas também o fenômeno transformador diante de uma tela. Ocorre uma identificação (ou não) com problemas comuns (ou incomuns) dos seres humanos. Eles, “exatamente por prescindirem de palavras, ultrapassam o que se pode dizer”.

Como o ato de viver é dispersivo e a experiência humana é diluída, as mais diferentes emoções e os mais diferentes sentimentos se acumulam sem o nosso entendimento. Mas, no Cinema, assim como no Livro, é possível ver ou ler um mundo organizado, captar uma parcela da realidade. Quando isso acontece, é uma revelação!

Se alguém descobre a possibilidade de estar se dizendo, sendo “representado”, em um texto ou em uma cena, e trocar isso com os outros, vai entender perfeitamente. O livro e o filme são também um modo como alguém se disse, se contou, se apresentou. A leitura de um bom livro e a contemplação de um bom filme são grandes revoluções para uma pessoa passar no plano mental ou cultural. Quando você lê ou vê uma síntese explicativa a respeito de um aspecto da vida incômodo, é uma experiência inigualável, só comparável a um grande amor!

Trocar a instrução formal de teorias econômicas pela leitura, cinema e debate presencial foi uma proposta surgida desse desafio: despertar o interesse em sala-de-aula de uma “geração nativa-digital”. Esta já nasceu na era da internet, no mundo virtual do audiovisual.

Essa educação heterodoxa e interdisciplinar, baseada em filmes assistidos e debatidos, após leitura sintética prévia do contexto de sua temática, recuperou um tipo de convivência raro: aquele capaz de reunir pessoas de diferentes gerações em torno de um interesse comum.

“Dos tempos pré-históricos, em que os mitos eram transmitidos de geração para geração à volta da fogueira, até o início do século XX, em que pais e filhos se juntavam para ouvir um deles ler um romance ou acompanhar uma história pelo rádio, essa é uma forma primordial de lazer, além de uma necessidade evolutiva. Nesses momentos, os mais velhos ensinam o que podem aos mais jovens e aprendem algo novo com eles; os laços se estreitam e os horizontes, por sua vez, se expandem. A vida afobada de hoje tende a limitar tais oportunidades.”

Nesse sentido, o *Curso Economia no Cinema*, ministrado desde o primeiro semestre de 2013, no IE-UNICAMP, não só foi uma grande experiência com a interdisciplinaridade como também muito prazerosa. Todos, mesmo os jovens-adultos (ou pós-adolescentes ainda arredios) adoram assistir a bons filmes. Alguns gostam tanto a ponto de se disporem, depois de adquirirem certa confiança, até a conversar sobre eles!

E outros ainda descobrem nessa saída, formulada por um professor em busca de motivá-los, exatamente aquilo necessário: uma porta de entrada no mundo da cidadania e da cultura. Aprendem a história da conquista de direitos: civis (séculos XVII-XVIII), políticos (século XIX), sociais (século XX) e econômicos (século XXI).

Além desta apresentação dos objetivos da experiência com a interdisciplinaridade, registro em seguida a programação do Curso Economia em Cinema. Depois de recapitulação sintética, exponho os resultados observados, ou seja, como esse método didático contribuiu para a inovação das atividades curriculares.

Aprendizagem Proativa

No meu curso de graduação, na FACE-UFMG, eu já criticava o método didático puramente expositivo adotado por professores. Quando tomei conhecimento do *Método Paulo Freire*, tive maior consciência a respeito do método “bancário”: faz depósitos na mente do aluno para ele tentar sacar nas provas de memorização. O educador Paulo Freire desenvolveu um método para a alfabetização de adultos capaz de alfabetizar 300 cortadores de cana-de-açúcar em apenas 45 dias. O processo educativo se deu em apenas quarenta horas de aula e sem cartilha.

Freire criticava o sistema tradicional de alfabetização, o qual utilizava a cartilha como ferramenta central da didática para o ensino da leitura e da escrita. As cartilhas ensinavam pelo método da repetição de palavras soltas ou de frases criadas de forma forçosa ou fonética, por exemplo, “*Ivo (ou Eva) viu a uva*”.

As etapas do Método Paulo Freire são três: primeira, *investigação*, é a busca conjunta do professor e do aluno das palavras e temas mais significativos da vida do aluno, dentro de seu universo vocabular e da comunidade onde ele vive. Segunda, *tematização*: é o momento da tomada de consciência do mundo, através da análise dos significados sociais dos temas e palavras. Finalmente, *problematização*: nesta etapa o professor desafia e inspira o aluno a superar a visão acrítica do mundo, adotando uma postura consciente frente a ele.

Na minha primeira experiência docente, no primeiro semestre do meu curso de Mestrado, fui como professor-convidado a Poços de Caldas. O sucesso foi tão grande junto aos alunos rebeldes e o fracasso tão retumbante junto aos conservadores a ponto de ser logo convidado a nunca mais voltar à Poços de Caldas!

Porém, “o brasileiro é persistente”, nunca desiste de enfrentar o conservadorismo. Quando virei, anos depois, professor universitário no IE-UNICAMP, fui logo convidado a ser meu próprio professor e de meus colegas de Economia Monetária e Financeira, no doutorado no segundo semestre de 1985. O Professor Belluzzo tinha sido convidado a assumir o cargo de Secretário de Política Econômica no Ministério da Fazenda e não poderia prosseguir depois de dar a primeira aula. O

coordenador alegou ser eu, recém-contratado, o único capaz de “entender banco”. Minha dissertação de mestrado era sobre o assunto e tinha recebido menção honrosa no Prêmio BNDES. Então, virei professor de mim mesmo. Naturalmente, eu me aprovei... E me tornei um autodidata.

Mais recentemente tive a oportunidade de dar uma auréola de “boa prática” nesse *método de autodidatismo*. O modelo de aprendizado com o nome **70:20:10** defende a maior parte (em 70% do tempo) do aprendizado de uma pessoa ocorrer na prática e/ou por conta própria. Em 20% do tempo restante, ela acontece por meio da troca de experiências com os outros, ou seja, *aprendizagem com os pares* (colegas). Só na menor parte do tempo, 10%, deve se dar por meio do ensino formal, com instrutores ou professores.

O argumento dessa abordagem é os seres humanos serem “máquinas de esquecer”. O “*cone da aprendizagem*”, partindo do topo estreito para a base larga, indica uma atitude passiva conduzir à menor retenção. Depois de duas semanas, adultos costumam lembrar apenas 10% do escutado, 20% do lido, 30% do visto, 50% do visto e escutado. Com uma participação ativa, há maior retenção: 70% do falado e 90% do falado e feito. Daí a moda de PBL (*Problem Based Learning*): *aprendizagem com resolução de problemas práticos*, ou seja, simular a experiência profissional sob orientações do professor.

A natureza do cérebro humano faz ele só reter informações aprendidas no contexto a serem usadas. Por isso, o modelo também é conhecido como a abordagem dos “**3 Es**”, designando **Experiência**, **Exposição** e **Educação**. Nós aprendemos quando temos experiências desafiadoras, a oportunidade de praticar, conversas criativas e tempo para refletir. Cabe ao professor criar esse ambiente estimulante, orientar e desafiar, intelectualmente, os alunos.

Por exemplo, nunca cobre *memorização* dos meus alunos, mas sim *entendimento*. Quando dava aulas de Macroeconomia Aberta, eu os levava ao quadro para eles usarem giz para desenhar em frente da turma alguns dos dezesseis gráficos do modelo IS-LM-BP. Mas os ajudando a pensar, virava um jogo interessante: o estudante aprendia a falar em público e saber o feito por ele próprio. Fazia seminários sobre problemas conjunturais para eles aprenderem baixar o nível de

abstração da teoria pura para decisões práticas, reincorporando o antes abstraído, isto é, os conflitos de interesses, a política como ações coletivas, a psicologia de massa, as instituições específicas do País, etc.

Prova sem consulta nunca dei. Ora, profissional escreve sem consulta? Como sempre perguntei só o que eu não sabia, senão não faria sentido eu perguntar, pedia me apresentarem soluções para problemas concretos. Os alunos tinham de raciocinar. Eles não obtinham resposta pronta nos livros e/ou textos levados para as “provas”.

Outra inovação inesquecível foi o uso do *método strip-tease em slides*. Era o uso no retroprojetor de partes cobertas-e-descobertas sobre os temas de aula. Quanto ao PowerPoint, logo passei o adotar de forma dinâmica, com *links* e *zooms*, entre outros efeitos para chamar a atenção dos alunos.

Com computador e *Datashow* em sala-de-aula, na (já longa) fase de minha pré-aposentadoria, ministrei o curso “Economia no Cinema” com mais algumas inovações, tanto temáticas (além dos países maduros e dos emergentes, Itália, Japão, África, Oriente Médio, Islamismo, Terrorismo, Economia do Petróleo, etc.), quanto metodológicas. Usei palestras da TED, estudo dos alunos prévio à aula, método socrático de perguntar para instigar as respostas, debates coletivos imediatos sobre o conteúdo da apresentação audiovisual, etc. Dei cursos tanto sobre Desenvolvimento Mundial ou Grandes Eras da História da Humanidade quanto com documentários brasileiros para motivar o debate de políticas públicas para enfrentar os problemas apresentados.

No primeiro semestre de 2017, dei um curso sobre Brasil. Cerca de 2/3 foram uma releitura da história brasileira através das castas hegemônicas em cada fase, com uso de dramas e documentários. No 1/3 restante, usando cinebiografias como motivação, os alunos pesquisaram (e apresentaram perante os colegas) temas econômicos na música popular brasileira em seus diversos gêneros.

Na *aprendizagem ativa*, o aluno não deve ser meramente um “recebedor” de informações. Na verdade, a palavra escrita lida supera largamente a oral escutada. Ele deve se engajar de maneira ativa na aquisição do conhecimento, focando seus

objetivos e indo atrás do conhecimento de maneira proativa. Professor é só 10% – e isto não é propina porque ele ganha pouco...

Cabe ao professor focar na orientação bibliográfica e em elaboração de perguntas, tarefas, exercícios, projetos ou desafios. Tudo isso motiva os alunos a pesquisar o conhecimento necessário para atingir esses objetivos.

Recentemente, tive outra experiência didática capaz de apontar novos caminhos na chamada Educação à Distância (EaD). Esta não é uma gravação estática com uma única câmara focalizando só um professor falando em uma aula ou uma conferência durante horas. Quem assiste a isso?! A geração AV (audiovisual)?! A geração nativa digital necessita de mais estímulo mental, pois seus cérebros são ágeis o suficiente para se caracterizar como Y, isto é, ter 2 neurônio(s), dedicando cada qual a um assunto ao mesmo tempo!

Gravei dez aulas sobre bancos públicos inicialmente preparadas para durar quinze minutos cada qual. Fui a São Paulo, para as gravar com empresa produtora de vídeo profissional em três dias inteiros. Lá chegando, o diretor de cena logo me disse: quanto mais breves fossem, mais audiência atenta eu teria. Em outras palavras, eu teria de disputar a atenção de gente acostumada a zapear entre programas de TV com controle remoto e/ou com mouse entre sites ou vídeos do YouTube. Enfim, nos primeiros trinta segundos, ou eu agarrava os interesses deles, “os alunos”, apelando para não me abandonarem, ou eu os despedia!

É simples assim: basta ter empatia com o público-alvo. Você o desconhece, individualmente, mas tem de ser capaz de falar diretamente para cada um, tipo olho-no-olho. Logo, não pode nem ler slides projetados, nem esquemas escritos em sua péssima caligrafia. Tem sim de olhar diretamente para a câmara e se amparar em gestos manuais – falando de memória ou usando outros recursos didáticos. Uma iconografia é inserida *a posteriori*. Aliás, está aí a magia do cinema: você grava de maneira intermitente, mas depois da montagem vê tudo fluente e continuamente! Torna-se uma maravilha a memória de um velho professor!

Algo é *intermitente* quando essa coisa cessa e recomeça por intervalos. Ela se manifesta com intermitências, não é contínua, tem interrupções. No caso, quando

se escutava latidos de cachorro, avião, motocicleta ou caminhão, etc., se interrompia a gravação e repetia (quase tudo) de novo. Sim, porque não se grava em estúdio, mas sim em casas particulares para criar um cenário mais realista – e não tão caro, caso o fosse montar em estúdio e pagar por isso.

Como *intermitente* é a característica de algo não permanente, o seu antônimo é “contínuo” ou “continuamente”. Logo, a maravilha do resultado audiovisual é você, professor profissional, ter a capacidade de, em poucos minutos, resumir e sintetizar tudo aprendido em anos de aprendizagem ou horas-bunda na cadeira – e entregar essa motivação para a nova geração estudar! Sai da frente, atrás vem gente!

Programação

O primeiro curso de “Economia no Cinema” se iniciou com a apresentação da antológica sequência cinematográfica inicial de *“2001: Uma Odisseia no Espaço”*, onde se vê desde o violento instinto da competição por água escassa até a corrida espacial. Em seguida, foi realizada uma apresentação comentada do documentário da BBC sobre *“Instintos Humanos”* com quatro episódios: *Sobrevivência, Desejo, Competição, Proteção*, seguida de debate. Com isso, destaquei a importância dos instintos nas decisões econômico-financeiras, como sugere a Economia Comportamental. Ela trata das emoções e não apenas da racionalidade dos agentes econômicos.

A exploração dessa ideia continuou no debate do filme *“A Guerra do Fogo”*, quando assistimos todos os instintos em cruzamento étnico produzindo miscigenação e inovação tecnológica, no caso, acender o fogo. Não foi um fogo-fátuo...

Qual foi a mensagem inicial? De todas as espécies zoológicas, só o Homem não pode sobreviver adaptando-se ao meio natural. Teve de esforçar-se para adaptar o meio ambiente a suas próprias exigências. O Trabalho é a atividade consciente e social nascida da possibilidade de comunicação e ajuda espontânea entre os membros da raça humana. Constitui o instrumento mediante o qual o Homem atua sobre o ambiente natural.

Os órgãos especializados do Homem, a mão com polegar livre e o sistema nervoso desenvolvido, não lhe permitem procurar diretamente seu alimento em determinado meio natural. Porém, lhe permitem a utilização de instrumentos de trabalho. Graças ao desenvolvimento da linguagem, o esboço de uma organização social com cooperação mútua assegura a sobrevivência da raça humana em número indeterminado de ambientes naturais.

O trabalho, a organização social, a linguagem e a consciência são, portanto, as características próprias do Homem, inseparáveis e mutuamente determinadas. Sem os instrumentos de trabalho o Homem não pode produzir, ou seja, conseguir todo o alimento necessário para a sobrevivência da espécie.

Aparecem, de início, como uma prolongação artificial de seus membros naturais, tais como estacas, pedras talhadas, ossos pontiagudos e lanças. A pré-história e a etnologia classificam os povos primitivos de acordo com as matérias primas com as quais fabricam seus principais instrumentos de trabalho. Progressivamente, da repetição contínua de gestos de trabalho idênticos se vão deduzindo técnicas produtivas.

O descobrimento técnico mais importante da pré-história humana foi, sem dúvida, *o da produção e conservação do fogo*. Inúmeros mitos e lendas testemunham uma idade sem fogo, seguida de uma época durante a qual o homem, já o conhecendo, não havia aprendido, todavia, a conservá-lo. Todos esses mitos indicam a importância capital do descobrimento de uma técnica de produção do fogo nos primeiros tempos da existência humana.

Ao contrário do inculcado em nós, em educação criacionista, na história científica não existe pré-história. Somos praticamente doutrinados a conhecer apenas o período d.C. (depois de Cristo), mas há outra história da evolução humana, desde nossa distinção dos gorilas, cerca de 7 milhões de anos atrás, até o fim da última Era Glacial, há aproximadamente 13.000 anos.

Jared Diamond, em livro e documentário filmado pela *National Geographic* (DVD duplo), *Armas, Germes e Aço*, apresenta os confrontos entre os povos de diferentes continentes. Identifica a cadeia de fatores relacionados às conquistas europeias de

sociedades nativas americanas. Esses fatores incluíram germes, cavalos, cultura, organização política e tecnologia, especialmente navios e armas.

Esse biólogo evolucionista não apresenta as conquistas europeias como frutos de “inteligência superior” ou mesmo da “epiderme” como sugerem os racistas. Ele revela *os fatores ambientais* como os reais responsáveis pelo curso dos acontecimentos. Não se trata de “determinismo geográfico”, mas sim de a dominação de determinada população de produtores de alimentos (via plantações e gado) sobre outra ter fundamentos militares (armas), tecnológicos (aço) ou serem devido às doenças epidêmicas (germes). Elas dizimaram sociedades de caçadores e coletores, assegurando conquistas.

Alguns povos desenvolveram a tecnologia propícia à expansão de seus domínios e aumentou a resistência a doenças, principalmente pela convivência milenar com seus animais domesticados. Possuíam anticorpos ainda não possuídos, por exemplo, por nativos americanos.

Outro documentário visto e debatido em sala-de-aula foram os seis episódios da série da BBC referentes ao livro *Civilização: Ocidente X Oriente* (São Paulo: Planeta, 2012) ainda inéditos na TV e nos cinemas brasileiros. Niall Ferguson mostra as distintas molas propulsoras do poder global do Ocidente sobre o Oriente terem sido seis novos sistemas de instituições identificáveis e as ideias e os comportamentos associados a eles. Estes “aplicativos” (ou *apps*) permitiram uma minoria da humanidade, originando-se no extremo oeste da Eurásia, dominar o mundo durante a maior parte dos últimos 500 anos. Outros aspectos cruciais da supremacia ocidental, como *o capitalismo* ou *a liberdade* ou *a democracia* (ou, aliás, *armas, germes e aço*), estavam implícitos nas definições:

1. **Competição:** uma descentralização da vida política e econômica criou as condições para o surgimento dos Estados-nação e do capitalismo.
2. **Ciência:** uma forma de estudar, entender e, finalmente, transformar o mundo natural, deu ao Ocidente, entre outras coisas, uma importante vantagem militar sobre o restante.
3. **Direitos de propriedade:** o controle da lei como um meio de proteger os proprietários privados e solucionar, pacificamente, as disputas entre eles,

assentou a base para a forma mais estável de governo representativo.

4. **Medicina:** esse ramo da ciência possibilitou uma importante melhoria na saúde e na expectativa de vida, inicialmente nas sociedades ocidentais, mas também em suas colônias.
5. **Sociedade de consumo:** um modo de vida material cuja produção e compra de roupas e outros bens de consumo em grande escala desempenham um papel econômico central, e sem o qual a Revolução Industrial teria sido insustentável.
6. **Ética do trabalho:** um sistema moral derivado do cristianismo protestante, entre outras fontes ideológicas, fornece a coesão à sociedade dinâmica e potencialmente instável criada pelos itens anteriores.

O *making-of* da série de TV *Roma* instigou a discussão sobre a hipótese defendida no livro de Paul Kennedy, *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000*. Resumidamente, a força relativa das principais nações no cenário mundial nunca permanece constante, principalmente em virtude, primeiro, da taxa de crescimento desigual entre as diferentes sociedades e, segundo, das inovações tecnológicas e organizacionais. Elas proporcionam à determinada sociedade maior vantagem em comparação a outra. Quando sua capacidade produtiva aumentava, os países tinham, normalmente, maior facilidade de arcar com os ônus dos armamentos em grande escala, em tempo de paz, e manter e abastecer grandes exércitos e armadas durante a guerra.

A riqueza é, geralmente, necessária ao *poderio militar*. Este, por sua vez, era, antes da revolução industrial, requisito à aquisição e proteção da riqueza, fundamentalmente, produzida por disponibilidade de terras e recursos naturais. Se, porém, proporção demasiado grande dos recursos do país é desviada da criação de riqueza e atribuída a fins militares, torna-se então provável isso levar ao enfraquecimento do poderio nacional, em longo prazo.

Da mesma maneira, se o país excede estrategicamente, por exemplo, pela conquista de territórios extensos ou em guerras onerosas, corre o risco de ver as vantagens potenciais da expansão externa superadas pelas grandes despesas

exigidas. Este dilema se torna agudo se o país em questão tiver entrado em período de *declínio econômico relativo*.

Portanto, a tese de Paul Kennedy sobre **ascensão e queda das grandes potências** é: o custo de manutenção das Forças Armadas em longínquas fronteiras destrói as finanças públicas dos Impérios, levando à sua derrocada. É um problema fiscal. O debate do caso do Império Romano a ilustrou visualmente.

Através do filme *Giordano Bruno*, vimos **o conflito entre a Ciência e a Religião**, para superar a chamada “idade das trevas”. O período histórico medieval possui diversidade. Ele não se encerra no predomínio das concepções religiosas em detrimento da busca pelo conhecimento. É durante o período medieval quando se estabelece a complexa fusão de valores culturais romanos e germânicos. Ao mesmo tempo, acontecem nesse período a formação do Império Bizantino, a expansão dos árabes e o surgimento das primeiras universidades.

O termo **Inquisição** refere-se a várias instituições dedicadas à supressão da heresia no seio da Igreja Católica. A Inquisição foi criada inicialmente para combater o sincretismo entre alguns grupos religiosos. A Inquisição medieval, da qual derivam todas as demais, foi fundada em 1184, no sul da França, para combater a heresia dos cátaros ou albigenses. Em 1249, implantou-se também no reino de Castela e Aragão, como a primeira Inquisição estatal. Para dar a entender a evolução humana, ilustrada pela projeção do filme *Giordano Bruno*, no curso de Economia no Cinema, apresentei os traços gerais dessa tenebrosa instituição da História da Humanidade.

A Inquisição não foi o único caso de intolerância movida em nome de Deus na Época Moderna. Embora não houvesse a institucionalização de tribunais similares aos do Santo Ofício, também foram usadas estratégias de controle da fé nos locais onde o protestantismo era dominante, levando à perseguição por crimes como adultério, discordância dos dogmas protestantes e bruxaria.

Apresentei também **a concepção gramsciana do Estado**, constituído por hegemonia revestida de coerção. A dominação social se deu através dessa unidade de repressão violenta e de integração ideológica. O Estado constituiu-se dessa

unidade contraditória entre a *coerção* – violência repressiva –, a *coesão* – dominação ideológica – e a *necessidade de reprodução do “capital em geral”*. Este último ponto salientou não se dever subestimar o papel da economia na vida social.

Há duas esferas essenciais no interior das superestruturas: a *sociedade política* e a *sociedade civil*. A primeira é o aparato da coerção estatal; função do domínio direto ou de comando se expressar no Estado e no governo jurídico. A segunda é o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias. Compreende o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, as organizações sindicais e profissionais, os meios de comunicação, as organizações de caráter científico e artístico, etc.

O desafio para os alunos foi entender **a transição entre a Economia Medieval e Civilização Europeia**, ou como as lutas políticas foram travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista ideológica, ou seja, ao consenso dos setores majoritários da população. Refletimos, em conjunto, sobre *a obtenção da hegemonia ocidental pelo cristianismo*.

Ferguson (2012: 88) levanta uma hipótese interessante a respeito da **origem do Estado laico**. Este é hostil à influência, ao controle da Igreja e do clero sobre a vida intelectual e moral, sobre as instituições e os serviços públicos.

“O caminho da Europa para a Revolução Científica e o Iluminismo tem suas origens relacionadas ao *dogma cristão fundamental de que a Igreja e o Estado deviam ser separados*. ‘A Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus’ (Mateus 22:21) é uma injunção radicalmente diferente daquela do Corão, que insiste na indivisibilidade da lei de Deus conforme revelada ao Profeta e na unidade de toda estrutura de poder baseada no Islã. Foi justamente a distinção de Cristo entre o temporal e o espiritual, esboçada no século V por Santo Agostinho – em *A Cidade de Deus*, em oposição a *A Cidade dos Homens* do Império Romano –, que possibilitou sucessivos governantes europeus resistirem às pretensões políticas do papado em Roma. De fato, até Gregório VII (1073-85) reafirmar o poder papal sobre a investidura (nomeação) do clero, foram as autoridades seculares [mundanas] que ameaçaram transformar o papa em uma marionete”.

Antes de 1500, a Europa era um “vale de lágrimas”, mas não de ignorância. Grande parte do aprendizado clássico foi redescoberta durante a Renascença, muitas vezes graças ao contato com o mundo muçulmano. Ferguson cita inovações europeias como a polifonia (século XII), o método experimental (século XIII), a perspectiva linear na pintura (1413), o primeiro verdadeiro romance literário (1500).

Renascimento, Renascença ou **Renascentismo** são os termos usados para identificar o período da História da Europa aproximadamente entre fins do século XIII e meados do século XVII. O período foi marcado por transformações em muitas áreas da vida humana. Elas assinalam o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna. Apesar destas transformações serem bem evidentes na cultura, sociedade, economia, política e religião, caracterizando a transição do feudalismo para o capitalismo e significando uma ruptura com as estruturas medievais, o termo é mais comumente empregado para descrever seus efeitos nas artes, na filosofia e nas ciências.

Mas Ferguson afirma: “um marco mais decisivo que a Renascença foi o advento da **Reforma** e a decorrente fragmentação do cristianismo ocidental após 1517. Isso se deveu, em grande medida, ao papel revolucionário da imprensa, certamente a inovação tecnológica mais importante do período anterior à Revolução Industrial”. O sistema de Gutenberg usava tipos de metal, era mais flexível e dava maior economia de escala em comparação à invenção da impressão com uma prensa na China, permitindo a rápida produção de panfletos e livros.

Martinho Lutero se beneficiou mais dessa explosão de publicações, sobretudo, porque percebeu o potencial de escrever na língua vernácula em vez de escrever em latim. Os luteranos inundaram o mercado alemão com tratados religiosos com críticas às práticas da Igreja Católica romana. Alfabetizaram o povo.

A história pessoal de Cristóvão Colombo, mostrada em “*1492: A Conquista do Paraíso*”, ocorre em contexto de um mundo em transformação entre 1453 e 1789. O reaquecimento das atividades comerciais e o Renascimento marcam o período quando o individualismo e a conquista colonial do mundo tornam-se práticas vigentes. A hegemonia do cristianismo católico foi abalada com os movimentos reformistas e a economia deixou de ser uma prática envolvendo curtas distâncias.

As **Grandes Navegações e a Conquista da América** são um dos mais ricos assuntos desta era histórica.

Durante séculos, a *rota das especiarias* – canela, cravo e noz-moscada melhoravam o sabor da comida dos europeus – corria do oceano Índico ao mar Vermelho ou também por terra, atravessando a Arábia. Em meados do século XV, seu lucrativo trecho final, ao chegar à Europa, estava estritamente controlado pelos turcos e pelos venezianos. Os portugueses perceberam: se conseguissem encontrar uma *rota alternativa*, descendo pela costa oeste da África e contornando o cabo da Boa Esperança até o oceano Índico, eles dominariam o negócio. Bartolomeu Dias, marinheiro português, já tinha contornado o Cabo em 1488, mas sua tripulação o forçara a voltar. Nove anos depois, coube a Vasco da Gama a fazer o caminho completo.

Essa competição acirrada impulsionou a **Era das Grandes Navegações**, expandindo a Civilização Ocidental para além-mar. Navegar em torno da África era questão de sair à frente dos concorrentes, tanto em termos econômicos, quanto políticos. Segundo Ferguson (2012: 60), “a exploração marítima, em suma, foi a corrida espacial da Europa quatrocentista. Ou, melhor dizendo, sua corrida por especiarias”.

A América – e não “Colômbia”, porque Américo (Vespúcio), descobridor do continente, através de seu livro *Mundos Novus*, publicado em 1504, retirou a reputação de (Cristóvão) Colombo –, foi conquistada porque as monarquias da Europa, competindo por almas, ouro e terras, estiveram dispostas a atravessar oceanos e conquistar continentes inteiros.

Para muitos historiadores, *a descoberta das Américas é a principal razão para a supremacia do Ocidente*. Sem seus recursos naturais, nativos e escravos africanos não poderia ter havido a emergência europeia nem a Revolução Industrial.

“O verdadeiro significado da conquista e colonização das Américas é que este foi um dos maiores experimentos naturais da história: pegue duas culturais ocidentais, exporte-as – os britânicos no Norte, os espanhóis e os portugueses no Sul –, imponha-as sobre uma ampla gama de povos e terras diferentes, e depois veja qual delas se sai melhor” (Ferguson, 2012: 128).

Como e por que a força dominante da civilização ocidental se tornou os Estados Unidos da América? Não foi porque o solo setentrional era mais fértil ou continha mais ouro e petróleo, ou porque o clima era melhor, ou porque a localização dos rios era mais apropriada, ou apenas porque a Europa estava geograficamente mais próxima. Em vez disso, foi uma ideia a responsável pela diferença crucial entre a América britânica e a ibérica – uma ideia sobre o modo como as pessoas deveriam ser governadas. A democracia culmina o estado de coisas predominante na América do Norte, ou melhor, o **Estado de Direito**. Este envolve a liberdade individual e a segurança dos direitos de propriedade, garantidos por um governo constitucional e representativo.

Por que a definição anglo-americana de civilização – de liberdade individual, sociedade baseada na opinião dos civis, representados em parlamentos, cortes de justiça independentes, subordinação da classe dominante aos costumes do povo e a suas vontades, tal como expressos na Constituição norte-americana – não conseguiu criar raízes na América ao sul do Rio Grande?

O x da questão é a importância relativa no processo histórico, por um lado, da disponibilidade imediata de recursos ou riqueza nos territórios colonizados do Novo Mundo, e, por outro, dos planos institucionais trazidos pelos colonizadores europeus. Se as condições iniciais foram determinantes, não importaria muito terem sido os espanhóis e não os ingleses terem chegado ao Peru. O resultado teria sido o mesmo, porque os ingleses teriam sido igualmente tentados a pilhar os incas. Supostamente, os colonizadores espanhóis poderiam também ser mais inovadores diante da ausência de ouro na costa leste norte-americana.

Mas se o fator essencial foram as instituições, trazidas pelos colonizadores consigo. A colonização britânica deu melhores resultados econômicos em comparação à espanhola ou à portuguesa, em todos os lugares onde tenha sido experimentada. Assim, possivelmente, eventual colonização espanhola da América do Norte teria deixado a região relativamente empobrecida e dividida em repúblicas beligerantes.

Os emigrantes britânicos carregavam um conjunto de ideias com profundas implicações para o futuro norte-americano:

1. A primeira era a noção de direitos de propriedade, inclusive de herança, de posse cedida em troca de serviços, e de usucapião.
2. A segunda ideia era a de um protestantismo militante, militância acima da dos *quakers*, católicos e judeus.
3. A terceira ideia era a legitimidade da tributação depender da aprovação do Parlamento; a Coroa ser “abastecida” em troca de concordar com a reparação de injustiças por meio da legislação.

Estas haviam sido as questões centrais da Guerra Civil Inglesa (1642-1688). Porém, foi decisiva a autonomia desfrutada, nesse período, pelas colônias britânicas para o progresso econômico e a ação política dos colonos.

A concepção moderna de revolução tem como condição indispensável a consciência de o novo ser fruto de um ato de liberdade, da vontade livre, do livre-arbítrio: exige pensar o Homem como sujeito da História e não mais como objeto de desejos exteriores a ele. Sua primeira aparição no campo da Política dar-se-á no século XVII, no decorrer da **Revolução Inglesa**, com um significado muito próximo daquele astronômico de Copérnico: o retorno a uma ordem preestabelecida, ou seja, uma *re-evolução*. Dentro desse contexto, tal *debut* não se deu em 1640 com o avanço de Oliver Cromwell e da Revolução Puritana (visto no filme “*Cromwell*”), mas sim em 1660 com a Restauração Monárquica e em 1688 com a solução conciliadora da Revolução Gloriosa: Monarquia Parlamentarista na qual “o rei reina, mas não governa”.

Por que a Grã-Bretanha se industrializou primeiro? Não foi apenas devido aos fatores econômicos como a dimensão da sociedade de consumo inglesa, o nível de disseminação de conhecimento científico, os avanços na agricultura, serviços bancários e comércio, a força de trabalho mais cara se comparada à do continente, o carvão na Grã-Bretanha abundante, acessível e muito mais barato, portanto, os empreendedores britânicos serem muito mais motivados para buscar a inovação tecnológica com a substituição de homens caros por máquinas alimentadas por carvão barato. As vantagens institucionais no âmbito da Política – a soberania do Parlamento em tributar produtos importados concorrentes – e do Direito – a *Common Law*, isto é, o “Direito Comum” por meio das decisões dos tribunais e não

mediante atos legislativos ou executivos –, garantindo contratos, foram diferenças decisivas.

O desenvolvimento do capitalismo e a ascensão dos valores de um mundo em “progresso ininterrupto” com rupturas com as metrópoles regidas por Monarquias Absolutistas, com as **revoluções burguesas e soviética**, foram debatidos e comparados entre si. Descobrimos a origem da “democracia da propriedade” com a Guerra da Independência norte-americana, motivados pelo filme “*Revolução*”.

Declarar Independência foi, porém, mais fácil se comparado a lutar por ela. Os colonos enfrentaram uma guerra de oito anos (1775-1783) para a garantir. Os agricultores, trabalhadores livres das cidades e comerciantes norte-americanos, lutando pela sobrevivência, terras e continuidade da liberdade antes desfrutada, confrontaram o organizado, mas desmotivado exército inglês. Este lutava por uma nobreza latifundiária, pedante e perdulária. Morreram cerca de 60.000 de seus soldados.

Vários norte-americanos das colônias do sul escravista, autodenominando-se “legalistas”, se aliaram aos ingleses contra seus vizinhos. Estes queriam a Independência. Dos dois lados, durante toda a luta, por volta de 300.000 norte-americanos (entre 1/5 e 1/3 da população de todas as 13 colônias) se envolveram na guerra, com a ajuda de 6.000 soldados franceses, interessados em agredir a Grã-Bretanha em todas as frentes. No final da guerra, 80.000 legalistas (aliados dos britânicos) se exilaram; a maioria deles fugiu para o Canadá, então dominado pelos ingleses.

Com o reconhecimento da vitória, em 1783, os Estados Unidos da América cortavam, definitivamente, os laços de submissão com a metrópole e tinham a Independência reconhecida pelos antigos colonizadores.

O **Grito de Independência, no Brasil**, foi dado por um príncipe português, forçado pelas circunstâncias internas da colônia e da metrópole portuguesa. Seu pai, D. João VI, tinha lhe dito, antes de retornar a Portugal: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me há de respeitar, do que para algum desses aventureiros.”

Pouco anos depois, em 1831, o imperador brasileiro, D. Pedro I, voltaria para sua terra, para ser coroado D. Pedro IV de Portugal, revelando a profundidade de suas convicções independentistas. O *mito fundador do Estado nacional* é não ter precisado de guerra (e sangue) para a Independência do Brasil. Bastou um grito. Foi falseado por historiadores contemporâneos. Laurentino Gomes, no livro *1822* (2010: 163), mostra como “a guerra da Independência [brasileira] foi longa e desgastante”.

A Independência foi uma manobra contrarrevolucionária, liderada por D. Pedro I, cuja intenção era imunizar o Brasil do contágio da onda liberal. Ela estava tomando Portugal. Lá, em 1820, tinha ocorrido uma revolta constitucionalista.

A independência política claramente não produziu, imediatamente, transformação estrutural no Brasil. Era um “fazendão” antes, e continuou sendo depois...

O Brasil tornou-se dependente economicamente da Grã-Bretanha, de quem comprava a maior parte dos bens manufaturados e para quem pouco vendia. Esta situação prevaleceu por mais de 100 anos. Após I Guerra Mundial, foi substituída pela hegemonia norte-americana. Os ingleses passaram a dominar o Brasil sem a intermediação de Portugal, como era anteriormente.

Inspirada nos pensamentos dos iluministas, bem como na **Revolução Americana** (1776), a Assembleia Nacional Constituinte da França revolucionária aprovou, em 26 de agosto de 1789, e votou definitivamente a 2 de outubro a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, sintetizado em dezessete artigos e um preâmbulo os ideais libertários e liberais da primeira fase da **Revolução Francesa** (1789-1799). Pela primeira vez são proclamados as liberdades e os direitos fundamentais do Homem, de forma ecumênica, visando abarcar toda a humanidade. Ela foi reformulada no contexto do processo revolucionário, em segunda versão, de 1793. Serviu de inspiração para as constituições francesas de 1848 (Segunda República Francesa) e para a atual. Também foi a base da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

Comparamos os **Processos das Revoluções** (subtítulo de “*Danton*”), através dos

confrontos entre Danton e Robespierre e entre Trotsky e Stalin. Eles acabam se esquecendo da liberdade, da igualdade e da fraternidade...

Muitos intelectuais assistem o filme *Danton* (França/Polônia, 1983), dirigido por Andrzej Wajda, como ele fosse totalmente metafórico, apresentando *as aspirações do presente na representação do passado*. Clarissa Ramos, Luciano Gomes, Vinicius Medeiros, em parte do trabalho apresentado na UFF, em 29 de outubro de 2009, comentam esse prisma.

“Ao ver o filme *Danton* pela primeira vez, a imagem e o som são capazes de falar mais alto, pois *a forma é o meio principal com o qual o Cinema atua na área da imaginação*. Tendo um conhecimento histórico prévio, saberíamos que aquele contexto se refere à Revolução Francesa, em recorte que remonta ao período do Terror e à atuação do Comitê de Salvação Pública. Nesse primeiro momento, estaríamos prontos para afirmar com convicção que o filme é histórico, pois retrata o final do século XVIII francês com um dos maiores acontecimentos da humanidade – todos os setores de produção do filme, desde o roteiro até a direção de arte, ajudam a firmar essa *representação do passado*. Mas dificilmente nos daríamos conta da ideologia de uma sociedade que é expressa por trás das imagens. Essa *ideologia* está ligada ao contexto histórico implicitamente contido no filme de Wajda, concernente à sociedade polonesa no início da década de 1980.”

Em síntese, o argumento é a oposição entre Danton e Robespierre acabar por revelar a ideologia latente da sociedade polonesa no início da década de 80. A figura de Danton lembra fortemente a perspectiva do grupo *Solidariedade* – Danton luta contra o Grande Terror e Robespierre, já Lech Walesa e seu sindicato combatem o governo socialista polonês.

“Por trazer à tona um indivíduo que luta pelo que considera justo e ideal, em caminho oposto ao que prega o sistema vigente, *Danton – O Processo da Revolução* mostra como o Cinema não é apenas *produto social*, mas também um *agente da história*, buscando representar o passado, mas em consonância com o presente e suas aspirações.” (Ramos, Gomes, Medeiros; 2009).

As questões colocadas para reflexão e debate dos alunos foram as seguintes:

1. Serão *os processos da revolução* sempre parecidos?
2. Segue-se à tomada do poder, cheio de vibração emocional, a fase da “*ducha fria na base aguerrida*”, quando se adota o pragmatismo para a vida seguir, racionalmente, adiante?
3. Ou segue-se “*um golpe dentro do golpe*”, quando grupos antes aliados tentam se alijar uns dos outros para manter o Poder de comando de acordo com suas convicções?
4. É possível construir uma “*Teoria da Revolução*” atemporal?
5. Este esforço significaria o *falseamento da hipótese* de a História ser efeito de uma luta coletiva sem nenhum determinismo futuro?

Quanto à experiência do **Socialismo Realmente Existente**, não deixamos de nos emocionar com seus primórdios através da montagem metafórica de “*Encouraçado Potemkin*” e com a sequência da canção “A Internacional” no filme “*Reds*”. “*O Encouraçado Potemkin*” (Serguei Eisenstein, 1925) foi a representação de um dos mais trágicos episódios da pré-revolução em 1905. A inovação da montagem, altamente emocional, deixa muito claro seu discurso ideológico ao público. Os grandes planos das faces humanas carregadas de sofrimento e das botas dos soldados, na antológica sequência da escadaria de Odessa, são muito impactantes. Algumas exhibições do filme, como durante a ditadura militar brasileira, provocaram problemas com a censura. De acordo com os censores, o público ficava convencido de estar a ver um cinejornal!

Aproveitamos a oportunidade para (re)ler – os alunos pela primeira vez – *Crítica do Programa de Gotha*, escrito em 1875. Neste opúsculo, Karl Marx formulou, brevemente, toda uma série de ideias ainda vagas sobre as questões fundamentais da “teoria do comunismo científico”. Entre outras, a revolução socialista, a ditadura do proletariado, o período de transição do capitalismo para o comunismo, as duas fases da sociedade comunista, a produção e a distribuição do produto social no socialismo e os traços fundamentais do comunismo, o internacionalismo proletário e o partido da classe operária.

Debatemos se essa doutrina ideológica foi ultrapassada, devido às experiências concretas das revoluções de uma vanguarda partidária em nome do proletariado. Essas antecipações históricas, ou melhor, “salto de etapa” para o SOREX – Socialismo Realmente Existente, levou ao totalitarismo antidemocrático, comandado por uma nomenclatura partidária? Qual era a concepção original de Karl Marx para o Socialismo e o Comunismo? Encontra-se somente neste livro pequeno de poucas páginas: *Crítica do Programa de Gotha?*

“*A batalha de Argel*”, filmada apenas quatro anos após a Descolonização da Argélia, ocorrida em 1962, com homens do povo como protagonistas, permitiu visualizar e comentar os métodos terroristas de ambos os lados: atentados matam inocentes e torturas massacram meros suspeitos. Mas destaquei o pano-de-fundo econômico: tinha-se descoberto petróleo em solo da Argélia desde o pós-guerra e a metrópole francesa não queria abrir mão de sua colônia. Atos terroristas passaram ameaçar o próprio General De Gaulle em Paris. O filme “*O Dia do Chacal*” mostra, de forma eletrizante, a reação da direita militar.

Para contextualizar o roteiro do filme “*A Batalha de Argel*”, tratei de mais uma etapa crucial da evolução humana: **a descolonização**. É o nome genérico dado ao processo pelo qual uma ou várias colônias adquirem ou recuperam a sua Independência Política, geralmente por acordo entre a potência colonial e um partido político (ou coligação) ou movimento de libertação. Este processo é, geralmente, antecedido por um conflito entre as “forças vivas” da colônia e a administração colonial. Pode tomar a forma de:

1. uma *Guerra de Libertação*, como foi o caso de algumas colônias portuguesas, como Angola e Moçambique, e da Argélia;
2. um *Golpe de Estado*, quando as organizações na colônia substituem a administração colonial, como aconteceu na formação dos Estados Unidos;
3. um *processo mais pacífico*, quando o Partido ou Movimento de Libertação exerce pressão sobre o governo colonial, seja por petições legais, seja pela organização de manifestações, normalmente com o apoio de grupos de pressão dentro do país colonizador – o caso brasileiro, negócio “de pai para filho”, sob a ameaça da proclamação de República em Portugal e fim da dinastia de Bragança, enquadra-se aí.

A **Economia do Petróleo** foi debatida através do filme “*Sangue Negro*”. Na virada do século XIX para o século XX, na fronteira da Califórnia, um mineiro de minas de prata divide seu tempo com a tarefa de ser pai solteiro e explorar o petróleo do subsolo da cidade de Little Boston, dominada pela igreja de um oportunista pastor. Enfrenta não só a religião, mas também o monopólio do transporte de petróleo por parte da Standard Oil. Nos Estados Unidos, a “livre-iniciativa” é bloqueada por trustes, carteis, dumping, monopólios, barões-ladrões...

Apesar de a moderna história do petróleo ter começado na última metade do século XIX, o século seguinte sofreu uma transformação completa com seu advento. Três grandes temas são subjacentes a essa história segundo Yergin (2010: 13-15).

O primeiro é a ascensão e o desenvolvimento do capitalismo e dos negócios modernos. Em todo o mundo, o petróleo é o maior negócio e o mais difundido, definindo de forma completa o significado do risco e da recompensa. Desde as últimas décadas do século XIX, a Standard Oil dominou completamente a indústria petrolífera norte-americana, ocupando um dos primeiros lugares entre as maiores empresas multinacionais. Entre as dez primeiras das quinhentas empresas relacionadas pela revista Fortune, em 2008, seis eram companhias de petróleo. Enquanto não se encontrar alguma fonte alternativa de energia, o petróleo continuará a ter efeitos de longo alcance sobre a economia global; a elevação do seu preço pode estimular o crescimento econômico ou, ao contrário, desencadear a recessão. Ele é um gerador maciço de riquezas, pois “petróleo é quase-dinheiro”.

O segundo tema é o do petróleo como um produto intimamente imbricado nas estratégias nacionais e no poder e política globais. Ele esteve como motivador dos principais conflitos do século XX, desde as duas Grandes Guerras, passando pela Guerra Fria, quando a batalha por seu controle, travada entre as companhias internacionais e os países desenvolvidos, constituiu peça importante na luta pela descolonização travada pelo nacionalismo emergente.

O petróleo também demonstrou ser o “ouro dos tolos”. A riqueza do petróleo acabou por destruir o Xá do Irã. O petróleo promoveu a economia do México para depois solapá-la. A União Soviética – o segundo maior exportador do mundo –

esbanjou os recursos obtidos com uma escalada militar. Ela minou a possibilidade de oferecer melhores condições de vida para seus povos. Os Estados Unidos, outrora o maior produtor mundial e até hoje o maior consumidor, tinha de importar entre 55% e 60% do seu suprimento de petróleo.

Finda a Guerra Fria, uma nova ordem mundial começa a tomar forma. A competição econômica, as lutas regionais e as rivalidades étnicas podem substituir a ideologia como foco do conflito internacional – e nacional –, instigadas pela proliferação da indústria de armamentos. Um novo tipo de ideologia – extremismo religioso e jihad – passaram para o primeiro plano. Com tudo isso, o petróleo continuará a ser o produto estratégico.

Um terceiro tema da história do petróleo mostra como a nossa sociedade se tornou uma “Sociedade do Hidrocarboneto”. De início, o negócio do petróleo forneceu o “querosene” propício a estender o dia de trabalho. No final do século XIX, John D. Rockefeller tornou-se o homem mais rico dos Estados Unidos graças à venda desse querosene. Por essa época, a gasolina era apenas um subproduto inútil antes do advento da indústria automobilística. Quando a invenção da lâmpada incandescente parecia indicar a obsolescência da indústria do petróleo, uma nova era se inaugurou com o desenvolvimento da máquina de combustão interna provida de energia pela gasolina.

No século XX, o petróleo, suplementado pelo gás natural, derrubou o rei carvão do trono ocupado como fonte de energia para o mundo industrial. O petróleo constituiu a base do grande movimento de suburbanização do pós-guerra. Ele é o sangue vital das comunidades suburbanas. É, junto com o gás natural, o componente fundamental da fertilização, da qual depende a agricultura; possibilita o transporte de alimentos para as megacidades do mundo, totalmente não autossuficientes. Também fornece os plásticos e os elementos químicos: são os tijolos e a argamassa da civilização contemporânea.

O contexto histórico-econômico e político do roteiro de *O Poder Vai Dançar [Cradle Will Rock]* (1999) é didático: os Estados Unidos entram na década de 30 mergulhados na **Grande Depressão**. Para construírem seus arsenais, Alemanha e

Itália, ainda sem serem inimigos dos americanos, adquirem petróleo, borracha e aço de companhias americanas. Os trabalhadores norte-americanos sem proteção social percebem a necessidade dos sindicatos e surgem greves. Daí fecham indústrias inteiras. O governo, então, inicia o WPA (*Works Progress Administration*), um programa variado e ambicioso para gerar empregos e “evitar a expansão do comunismo”. Uma das divisões da WPA é o Projeto do Teatro Federal. Este leva teatro de baixo custo a milhões de americanos.

Quando está se montando “*Cradle Will Rock*”, gradativamente, a peça teatral vai assustando os setores mais conservadores. A tensão se agrava até a peça ser censurada no dia da sua estreia. Paralelamente, Nelson Rockefeller se mostra imbuído do mesmo radicalismo conservador ao dispensar os serviços de Diego Rivera. Este pintor mexicano estava pintado um expressivo mural no Rockefeller Center. Com o rosto de Lenin estava na pintura, foi motivo para o magnata destruir o painel por completo. Este episódio é também apresentado no filme *Frida*.

Finalizamos esse primeiro programa do curso “Economia no Cinema” com aulas-debates a respeito de filmes contemporâneos sobre a Era Neoliberal – *O Que Você Faria?* – e a Era das Finanças – *Margin Call*. Em outros cursos, vimos e debatemos filmes como *Robinson Crusoe*, *Mercador de Veneza*, *O Companheiro*, *Loucura Americana*, *Rashomon*, *As Sufragistas*, *Os Falsários*, *O Dinheiro*, *Wall Street I e II*, *Grande Demais para Quebrar*, *Steve Jobs: O Homem e A Máquina*, *Vontade Indômita* [*The Fountainhead*], *Investigação sobre um Cidadão Acima de Qualquer Suspeita*, *O Capital* (Costa-Gravas, 2012), *O 3º. Homem*, *Terra e Liberdade*, *Ghandi*, *Um Toque de Pecado* (Jia Zhang Ke, 2013), *Eye in the Sky* (Decisão de Risco, 2015), *Hotel Ruanda*, *Syriana*, *a Indústria de Petróleo*, *Câmeras Quebradas*, *Argo*, *Paradise Now*, etc. Esses últimos são referentes às distintas regiões ou país. Usamos também a série da BBC, “*Ascensão do Dinheiro*”, apresentada por Niall Ferguson.

Mulheres como Protagonistas

Depois de oferecer quatro vezes uma disciplina eletiva no curso de graduação do IE-UNICAMP sob o título *Economia no Cinema*, quando focalizei o desenvolvimento mundial por Eras Econômicas e regiões, ofereci no 1o. semestre de 2017 um curso

denominado “*Economia no Cinema: Cidadania e Cultura Brasileira*”. Seu objetivo foi debater respostas apresentadas pelo cinema nacional e pela MPBE – Música Popular Brasileira sobre Economia à pergunta-chave: *que país é este?*

Os alunos e eu discutimos a dependência da trajetória brasileira, configurada através das interações entre diversos componentes de um sistema complexo, destacadamente, os direitos da cidadania (civis, políticos, sociais, econômicos e das minorias), conquistados ao longo da História do Brasil. Infelizmente, os deveres educacionais, culturais e comportamentais éticos e democráticos de todos os cidadãos ficaram relegados a segundo plano. *Propiciarão essas interações a emergência de uma democracia socioeconômica e política?*

O método didático adotado foi debater se as ideias abordadas pelos filmes ou por músicas são representativas (ou não) de distintas interpretações sobre o Brasil, aprendidas por leituras prévias da historiografia brasileira clássica, ou se são expressões de sentimentos populares a respeito de temas econômicos. Assim, estimulados por empatia, os estudantes obtiveram a apropriação intelectual dos temas apresentados.

Por uma ação talvez inconsciente – e feliz coincidência –, os filmes escolhidos como motivações para o debate tiveram em comum o destaque das mulheres como protagonistas-chave de nossa história. Senão, vejamos.

Desmundo é um filme brasileiro de 2003, dirigido por Alain Fresnot. O roteiro, adaptação do livro *Desmundo* de autoria de Ana Miranda, é de Sabina Anzuategui, Anna Muylaert e do próprio diretor. Todo o elenco aprendeu o português arcaico. O filme é apresentado com legendas para ajudar na compreensão.

O filme é ambientado em 1570, quando os portugueses enviavam órfãs ao Brasil para casarem com os colonizadores. A tentativa era minimizar o nascimento dos filhos com as índias, ou seja, a *miscigenação*. Dava condições para os portugueses terem “casamentos brancos e cristãos”. Essas órfãs viviam em conventos e eram doutrinadas para serem religiosas. Oribela, uma dessas jovens, é obrigada a casar com Francisco de Albuquerque, um senhor-de-engenho desbravador de terras. Sua violação, movida pela energia sexual de seu possuidor, é sublimada por um

mecanismo de defesa emocional. Nele, seus sentimentos se transformam em ato socialmente não aceito, mas típico da identidade nacional. Há a “traição” com outra miscigenação: a católica tem um filho fruto do ato de amor com o “marrano”, apelido pejorativo da época dirigido aos judeus.

Esta (re)criação artística de um passado possível representa não só a violência doméstica presente até hoje em lares brasileiros como também a mestiçagem brasileira. A grande maioria dos “cristãos-novos” — um em cada três portugueses imigrantes para a colônia era judeu com conversão forçada — se misturou depois de uma ou duas gerações com outras etnias, isto é, comunidades ou grupos de pessoas caracterizadas por uma homogeneidade sociocultural com língua, religião e modo de agir próprios.

Carlota Joaquina (Marieta Severo) era a infanta espanhola obrigada a casar ainda criança (10 anos) com o príncipe de Portugal (Marco Nanini). Ela se decepcionou com a estratégia geopolítica do “rei-fujão”, D. João VI, mas graças a esta houve o caso único de uma corte se transferir para sua colônia. O Império da dinastia Bragança impôs a unificação desse seu território ao contrário da América espanhola. Carlota se sentiu tremendamente contrariada quando a corte portuguesa veio para o Brasil, exultando quando retornou à Europa. Compensou sua insaciada sede de Poder pela busca de saciação sexual com amantes inclusive afro-brasileiros. Teve filhos com diversos homens.

Lima Barreto foi o crítico da época da Primeira República no Brasil, rompendo com o nacionalismo ufanista e criticando a suposta mudança republicana. Esta manteve os privilégios de famílias aristocráticas e dos militares. No filme inspirado em seu livro, *O Triste Fim de Policarpo Quaresma, Herói do Brasil*, entre outros temas, destaca o protagonismo de Olga, a afilhada. Encarando seu marido oportunista, revolta contra a subordinação das mulheres ao horizonte do machismo da família patriarcal. Destaca o costume do casamento por interesse econômico e social, arranjado entre os pais.

Madame Satã (Lázaro Ramos) mostra, sob a repressão getulista, não só o confinamento dos negros na marginalidade, dada a falta de ocupações formais, mas

também de outras “minorias”: Laurita (Marcélia Cartaxo), a prostituta imigrante nordestina e sua filha, e Tabu (Flávio Bauraqui), seu cúmplice homossexual.

Vimos também documentários – *Utopia e Barbárie* (Silvio Tendler, 2009) –, comparamos *Um Sonho Intenso* (2015) com *O Brasil Deu Certo. E Agora?* (2013), antes de assistir a vida rural nordestina – *Eu, Tu, Eles* (2000) –, cuja protagonista Darlene (Regina Casé), trabalhadora rural, impõe a convivência com três maridos e filhos de pais diversos. Daí, vimos a emigração nordestina para a metrópole – *Hora da Estrela* (1985) –, onde Macabéa (Marcélia Cartaxo) vive a frustração de seus sonhos por não ter a capacitação profissional requisitada. Já *Aquarius* (2016) mostra Clara (Sonia Braga), 65 anos, pertencente à casta dos sábios, resistindo às investidas da especulação imobiliária da casta dos mercadores.

Mesmo as cinebiografias – *Vinicius* (2005), *Chico* (2015), *Raul: O Início, O Fim e O Meio* (2012), *Vou Rifar Meu Coração* (2011), *O Rap Pelo Rap e Funk Ostentação, O Sonho* – mostram o papel-chave das mulheres na vida desses personagens. Chico Buarque é o único a ter apenas uma esposa. Não à toa, o Funk Ostentação canta: *Dinheiro, dinheiro / Homi gosta de mulhé / Mulhé gosta de dinheiro...*

Do Country ao Caipira: Percurso de Conhecimento e Empatia

Fui aluno bolsista, escolhido por concurso e com exigência de mérito para manter a bolsa de estudos, durante minha graduação na FACE-UFMG. Inesquecível foi receber a primeira bolsa e correr à loja para comprar meu primeiro disco: *Willy and the Poor Boys*, lançado em 1969 pela banda de country rock californiana *Credence Clearwater Revival*.

Gostava dessa fusão do *rock* com a música *country*, um verdadeiro *revival*, pois o *Rock and Roll*, antecedente do *rock*, tinha nascido de uma combinação do *Rhythm and Blues* com a música *Country and Western*, uma fusão evidente no *rockabilly* dos anos 1950. Anotei, então, meu primeiro (e último) “modelo de economista”: R&R = R&B + C&W.

Essa paixão pelo *rock* me despertou o desejo de conhecer suas raízes. Quando o blues rural afrodescendente, em versão urbana com guitarras elétricas, reuniu-se com a música rural dos brancos pobres e/ou cowboys do Oeste, teve início uma revolução nos costumes – e na tolerância étnica. Essa miscigenação resultou em música popular norte-americana tão boa quanto a brasileira, pois ambas compartilharam as mesmas raízes nos ritmos africanos.

Rock se referia a sacudir, perturbar ou incitar. O verbo *roll* era uma metáfora usual. Significava ter relações sexuais. Pela década de 1940, o termo foi usado com duplo sentido, referindo-se tanto a dançar quanto ao ato sexual.

Tudo isso era excitante para um pós-adolescente buscar mais conhecimento. A *folk music* cantada por Bob Dylan, por exemplo, motivou-me a conhecer seu inspirador, Woody Guthrie (1912-1967). Seu legado musical é composto por centenas de músicas e baladas abrangentes de muitos temas políticos. Sua guitarra registrava o dístico “*This machine kills fascists*”.

Guthrie viajou com trabalhadores migrantes expulsos da terra. Suas canções contavam experiências sofridas durante a Grande Depressão. Era reconhecido como trovador. Cooperava para a organização do sindicalismo, cantando as lutas sociais pela conquista da cidadania. Foi classificado como comunista pelos conservadores norte-americanos, mas nunca se tornou membro do Partido Comunista dos Estados Unidos.

Daí avancei em pesquisa, querendo conhecer todos os gêneros musicais (jazz, blues, soul, gospel, reggae, dub, ska, etc.), quando o acesso ao estoque musical era difícil e caro. Era a *Era do Vinil*, A.CD, isto é, Antes do CD. Não poderia sequer sonhar em viver uma *Era Digital* com o barateamento do acesso a todo o acervo mundial de músicas pelo *streaming*. Hoje, facilmente, organizo *playlists* com músicas africanas, judaicas ou árabes. Os 126 milhões de assinantes de um *streaming* têm mais de dois bilhões delas.

Lembrei-me de toda essa prazerosa experiência pessoal para despertar também “o sabor de saber” nos meus alunos. Resolvi, no semestre letivo findo, motivar o conhecimento das interpretações do Brasil, entremeando a literatura histórica com

a nossa cultura musical. As cinebiografias recentes (*Vinicius, Chico, Raul, Tropicália*, etc.) seriam ótimas motivações para apresentar os contextos socioculturais, econômicos e políticos das décadas passadas, anteriores ao nascimento dos estudantes de hoje.

Fiquei contente com a avaliação oral e escrita feita pelos alunos da nova experiência didática no curso *Economia no Cinema: Cidadania e Cultura Brasileira*. Utilizaram o conhecimento sobre as interpretações clássicas a respeito do Brasil para escrever um trabalho sobre Economia em Letras de Músicas. Foi inspirado pela leitura da trilogia de Franklin Martins (*Quem Foi Que Inventou o Brasil? A música popular conta a história da República de 1902 a 2002*) e a audição da *playlist* elaborada por mim no Spotify (12142604272) e denominada MPBE: Músicas Populares Brasileiras sobre Economia. Postei as letras no meu blog pessoal.

Mas eles encontraram muito mais letras com temas econômicos em quase todos os gêneros musicais cantados pelo povo brasileiro. Muitas variantes abrigadas na chamada MPB (Música Popular Brasileira) puderam ser pesquisadas, classificadas e analisadas, seja por gêneros musicais, seja por temas.

Para pesquisa e apresentação áudio-oral do trabalho, a turma foi dividida em cinco grupos para uma pesquisa. Simulava desafios encontrados na vida profissional: dos sambas à bossa-nova; das marchinhas de carnaval às músicas de protestos; da Tropicália à MPB; das canções bregas, regionalistas e sertanejas aos rocks brasileiros; dos raps aos funks. Além de análise por gêneros musicais, classificaram os temas econômicos fontes de inspiração aos compositores. Eles analisaram se os compositores estiveram atentos aos principais eventos macroeconômicos ou se expressaram apenas a vida econômica pessoal. Concluíram a MPBE poder ser escutada como uma expressão popular de reais problemas socioeconômicos.

Desde os primórdios, os letristas buscaram fazer a crônica musical de eventos, costumes, novidades, modismos e reviravoltas da vida nacional, de um modo geral – e da cena política e econômica, em particular. Nossa música segue fazendo a crônica da vida econômica nacional, expressando o sentimento popular sobre dinheiro, salário, dívida, vagabundagem (referência a desemprego), carestia (idem para inflação), desigualdade e criminalidade, ostentação pela mobilidade social.

Os estudantes foram criativos e demonstraram a capacidade analítica dessa expressão cultural. Um debate surgido, durante os seminários, foi a respeito do rótulo MPB. Não seria um “guarda-chuva” muito amplo, sob o qual quase tudo é classificado?

Contra argumentei, aliás, como o Chico disse em sua cinebiografia, a Bossa Nova e a MPB das Músicas de Protesto dos anos 60 serem escutadas por uma vanguarda. Eu as aprecio muito até hoje. Tentei provar meu argumento sobre a preferência popular ao exibir o excelente documentário muito apreciado pelos alunos: *Vou Rifar Meu Coração*.

Depois disso, houve certo consenso: desde a música brega, passando pela música caipira, até os raps e os funks (“ostentação”), nesses gêneros musicais há uma expressão emocional diretamente cantada ao coração. Não há metáforas indiretas ou poesia academicista. É direto ao ponto! Dedo na ferida!

Fiquei feliz por, mais uma vez, aprender ensinando. Vários alunos comentaram: depois deste curso, passariam a assistir filmes e escutar músicas de outra maneira, apreciando suas mensagens. Disseram-me: antes, não davam bola para filmes brasileiros e tinham preconceitos em relação a diversos gêneros musicais populares. Aprenderam, desde já, assim como aprendi ao longo da vida, a ter empatia com os problemas econômicos de pessoas menos favorecidas.

Para me despir de vez de preconceitos esnobes, tomo o exemplo dado pelos estudantes de apreço por certo gênero musical. Eu não conhecia a música caipira a fundo. Houve uma ótima apresentação, aplaudida espontaneamente pelos colegas, sobre as canções bregas, regionalistas e sertanejas. Humildemente, aprendi não ser coerente apreciar *country music* e depreciar a música caipira, quando ela também possui conteúdo político e econômico, cantada por verdadeiros menestréis.

Dou o exemplo abaixo de música cantada pela dupla caipira Dino Franco e Moraí: *A Inflação e o Salário*.

A inflação e o salário se encontraram de repente / O salário cabisbaixo, a inflação toda imponente / Criticando a humildade foi dizendo malcriada / Seu baixinho inconformado você não está com nada / O salário envergonhado foi dizendo bem

cortês / Afinal quem é a senhora, pra que tanta estupidez / A inflação muito arrogante respondeu toda orgulhosa / Sou a força poderosa que arrasa com vocês

Eu sou filha do dinheiro ganho desonestamente / Sou neta do juro alto, do agiota sou parente / Eu sou prima do desfalque, do luxo desnecessário / Ajudar ao semelhante pra mim é coisa de otário / Dificulto a prestação que aumenta sem piedade / Eu acelero a ganância e outras barbaridades / Quem esbanja do meu lado sempre tem aceitação / Sou a famosa inflação afligindo a sociedade

O salário respondeu você é cheia de trama / Estou muito revoltado com a sua grande fama / A senhora é responsável por um sucesso aparente / E também por sua culpa veio miséria pra gente / Eu sou o pobre salário irmão da renda precária / O meu pai é o suor da nobre classe operária / Minha mãe é a lavoura de milho, arroz e feijão / Ouça bem, dona inflação, a senhora é mercenária

Vê se você vai andando sua bruxa descarada / Vive ainda nesta terra gente bem intencionada / Deixe de rondar meu povo que trabalha honestamente / Saiba que sua presença esta sendo inconveniente / Não existe neste mundo o que Deus do céu não veja / O Sol nasce, aquece a Terra, venta, chove relampeja / Eu sou o salário humilde da cidade e do sertão / E abraça neste chão toda a gente sertaneja

A inflação foi respondendo no meio de uma risada / Sua ficha, seu salário não me assusta em quase nada / Agora me dá licença eu preciso ir adiante / Vou indo com meu cortejo pra negociata importante / O salário disse a ela todo cheio de razão / Eu nasci pra ser humilde e não mudo de opinião / Nunca fui inconformado como a senhora falou / Saiba você que eu sou o equilíbrio da nação

Resultados Observados

Feita essa breve recapitulação do *Curso Economia no Cinema*, sintetizo algumas avaliações dos alunos, captadas através de passagens de seus trabalhos. Resumo abaixo algumas respostas representativas à pergunta: qual era o seu conhecimento sobre as Eras Econômicas antes do curso?

Segundo os depoimentos escritos, o conhecimento sobre as Eras Econômicas era

mais compartimentado antes do curso. Faltava um fio condutor explicativo para a evolução de uma Era para outra. Não sabiam como se passou da Era Medieval europeia, quando dominava o Oriente, e entrou-se na Era Moderna de hegemonia Ocidental. Ou porque alguns povos conseguiram se desenvolver mais. Ignoravam também, em parte, o papel fundamental da Era das Revoluções, inclusive socialista, para o surgimento da sociedade de consumo em massa.

Além disso, desconheciam algumas questões importantes sobre cada uma dessas Eras. Grande parte da história do Oriente, em especial as inovações e a hegemonia do Império Chinês até o século XVI, foi novidade. A noção restrita à Era Capitalista, possuída pelos estudantes, estava limitada à visão e conceitos heterodoxos. Criticaram: “existe, certamente, uma lacuna no curso de Economia quanto ao ensino mais profundo e menos caricato de outras visões e ideologias, até para sermos capazes de melhor criticá-las. Alguns pontos interessantes de caráter neoliberal foram colocados em debate no curso Economia no Cinema”.

Outro aluno afirmou: “por mais didáticos sejam o professor e a bibliografia, a transmissão do saber fica limitada quando não são usados todos os instrumentos possíveis de difusão de conhecimento. Esta limitação aumenta quando o público-alvo do ensino utiliza cada vez mais um número diversificado de mídias em seu cotidiano afim de assimilar novas informações.”

Os alunos convenceram-se: o método de aprender através da arte é muito inovador. Defendem ele ser levado em frente, pois tem muito a acrescentar ao currículo. Uma das maiores críticas ao curso é a falta de espaço para debate em aulas expositivas nas quais “os professores falam por horas, utilizando-se do PowerPoint”. Com filmes, disseram, tudo fica melhor ilustrado e mais fácil de guardar e relacionar. Enfim, houve um consenso geral: o *Curso Economia no Cinema* ampliou a compreensão da economia mundial por meio audiovisual e de maneira “muito divertida”, assim como trouxe informações novas sobre fatos históricos não lecionados, como a história da China e do Oriente, assim como muitas peculiaridades ocidentais. São essenciais para entendimento do mundo.

Adendo - Outra Experiência Interdisciplinar: Documentários

Completada mais uma experiência didática-cinematográfica no Curso de Graduação do IE-UNICAMP – delinear uma alternativa ao ensino tradicional de Economia via livro-texto, *usando documentários para obter informações e empatia com os protagonistas* e aplicando métodos de análise econômica para fazer apresentações de histórico, estatísticas, diagnóstico e *políticas públicas para enfrentar os problemas apresentados nos documentários* –, compartilhei seus resultados com todos os interessados.

O *objetivo central do curso* foi ensinar/aprender a análise das políticas socioeconômicas e formas de intervenção governamental para regulação de economia de mercado. Usei como *método didático*, em uma aula, a apresentação de um documentário sobre temática socioeconômica brasileira para, na aula seguinte, referenciar e/ou motivar o debate das políticas públicas para os problemas abordados pelo filme.

A intuição e a criatividade dos alunos estiveram envolvidas nesse processo através da própria ação grupal de pesquisar dados e informações sobre o problema, dimensionando-o, e analisando se as políticas públicas usadas eram as pertinentes. Assim estimulados, os alunos obtiveram a apropriação intelectual do tema apresentado. Através dessa prática didática, houve a elaboração mental de Métodos de Análise Econômica.

Fiquei muito satisfeito também com esse resultado. No primeiro semestre, tinha usado muitos filmes do gênero Drama e/ou Épico Histórico para traçar a história da evolução humana através das Grandes Eras Econômicas. Desta vez, usei Documentários Brasileiros como motivação para a pesquisa e a elaboração da apresentação (oral e em *PowerPoint*) por parte de grupos de três alunos a respeito de cada tema apresentado.

Foi muito satisfatório conferir o sucesso da iniciativa, tanto pela *avaliação oral*, realizada na última aula, quanto pela *avaliação escrita* dos alunos sobre o curso.

Solicitei respostas às seguintes questões:

1. ESTADO DA ARTE: Qual era o seu conhecimento sobre os temas do curso — Problemas Socioeconômicos e as Políticas Públicas — antes do curso?
2. RESUMO DO CURSO: Descrição sumária do curso com sinopse(s) do(s) documentário(s) apreciados e/ou do fio-condutor analítico.
3. AVANÇO: Quais foram as lições aprendidas com o(s) debates sobre o(s) documentário(s)?
4. CONTRIBUIÇÃO PESSOAL: Qual é sua avaliação do curso? Por que? Sugestões?

Meu propósito com o Programa era, inicialmente, dar uma noção – uma “senha de acesso” para o aluno, eventualmente, na sua futura vida profissional, caso necessário, recorrer – a respeito de Metodologia Econômica. Assim, dei as primeiras aulas sob forma expositiva para explicar os três diferentes níveis de abstração no estudo de Métodos de Análise Econômica.

No nível mais elevado de abstração, é necessário o conhecimento da teoria da consistência no uso dos instrumentos de política econômica. No nível intermediário, o analista reincorpora os conflitos de interesse antes abstraídos para a definição do regime macroeconômico como uma característica estrutural do planejamento de desenvolvimento em longo prazo. Ele condiciona o manejo das políticas públicas. No nível mais baixo de abstração, há a necessidade de contextualizar, ou seja, datar e localizar os eventos, para captar os imperativos de dada conjuntura na prática da arte de tomadas de decisões práticas quanto ao uso dos instrumentos de política econômica em curto prazo.

Em seguida, motivados por assistir “*Celso Furtado: O Longo Amanhecer*” (2007) e debater essa cinebiografia do economista nacional-desenvolvimentista, comentei as Classificações dos Economistas. É prudente conhecer, antes de “ir procurar a sua turma”...

Na 3ª. aula, fiz uma apresentação oral do Social-Desenvolvimentismo, Capitalismo de Estado Neocorporativista e Financiamento Interno do Desenvolvimento em Longo Prazo, temas de minhas pesquisas recentes. Visava balizar o que viria

adiante em uma visão sistêmica, condicionantes das particularidades microeconômicas e sociais.

Na 4ª. aula, fiz uma apresentação sobre as características da política econômica brasileira na última década (2003-2013). Focalizei o uso dos quatro instrumentos de política econômica em curto prazo – política monetária, política fiscal, política cambial e controle de capital – no tateio para se buscar a consistência dinâmica das variações relativas dos preços básicos. Envolve uma série de decisões práticas a regulação da coerência entre seus movimentos por parte da taxa de câmbio, taxa de juros e taxa de inflação.

A 5ª. aula foi dedicada à pesquisa pelos alunos de informações na internet sobre o PPA 2012-2015 e o andamento do PAC. A partir de então, o meu papel de professor foi apenas de orientador, estruturador e crítico das apresentações, e estimulador dos debates. Protagonizei as necessárias provocações de “o advogado do diabo”, para se examinar todos os pontos-de-vista ideológicos. Passei a sentar no fundo-da-sala-de-aula, junto com os estudantes.

Na 6ª. aula, assistimos o documentário “*O Petróleo Tem Que Ser Nosso*” (2009) a respeito da questão da soberania nacional sobre a exploração do pré-sal. Foram avaliados os distintos graus de nacionalismo das correntes ideológicas. Serviu de pano-de-fundo para, na 7ª. aula, discutirmos a *Política Energética*, isto é, os investimentos em hidroelétricas e na “extração de petróleo em águas profundas”: o Pré-Sal.

Na 8ª. aula, vimos “*Eliezer Batista, O Engenheiro do Brasil*” (2010). Os empreendimentos de Eliezer Batista, ex-presidente da Companhia Vale do Rio Doce, serviram como referências para conhecermos e debatermos a *Política de Mineração*.

Conhecidas a riqueza dos recursos naturais, em nosso território (inclusive marítimo), na 10ª. aula, tratamos de ter a consciência presente desse espaço geográfico ter sido conquistado à custa do genocídio étnico dos nativos, isto é, os habitantes originais do território a ser chamado Brasil. Assistimos “*Terra Vermelha*” (2008) e “*Terra dos Índios*” (Zelito Viana), para tratar da Questão

indígena no Brasil Contemporâneo. Foi um dos debates mais interessantes o ocorrido sobre a antes desconhecida *Política para os Nativos da Terra*. O choque entre defensores das Reservas Indígenas e os da Riqueza Brasileira (construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte) se reproduziu entre os alunos (e o professor), alguns se posicionando como “ambientalistas”, outros como “desenvolvimentistas”. Rimos ao verificarmos, nessa última posição, haver “aliança tácita” entre esquerdistas e direitistas!

Na 12ª. aula, como desdobramento natural, vimos “*Terra Para Rose*” (1987) e “*O Sonho de Rose: 10 Anos Depois*” (2009), ou seja, documentários sobre a luta pela reforma agrária. Foi motivação para a apresentação e discussão da *Política Fundiária*.

Na 14ª. aula, o filme foi “*Migrantes*” (2007), sobre a migração atual de trabalhadores nordestinos para os campos de açúcar paulista. Discutimos *Política Agrária*, migração campo-cidade, ocupação das periferias das metrópoles pelos expulsos pela mecanização do agronegócio. Analisamos os fatores de repulsão da zona rural e os fatores de atração da cidade.

Na 16ª. aula, o documentário foi “*Elas da Favela*” (2010), com relatos de moradoras do Complexo do Alemão sob a incursão da polícia naquela Comunidade. Havia a alternativa de “*5XFavela: Agora por Nós Mesmos*”. Todos serviriam como pano-de-fundo para o debate sobre *Política de Urbanização de Favelas e de Financiamento Habitacional*.

Na 18ª. aula, foi visto um dos dois documentários com maior empatia por parte dos estudantes universitários: “*Meninas*” (2006), sobre gravidez na adolescência. Ele motivou a análise de *Bônus Demográfico, Natalidade, Escolaridade, Mercado de Trabalho e Previdência Complementar*.

Na 20ª. aula, outro tema polêmico, especialmente em ano eleitoral: “*O Aborto dos Outros*” (2008). Foi discutido o Aborto no Brasil sem preconceitos religiosos, como referente à *Política de Saúde Pública*. Mas foram também mapeadas as correntes ideológicas em conflito através do reducionismo entre “Pró-Vida” versus “Pró-Direito de Controle do Próprio Corpo”, respectivamente, a linha religiosa e a linha

feminista. Cada aluno expôs seu posicionamento pessoal a respeito, respeitando-se o pluralismo de opiniões.

Na 22ª. aula, havia vários documentários para se ver em casa, no YouTube, durante a greve de cerca de duas semanas. Por exemplo, *“Notícias de uma Guerra Particular”* (1993), o premiado documentário de João Moreira Salles. *“Falcão - Meninos do Tráfico”* retrata a vida jovens de favelas brasileiras que trabalham no tráfico de drogas. *“Quebrando o Tabu”* (2011), documentário conduzido pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a descriminalização das drogas. *“Juízo”* (2007) acompanha a *via crucis* de menores infratores. Voltando às aulas, assistimos em sala-de-aula *“Justiça”* (2004). Também impactou emocionalmente a todos, criando empatia com cada protagonista: os infratores, suas mães, os procuradores, os advogados-de-defesa, os juízes, os policiais-militares, etc. Despertou muito interesse na discussão de *Política de Segurança Pública, Justiça e Presídios*.

Por motivos dos dias de greve por parte do Movimento Estudantil, o ônus (“não existe almoço de graça”) foi a perda da aula quando seria exibido o documentário *“Garotas do ABC”* (2003). Nele, o ABC paulista aparece como cenário, abordando uma série de questões: o trabalho, a imigração nordestina, o racismo, o neofascismo e a esperança. Seria discutida a *Política de Direitos Humanos: Igualdade Racial, Diversidade de Gêneros, Anti-homofobia, etc.*

Na 26ª. aula, foi visto o outro documentário de grande interesse entre os jovens estudantes: *“Para O Dia Nascer Feliz”* (2006): os conflitos e a vida na escola de três jovens de classes sociais diferentes. Foi muito citado nas avaliações escritas sobre o curso, pois distingue não só as dificuldades de acesso à escola dos estudantes da zona rural – e a ânsia de saber motivada inclusive pelo desejo de ascensão social de suas famílias – e o pouco caso infanto-juvenil dos estudantes da Baixada Fluminense (Caxias) e da periferia da Grande São Paulo. Todos carentes de algumas necessidades básicas foram contrastados com os dramas psicológicos dos estudantes do Colégio Santa Cruz, no rico Bairro Alto dos Pinheiros, em São Paulo. Observou-se a terceirização da educação por parte dos pais das famílias urbanas, com o casal dedicando-se durante todo o dia ao trabalho e pagando para os

professores, seja do Colégio, seja de atividades extraclases, dar conta praticamente de todas as tarefas educacionais. Debateremos a *Política Educacional* atual, sua numerologia, seus programas ENEM, ProUni, FIES, PRONATEC, etc.

Na 28ª. aula, foi visto o documentário “*Um Lugar Ao Sol*” (2009) sobre a visão de mundo de pessoas de alto poder aquisitivo moradoras em coberturas. Foi apresentada e discutida a *Política de Combate à Desigualdade Social: Renda e Riqueza Pessoal*.

Para socializar o conhecimento adquirido, todas as apresentações, minhas e as dos alunos, foram postadas no meu blog:

<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/category/curso-aberto/curso-metodos-de-analise-economica/>

A sequência da programação, metaforicamente, representou uma **síntese da história do povo brasileiro**: conquista do território – genocídio étnico dos nativos – concentração fundiária – migração campo-cidade – favelização – explosão demográfica – problemas habitacionais, sanitários e educacionais – insegurança pública – injustiça – concentração de riqueza.

Conclusão

Apresentada minha “jornada-do-herói” (sic), quando me coloquei como protagonista de uma estória em três atos – Apresentação, Confrontação e Resolução –, arrolei os testemunhos de meus alunos em defesa de minha *Tese*. Ela foi logo anunciada: “o Ensino de Ciência Econômica, depois de sua depuração de Ciências Humanas e Sociais Afins, na vã tentativa de ganhar status científico com sua aproximação metodológica das Ciências Exatas, ocorrida ao longo do século XX, dividiu-se em Microeconomia e Macroeconomia, mas hoje necessita transitar da formação de profissionais *especialistas* para a de *generalistas*, retomando a metodologia interdisciplinar inicial.”

RECAPITULANDO.

No primeiro capítulo (“ERA UMA VEZ”), eu apresentei o estado-das-artes em termos de repartição do conhecimento do mundo real em diversas disciplinas: a Ciência Econômica e as Ciências Afins.

No segundo capítulo (“TODOS OS DIAS”), mostrei a rotina predominante na formação ortodoxa de economistas através do método dedutivo-abstrato sem a exposição de outras linhas de pensamento econômico baseadas no método histórico-indutivo. Destaquei os condicionamentos histórico-ideológicos dos conceitos-chave do *mainstream* também usualmente abstraídos. A separação entre a Micro e o Macro levou-me à constatação de os mecanismos de defesa psicológicos impedirem a reconciliação capaz de analisar todas as dimensões da crise sistêmica.

No terceiro capítulo (“ATÉ QUE UM DIA”), narrei a história da relação de aprendizagem de um discípulo – eu sou o protagonista de minhas memórias pessoais – com seus mestres, em destaque, os da Escola de Campinas. Neste capítulo, apresentei minha formação intelectual característica dessa escola de pensamento econômico e minhas primeiras experiências profissionais e políticas.

No quarto capítulo (“POR CAUSA DISSO”), lembrei meu envolvimento com a RedeD, isto é, com a rede social de economistas social-desenvolvimentistas. Este debate acadêmico levou-me a refletir a respeito do desenvolvimento do desenvolvimentismo no Brasil e, especialmente, na Escola de Campinas. O ponto-de-ruptura foi provocado por uma crítica a respeito da suposta carência de uma visão sistêmica da geração de professores contratada após a fundação do IE-UNICAMP, há 30 anos. Encarei, então, o desafio de sistematizar minhas ideias dispersas (e desconhecidas pelo colega crítico) a respeito de economia como um Sistema Complexo.

No último capítulo (“FINALMENTE”), encerrei com uma lição extraída da (minha) provação de protagonista: *no drama, a dor pode ser convertida em sabedoria*. Na minha *via-crúcis*, obriguei-me à busca de conforto espiritual na Teoria dos Sentimentos Morais, no Princípio da Felicidade, na distinção esnobe da Classe Ociosa, nas manipulações dos Financistas, enfim, na Economia da Felicidade. Purguei meus pecados estudando a Nova Economia Institucionalista, a Economia Evolucionista e a Economia da Complexidade. Tudo isso foi muito abstrato e complexo para minha limitada mente pragmática. Voltei, então, à necessidade do conhecimento interdisciplinar para a tomada de decisões práticas. Passei a ministrar cursos experimentando novos métodos de ensino multidisciplinar. Agora, é só alegria!

Tive a oportunidade de fazer “testes-de-hipótese” didáticos. Ambos cursos ministrados por meio de filmes, sob minha orientação, visaram a formação de economistas com perfil generalista com visão multicultural, flexível para se adaptar a diversas áreas profissionais, postura estratégica para se colocar como liderança positiva e aceita por outros. Por esse método didático interdisciplinar, os alunos adquirem um conhecimento “horizontal” por meio de debates em diversas áreas, não só das Ciências Afins (Política, Sociologia, Psicologia, etc.) como também por especialidades dentro da Economia ou Administração (Estratégias, Finanças, Marketing, Recursos Humanos, etc.).

Para concluir, brevemente, irei arrolar também em defesa de minha Tese os reclamos de estudantes de Economia em outros países. Eles assinaram,

recentemente, diversos *Manifestos Por Um Novo Método de Ensino de Economia*. Talvez de maneira pretensiosa, julgo minhas modestas reflexões e experiências interdisciplinares atenderem pelo menos parte dessas demandas multinacionais.

O início deste movimento teve lugar na França, antes da crise recente, no ano 2000. Um grupo de estudantes franceses publicou um manifesto no qual exigiam “*O Fim do Autismo no Ensino da Economia*” (leia-o em anexo).

Em particular, os estudantes criticavam no ensino da Economia:

1. *o irrealismo*, devido ao fracasso do seu envolvimento com a economia real,
2. *o excesso de modelagem matemática*, como se fosse “um fim em si mesma”,
3. *o dogmatismo reinante com a recusa do pluralismo intelectual* ao não dar espaço para o pensamento crítico em geral e para abordagens alternativas em particular.

O quarto ponto foi *uma conclamação para os professores abandonarem o autismo*, isto é, a polarização privilegiada do mundo dos pensamentos, das representações e sentimentos pessoais, com perda, em maior ou menor grau, da relação com os dados e exigências do mundo circundante. No entanto, eles fizeram ouvidos moucos. Há uma recusa cega e teimosamente persistente dos acadêmicos ortodoxos em se incomodar pelo fato de o mundo real ter mudado. Muitos professores continuam “autistas”, ignorando as evidências empíricas contraditórias com as teorias do *mainstream*. Esses economistas confundem a sofisticação da Matemática com “a verdade”.

Com a explosão da crise, em vários países, grupos de estudantes de Economia passaram a organizar-se para exigir uma reforma nos programas curriculares da disciplina. Questionando a hegemonia da teoria neoclássica até hoje em vigor, a excessiva utilização dos modelos matemáticos e a desconexão entre Economia e questões econômicas reais, os estudantes, apoiados por um número crescente de acadêmicos e economistas de referência, depois de manifestos, movimentos e conferências e outras estratégias variadas de ação, estão começando a atingir alguns sucessos. As mídias estrangeiras começaram a cobrir este clamor por

reforma educacional. Afinal, a discussão da crise sistêmica é tema fora do conteúdo programático até da disciplina denominada Macroeconomia!

Os manifestantes exigem os modelos sustentáculos da disciplina serem mais pluralistas e menos dogmáticos. O objetivo principal é alterar a forma como se olha para a Economia enquanto disciplina, tornando-a plural e, enquanto Ciência, não Exata, mas antes Social e Humana. Este é o sentido desta minha tese.

A Economia contemporânea continua a ser moldada pela abordagem neoclássica. Nela, a Ciência Econômica é vista como “pura”, identificando-se com o livre mercado, sob a forma de concorrência perfeita. Nele, os sujeitos econômicos agem, racionalmente, em termos de maximização de utilidades ou lucros ou minimização de custos e perdas. São dotados de idênticos poderes de mercado. Esta abordagem leva apenas em consideração os “micro fundamentos”. Estes se baseiam em indivíduos racionais e egoístas, em detrimento de qualquer plausibilidade empírica. Modela toda a economia, simplesmente, extrapolando esse comportamento individual. Este compromisso dogmático contrasta significativamente com o ensino plural em outras Ciências Sociais as quais, de forma rotineira, apresentam os paradigmas concorrentes.

A pauta das denúncias é conhecida há muito tempo por economistas heterodoxos, porém antes a crítica ficava restrita ao mundo acadêmico. Após todos os cidadãos sentirem o efeito da crise mundial, houve a percepção geral de a maioria dos acadêmicos continuar a ter muito pouco a dizer sobre os acontecimentos reais. Eles vão demonstrando os modelos macroeconômicos ortodoxos serem manifestamente inadequados para avaliação da dimensão da crise sistêmica. A Economia *mainstream* não ajudou os economistas a prever a crise nem a evitar recessões intermináveis.

Mas, afinal, o que pretendem os estudantes e os professores e demais economistas apoiadores dos Manifestos? Em síntese, apenas três pontos: debates plurais, enfoque em toda a História do Pensamento Econômico, e a defesa da sustentabilidade. A não ser pela maior consciência ecológica, pouco ultrapassam os muros do campus. Isso é sintoma de reduzido escopo ideológico. Quando demonstrarem a relevância de suas lutas para toda a sociedade, obterão um eco

substancial não só na imprensa como também no nível político. Então, o Ministro da Educação poderá instituir um comitê para investigar as queixas levadas a cabo por esses estudantes e professores de Economia.

O Ensino de Economia acrítico não dá qualquer ideia de como o consumismo desenfreado de bens pode impactar o planeta ou afetar a vida das pessoas. Essa questão ignorada tornou-se uma preocupação para todos os cidadãos. O sistema financeiro adota visão imediatista de curtíssimo prazo, sem nenhum compromisso de longo prazo com a sociedade. O colapso financeiro de 2008 mostrou como o desconhecimento dos efeitos da desregulamentação do mercado afeta a todos.

Os estudantes, agora, querem conhecer as teorias alternativas de modo a lhes permitirem perceber o que é melhor para uma economia, “não sendo esta limitada apenas por questões de crescimento e lucro, mas incluindo o estudo de mecanismos capazes de permitir a sustentabilidade, a equidade e a consciência social”.

A forma como a Economia é ensinada, defendem os manifestantes, assim como eu neste livro de memórias, afeta a todos os cidadãos. As sociedades são moldadas por políticas e acontecimentos econômicos. A formação econômica de líderes para uma sociedade global e multicultural deve ser realizada com valores éticos e interdisciplinares.

A inadequação entre os conteúdos programáticos e as necessidades do mundo real constitui um desafio a ser enfrentado pelos Departamentos de Economia de Universidades de todo o mundo. A educação em Economia deveria incluir uma pluralidade significativa e uma ainda maior avaliação crítica. Por tudo isso, as propostas dos estudantes são:

1. sublinhar, em cada módulo, as teorias econômicas a serem ensinadas, para a Economia não ser encarada como disciplina monolítica e sem debate;
2. relacionar sempre quando possível as teorias econômicas com a história geral, pois os conceitos não podem ser devidamente compreendidos sem o conhecimento dos seus condicionamentos sociopolíticos e tecnológicos;
3. disponibilizar disciplinas com perspectivas econômicas alternativas, deixando claro: a ideia não é a de se ignorar o ensino da Economia

mainstream, mas sim compreender a pluralidade de perspectivas como estritamente necessária;

4. sempre quando possível, os docentes deverão relacionar a matéria em causa com o mundo real, para os estudantes aprenderem a aplicar a teoria e compreenderem onde falha a teoria para explicar a realidade;
5. os módulos devem encorajar o desenvolvimento de competências críticas e os métodos didáticos deverão estimular a discussão e o pensamento reflexivo.

É necessário expandir uma rede abrangente de cidadãos, estudantes acadêmicos e profissionais, espécie de rede colaborativa de “re-pensadores”, com o objetivo desmistificar, diversificar e revigorar o estudo da Economia.

Apresentam três linhas de atuação para a reformulação do Ensino da disciplina:

- Uma *linha acadêmica* para:
 - privilegiar articulações com outras Ciências Afins, direta ou indiretamente, relacionadas com a Economia,
 - fazer progressos no ensino de outras perspectivas e metodologias até agora negligenciadas, e
 - promover a colaboração, a humildade e a prática ética na academia.
- Uma *linha educacional* para:
 - desmistificar a Economia enquanto ciência hermética, construindo comunidades abertas e colaborativas de pensadores econômicos;
 - expandir a criatividade e a conscientização social dos economistas e cidadãos a respeito de seus direitos a conhecimentos econômicos plurais, educação financeira, igualdade de oportunidades;
 - encorajar a utilização de ferramentas de análise financeira por parte de todos os cidadãos dependentes de provisionamento de reservas.
- Uma *linha política* para:
 - potenciar a capacidade de organização efetiva por parte dos estudantes e professores de Economia, evitando a subjugação ao *mainstream*,
 - reconhecer os seus papéis e as responsabilidades, enquanto agentes políticos, no interior das várias instituições e na vida pública.

Um consenso une todos esses movimentos: se nada for feito para se alterar a forma como a Economia é ensinada nas universidades, os futuros líderes, empresariais e financeiros, continuarão a não perceber as consequências diretas das suas ações face à sociedade e relativamente ao planeta. Estender a Economia para além da ortodoxia, abordando teorias alternativas. Elas não se limitam a ensinar alocar recursos através da simples equação da procura e da oferta, mas sim a privilegiar um pensamento reflexivo de longo prazo. Este será imprescindível para a questão de a sustentabilidade planetária ganhar *momentum* e para assegurar as decisões económicas das pessoas se basearem na responsabilidade social.

Concluo deduzindo, depois da conquista dos direitos *civis* (séculos XVII-XVIII), *políticos* (século XIX) e *sociais* (século XX), o que está em jogo neste século XXI é a conquista por parte de todos os cidadãos dos reivindicados direitos *econômicos*!

Manifesto Pós-Autista: Carta Aberta dos Estudantes aos Responsáveis pelo Ensino de Economia

Nós, estudantes das Universidades e grandes escolas francesas, nos declaramos inteiramente descontentes com o ensino de Economia recebido pelas seguintes razões:

1) Abandonemos os mundos imaginários!

A maior parte entre nós escolheu o curso de Economia para adquirir compreensão aprofundada dos fenômenos econômicos aos quais o cidadão de hoje é confrontado. Ora, tal como o ensino é ministrado, na maior parte dos casos trata-se do ensino da teoria neoclássica ou de correntes dela derivadas, não atende a essa expectativa. Com efeito, se a teoria legitimamente destaca-se das contingências, no primeiro momento, ela raramente efetua o retorno necessário aos fatos: a parte empírica, isto é, história dos fatos, funcionamento das instituições, estudo dos comportamentos e das estratégias dos agentes, tudo isso é praticamente inexistente. Por outro lado, esse afastamento do ensino em relação a realidades concretas coloca, necessariamente, o problema de adaptação para se tornar útil aos atores econômicos e sociais.

2) Não ao uso sem controle dos métodos quantitativos!

A utilização do instrumental quantitativo parece necessária. Mas o recurso à formalização matemática, quando ela deixa de ser instrumento e torna-se fim em si mesma, conduz à verdadeira esquizofrenia em relação ao mundo real. A formalização permite, em compensação, construir facilmente exercícios, “transformar” os modelos, onde o importante é encontrar “o bom” resultado, isto é, o resultado lógico em relação às hipóteses de partida, para poder fornecer boa imitação. Isso facilita a notação e a seleção, sob a cientificidade aparente, mas jamais responde às questões colocadas por nós nos debates econômicos contemporâneos.

3) Por pluralismo de abordagens em economia!

Na maior parte das vezes as aulas não deixam espaço para a reflexão. Entre todas as abordagens existentes geralmente nos é apresentada apenas uma, e ela pretende explicar tudo segundo o desenvolvimento puramente axiomático, como se fosse A Verdade econômica. Nós não aceitamos esse dogmatismo. Nós queremos explicações plurais, adaptadas à complexidade dos objetos e à incerteza correspondente à maior parte das grandes questões econômicas: desemprego, desigualdades, o lugar dos mercados financeiros, vantagens e inconvenientes do livre comércio, globalização, desenvolvimento econômico etc.

4) Apelo aos professores: acordem antes de ser tarde demais!

Nós bem sabemos nossos professores estarem submetidos a certos constrangimentos. Mesmo assim, nós solicitamos o apoio de todos aqueles compreensivos com nossas reivindicações e desejosos de mudanças. Se isto não ocorrer rapidamente, o grande risco é os estudantes, já tendo começado um movimento de retirada, abandonem em massa esse curso desinteressante, porque foi desligado da realidade e dos debates do mundo contemporâneo.

NÓS NÃO QUEREMOS MAIS TER ESSA CIÊNCIA AUTISTA IMPOSTA SOBRE NÓS. Nós não pedimos o impossível, mas apenas prevalecer o bom senso. Portanto, nós esperamos ser ouvidos o mais rápido possível.

Diagnóstico dos Cursos de Economia e da Profissão no Brasil

O atraso cultural de nosso País está revelado na história brasileira da formação tardia da casta dos sábios-universitários. Ela se diferencia da casta dos sábios-pregadores ou sacerdotes de outrora.

Antes da “modernização conservadora” da ditadura, ocorrida após o Golpe Militar de 1964, só se formaram 19.049 profissionais universitários em 1963. No total acumulado em 35 anos (1963-1998), tinham se formado 5.954.028 universitários no País. No fim do século XX, possuía população total de 169,5 milhões de habitantes. Essa minoria, por alguns classificada como a “elite intelectual”, era apenas 4% da população.

Para comparação, em 1950, para a população de 15 anos ou mais, a Coréia do Sul tinha 1,5% com alguma educação superior, enquanto no Brasil essa porcentagem correspondia a 0,7%. Em 2005, essa parcela se eleva para 32,5% na Coréia do Sul, enquanto no Brasil, apenas para 6,3% (*Barro & Lee Educational Atteintment Dataset*).

O número total de matrículas no ensino superior — englobando cursos presenciais e a distância de instituições privadas e públicas — atingiu 7,83 milhões no ano de 2015, segundo dados do Censo do Ensino Superior divulgado pelo Ministério da Educação (MEC). As instituições privadas registraram 5,8 milhões de alunos matriculados nos cursos presenciais e de educação à distância. Nas universidades públicas estavam 25% dos estudantes universitários.

Um estudo de autoria do professor Roberto Macedo (ex-FEA-USP), publicado na revista *Economistas* do COFECON, em março de 2016, analisa os microdados do Censo de 2010. Considerando o maior nível de instrução, identifica 234.287 graduados, 18.341 mestres e 5.410 doutores na área de Economia. Entre os graduados, 59.346 são presumivelmente aposentados ou desempregados. A participação dos mestres e doutores é maior e crescente nas faixas etárias mais jovens.

Segundo os dados da DataViva sobre o Ensino Superior de Economia no Brasil, o curso de Economia é o 37º em número de matrículas no Brasil. A universidade com mais alunos é Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com 1,64 mil estudantes.

No total, o curso de Economia possui 49,4 mil alunos matriculados em todo o país. Nos últimos seis anos (2010 a 2015), foram 36,6 mil concluintes, ou seja, a média de 6,1 mil / ano. Se essa fosse a média nos últimos 35 anos (e todos os concluintes exercessem a profissão), estariam na vida profissional ativa cerca de 213,4 mil economistas.

Em 2015, número de alunos matriculados atingiu 50,4 mil, o número de ingressantes, 12,6 mil, e o número de concluintes, 6,23 mil. Para comparação, nesse ano, o IE-UNICAMP tinha 547 matriculados e teve 91 concluintes com idade média de 22 anos.

Uma questão atual diz respeito à necessidade de oferta de tantos economistas no mercado de trabalho. Parece estar havendo um descolamento entre oferta de vagas, principalmente por parte de Instituições de Ensino Superior privadas, e demanda pelo curso.

Não está em questão a necessidade funcional. O economista profissional bem formado poderá ter sucesso nas seguintes áreas de atuação:

1. ASSESSORIA: determinar o nível ideal de produção e produtividade para fixar preços de venda com base em custos e margem de lucro adequados à estrutura de mercado e ao setor de atividade;
2. PROJETOS: colaborar em auditoria e perícia referentes às avaliações econômico-financeiras, elaborar projetos de investimentos;
3. PESQUISA: pesquisar, analisar e diagnosticar o mercado e a inflação, o custo de vida e o poder aquisitivo da população, a renda nacional e o nível de desemprego, a conjuntura econômica, o ciclo e a tendência de crescimento, o mercado de câmbio e o balanço de pagamentos;
4. PLANEJAMENTO: atuar nas áreas de planejamento econômico, financeiro e administrativo e propor o uso de instrumentos de política econômica para elevação do desenvolvimento socioeconômico;

5. CONSULTORIA: atender consultas em Economia e Finanças, visando o aumento da rentabilidade do patrimônio privado e a melhoria da prestação de serviços privados e públicos;
6. ENSINO: atuar como professor universitário e em Educação Financeira.

Dessa forma, o economista pode atuar como docente e pesquisador em Instituições de Ensino Superior, empresas e laboratórios de pesquisa científica e tecnológica; no planejamento econômico de empresas privadas e órgãos públicos; no mercado financeiro (bancos, bolsas e corretoras de valores); em institutos de pesquisas econômicas; em instituições financeiras; em organismos internacionais. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria.

Coordenadores de Ensino têm se queixado da queda da demanda de vestibulandos pelo Curso de Economia. Muitos cursos ficam em torno da média, por exemplo, da Universidade Estadual de Londrina (UEL): 3 candidatos / vaga (C/V). Em 2015, PUC-SP ficou com C/V de 2,3 e a PUC-RJ, 4,9 (541 por 110). Esta aumentou para 5,3 em 2016. No caso da UFRJ, em 2010, teve 1.292 candidatos para 160 vagas, ou seja, C/V de 8,1. Em 2011, diminuiu a oferta de vagas para 120 e com 1.389 candidatos aumentou sua relação para 11,6.

No Rio de Janeiro, a FGV/EPGE - Escola Brasileira de Economia e Finanças, apenas no período diurno, conceito 5 (Máximo) no ENADE, obteve relação C/V de 15,1 no vestibular de 2015. A FGV/EESP - Escola de Economia de São Paulo, cobrando mensalidade de R\$ 3.506,00, exigindo período integral, também obteve relação C/V de 15 no primeiro vestibular do mesmo ano 2015.

Em São Paulo, explorando a formação para o mercado financeiro, o INSPER, cujo valor da mensalidade para Administração e Economia durante o ano de 2016 é R\$ 3.920,00, enquanto o de Engenharia é R\$ 3.136,00, oferece 150 vagas em Administração (concorrência de 6,62 candidatos/vaga) e 75 em Economia (concorrência de 4,81 candidatos/vaga). Seu aluno pode obter dupla titulação em Administração e Economia, cumprindo horário integral (manhã e tarde) com apenas um ano a mais de estudo. Com apenas mais um ano de pagamento dessa mensalidade, ele pode se graduar em ambos os cursos. Para essa economia de

escala, o INSPER afirma sua grade curricular ser fortemente integrada entre ambas formações: Economia e Gestão.

A FUVEST 2016 (vestibular da USP) anunciou para Economia, Administração, Ciências Contábeis e Atuária em São Paulo 590 vagas para 5745 candidatos, ou seja, a relação C/V de 9,7. Para Economia Empresarial e Controladoria em Ribeirão Preto, respectivamente, 63; 373; e 5,9. Para Economia em Piracicaba: 40; 299; e 7,5. Para Economia em Ribeirão Preto: 40; 465; e 11,6.

O IE-UNICAMP tem uma trajetória histórica distinta em termos de sua demanda comparada com a desses cursos. No vestibular de 1996, ofereceu 70 vagas e teve 1.190 inscritos: C/V de 17. Em 2003, já com a ampliação de mais 35 vagas em Curso Noturno, teve neste a C/V de 21,2 e aumentou no Integral para 21,5. Em 2015, aumentou neste Integral para 24,4 e em 2016 para 25,6. No Noturno, nesses últimos anos, C/V de 21,7 e 26,1. Então, sua graduação se destaca por ter demanda “fora-da-curva”, isto é, com inclinação positiva e crescente.

No Mestrado, o IE-UNICAMP também se destaca com C/V de 17,4, oferecendo 15 vagas, embora esteja pouco abaixo da FGV-EPGE (20 vagas e C/V de 18,4), PUC-Rio (17 vagas e C/V de 19), CEDEPLAR-UFMG (15 vagas e C/V de 19), IPE-USP (25 vagas e C/V de 19,7) e FGV-EESP (20 vagas e C/V de 19,9). Mas sua C/V é superior à do IE-UFRJ (25 vagas e C/V de 10,9) e do INSPER (75 e 1,7).

Um argumento encontrado entre os próprios alunos graduados no IE-UNICAMP é: eles já *aprenderam a aprender* o ensinado na sua pós-graduação. Necessitam, depois de graduados, se inserir no mercado de trabalho das capitais metropolitanas. Enquanto isso, os moradores destas já estão inseridos nas principais redes de relacionamento profissional por estarem próximos das sedes dos grandes empregadores de economistas e da mídia.

Então, tendo em vista esses dados, nos casos onde se registra o problema de escassez de demanda por cursos de Ciências Econômicas, este se relaciona, de acordo com o jargão profissional, com *elasticidade da demanda*. Esta é a medida da variação na demanda de uma mercadoria ou serviço.

Considerada a quantidade de serviço educacional adquirido por unidade de tempo, os economistas sabem: ela depende de alguns fatores: do preço do serviço, da renda do consumidor, dos preços de outros cursos, do gosto do consumidor, entre outros. Para obter o coeficiente de *elasticidade-renda da demanda*, divide-se a variação percentual da quantidade demandada pela variação percentual na renda do consumidor. Caso o coeficiente seja negativo, o bem é classificado como *inferior* e apresentará queda na demanda quando houver aumento na renda do consumidor.

De acordo com os números de C/V, os demandantes consideram o curso do IE-UNICAMP um *bem superior*. Concentram demanda nele também por causa da *elasticidade-preço*, considerando a variação relativa do preço do ensino em faculdades particulares. Possui uma ótima relação custo/benefício. Afinal, os agentes econômicos são considerados racionais pelos economistas... Por que os futuros economistas não seriam?

O distinto no perfil do profissional formado no Curso de Graduação em Ciências Econômicas é o capaz de transitar em *diferentes níveis de abstração*, desde o conhecimento analítico dos fenômenos econômicos puros até a tomada de decisões práticas. Para tanto, necessita obter:

1. um conhecimento plural de todas as correntes de pensamento econômico, ortodoxas e heterodoxas,
2. um conhecimento multidisciplinar propício à reincorporação de todas as demais áreas de Ciências Afins antes abstraídas, e
3. um conhecimento aplicado capaz de possibilitar datar e localizar o objeto de suas análises e sugestões, ou seja, conhecimento histórico e geográfico para tratar das dimensões tempo e espaço.

Nesse sentido, busca tanto uma formação teórico-prática para dominar o *método abstrato-dedutivo*, quanto uma formação teórico-quantitativa para praticar o *método histórico-indutivo*. Com capacidade de utilizar o instrumental matemático-estatístico e analisar situações históricas concretas, saberá contextualizar seus diagnósticos para propor a solução racional de problemas envolvendo conflitos de

interesses individuais, sociais e nacionais. Este amplo objeto profissional de estudos e pesquisa é necessário em praticamente todas as atividades econômicas, financeiras, empresariais e públicas.

Entretanto, face ao debate a respeito dos motivos da queda da demanda por cursos de Economia não pertencentes a centros de ensino de excelência, é comum se confundir demanda por formação em Ciências Econômicas com demanda do mercado de trabalho. Para essa hipótese ser verdadeira, os adolescentes-vestibulandos teriam informações perfeitas sobre flutuações da conjuntura econômica. Caso isso fosse verdade, dispensariam estudar Economia por já a conhecerem...

Formalmente, os cursos de graduação em Ciências Econômicas devem possibilitar a formação profissional reveladoras de, pelo menos, as seguintes competências e habilidades. Elas são apresentadas de uma maneira tautológica, isto é, usando-se palavras diferentes para expressar uma mesma ideia em redundância ou pleonasma:

- 1 desenvolver raciocínios logicamente consistentes;
- 2 ler e compreender textos econômicos;
- 3 elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na área econômica;
- 4 utilizar adequadamente conceitos teóricos fundamentais da Ciência Econômica;
- 5 utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas;
- 6 utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos socioeconômicos; e
- 7 diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas.

O Bacharel em Ciências Econômicas deve apresentar um perfil centrado em:

- sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e teórico-prática, peculiares ao curso,
- além da visão histórica do pensamento econômico aplicado à realidade brasileira e ao contexto mundial, exigidos os seguintes pressupostos:

- 1 uma base cultural ampla, possibilitando o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico-social;
- 2 capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas em uma realidade diversificada e em constante transformação;
- 3 capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos;
- 4 domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita.

Então, a questão-chave diz respeito ao perfil do profissional. Tem sido formado por esses cursos com queda de demanda? Ele obteve capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia? Ele revela potencial para assimilação e domínio de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade? Tem sólida consciência social indispensável ao enfrentamento de situações e transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas, na sociedade brasileira e no conjunto das funções econômicas mundiais? É necessário um exame de consciência dos formadores de economistas.

Os Centros Associados à ANPEC (Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia) se multiplicaram, ou melhor, auto reproduziram extraordinariamente.

Confira em <http://www.anpec.org.br/novosite/br/centros-associados>: CAEN/UFC; CEDEPLAR/UFMG; EPGE/FGV-RJ; EESP/FGV-SP; IE/UFRJ; IE/UNICAMP; IPE/USP; PCE/UEM; PIMES/UFPE; PPGCE/UERJ; PPGDE/UFPR; PPGDSTU-NAEA/UFPA; PPGE/PUC-RS; PPGE/UFBA; PPGE-JP/UFPB; PPGE/UFRGS; PPGE/UFU; PPGE/USP-RP; PPGEA/UFJF; PPGEA/UFV; PPGEA/USP-ESALQ; PPGECO/UFSC; PUC-RJ; PUC-SP; UCB; UFF; UnB.

São 27: mais em relação aos 26 estados brasileiros. Além destes centros, também participam do Exame Nacional de Seleção mais os 19 seguintes: INSPER; ME/UFAL; ME/UFV; NUPEC/UFES; PPE/UDEL; PPE/UFMG; PPEA/UFOP; PPED/UNIFESP; PPGC/UFPA; PPGC/Unisinos; PPGC/Mar-FURG; PPGC/UFSCAR;

PPGECO/UFES; PPGECO/UFRN; PPGECON/UFPE; PPGE&D/UFSM; PPGOM/UFPE; UNESP; UNIOESTE.

Se o número de 50 professores da pós-graduação do IE-UNICAMP fosse uma média representativa, a estimativa seria de cerca de 2.300 professores de Economia formando futuros professores de Economia. Se isso indicasse uma demanda social, sem dúvida, haveria muitos demandantes por Ensino e Pesquisa em Economia, cujo aprimoramento passa por pós-graduação.

Entretanto, analisemos a questão sob uma perspectiva histórica mais ampla.

Vejamos outros aspectos quantitativos dessa história. Entre os 10 maiores cursos, em relação ao total de Vagas, no Brasil de 1998, a formação em Ciências Econômicas tinha a oitava maior *oferta* com 2,9% das vagas totais.

Talvez em função de ser um curso mais barato sem exigência de laboratórios (exceto de informática), o critério de mercado impunha então um padrão de oferta abundante de sua força de trabalho: 40,9% dos profissionais universitários em Ciências Sociais Aplicadas. Este é um ramo da ciência distinto das Humanidades. Estuda os aspectos sociais do mundo humano, ou seja, a vida social de indivíduos e grupos humanos. Pela Tabela das Áreas de Conhecimento (CAPES) inclui Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional, Ciência da Informação (Biblioteconomia e Arquivologia), Comunicação, Administração, Contabilidade, Desenho Industrial, Demografia, Economia, Economia Industrial, Direito, Museologia e Serviço Social.

Quanto à demanda, demonstrada em percentuais de inscrições, Ciência Econômica não entrava no *ranking dos 10+*, ou seja, em 1998 já era baixa a demanda relativa por esse curso, comparativamente à de outros. Por exemplo, despontavam 17% dos inscritos em vestibular para Direito. Se somassem os seis mais demandados, eles já representavam 50% dos inscritos.

Em 1998, 44% dos ingressos nas Universidades e Faculdades ocorriam em Ciências Sociais Aplicadas. Razão de *custo baixo* e/ou *necessidade de oferta abundante* para baratear a força de trabalho empregada em empresas?

Os economistas já tinham, em 1994 (6.712), 2002 (7.654) e 2010 (6.333), um número de concluintes reduzido face ao das demais áreas afins: Administração, respectivamente, 27.043, 54.656 e 161.253 (extraordinariamente crescente) e Contabilidade: 14.816, 20.345 e 34.215. O número de concluintes no Curso de Economia caiu ainda mais em 2014, último ano para o qual foi publicado uma *Sinopse Estatística do Ensino Superior*: 5.650.

Chama a atenção também, entre cursos de graduação presenciais e EaD em Ciências Sociais, Negócios e Direito, em Universidades públicas a Economia possui a menor relação Concluintes / Matrículas: apenas 10% dos matriculados em 2014 concluíram seu curso. A evasão e/ou a reprovação em IES privadas é menor. Nelas concluem 14% dos matriculados.

Será o nível de exigência de estudo em curso de Economia em Universidade pública superior? Ela tem mais alunos matriculados em horário integral (diurno) comparado ao noturno. E relação matriculados / docente bem inferior, ou seja, as aulas são dadas para turmas menores. Seus docentes também possuem nível de titulação superior, sendo exigido o doutorado e RDIDP – Regime de Dedicção Integral à Docência e Pesquisa.

Considerando todos os estudantes universitários, em 2014, cerca de 3/4 se formaram em IES privadas e 24% em Universidades Públicas. No caso da grande área composta por Ciências Sociais, Negócios e Direito, acentua-se essa desigualdade: 13% em Públicas e 87% em Privadas. E em Administração, foram respectivamente 9% e 91%.

No entanto, as participações relativas são inversas no caso de três cursos. Isto os aproxima em termos de formação em Ensino Superior: Economia (59% em Pública e 41% em Privada), Ciência Política (73% contra 27%) e Ciências Sociais (93% contra 7%). Deduz-se desses números estatísticos a Economia ser vista (corretamente) pelos candidatos a estudantes universitários como próxima à Ciência Social e à Ciência Política. Não dá, relativamente a outras profissões, como Administração, muitos empregos, mas forma muitos sábios-intelectuais. E alguns se tornam sábios-tecnocratas ou dirigentes de empresas estatais ou privadas.

Pela *Sinopse Estatística do Ensino Superior de 2014*, existiam 252 cursos de graduação presenciais em Economia, sendo 141 em Universidades públicas e 111 de IES privadas. Eles ofereceram 19.818 vagas para 101.471 candidatos inscritos, resultando em uma relação de 5 candidatos / vaga (C/V). Em centros de excelência em ensino, essa relação era bem superior, por exemplo, atingindo no IE-UNICAMP 24,5 no curso integral e 22,2 no noturno no ano de 2014.

Mesmo com essa baixa C/V no geral, houve apenas 12.432 ingressos nesse ano, ou seja, 7.386 vagas não foram preenchidas. Isto representou 37% de vagas ociosas.

A queda da relação candidato / vaga do curso de Economia em IES privada vem desde os anos 90 conforme indicam os dados do MEC/INEP. Apesar disso, em processo de retroalimentação dessa queda, a oferta de vagas em faculdades privadas continuou se expandindo.

Em 2014, formaram-se 5.569 economistas, ou seja, número abaixo do de 2002 (7.654) e pouco acima do de 1990 (5.343). Grosso modo, nesse quarto de século, é possível estimar: se graduou um número próximo de 150 mil economistas. Todos estão ocupados? Exercem a profissão?

Há racionalidade econômica em se tornar um economista? De acordo com a Tabela de Salários no Brasil, elaborada pela consultoria Robert Half e publicada pela revista *Exame*, o salário inicial de um economista é de R\$ 3.000,00, podendo chegar a R\$ 40.000,00:

- Economista Júnior: R\$ R\$ 3.000,00 a R\$ 6.000,00
- Economista Pleno: R\$ 6.000,00 a R\$ 10.000,00
- Economista Sênior: R\$ 10.000,00 a R\$ 20.000,00
- Economista Chefe: R\$ 20.000,00 a R\$ 40.000,00

O levantamento salarial do site de empregos Catho indica o cargo de economista ter salário a partir de 3 mil reais, podendo chegar a 6,5 mil reais. A média salarial nacional para a posição de economista, segundo o site, é de R\$ 3.151,26.

O site SALARIÔMETRO (<http://www.salarios.org.br/#/salariometro>) indica outro valor: R\$ 3.987,00 representa o salário médio inicial para a ocupação CBO 251215 - Analista Financeiro (economista). Foi calculado com base nas 1942 contratações observadas entre out/2017 e mar/2018. Em São Paulo, era R\$ 4.471,00. No âmbito nacional, com base nas 532 contratações observadas na faixa de idade de 25 a 29 anos, o valor era de R\$ 4.193,00. Com base nas 43 contratações observadas de profissionais na faixa de idade de 50 a 64 anos, o valor era de R\$ 3.468,00.

Em síntese, a experiência (idade), a especialização (escolaridade ou formação com ensino de excelência) e o local de trabalho contam muito em mercado de trabalho segmentado.

Mas o verdadeiro ranking por profissão é revelado com base em outras fontes de informações. Pelo Censo 2010, formados em Administração, Negócios e Economia representavam 25% do total de profissionais universitários (2.274.184 contra o total de 8.979.706 graduados), sem considerar os pós-graduados.

Apenas 1% da População Ocupada tinha pós-graduação no Brasil: 0,7% com Mestrado (cerca de 451 mil pessoas) e Doutorado (cerca de 70.000 pessoas). Representavam 14,4% do top 1% mais rico em renda: 13% dos Mestres e 18,8% dos Doutores chegam a esse top 1%.

Por sua vez, os trabalhadores em negócios econômicos tinham o maior percentual entre o top 1%. Eram 15,4% deles. Entretanto, só 4,3% deles atingiram esse topo, enquanto entre os 241.510 médicos, 29% recebiam esse pico de renda. Mas eram 11,1% do percentil mais rico.

Segundo a DIRPF 2017-AC 2016, em média per capita, os médicos estão tanto no ranking dos 10+ de rendimentos totais (5º. lugar) quanto no dos 10+ de riqueza (8º. lugar). É a única profissão (diferente de ocupação) universitária participante desses rankings.

Entre os 430.482 declarantes (1,5% do total) definidos como “economista, administrador, contador, auditor e afins”, os rendimentos totais (tributáveis, exclusivos e isentos) mensais per capita em 2016 foram R\$ 13.100,67 mensais. Eram equivalentes a quase quinze salários mínimos daquele ano (R\$ 880,00). Esta

seria uma renda de indivíduo pertencente à classe média alta. A média per capita de bens e direitos (descontadas as dívidas) era R\$ 470.076,53.

Para dar maior realismo à análise, cabe registrar o fenômeno da “pejotização”: são CPFs transformados em CNPJs para ter rendimentos (lucros e dividendos) isentos. Entre eles, 67.616 declarantes (3% do total de 2,550 milhões titulares de microempresas) definidos como “economista, administrador, contador, auditor e afins”. Eles estavam na 6ª. posição em termos de riqueza com R\$ 1.489.062,00. Em rendimentos totais (inclusive lucros e juros), per capita declararam terem recebido em 2016 cerca de R\$ 354.854,00, ou seja, R\$ 29.571 mensais ou 33,6 salários mínimos.

A dedução é essa elite milionária da profissão trabalhar por conta própria em “empresa de consultoria”, relacionada a pesquisas sob encomenda de empresários. Quem as abriu visa receber o incentivo fiscal de rendimentos totais líquidos com menores descontos. Essa é a racionalidade da profissão: alcançar uma reputação profissional e capitalizar seus ganhos. Para tanto, a trajetória graduação-pós-graduação-ensino-cargo público-consultoria seria a meta profissional de todos aqueles cujos colegas os reconhecem como economistas. Não é basta o simples diploma para obter status profissional, mas sim falar e escrever para um público amplo de modo a ser reconhecido.

É necessário pensar se vale a pena reproduzir economistas em série para dizerem apenas *clichês* – frase frequentemente rebuscada e banalizada por ser muito repetida, transformando-se em unidade linguística estereotipada, de fácil emprego pelo emissor mesmo não sendo de fácil compreensão pelo receptor. Os clichês são dispensáveis pela sociedade. Porém, parecem ser indispensáveis no repetitivo, inócuo e vazio jargão de profissional moldado em forma-única. Infelizmente, esse amontoado de clichês tem sido o pensamento dominante na nossa profissão. E o lugar-comum ou chavão não atrai muitos candidatos. Já pesquisa de novas ideias e conhecimentos sim.

Em síntese, meu argumento em favor incorporar as áreas de atuação em Ensino e Pesquisa à formação dos economistas brasileiros surge em função da própria experiência profissional – todos os economistas notáveis, conhecidos por mim,

tanto na academia, quanto na área pública e privada, tiveram a citada trajetória: graduação-pós-graduação-ensino-cargo público-consultoria. É, praticamente, uma exigência para a contratação de economistas como assessores da alta administração das empresas tanto financeiras quanto não-financeiras. Oferecer um curso sem a possibilidade de ocupar essas áreas de atuação implicaria, como ponto de partida, não atender à demanda ou expectativa do futuro economista de pretender exercer sua profissão.

A pós-graduação é exigida para o economista se tornar professor e pesquisador. Também é importante para ocupações diversas, competindo com outros profissionais, em concursos públicos. Bancos, consultorias, entidades de classe já exigem até doutorado. Na carreira estagiário-trainee-auxiliar-analista-assistente-gerente-supervisor-diretor de empresa, um mestrado *stricto sensu*, uma especialização *latu sensu* ou um MBA ajuda muito. Neste caso, por que os economistas não fariam logo o curso de Administração ou Contabilidade?

Bibliografia

Referente a Ensino em Economia

AGGIO, Gustavo de Oliveira. Resenha do livro “Economia, Complexidade e Dialética”. *Economia & Sociedade*. v.19, no.3, Campinas, Dez. 2010.

ARANHA, Gustavo Koester. *A psicologia humana e seus impactos nas decisões de investimento*. São Paulo, Curso de Especialização e Atualização em *Business Economics* da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ARENDT, Hannah. Introdução de Celso Lafer. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro; Editora Forense-Universitária; 1983 (original de 1958).

ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Abril Cultural, Segundo Volume, Coleção Os Pensadores, 1984.

BAECQUE, Antoine de. *Cinefilia – Invenção de um Olhar, História de uma Cultura 1944-1968*. São Paulo, trad. André Telles, Cosac Naify, 2011. 472p.

BAHIANA, Ana Maria. “*Como Ver Um Filme*”. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2012.

BARBERIS, Nicholas & THALER, Richard (2002). *A Survey of Behavioral Finance*. Cambridge, National Bureau of Economic Research, september. 78p. <http://www.nber.org/papers/w9222>. / tb. in THALER, Richard (ed.). *Advances in Behavioral Finance*. Princeton University Press, 2005. Volume II.

BENTHAM, Jeremy (1789). *Vida e Obra* (Consultoria: José Américo Motta Pessanha). *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

BERLE, Adolf A. & MEANS, Gardiner C. (1932). *A moderna sociedade anônima e a propriedade privada*. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

BERNSTEIN, Peter. (original de 1996) *Desafio aos deuses: a fascinante história do risco*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

BERSTEIN, Peter. (original de 2007) *A história do mercado de capitais: o impacto da ciência e da tecnologia nos investimentos*. Rio de Janeiro, Elsevier-Campus, 2008.

BHADRA, Laura Jean. A Picture Is Worth a Thousand Words: Engaging Kinesthetic and Multimodal Learners of Economics using Contemporary Films. *Inquiry*, Volume 11, Number 1, Spring 2006, 11-19.

BLAUG, Mark (1980). *Metodologia da Economia – ou Como os Economistas Explicam*. São Paulo, Edusp, 1993.

- BOTTON, Alain de. *Para que serve a arte?* Folha de S. Paulo, 23 de agosto de 1998.
- BUCKINGHAM, Will et al. *O Livro da Filosofia*. São Paulo; Globo; 2011.
- CAMPBELL, Joseph. *The Hero with a Thousand Faces* [“O Herói de Mil Faces“]. 1949.
- CARUSO, Igor. (original de 1968) *Separação dos Amantes: uma Fenomenologia da Morte*. São Paulo, Diadorim/Cortez, 1981.
- CASTORIÁDIS, Cornelius & COHN-BENDIT, Daniel. *Da Ecologia à Autonomia*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo; Ática; 1995.
- COASE, Ronald (1937). The Nature of the Firm. *Economica* 4 (16): 386–405. 1937.
- COASE, Ronald (1960). The Problem of Social Cost. *Journal of Law and Economics* 3 (1): 1–44. 1960.
- COLLIN, Catherine et al. *O Livro da Psicologia*. São Paulo; Globo; 2012.
- CORAZZA, Gentil. Uma Introdução ao Método da Economia Política. *Estudos Econômicos*. São Paulo; v. 26; n. Especial, pp. 35-50, 1996.
- COSTA, Fernando Nogueira da, 2000. *Economia em 10 Lições*. São Paulo, Makron Books.
- COSTA, Fernando Nogueira da. *Comportamento dos Investidores: do Homo Economicus ao Homo Pragmaticus*. Campinas, TDIE-UNICAMP 165, agosto de 2009. 35p.
- COSTA, Fernando Nogueira da. *Economia comportamental: de volta à filosofia, sociologia e psicologia*. Campinas, TDIE-UNICAMP 173, julho de 2009. 31p.
- COSTA, Fernando Nogueira da. *Macro e Micro: o difícil reencontro depois da separação*. Campinas, TDIE-UNICAMP 171, novembro de 2009. 28p.
- COSTA, Fernando Nogueira da. *Poupança: Economia Normativa Religiosa*. Campinas, TDIE-UNICAMP 220, junho de 2013. 40p.
- COSTA, Fernando Nogueira da. *Economia no Cinema: Experiência com Interdisciplinaridade*. Campinas, TDIE-UNICAMP 222, agosto de 2013. 37p.
- COSTA, Fernando Nogueira da. *Metodologia da Macroeconomia Comportamental*. Campinas, TDIE-UNICAMP 226, dezembro de 2013. 38p.
- DAVIS, John. *The Theory of the Individual in Economics: Identity and Value*. London/NY; Routledge; 2003.
- DEQUECH, David (1999), “Expectations and confidence under uncertainty”, *Journal of Post Keynesian Economics*, 21(3): 415-30.

DEQUECH, David (2001), “Bounded rationality, institutions and uncertainty”, *Journal of Economic Issues*, 35(4): 911-29.

DEQUECH, David (2003), “Conventional and unconventional behavior under uncertainty”, *Journal of Post Keynesian Economics*, 26(1): 145-68.

DEQUECH, David (2006), “The New Institutional Economics and the theory of behaviour under uncertainty”, *Journal of Economic Behavior and Organization*, 59(1): 109-131.

DEQUECH, David (2007), “Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics”, *Journal of Post Keynesian Economics*, 30(2): 279-302.

DEQUECH, David (2009), “Institutions, social norms, and decision-theoretic norms”, *Journal of Economic Behavior and Organization*, 72(1): 70-78.

DEQUECH, David (2011), “Financial conventions in Keynes’s theory: the stock exchange”, *Journal of Post Keynesian Economics*, 33(3): 469-489.

DEQUECH, David (2011), “Uncertainty: a typology and refinements of existing concepts”, *Journal of Economic Issues*, 45(3): 621-640.

DEQUECH, David (2013a), “Economic institutions: explanations for conformity and room for deviation”, *Journal of Institutional Economics*, 9(1): 81-108.

DEQUECH, David (2013b), “Logics of action, provisioning domains and institutions: provisioning institutional logics”, *Journal of Economic Issues*, no prelo.

DEQUECH, David (2013c), “Instituições: questionando a divisão micro-macro da economia e de seu ensino”. *Economia* (ANPEC). volume 14, número 1C, setembro/dezembro 2013.

DEQUECH, David (2013d), “Is money a convention and/or a creature of the State? The convention of acceptability, the State, contracts, and taxes”, *Journal of Post Keynesian Economics*, no prelo.

DIAMOND, Jared. *Armas, Germes e Aços: Os Destinos das Sociedades Humanas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001, original de 1997.

DIAMOND, Jared. *Colapso: Como as Sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro: Record; 2005. 680p.

DIAMOND, Jared. *O Terceiro Chimpanzé: A Evolução e o Futuro do Ser Humano*. Rio de Janeiro: Record, 2010. 430p.

ELIAS, Norbert (1897-1990). *O Processo Civilizador: Investigações Sociogenéticas e Psicogenéticas*. v. I: *Uma História dos Costumes*. v. II: *Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro; Zahar; 1995.

FAMA, Eugene (1965). The Behavior of Stock Prices. *Journal of Business*, v. 37, nº 1 (janeiro), pp. 34-105.

FAMA, Eugene (1970). Efficient Capital Markets: A Review of Theory and Empirical Work. *Journal of Finance*, v. 25, nº 2: 383-417

- FAMA, Eugene (1991). Efficient Capital Markets II. *Journal of Finance*, 46: 1.575-1.617.
- FAMA, Eugene e FRENCH, K. (1988). Permanent and Temporary Components of Stock Prices. *Journal of Political Economy*, 96: 301-325.
- FAMA, Eugene e K. FRENCH (1989). Business Conditions and Expected Returns on Stocks and Bonds. *Journal of Financial Economics*, 25: 23-49
- FEHR, Ernest & TYRAN, Jean-Robert. *What Causes Nominal Inertia? Insights From Experimental Economics*. in BROCAS, Isabelle e CARRILLO, Juan D. (edited by). *The Psychology of Economic Decisions*. Oxford University Press, 2004. Volume I: Rationality and Well-Being. Volume II: *Reasons and Choices*.
- FERGUSON, Niall. *A Ascensão do Dinheiro*. São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2009. 334p.
- FERGUSON, Niall. *Civilização: Ocidente X Oriente*. São Paulo: Planeta, 2012.
- FOX, C. & TVERSKY, A. (1995) Ambiguity aversion and comparative ignorance. *Quarterly Journal of Economics*. 110: 585-603.
- FREY, Bruno (1987). *Política Econômica Democrática: Uma Introdução Teórica*. São Paulo; Vértice; original em 1983.
- FRIEDMAN, Milton (1953). The methodology of positive economics. in HAUSMAN, Daniel (edited by). *The Philosophy of Economics: an Anthology*. Cambridge University Press, 2nd ed., 1994. Chapter 9, pp. 180-213.
- GIGERENZER, G. *Bounded Rationality: The Adaptive Toolbox*. Cambridge: The MIT Press, 2001.
- GIGERENZER, G. How to Make Cognitive Illusions Disappear: Beyond “Heuristics and Biases”. *European Review of Social Psychology*. v. 2, p. 83-115. Chichester: John Wiley & Sons Ltd, 1991.
- GIGERENZER, G. *Rationality for Mortals: How People Cope with Uncertainty*. New York: Oxford University Press, 2008.
- GIUSTI, Edoardo. (original de 1984) *A arte de separar-se: um guia para uma separação sem traumas antes, durante e depois*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1987.
- GOLEMAN, Daniel (1995). *Inteligência Emocional*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1996.
- GOMES, Laurentino (2010). *1822*. Rio de Janeiro; Nova Fronteira.
- GUNTHER, Max (1992). *Os axiomas de Zurique*. Rio de Janeiro, Record.
- HEATH, C. & TVERSKY, A. (1991). Preference and belief: ambiguity and competence in choice under uncertainty. *Journal of Risk and Uncertainty*. 4: 5-28.

- HILTON, Denis. *Psychologists and The Financial Markets: Applications to Understanding and Remediating Irrational Decision-Making*. in BROCAS, Isabelle e CARRILLO, Juan D. (edited by). *The Psychology of Economic Decisions*. Oxford University Press, 2004.
- HOBSON, John A. (1894). *A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- HODGSON, G. M. *Darwinism and Economics*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2009.
- HODGSON, G. M. *Economics and Biology*. England: Edward Elgar Publishing Limited, 1995.
- HODGSON, G. M. *Economics and Evolution: bringing life back into economics*. Cambridge: Polity, 1993.
- HODGSON, G. M. *Economics and Institutions: A Manifesto for a Modern Institutional Economics*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1988.
- HOLLIS, Martin & NELL, Edward J. (1975). *O homem econômico racional: uma crítica filosófica da economia neoclássica*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
- JAFFE, Noemi. Resenha sobre o livro de autoria de Marco A. Oliveira e Pedro Grawunder. *Os Filmes Que Todo Gerente Deve Ver – Aprenda nos Cinemas o Que Você Precisa Saber Sobre Gestão* (São Paulo; Editora Saraiva, 2012). Valor – Eu&Fim-de-Semana, 25/01/12.
- KAHNEMAN, Daniel & TVERSKY, Amos (1979). Prospect theory: an analysis of decision under risk. *Econometrica*. v. 47, n. 2, 263-291, march.
- KAHNEMAN, Daniel, and Amos TVERSKY, 2000. *Choices, Values, and Frames*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KAHNEMAN, Daniel, Paul SLOVIC, and Amos TVERSKY, eds. (1982). *Judgment Under Uncertainty: Heuristics and Biases*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e Devagar: Duas Formas de Pensar*. Rio de Janeiro; Objetiva; 2012.
- KANT. *Crítica da Razão Pura* (1781). *Crítica da Razão Prática* (1788). *Crítica do Juízo [Julgamento]* (1790). *Os Pensadores*. São Paulo; Abril Cultural; abril de 1974.
- KELLY, Paul et al. *O Livro da Política*. São Paulo; Globo; 2013.
- KEYNNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989. 675p.
- KINDLEBERGER, Charles P. (1996 – 3rd ed.). *Manias, pânico e crashes: um histórico das crises financeiras*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

- KISHTAINY, Niall et al. *O Livro da Economia*. São Paulo; Globo; 2013.
- LAYARD, Richard. A felicidade está de volta. *Happiness: Lessons from a New Science*. Grã-Bretanha, Editora Allen Lane, 2005.
- LAYARD, Richard. *Happiness: has social science a clue?* London School of Economics, Lionel Robbins Memorial Lectures, 25 february 2003.
- LEET, Don & HOUSER, Scott. Economics Goes to Hollywood: Using Classic Films and Documentaries to Create an Undergraduate Economics Course. *The Journal of Economic Education* Fall 2003 (34): 4.
- LESSA, Carlos. *O Conceito de Política econômica: Ciência ou Ideologia?* Campinas; IE-UNICAMP, 1998 (30 Anos de Economia na Unicamp – n. 7)
- LESSA, Ricardo. *Brasil e Estados Unidos: o que fez a diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- LIMA, Luiz Antônio de Oliveira. Auge e Declínio da Hipótese dos Mercados Eficientes. *Revista de Economia Política*. v. 23, emprego 4 (92), out-dez/2003. pp. 28-42.
- MACKAY, Charles. *Ilusões Populares e a Loucura das Massas*. Rio de Janeiro; Ediouro; original de 1841.
- MARKOWITZ, Harry (1952). Portfolio Selection. *Journal of Finance*, v. VII, nº 1 (março), pp. 77-91.
- MARX, Karl. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa; Editorial Estampa; 1973.
- McKEE, Robert. *Story - Substance, Structure, Style and The Principles of Screenwriting*. Curitiba, Editora Arte & Letra, 2007. 432p.
- MELLO, Vera Rita de (2008). *Psicologia Econômica: estudo do comportamento econômico e da tomada de decisão*. Rio de Janeiro, Campus-Elsevier.
- MILL, John Stuart (1836). *On the Definition of Political Economy, and on the Method of Investigation Proper to It*. London and Westminster Review. in HAUSMAN, Daniel (edited by). *The Philosophy of Economics: an Anthology*. Cambridge University Press, 2nd ed., 1994. Chapter 1, pp. 52-68.
- MILL, John Stuart (1843). Vida e Obra (Consultoria: José Arthur Giannotti). *Sistema de lógica dedutiva e indutiva e outros textos*. São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- MILL, John Stuart. *Princípios de Economia Política: Com Algumas de suas Aplicações à Filosofia Social*. São Paulo; Abril Cultural – Os Economistas; 1983 (original de 1848).
- NELSON, Richard R. & WINTER, Sidney G. *An Evolutionary Theory of Economic Change*. President and Fellows of Harvard College, 1982.

NORTH, Douglas (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge University Press, Cambridge.

NORTH, Douglas (2005). *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton University Press, Princeton.

NUNES, Bernardo Fonseca. *Mapas de precificação de ativos no mercado de capitais: uma análise do poder prescritivo do Behavioral Finance*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado pelo PPG-FCE-UFRGS, 2008.

PINKER, Steven. *Os Anjos Bons da Nossa Natureza*. São Paulo; Companhia das Letras, 2013. 1.087p.

PRADO, Eleutério F. S. *Economia, Complexidade e Dialética*. São Paulo; Plêiade, 2009.

PRECHT, Richard David. *Quem sou eu? E, se sou, quantos sou? Uma aventura na filosofia*. São Paulo, Ediouro, 2009.

RAMOS, Clarissa; GOMES, Luciano; MEDEIROS, Vinícius. *Cinema e História: Aspirações do Presente na Representação do Passado*. Niterói; UFF, 29 de outubro de 2009.

RAMOS, Fernão Pessoa e CATANI, Afrânio (orgs.). *O Que É Documentário?* Estudos de Cinema SOCINE 2000, Porto Alegre, Editora Sulina, 2001, pp. 192/207

RICARDO, David. Apresentação de Paul Singer. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo; Abril Cultural; original 1817; edição brasileira de 1982.

SAGAN, Carl (1995). *O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Gildemir Carolino. *Roteiro para elaboração de memorial*. Campinas, SP: Gráfica Faculdade de Educação, 2005

SANTOS, Bernardo Queima Alves. *Finanças Comportamentais: diversificação ingênua em planos de previdência de contribuição definida no Brasil*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado pelo PPG em Administração de Empresas da PUC-RJ, 2007.

SAVAGE, L. (1964). *The Foundations of Statistics*. New York, Wiley.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro; Zahar; 1984.

SCHUMPETER, Joseph A. *História da Análise Econômica*. São Paulo/Rio de Janeiro; Editora Fundo de Cultura; original: 1954; 1ª. edição brasileira: 1964. 2º. volume – Terceira Parte - Período de 1790 a 1870. 3º. volume – Quarta Parte - Período de 1870 a 1914 (e posteriormente).

SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo; Abril Cultural (Os Economistas), 1982.

- SEWELL, Martin (2001). *Behavioural finance*. <http://www.behaviouralfinance.net/>.
- SHARPE, William (1964). Capital Asset Prices: a Theory of Market Equilibrium under Conditions of Risk. *Journal of Finance*, v. 19, nº 3 (setembro), pp. 425-442.
- SHEFRIN, Hersh (2000). Beyond Greed and Fear: Understanding Behavioral Finance and the Psychology of Investing. *Financial Management Association Survey and Synthesis Series*. Boston, MA: Harvard Business School Press.
- SHILLER, Robert J. (2000). *Irrational Exuberance*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- SHILLER, Robert. *Finance and The Good Society*. Princeton University Press; 2012.
- SHLEIFER, Andrei (2000). *Inefficient Markets: A Introduction to Behavioral Finance*. Oxford: Oxford University Press.
- SILVA, Felipe Maciel. *Decisões em Situações de Incerteza: Comportamento Heurístico, Racionalidade Ecológica e Seleção Social*. Campinas; Monografia de Graduação defendida no IE-UNICAMP; 13 de dezembro de 2013.
- SIMON, Herbert A. A behavioral model of rational choice. *Quarterly Journal of Economics*. 69 (1955): 99–118, 1955.
- SIMON, Herbert A. On How to Decide What to Do. *The Bell Journal of Economics*, v. 9, n. 2, p. 494-507, 1978.
- SIMON, Herbert A. *Theories of bounded rationality*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1972.
- SIMON, Herbert A. Theories of decision-making in economics and behavioral science. *American Economic Review* 49 (1959): 253–82, 1959.
- SLOVIC, Paul, et al. (2002). *The affect heuristic*. In: Thomas GILOVICH, Dale GRIFFIN, and Daniel KAHNEMAN, eds. *Heuristics and Biases: The Psychology of Intuitive Judgment*. Cambridge University Press, pp. 397–420.
- SMITH, Adam (1759). Biografia Crítica por Dugald Stewart. *Teoria dos Sentimentos Morais*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. São Paulo; Abril Cultural - Os Economistas; 1983 (original de 1776).
- SOROS, George (1987). *A alquimia das finanças: lendo a mente do mercado*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1996.
- SOUZA, Altay Alves Lino de & GUEDES, Álvaro da Costa Batista. Cognição. *Psique Edição Especial*. Editora Escala, Ano II, n. 6, p. 36-43.
- STEMPEL, Tom. *Por Dentro do Roteiro: Erros e Acertos em Janela indiscreta, Guerra nas Estrelas e Outros Clássicos do Cinema*. Rio de Janeiro, Zahar, 2011. 304p.

- THALER, Richard H. (1999). Mental Accounting Matters. *Journal of Behavioral Decision Making*, 12(3), 183–206.
- THALER, Richard. The End of Behavioral Finance. *Financial Analysts Journal*. Association for Investment Management and Research, Nov./Dec.1999.
- TVERSKY, Amos, and Daniel KAHNEMAN (1974). Judgment Under Uncertainty: Heuristics and Biases. *Science*, 185(4157), 1124–1131.
- TVERSKY, Amos, and Daniel KAHNEMAN (1981). The Framing of Decisions and the Psychology of Choice. *Science*, 211(4481), 453–458.
- TVERSKY, Amos, and Daniel KAHNEMAN (1986). Rational Choice and the Framing of Decisions. *The Journal of Business*, 59(S4), S251–S278.
- TVERSKY, Amos, and Daniel KAHNEMAN (1991). Loss Aversion in Riskless Choice: A Reference-Dependent Model. *The Quarterly Journal of Economics*, 106(4), 1039–1061.
- TVERSKY, Amos, and Daniel KAHNEMAN (1992). Advances in Prospect Theory: Cumulative Representation of Uncertainty. *Journal of Risk and Uncertainty*, 5(4), 297–323.
- VEBLEN, Thorstein (1899). Apresentação de Maria Hermínia Tavares de Almeida. *A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- VON NEUMANN, J. & MORGESTERN, O. (1944). *Theory of Games and Economic Behavior*. Princeton University Press.
- WEBER, Maximização (original 1904). *A Ética Protestante e O Espírito do Capitalismo* (Cap. II e V). *Os Pensadores*. São Paulo; Abril Cultural; 1974.
- WICKSELL, Knut. (original 1911) Prefácio do Autor à Segunda Edição. *Lições de Economia Política*. SP, Nova Cultural, 1986.
- WILLIAMSON, Oliver (1996). Prologue: The mechanisms of governance. In Williamson, O., editor, *The Mechanisms of Governance*. Oxford University Press, Oxford.
- WILLIAMSON, Oliver (2000). The new institutional economics: Taking stock, looking ahead. *Journal of Economic Literature*, 38:595–613.
- WINSTON, Robert (original 2002). *Instinto Humano*. São Paulo, Globo, 2006.
- YERGIN, Daniel. *O Petróleo: Uma História Mundial de Conquistas, Poder e Dinheiro*. Rio de Janeiro: Paz & Terra; 2010. 1080p.

Bibliografia referente à Economia Brasileira

- ANBIMA. *Metodologia e Estatísticas de Private Banking*. Relatórios Diversos.
- BACHA, Edmar. Crescimento com oferta limitada de divisas: uma reavaliação do modelo de dois hiatos. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v. 12, nº 2, p. 285-310, ago. 1982.
- BARROS, Luiz Carlos Mendonça de. A moeda indexada: uma experiência brasileira. *Economia e Sociedade*. Campinas, Revista do IE-UNICAMP, ago/1993.
- BASTOS, Pedro Paulo Z. e FONSECA, Pedro Cezar D. (org.). *A Era Vargas: Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade*. São Paulo; Editora UNESP; 2012.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga Belluzzo. *Cadernos do Desenvolvimento*. CICEF. Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, jul-dez 2011.
- BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L. e REGO, José Márcio [org.]. *Conversas com Economistas I*. São Paulo, Editora 34, 1996.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Evolución de las ideas de la CEPAL. *Revista de la CEPAL*. Número Extraordinário Comemorativo dos 50 Anos de Reflexões sobre América Latina e Caribe, outubro 1998. pp. 21-46.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, IPEA-INPES, 1988.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: Razões e Significados De Uma Distinção Política*. São Paulo, Editora da UNESP, 1995. 129p.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986. 1328p.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos e GALA, Paulo. Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento. *Revista Economia Política*. v.30 no.4 São Paulo Out./Dec. 2010: 663-686.
- CALDEIRA, Jorge. *A nação mercantilista*. São Paulo, Editora 34, 1999.
- CAPGEMINI e RBC Wealth Management. *Relatório sobre a Riqueza Mundial 2012 – World Wealth Report – WWR*. pdf, 44p.
- CARDOSO DE MELLO, J. M e BELLUZZO, L.G. . Reflexões sobre a crise atual. in BELLUZZO, L.G. e COUTINHO, R. (orgs.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. v. 1. Campinas: Unicamp-IE, 1998.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento econômico da economia brasileira*. Campinas: Unicamp-IE, 1998.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana. Um prólogo em homenagem a Celso Furtado. *Economia e Sociedade*. Campinas, (9): 159-64, dez. 1997.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo, UNESP-IE-UNICAMP, 2002.

CEMEC (Centro de Estudos de Mercado de Capitais). *Financiamento Dos Investimentos no Brasil e o Papel do Mercado de Capitais*. São Paulo; TDI CEMEC 05 - IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais; Junho 2011.

CEMEC (Centro de Estudos de Mercado de Capitais). *Financiamento dos Investimentos no Brasil – Análise Preliminar Para Relatório Trimestral*. São Paulo; TDI CEMEC 08.

CEMEC (Centro de Estudos de Mercado de Capitais). *Relatório Trimestral de Financiamento dos Investimentos*. São Paulo; IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais; dezembro 2012.

COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-TRIBUTÁRIOS - Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda (SFR-MF). *Análise Econômica da DIRPF 1999*. Brasília, Texto para Discussão 09, agosto 2000. 32p.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos em Minas Gerais (1889-1964)*. Campinas, Dissertação de Mestrado no DEPE-IFCH, 1978.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Banco de Estado: o Caso BANESPA*. Campinas, Tese de Doutorado em Economia no IE-UNICAMP, 1988.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Ensaio de Economia Monetária*. São Paulo, Bional-Educ, 1992.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*. São Paulo, Makron-Books, 1999.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Economia em 10 Lições*. São Paulo, Makron-Books, 2000.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Contra-acionamento de crédito: do raro e caro ao farto e barato*. In: Ana Rosa Ribeiro de Mendonça; Rogério Pereira de Andrade. (Org.). *Regulação bancária e dinâmica financeira: evolução e perspectivas a partir dos Acordos da Basiléia*. Campinas: IE-UNICAMP, 2006, p. 445-476.

COSTA, Fernando Nogueira da. Bancos e Crédito no Brasil: 1945-2007. *História e Economia*. São Paulo, Revista da BBS, v. 4, p. 249-276, 2008.

COSTA, Fernando Nogueira da. Método Dinâmico da Escola de Estocolmo. *Revista de Economia Política*. São Paulo: v. 30, n. 4 (120), pp. 625-644, outubro-dezembro/2010.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Microcrédito no Brasil*. Campinas: IE-UNICAMP, 04/2010 (Texto de Discussão 175).

COSTA, Fernando Nogueira da. *Brasil dos Bancos*. São Paulo, Edusp, 2012.

COSTA, Fernando Nogueira da. Da Maria da Conceição Tavares ao Capitalismo Financeiro. PRADO, Luiz Carlos D. (org.). *Desenvolvimento Econômico e Crise: Ensaios em Homenagem aos 80 Anos de Maria da Conceição Tavares*. Rio de Janeiro; Contraponto – Centro Internacional Celso Furtado; 2012. pp. 179-204.

COSTA, Fernando Nogueira da e DEOS, Simone Silva de. Reflexões sobre o Financiamento na Economia Brasileira. *Análise Econômica* – Revista da FACE-UFGRS. Porto Alegre; Ano 20, n. 38, p. 23-44, setembro de 2002.

CRUZ, Paulo Davidoff. Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do após guerra. *Economia e Sociedade*. Campinas, Revista do IE-UNICAMP, n. 3, 1994.

CURRALERO, Claudia. *A Atuação do Sistema BNDES como Instituição Financeira de Fomento no Período 1952/1966*. IE-UNICAMP. (Dissertação de Mestrado), 1998.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

DAVIDOFF CRUZ, Paulo. Notas sobre o financiamento da economia brasileira do após guerra. *Economia e Sociedade*. Campinas, nº 3, Dezembro 1994.

DAVIES, James B. (edited by). *Personal Wealth From a Global Perspective*. Great Britain, Oxford University Press, 2008.

DEBRUN, Michel. *A Conciliação e Outras Estratégias*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983. 173p.

DEDECCA, Cláudio. *Os países desenvolvidos e a desigualdade econômica*. v. 1, 18 dez 2009. 27p.

DIEGUEZ, Consuelo. O desenvolvimentista. *Revista Piauí*. São Paulo, Edição 49. Outubro de 2010.

Entrevista de Francisco de Oliveira. *Memória Roda Viva*, acessível pela web: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/697/entrevistados/francisco_de_oliveira_2003.htm

FIORI, José Luís. *O 'Desenvolvimentismo de Esquerda'*. Valor, 29/02/12.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *A Controvérsia entre Metalismo e Papelismo e a Gênese do Desenvolvimentismo no Brasil*. Anais do Encontro da ANPEC, 2008.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 54(3):333-358, JUL/SET. 2000.

FRANCO, Gustavo. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. Rio de Janeiro, BNDES, 1983.

FREELAND, Chrystia. *Plutocrats, the Rise of the New Global Super-Rich and the Fall of Everyone*. Penguin Press, 2013. 352p.

FREITAS, Paulo Springer de. *Mercado de cartões de crédito no Brasil: problemas de regulação e oportunidades de aperfeiçoamento da legislação*. Brasília, Textos para Discussão 37 da Consultoria Legislativa do Senado Federal, Coordenação de Estudos, dez.2007.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 12ª. ed., 1974.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

GOLDSMITH, Raymond W.. *Brasil 1850-1984: desenvolvimento financeiro sob um século de inflação*. São Paulo, Harper & Row, 1986.

HALF, Robert. *RH 2013 Salary Guide*. Recrutamento Especializado. pdf 16p.

HICKS, John. *A Crise da Economia Keynesiana*. São Paulo, Vértice, 1974.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Teoria das Elites*. Rio de Janeiro, Zahar, 2011.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.

KIYOSAKI, R. LECHTER, S. L. *Pai Rico, Pai, Pobre – o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro*. Trad: Maria Monteiro. 53ª edição. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2008.

KNIGHT, Frank e Citi Private Banking. *Relatório de Riqueza - 2012: Propriedade e Riqueza em Perspectiva Global*. pdf 68p.

KUZNETS, Simon Kuznets. *Concluding Remarks*. Milton Moss, ed. *The Measurement of Economic and Social Performance*. UMI. Publication Date: 1973. ISBN: 0-870-14259-3. Volume URL: <http://www.nber.org/books/moss73-1> This PDF is a selection from an out-of-print volume from the National Bureau of Economic Research. Chapter pages in book: p. 577-592. Chapter URL: <http://www.nber.org/chapters/c3623>

LAZZARINI, Sérgio G. *Capitalismo de Laços: Os Donos do Brasil E Suas Conexões*. Rio de Janeiro; Elsevier-Campus; 2011.

LEITE, Elaine da Silveira. *Auto-ajuda e o desenvolvimento do mercado financeiro no Brasil*. Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica, 3 a 5 de setembro de 2008.

LE GOFF, Jacques. *Your Money or your live. Economy and religion in the middle ages*. New York, Zone Books, 1988.

LE GOFF, Jacques. *A Idade Média e O Dinheiro: Ensaio de Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira; 2014.

LIST, Georg Friedrich. Apresentação de Cristovam Buarque. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo, Abril Cultural [Os Economistas], 1983.

LUQUET, Mara & ASSEF, Andrea. *Você tem mais... dinheiro do que imagina: um guia para suas finanças pessoais*. São Paulo, Saraiva – Letras & Lucros, 2006.

LOPES, Guilherme Nogueira. *Serviços de infraestrutura como opção de investimentos para os fundos de pensão*. Campinas: IE-UNICAMP, Dissertação de Mestrado defendida em 29 de novembro de 2012.

MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. *A Economia Política Brasileira em Questão: 1964-1975. Cadernos do Presente*. São Paulo, Editora Aparte, 1978.

MANTEGA, Guido e REGO, José Márcio (organizadores). *Conversas com Economistas Brasileiros II*. São Paulo, Editora 34, 1999.

MARTINS, Ângela. *A Banca Islâmica*. São Paulo; Editora Qualitymark; s/d. 168p.

MILL, John Stuart. *Princípios de Economia Política*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MOOG, Clodomiro Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

NERI, Marcelo Côrtes. *Paradoxo da Poupança*. Valor, 24/04/12.

NEUHAUS, Paulo. *História monetária do Brasil: 1900-45*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1975.

OREIRO, José Luis; NAKABASHI, Luciano; GUIMARÃES e SOUZA, Gustavo José de. *A Economia Brasileira Puxada pela Demanda Agregada*. *Revista Economia Política*. São Paulo, v.30, no.4, Out./Dec. 2010: 581-603.

OLIVEN, Ruben George. *De olho no dinheiro nos Estados Unidos*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 27, 2001, p. 206-235.

PASTORE, José & SILVA, Nelson do Valle. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. *Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo, Makron Books, 2000.

PELÁEZ, C. M. & SUZIGAN, W.. *História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976.

PEREIRA, Thiago, SIMÕES, Adriano & CARVALHAL, André. *Mensurando o resultado fiscal das operações de empréstimos do Tesouro ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): custo ou ganho líquido esperado para a União?* Brasília; Texto para Discussão nº 1.665 do IPEA; 2011.

PEW RESEARCH Global Attitudes Project. *Economies of Emerging Markets Better Rated During Difficult Times*. <http://www.pewglobal.org/2013/05/23/economies-of-emerging-markets-better-rated-during-difficult-times/>

PIKETTY, Thomas. *Le capital au XXI siècle*. Paris, Éditions du Seuil, 2013.

PRECHET, Richard David. *Quem Sou Eu? E, se sou, quantos sou? Uma Aventura na Filosofia*. São Paulo, Ediouro, 2009. 336p.

- RANGEL, Ignácio A *Inflação Brasileira*. São Paulo, 2ª. ed. Bial, 1986 (orig. 1963).
- RODRÍGUEZ, Octavio. *La teoria del subdesarrollo de la Cepal*. México, Siglo XXI, 1980.
- RUBIN, Isaak Illich. *Ensayos sobre la teoria marxista del valor*. Córdoba, Ediciones Pasado y Presente, 1974.
- SANTOS, Giovana Lavínia da Cunha & SANTOS, César Sátiro dos. *Rico ou Pobre: uma Questão de Educação*. Campinas, Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.
- SCHAMA, Simon. O desconforto dos riquezas. *A cultura holandesa na época de ouro, uma interpretação*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- SIMOENS DA SILVA, Luiz Afonso. *O financiamento do desenvolvimento na década de noventa*. Recife, ANPEC-ABDE, 1997.
- SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, André. Setor ascendente será objeto de disputa política. *Teoria e Debate*. São Paulo, 01 dez 2010.
- SMITH, Adam (1759). Biografia Crítica por Dugald Stewart. *Teoria dos Sentimentos Morais*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- SOCHACZEWSKI, A. *Desenvolvimento Econômico e Financeiro do Brasil: 1952-1968*. São Paulo, Trajetória Cultural, 1993.
- SOMBART, Werner (1913): *Luxus und Kapitalismus*. München: Duncker & Humblot, 1922. Em inglês: *Luxury and capitalism*. Ann Arbor: University of Michigan Press. Em português: *Amor, Luxo e Capitalismo*. Bertrand, Portugal (1997).
- STORTINI, Carlos R. *O dicionário de Borges*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990.
- STUDART, Rogério. *Investment finance in economic development*. London, Routledge, 1995.
- TANNURI, Luiz Antônio. *O encilhamento*. São Paulo, Hucitec-Funcamp, 1981.
- TAVARES, M. da C. e BELLUZZO, L.G. Notas sobre o Processo de Industrialização Recente no Brasil. in BELLUZZO, L.G. e COUTINHO, R. (orgs.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. v. 1 Campinas: Unicamp-IE, 1998. pp. 139-144.
- TAVARES, Maria da Conceição & BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Uma Reflexão sobre a Natureza da Inflação Contemporânea. in REGO, José Márcio (org.). *Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado*. RJ, Paz e Terra, 1986.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: IE-Unicamp, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição. *Ciclo e Crise: O Movimento Recente da Industrialização Brasileira*. Campinas, IE-Unicamp, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaios sobre Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973. Segunda Edição.

TAVARES, Maria da Conceição. Distribuição de Renda, Acumulação e Padrões de Industrialização. *Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1975.

TAVARES, Maria da Conceição. O sistema financeiro brasileiro e o Ciclo de Expansão Recente. in BELLUZZO, Luiz Gonzaga & COUTINHO, Renata (org.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil 2: Ensaios sobre a Crise*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

The Board's Division of Research and Statistics. *Changes in U.S. Family Finances from 2007 to 2010: Evidence from the Survey of Consumer Finances*. Board of Governors of Federal Reserve System. Bulletin June 2012. v. 98, n. 2. www.federalreserve.gov

THE ECONOMIST. *Mais Ricos, Mais Pobres: Reportagem Especial sobre Desigualdade na Economia Mundial*. Original publicada em 13 de outubro de 2012. Republicada pela Carta Capital em 31 de outubro de 2012.

TORRES, E. T. e MACAHYBA, L. (2012). *O Elo Perdido: O Mercado de Títulos de Dívida Corporativa no Brasil: Avaliação e Propostas*. São Paulo; IEDI-Instituto Talento, junho.

<http://retaguarda.iedi.org.br/midias/artigos/4ff6e4934e2d3070.pdf>

TORRES Fo., Ernani Teixeira e COSTA, Fernando Nogueira da. BNDES e o Financiamento do Desenvolvimento. *Economia e Sociedade*. Campinas, v.21, Número Especial, p. 975-1009, dez. 2012. tb. Rio de Janeiro; IPEA – TD 1843, junho 2013.

VEBLEN, Thorstein (1899). Apresentação de Maria Hermínia Tavares de Almeida. *A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *História social da economia capitalista no Brasil*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro, UFF, 1987.

VIEIRA, Dorival Teixeira. *Evolução do sistema monetário brasileiro*. São Paulo, IPE-USP, 1981 (original de 1947).

VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história (1450-1920)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

WEBER, Max. História Geral da Economia (Cap. IV). A Ética Protestante e O Espírito do Capitalismo (Cap. II e V) *Os Pensadores*. São Paulo; Abril Cultural; 1974.

WOLFF, Edward (edited by). *International Perspective on Household Wealth*. Great Britain, Edward Elgar-Levy Economics Institute, 2006.

WOLFF, Edward and ZACHARIAS, Ajit. *Wealth and Economic Inequality: Who's at the Top of the Economic Ladder? Levy Institute Measure of Economic Well-Being*. The Levy Economics Institute of Bard College, 2006. This report is available on the Levy Institute website at www.levy.org

WOOLDRIDGE, Adrian. "A mão visível". *Carta Capital*. São Paulo, 15.02.2012. Republicação da matéria "The Visible Hand". *The Economist*, 21/01/12. <http://www.economist.com/node/21542931>

ZYSMAN, J. *Governments, Markets and Growth*. Ithaca, Cornell University Press, 1983.